



REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Política, Sociedade e
Dinâmicas Eleitorais**

Volume 47—número 2—2016

ISSN, v. eletrônica 2318-4620. Fortaleza.

Universidade Federal do Ceara—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Política, Sociedade e Dinâmicas Eleitorais

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

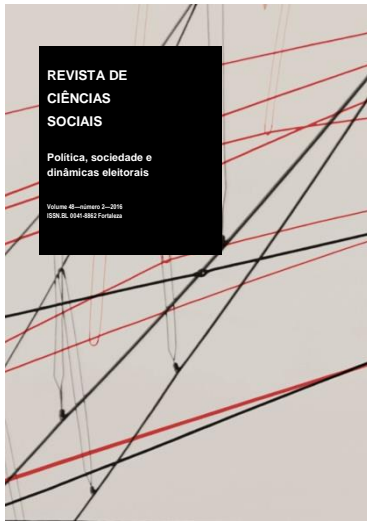
n.1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2016

Semestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Política; 2. dinâmicas eleitorais

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 47. número 2—2016

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Comissão Editorial

Irllys de Alencar Firmo Barreira,
Irapuan Lima Peixoto Filho,
Clayton Mendonça Cunha Filho

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS)

Edição

Projeto gráfico;
Vibri Design & Branding

Editoração eletrônica

Ana Paula Lima
Amanda Lima

Organização

Danyelle Nilin Gonçalves

Revisão

Ana Paula Lima
Danyelle Nilin Gonçalves
Irapuan Peixoto Lima Filho

Endereço para Correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais

Centro de Humanidades —
Universidade Federal do Ceará

Endereço posta: Av. da
Universidade, 2995, 1o andar
(Benfica) 60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Tel.Fax: (85) 3366.7536/
3366.7416

E-mail: rcs@ufc.br

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 47
n.2, 2016

// DOSSIÊ: POLÍTICA, SOCIEDADE E DINÂMICAS ELEITORAIS

11 Apresentação

Danyelle Nilin Gonçalves

16 Vozes sociais na imprensa: a sociedade no noticiário político

Malena Rehbein Rodrigues
Antônio Teixeira de Barros
Cristiane Brum Bernardes

**63 Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014):
institucionalização e estabilidade relativa.**

Marcos Antônio da Silva

**92 Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela
prefeitura de Fortaleza em 2012**

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Monalisa Soares Lopes

**125 Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial:
a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)**

Rafael Machado Madeira

163 Boa gestão e políticas públicas municipais

Clóvis Alberto Vieira de Melo
Lívia Maria Ferreira da Silva

// ARTIGOS

198 um Isto cachimbo é não.

Kleyton Rattes

287 O estrangeiro/imigrante na modernidade: horizonte de tensões externas e internas. Síntese de algumas concepções de Simmel, Elias/Scotson e Freud.

João Carlos Tedesco

313 Entre a República e a Poliarquia

José Alexandre da Silva Junior, Ranulfo Paranhos, Gabriel Augusto Miranda Setti, Dalson Britto Figueiredo Filho, Willber Nascimento, Lucas Emanuel Silva

// MESA REDONDA

335 Visões Políticas da Crise

(Mesa Redonda com professores de Ciências Sociais – UFC/UECE)

Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC);

Professor Dr. Valmir Lopes de Lima(UFC);

Professor Dr. Josênio Parente Camelo (UECE).

Mediadora: Professora Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (UFC).

// RESENHAS

383 Avritzer, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil

Cleyton Monte

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 47
n. 2, 2016

// DOSSIER: POLITICS, SOCIETY AND ELECTORALS DYNAMICS

11 PRESENTATION

Danyelle Nilin Gonçalves

16 Social voices in the press: the society in political news

Malena Rehbein Rodrigues
Antônio Teixeira de Barros
Cristiane Brum Bernardes

63 Political Parties and elections in Brazil's state of Rio Grande do Norte (1982-2014): institutionalization and relative stability.

Marcos Antônio da Silva

92 Duel between "vassal" candidates: the election campaign For the city of Fortaleza's Major in 2012.

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho
Monalisa Soares Lopes

125 Electoral and parties dynamics in a dictatorial context: the relationship between political elites and the Brazil's dictatorial regime (1965-1979)

Rafael Machado Madeira

163 Good Governance and the Cities Public Policy

Clóvis Alberto Vieira de Melo
Livia Maria Ferreira da Silva

198 A “this” the pipe is not. Ritual, poetics and anthropology
Kleyton Rattes

287 The foreing/imigrant in the modernity: horizons of external
and internal tensions. Fractions of some conceptions of
Simmel, Elias/Scotsons and Freud.

João Carlos Tedesco

313 Between Republic and Polyarchy: Comparative analysis of
Madison and Dahl

// ROUND TABLE

335 Politics Visions of Brazil's Crisis

(Round Table with Social Scientists from UFC and UECE)

Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC);

Professor Dr. Valmir Lopes de Lima(UFC);

Professor Dr. Josênio Parente Camelo (UECE).

Mediadora: Professora Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (UFC).

// REVIEW

383 Avritzer, Leonardo. Democracy Impasses in Brazil

Cleyton Monte

**// Dossiê: Política, sociedade
e dinâmicas eleitorais**

Política, sociedade e dinâmicas eleitorais (Apresentação)

Em um momento em que, particularmente, a política invadiu a vida e o cotidiano do povo brasileiro de forma mais incisiva durante todos os dias, é com imensa satisfação que entregamos mais um dossiê da Revista de Ciências Sociais. Embora nenhum dos 5 artigos se debruce sobre os acontecimentos que abalaram a vida política nacional no último ano, todos em alguma medida, discutem questões que estão na ordem do dia: campanhas eleitorais, dinâmicas partidárias, o lugar que a sociedade civil ocupa como como na produção de notícias e fatos políticos e a noção de eficiências dos governos.

O artigo **Vozes sociais na imprensa: a sociedade no noticiário político** – de Malena Rehbein Rodrigues, Antônio Teixeira de Barros e Cristiane Brum Bernardes – discute o lugar atribuído a setores da sociedade civil nos jornais impressos. Para isso, os autores se propõem a entender em quais agendas e temas a sociedade é reconhecida, quais são os agentes que aparecem como fontes, a partir da análise de 1.768 matérias jornalísticas em diferentes momentos da vida política brasileira nos governos de FHC e Lula, alternando momentos de calma institucional e crises políticas. Os autores perceberam que as fontes emprestam credibilidade e autoridade às falas, mas são hierarquizadas a partir dessa credibilidade, sendo, portanto, procuradas pelos jornais de maneira desigual. Os dados mostram que detentores de cargos e políticos profissionais, ainda que sem liderança, são

procurados 3 vezes mais que a sociedade. Esta, por sua vez, é buscada de maneira quase ritualística com o objetivo mais de cumprir regras jornalísticas do que contribuir para o debate. Os autores argumentam que isso se dá em função da falta de tempo na elaboração das matérias, da distância entre repórteres e fontes da sociedade (sendo o contato com os políticos mais “facilitado” nesse sentido) e o problema da legitimação. Na análise das notícias, a sociedade foi chamada principalmente em temas ligados aos processos administrativos e legislativos; em notícias relacionadas a protestos e manifestações, em temas vinculados às ações governamentais e em denúncias. Ainda assim, o perfil da sociedade que “fala” nos jornais é bem específico: sindicalistas e representantes de categorias profissionais, empresários, sendo os técnicos e acadêmicos muito pouco ouvidos. Como conclusão, os autores percebem que somente grupos fortes têm possibilidade de influir na agenda midiática e dessa forma, a cobertura jornalística contribui para a manutenção do *status quo*.

Os três artigos seguintes abordam os processos eleitorais, sendo os dois primeiros mais relacionados à dinâmica partidária.

Objetivando contribuir para o conhecimento da vida política no país em diferentes dimensões, Marcos Antônio da Silva, no artigo **Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa** trata de analisar o desempenho dos partidos políticos naquele estado no período de três décadas, a fim de compreender a natureza do sistema partidário local e sua interação com a dinâmica nacional. Levando em consideração o peso das oligarquias de caráter agrário (que influenciam inclusive o desempenho para o Senado) e o caráter conservador dos partidos locais, ao se debruçar sobre os dados das eleições de 1990 a 2006, o autor percebe uma relativa estabilidade do sistema político e ainda que haja certa fragmentação no início do século XXI, com a

emergência de pequenos partidos, não há ameaças à predominância dos partidos médios.

A discussão sobre os meandros partidários e eleitorais também fez parte das preocupações de Rafael Machado Madeira, no artigo intitulado **Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)**. Analisa a relação entre a cúpula militar e parcela da elite política durante parte do período da ditadura civil-militar, tomando como ponto de partida a instalação do Ato Institucional N°2 que “instituiu” o bipartidarismo, forçando assim que os partidos extintos se reorganizassem em dois grupos: ARENA, alinhado com o regime militar e MDB, considerado por muitos como o grupo de oposição consentida. Propõe a analisar características do bipartidarismo brasileiro que influenciaria na dinâmica político-partidária e eleitoral do período posterior multipartidário. Para isso reflete sobre os meandros do desenvolvimento do MDB, passando das dificuldades iniciais que iam desde a falta de viabilidade eleitoral, às cassações políticas e à ausência de vínculo de preferências com a legenda às estratégias construídas pelo partido de exploração de rivalidades locais ao momento onde cidades importantes passam a ser conquistadas pela via eleitoral. O autor se detém também sobre as estratégias de renovação costuradas pelos governos Castello Branco e Médici para construir um partido governista viável eleitoralmente (ARENA) e coeso internamente, escolhendo para os governos estaduais novas lideranças políticas desvinculadas das principais lideranças do partido. Atentar para esse momento, segundo Madeira, é fundamental para entender o período subsequente multipartidário. Isso se mostra ainda mais profícuo se levarmos em consideração que muitos desses atores políticos e seus herdeiros ainda estão em cena na vida política brasileira atual, exercendo controle e influência sobre os processos políticos.

A dinâmica eleitoral, agora já no período recente, é preocupação das autoras Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho e Monalisa Soares Lopes no artigo **Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012**. O candidato “poste” é aquele pleiteante considerado sem luz própria e que necessita da transferência da imagem de um governante bem avaliado. Partindo da hipótese de que a expansão desse fenômeno vincula-se à tendência de ciclos políticos mais longos, ocasionada pelo mecanismo da reeleição que acentua tendências situacionistas, as autoras atentam para a retórica eleitoral de campanha de dois candidatos à prefeitura da 5ª maior cidade do país: Elmano de Freitas, do Partido dos Trabalhadores e Roberto Cláudio, à época no Partido Socialista Brasileiro. Analisam o cenário construído para a criação das candidaturas, a especificidade desses dois grupos (até então aliados) e o rompimento que permitiu esse embate. Carvalho e Lopes descrevem e analisam, a partir do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o protocolo de apresentação dos candidatos, com suas diferentes estratégias e o lugar que os “pais” políticos (a então prefeita Luizianne Lins, do PT e o governador do estado do Ceará, Cid Gomes, do PSB) tomam nessa disputa. Refletem também sobre o papel fulcral de Lula como fiador da campanha de Elmano e de como esse fenômeno não é algo isolado ou local, revelando em muito a dinâmica política brasileira, numa espécie de “governismo de coalizão”.

O último artigo do dossiê **Boa gestão e políticas públicas municipais**, de Clóvis Alberto Vieira de Melo e Lívia Maria Ferreira da Silva, explora a discussão sobre o que seria um bom governo, a partir de variáveis que explicam graus de eficiência dos governos municipais. Usando a base de dados do IBGE, INEP, DATASUS, TSE e FIRJAN, para coletar dados relativos ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), os autores partem da

hipótese de que um governo dotado de equilíbrio em suas contas públicas consegue maior eficiência na prestação de serviços. O uso desses indicadores se dá por entender que eles captam a qualidade da burocracia, eficiência na implementação de programas, equilíbrio fiscal, níveis de transparência e capacidade de resposta aos cidadãos. Apesar de confirmar em parte as hipóteses iniciais, os autores entendem que fatores endógenos são relevantes também na explicação do que viria a ser um bom governo.

Como dito no início do texto, a atualidade e relevância dos artigos que compõem o dossiê se revelam, pois 2016 foi um ano em que a discussão sobre o impacto das contas públicas, a noção de eficiência e de gastos foi discutido *ad nauseam* por “especialistas” convocados a dar respostas nos principais noticiários escritos e televisionados. Foi também por meio desses canais que pudemos ver o antigo MDB, agora PMDB, envolvido em sucessivos escândalos que vão desde a manipulação que redundou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) aos escândalos de corrupção quase diários. Os jornais demonstraram mais uma vez serem peças fundamentais do jogo político e também produtores dessas contendas. Esse também foi um ano de eleições municipais, onde a força da esquerda e em especial, do PT (e de Lula) foi testada e no qual o antigo “candidato poste” Roberto Claudio duelou (e ganhou) da ex-prefeita Luizianne Lins na cidade de Fortaleza, além de ser um momento em que “fantasmas antigos” voltaram a assombrar-nos: golpes contra a democracia e manifestantes pedindo, inadvertidamente, a volta da ditadura militar em diversas ocasiões.

Danyelle Nilin Gonçalves
Organizadora

Vozes sociais na imprensa: a sociedade no noticiário político

Malena Rehbein Rodrigues

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj)

Antonio Teixeira de Barros

Doutor Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)

Cristiane Brum Bernardes

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj)

Os três autores são jornalistas e docentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação (CEFOP) da Câmara dos Deputados

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar como se dá a inserção da sociedade no espaço de visibilidade representado pelos enquadramentos da mídia no plano noticioso. O objeto empírico para o estudo é o noticiário de política nacional, com o propósito de avaliar como a sociedade aparece neste espaço de visibilidade e de que forma o discurso desses agentes é usado pela imprensa. Com essa estratégia analítica, pretende-se verificar mais detalhadamente: (a) como se dá a voz de setores da sociedade no enquadramento noticioso; (b) em que fóruns os jornalistas que fazem a cobertura de política nacional recorrem às vozes da sociedade; (c) quais as fontes sociais às quais os

jornalistas recorrem com mais frequência; (d) em quais agendas/temas a sociedade é reconhecida pela mídia como agente político relevante; (e) qual o perfil dos agentes da sociedade civil que aparecem no noticiário político.

A opção por esse ângulo justifica-se pela relevância sociológica e política do tema para o estudo da relação entre mídia, política e sociedade, a fim de se compreender em que medida a sociedade pode ser reconhecida pelas instituições e seus atores, pela imprensa, ou seja: se há encontro entre *demos* e instituições sociais e vice-versa e se tal encontro resulta em diálogo com eficácia política para o debate na esfera pública.

O *corpus* de análise é formado por 1.768 matérias publicadas nos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, nos meses de maio de 1995, 2001, 2003 e 2005: alternadamente períodos de calma e crise dos dois principais governos pós-redemocratização no Brasil – respectivamente, os de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, busca-se minimizar vieses advindos de períodos específicos de crise ou não. Trata-se dos jornais diários de circulação nacional mais lidos e os que, segundo Kucinski (1998), formam a agenda jornalística nacional, amplificada pela força da televisão. Estes jornais são também os mais consultados por políticos, segundo pesquisa da FSB Comunicações – realizada em 2008 – com 246 dos 513 deputados. A pesquisa mostra que 84,7% leem a Folha, 48,6%; O Globo, e 32,9%; O Estado (Rodrigues, 2012). A mesma pesquisa demonstra que os deputados se informam mais por jornais lidos diariamente (70%). Outra pesquisa (Figueiredo e Limongi, 1996) mostra que – na opinião dos deputados federais – o grupo externo que tem mais influência na Câmara dos Deputados é a imprensa, visto que 82% acreditam que ela tem muita influência, enquanto 53% creem que o presidente da República tem muita influência

(portanto, quase 30 pontos percentuais a menos de poder que a imprensa). Somente 18% afirmam que a sociedade civil tem muita influência. Outra pesquisa, feita por Page, Shapiro e Dempsey (2007), revela a grande influência dos comentários de jornalistas e de especialistas em política veiculados pela imprensa.

Além dos dados aqui citados, a escolha dos jornais também se dá pela credibilidade socialmente atribuída a eles, considerados veículos de referência e que exercem um efeito farol na opinião pública. Os estudos sobre agendamento (Alsina, 1989; Fontcuberta, 1993; Gans, 2004; Neveu, 2006) apontam para a maior capacidade da mídia impressa de agendar discussões e ações políticas em longo prazo. Trata-se de uma herança ainda vigorosa das culturas de texto e das hierarquias socialmente construídas sobre os suportes escritos, em decorrência do prestígio da literatura e dos demais saberes letrados. Pesquisa do Instituto Ibope, realizada entre 1989 e 1997, mostra que a opinião pública brasileira confia mais nos jornais e nas emissoras de rádio do que nas redes de televisão, apesar de os índices destas últimas estarem subindo nos últimos anos (Jorge, 2003, p. 23). O mesmo instituto confirma o cenário de importância ao jornal impresso, em pesquisa feita em 2014 (PLANALTO, 2014), ao apontá-lo como o veículo de comunicação com maior confiabilidade (53% de seus usuários) – apesar do baixo índice de leitura no Brasil –, à frente do rádio (50%), da TV (49%), das revistas (40%) e da internet (28%).

O escopo teórico inclui ainda uma reflexão articulada sobre os conceitos de sociedade civil, esfera pública e visibilidade midiática. Além disso, a análise utiliza conceitos clássicos dos estudos de jornalismo para avaliar a relação entre jornalistas e fontes – ponto central para definição de quem (e quando) aparece na mídia. Nesse aspecto, alguns conceitos da

Sociologia das Práticas Sociais, proposta por Pierre Bourdieu, também ajudam na compreensão das relações entre os campos político e midiático, bem como de seus atores principais.

Pressupostos teórico-metodológicos que orientam a análise

Este item apresenta um traçado dos principais argumentos teóricos que servirão para guiar a análise empírica. Em primeiro lugar, destacam-se pressupostos reconhecidos para a compreensão dos efeitos da cobertura midiática na opinião pública em termos de percepção sobre o papel e a imagem das instituições sociais e de seus representantes. Esses pressupostos são originários dos variados campos das Ciências Sociais, com aplicações nos estudos de mídia. Entre eles, estão aqueles que examinam o modo operatório, ou seja: como os meios de comunicação agendam, selecionam e tematizam os assuntos políticos (Alsina, 1989; Cook, 1989; Hall, 1993; Neveu, 2006).

O conceito de campo social também ajuda na compreensão das relações entre política e mídia, conforme indicam análises de variados autores (Berger, 1996; Bernardes, 2013; Miguel, 2000; 2001; 2002; Pinto, 1993). Segundo a formulação de Bourdieu, o campo é uma “estrutura de relações de força simbólica” expressas, em dado momento histórico, por meio de “uma determinada hierarquia das áreas, das obras e das competências legítimas” (Bourdieu, 1987, p.118). Em obra mais recente, o autor apresentou a seguinte definição:

Aqui vai uma definição simples e conveniente do conceito de campo, mas, como todas as definições, muito insuficiente: um campo é um campo de forças dentro do qual os agentes ocupam posições que, estatisticamente, determinam as posições que eles tomam com relação ao campo, sendo estas tomadas de posição destinadas à conservação ou à transformação da estrutura de forças constitutiva do campo (Bourdieu, 2005, p.30).

Em análise recente da dinâmica política das mídias legislativas, Bernardes (2013) utilizou a formulação de Bourdieu e ressaltou o aspecto relacional do conceito de campo, lembrando que ele é o espaço de luta pela definição dos princípios legítimos de sua divisão. Isto é, o campo consiste em um espaço de relações entre as diferentes posições que o constituem e os pontos de vista sobre esse mesmo espaço (Bourdieu, 2006, p.150).

Constituindo relações de comunicação, os discursos político e jornalístico acabam virando sistemas simbólicos que competem com a ciência social na imposição de uma visão legítima do mundo (Bernardes, 2013, p.668). Conforme resalta Bourdieu (2005, p.36), essa imposição consiste na definição dos princípios dominantes de visão e de divisão da realidade social. Em outras palavras: política e mídia disputam o poder simbólico de nomeação e classificação do mundo social, ou o estabelecimento dos critérios de legitimidade da ação social¹.

Com essa perspectiva em mente, passamos à análise das formas pelas quais a mídia interfere no jogo político, no próximo item.

A sociologia dos emissores e a centralidade da mídia

A política passou a ser um fenômeno de penetração difusa nas diversas esferas da sociedade e, assim, tem conseguido atingir o cidadão mesmo fora do âmbito político no sentido estrito, pois a mídia contribui para a inserção ampliada dos temas políticos nas relações sociais. Seu elevado potencial de sedução, calcado na lógica do poder simbólico (Bourdieu, 1989), em muito contribuiu para a reconfiguração dos fluxos e circuitos de informação nas sociedades metropolitanas. Complementam esse horizonte analítico os estudos que

explicam o fazer jornalístico e suas consequências da visão do público sobre os temas noticiados. Do ponto de vista socioantropológico, o jornalismo é entendido como “uma atividade que produz diariamente registros tomados como fonte de informação num sentido amplo e, principalmente, de marcação no sentido histórico” (Bergamo, 2011, p. 233). Isso implica afirmar que, como um fazer social e cultural, o jornalismo interfere na construção da memória e da identidade de grupos e de categoriais sociais (Matheus, 2010). Um exemplo são os estudos sociológicos que mostram como os *valores-notícia* influenciam a cobertura de determinados temas em detrimento de outros. Igualmente relevantes são as pesquisas que analisam os efeitos de curto e de longo prazo na construção da percepção e da memória do público (Traquina, 1993; Tuchman, 1993; Wolf, 1995).

Sob a ótica de análises com enquadramentos adotados pela sociologia da comunicação (Thompson, 1995; Wolton, 1994), a mediação em larga escala realizada pelos *media* facilita a integração do cidadão nas sociedades metropolitanas, mas apresenta o mundo político a partir de determinados enquadramentos e feixes de opinião que são previamente selecionados e passam por vários filtros, como a pauta, a edição e a montagem. Assim, o leitor de jornal torna-se um espectador da experiência política contemporânea, mas ele observa a cena política a partir de “um olho que não é seu”. O leitor torna-se, assim, um observador sem perspectiva própria (Duarte, 1996), pois a sua visão pessoal é dirigida para os enquadramentos noticiosos, as montagens editoriais e os feixes de opinião selecionados por outros atores sociais (os jornalistas)ⁱ. São esses *outros* que realizam uma série de operações simbólicas decorrentes da produção noticiosa, como a marcação dos registros temporais, a classificação e seleção dos temas, a hierarquização dos enquadramentos, a demarcação das

propriedades sociais dos fatos, a definição dos estatutos políticos dos acontecimentos e a qualificação do *status* dos agentes concernidos na articulação discursiva que caracteriza esse *mundo dos jornalistas* (Travancas, 1993) e suas diferentes formas de mediação que interferem na vida cotidiana e nos espaços de interação social no mundo vivido.

Apesar de sua relevância social e política, os *media* são reconhecidos como um “ponto cego” nos estudos sociológicos e políticos da atualidade (Miguel, 2000; Rocha, 2011; Wolton, 1994). Uma das explicações é que eles fazem parte da chamada indústria cultural, fruto do deslocamento do eixo cultural da Europa para os Estados Unidos, no contexto do pós-guerra com seus desdobramentos. Assim, os *media* passaram a ser vinculados a visões ambíguas, embora estas sejam associadas à decadência da alta cultura e à emergência e vulgarização de novas culturas pouco reconhecidas como operadoras dos sistemas de distinção social (Bourdieu, 1997). Considerados agências simbólicas de espetacularização do cotidiano, os *media* tornaram-se objeto de análises sociológicas pessimistas associadas à erosão do capital socialⁱⁱ (Putnam, 1973), além de acentuar as fissuras nas configurações sócio-históricas que valorizam a tradição como elo cultural dinâmico entre o passado e o futuro (Arendt, 2000).

Nesse contexto, convém destacar que os *media* noticiosos exercem essas funções como instituições que são, e não como simplesmente um abstrato “quarto poder”. Isso porque eles possuem atributos necessários para serem considerados como instituição, segundo as definições neoinstitucionalistas: padrões de comportamento e funcionamento comuns, rotinas produtivas e suposições vistas como naturais que sobrevivem para além do limite de espaço e tempo. Mais do que isso, os *media* são uma instituição que não só faz parte da política, mas também do ato

de governar, sem a qual os três poderes da República não conseguiriam funcionar (Cook, 1998, p. 2).

Esse argumento se coaduna com a perspectiva do jornalismo como sistema social perito (Miguel, 1999), que opera segundo a lógica do poder simbólico (Bourdieu, 1989), cujo capital é a credibilidade e a confiança do público. Com base nessa confiança, o cidadão tende a aderir às representações contidas no noticiário, como já previam os estudos sobre *agenda-setting* que concluíram que os *media* dizem à sociedade não só o que pensar, mas como pensar. A principal causa dessa eficácia está no poder simbólico do jornalismo, que se expressa na perícia e na expertise próprias desse campo para a construção de redes de significados entre os diferentes veículos de informação (*intermedia*), mediante a constituição de *pacotes interpretativos* que guiam a opinião pública e estimulam a deliberação coletiva e a inserção dos temas políticos nas relações sociais do cotidiano.

A esfera da visibilidade públicaⁱⁱⁱ e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (Gomes, 2008) reforçam o poder simbólico da mediatização, entendida como um processo social de referência no mundo contemporâneo, no sentido de que os processos sociais passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*, como a política, o entretenimento e a aprendizagem (Braga, 2006; Schmidt, 2003). A mediatização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, do enquadramento e do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na agenda). Além disso, passa necessariamente pelo enquadramento dos *media* – que se tornaram fonte primordial de informação – grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos de relevância social, política, econômica e

cultural. “Os media traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (Schmidt, 2003, p.69).

Esfera civil e visibilidade midiática

Como o objeto empírico de análise deste artigo é o material jornalístico que incorpora vozes da sociedade civil no noticiário político, justifica-se uma breve abordagem sobre a noção de sociedade civil: conceito que ocupa um lugar privilegiado na teoria política moderna, com diversas vertentes, o que envolve uma extrema complexidade e polissemia para a apresentação de conceitos e definições unívocos^{iv}. De forma resumida, o percurso teórico pode ser identificado a partir da Filosofia Política, principalmente com as formulações de pensadores como Hobbes, Hegel, Rousseau e Gramsci, entre outros^v. No campo da história das ideias políticas e filosóficas é que emergiu o conceito de sociedade civil como organização separada do Estado e do mercado, o que seria reconhecido pela teoria política contemporânea como um novo estágio na evolução da organização do Estado, na governabilidade política e no processo civilizatório (Bobbio, 1987). Nessa acepção, um dos conceitos de sociedade civil relativamente consensual é resumido por Keane (1998) como uma espécie de esfera pública não estatal, cuja atuação deve equilibrar-se com instituições estatais. Essas organizações fora do Estado ganham força pela exaustão da visão do Estado territorial como “portador de um projeto ético, apoiado na reconfiguração e na reordenação da identidade dos seus habitantes” (p. 46).

É nesta concepção política, com ênfase para as articulações discursivas de poder, que Habermas considera a sociedade civil o núcleo politicamente organizado da esfera pública^{vi}, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações e associações que capta as demandas e reivindicações e as

transforma em discurso racionalmente articulado para apresentação e discussão nos fóruns e arenas da esfera pública política. Trata-se de uma esfera pública organizada a partir da sociedade civil, “capaz de influenciar a formação da opinião e da vontade política do complexo parlamentar”, perspectiva analítica que constitui a “tradução sociológica do conceito de política deliberativa” (Souza, 2000a, p.92). Essa visão pressupõe uma sociedade democrática e pluralista, com liberdade de imprensa e direito de livre associação, pensamento e expressão – pontos comuns a várias teorias importantes e tradicionais de democracia – como a *poliarquia*, de Robert Dahl (1989).

Como se pode observar, existe correlação entre os conceitos de sociedade civil e de esfera pública. Habermas é o autor mais conhecido quando se trata do estudo da esfera pública. Como conhecedor da obra de Hannah Arendt, ele aprofunda a visão de esfera pública como algo que surge diretamente relacionado à configuração do direito burguês, com destaque para a liberdade de expressão e de pensamento. Isso foi possível devido ao surgimento das cidades, que se consolidaram como espaço de livre circulação de mercadorias e de ideias. Afinal, como descreve Habermas, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), a informação seguia a trilha das mercadorias.

É oportuno ressaltar que também existem deficiências do lado dos atores da sociedade civil. Afinal, as organizações sociais – ou a sociedade civil organizada – também privilegiam interesses particulares de alguns sobre o interesse geral ou republicano (Gomes, 2011). Essa ideia aponta para outras fragilidades da noção de sociedade e de esfera pública, no que se refere especificamente à participação social e política, a começar pela própria dicotomia entre Estado e sociedade civil; esfera pública e esfera privada.

Sob a perspectiva sociomediática da visibilidade política, a mídia é vista, por alguns autores, como uma “arma na controvérsia política” desde o seu surgimento (Marbut, 1971, p.15). Para outros, a mídia é mais um elemento que confere liderança aos atores políticos, como destaca Cook (1986, p.203-204). Assim, a mídia é vista como um instrumento e, em certa medida, como uma esfera que compete com a política na distribuição de poder entre os atores sociais. Ela é não só um agente político, mas uma instituição, já que – usando o conceito do novo institucionalismo citado anteriormente – possui regras padronizadas e contínuas de funcionamento, expressas em análises da rotina jornalística ou *newsmaking* (Cook, 1989).

Miguel e Biroli (2010) resumem as diferentes perspectivas teóricas sobre a relação entre mídia e política em quatro dimensões de influência política da comunicação nas sociedades contemporâneas, apontadas por vários analistas sociais. Segundo os autores, a mídia: a) tornou-se o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos; b) transformou o discurso político e adaptou-o às suas preferências; c) é a principal responsável pela produção da agenda pública; d) tornou-se a principal gerenciadora e agenciadora da visibilidade pública (preocupação central dos atores políticos). As análises de construção social da realidade pela mídia já apontavam para este caminho na década de 1990 (Rodrigues, 2002). Entre as estratégias da atuação dos meios de comunicação, destacam-se os usos e apropriações de declarações, denúncias e outras ordens de argumentação fornecidas pelas fontes, conforme detalhado na sequência.

Vozes sociais na divulgação jornalística: a perspectiva das fontes

Um aspecto destacado em muitos estudos sobre rotinas e dinâmicas de produção dos veículos de mídia, ancorados na *sociologia dos emissores*, é a relação entre jornalistas e suas fontes (Alsina, 1989; Fontcuberta, 1993) – especialmente por sua complexidade e pela quantidade de fatores envolvidos em sua caracterização. Sob o ângulo sociológico, são constituídas configurações relacionais de alta complexidade e de múltiplas perspectivas, do ponto de vista das lógicas de ação desses atores. Essas relações são influenciadas de forma multifatorial e envolvem redes de agentes concernidos, como os veículos de comunicação concorrentes que disputam o capital simbólico de determinadas fontes buscando legitimidade perante seus públicos e seus anunciantes. Formam-se, portanto, redes de interlocução social, política e econômica de alta densidade simbólica.

Nessa abordagem, endossada pela *sociologia dos emissores*, as pessoas e instituições que fornecem dados, informações e declarações são elevadas ao *status* de emissores, chegando a exercer, algumas vezes, maior importância na definição primária da noticiabilidade (medida que define o potencial de um fato para se tornar notícia ou não) que os próprios jornalistas, visto que estes dependem de bons informantes para publicarem notícias que lhes conferem reconhecimento e prestígio. No entanto, a mitologia profissional “tende a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo essencial, em muitos aspectos, das fontes” (Wolf, 1995, p.199). Conforme a *sociologia dos emissores* (Wolf, 1995), as fontes são consideradas atores sociais e políticos que tentam – orientados por seus próprios valores – agenciar a

mídia, as escalas de economia moral, os critérios de economia de grandeza e suas lógicas próprias de ação.

Uma questão importante é que também as fontes obedecem a uma organização hierárquica de acordo com sua credibilidade e com o tipo de informação que podem fornecer (Alsina, 1989, p.113). Assim, um delegado de polícia tem maior valor como fonte que um simples investigador, se a matéria exige a versão oficial da polícia – um lugar de fala socialmente valorizado, com respaldo institucional que atesta expertise e perícia técnica. Em determinados casos, contudo, o investigador pode ser de maior valia, por ter conhecimento de detalhes de um caso que o delegado não acompanhou pessoalmente. De acordo com a situação e com o tipo de fonte, pode-se estabelecer três tipos de relação com o jornalista: (a) total independência, (b) cooperação, ou (c) produção da notícia pela fonte (Alsina, 1989, p.117). Esse último tipo de relação é bastante comum com o sistema político, uma vez que o poder político tem a capacidade de influir na informação por meio da produção de acontecimentos artificiais dotados de significado que interferem na realidade (Alsina, 1989, p.115). Dessa perspectiva analítica, os atores políticos também exercem a função de definidores primários no processo simbólico de agenciamento dos temas, ângulos da visibilidade política e pontos focais para a discutibilidade, adequando-os à gramática da comunicação, ou seja, às regras definidas pela instituição mediática para que algo tenha valor jornalístico. Ademais, as fontes emprestam credibilidade e autoridade para o veículo de comunicação (Fontcuberta, 1993, p.58) e também auxiliam o jornalista a construir prestígio profissional ao obter informações exclusivas. Dessa forma, segundo a autora, a potência informativa do veículo como agência simbólica se manifesta de acordo com o número, a qualidade e o pluralismo de suas fontes. Assim, as mais procuradas pelos jornalistas são aquelas que têm

proeminência e prestígio, além de outras características como produtividade, acessibilidade, confiabilidade, autoridade e boa articulação verbal (Gans, 2004, p.129-131). O poder formal e a autoridade dos cargos é um dos critérios mais usados pela mídia na busca de fontes e mesmo entre atores que possuem o mesmo cargo. Charaudeau (2007, p.145) acrescenta a habilidade de polemizar como uma das características procuradas pelos jornalistas nas fontes. As redes complexas e plurivocais de interlocução exercem papel relevante nas dinâmicas de disputas pelo controle da visibilidade, além de seu potencial em termos de inserção social nas arenas de discutibilidade (Gomes, 2008).

Esse panorama de constituição de vozes e de relação entre elas no mundo mediático nos ajuda a visualizar e analisar o contexto de distribuição e de relação das vozes que aparecem no noticiário jornalístico avaliado.

Análise das notícias políticas

Neste item, passamos à análise dos dados empíricos, avaliando como a sociedade aparece no noticiário e por quem ela é representada (fontes), a fim de verificar como se dá voz à opinião pública no fórum mediático. Um balanço dessa dinâmica de apropriação dos fragmentos discursivos das fontes vinculadas à esfera civil possibilitará saber em que medida a sociedade pode ser conhecida pelas instituições e, seus atores; pela imprensa, ou seja: se há encontro entre *demos* e instituições e vice-versa, e se há, em suma, possibilidades de um diálogo (e, se sim, em que perspectivas ele acontece). Veremos quem são as fontes que mais aparecem, em termos de *status*, e como está a sociedade civil em relação a elas, inclusive nos temas em que suas justificações são estrategicamente incorporadas às construções e arranjos discursivos resultantes do noticiário

político, uma forma indireta de visibilidade no debate público e na concertação política.

Como ressalta Fraser (1992), é importante destacar a desigualdade comunicativa entre os "públicos fortes" e "públicos fracos", isto é, os sujeitos ativos e passivos no processo de formação da opinião pública e da conversão e transporte das lógicas de reconhecimento social (Duarte, 2006). Para Fraser, o público forte é formado por aqueles cidadãos e grupos com altos recursos políticos, simbólicos ou econômicos: justamente aqueles que têm força social suficiente para definir as agendas – políticas ou midiáticas – e influir sobre o processo de tomada de decisões. O exemplo principal, segundo ela, é o Parlamento (Fraser, 1992, p.134). Já o público fraco não possui recursos argumentativos suficientes para agenciar suas perspectivas e interferir no enfeixamento das correntes de opinião pública de acordo com suas demandas e interesses políticos e sociais, além de não ter poder para influenciar as esferas políticas e econômicas. Em relação à mídia, o público forte seria composto por grupos – cidadãos ou instituições – com acesso aos meios de comunicação, cujas vozes são acatadas de modo favorável pela mídia. Assim, essas fontes são preferenciais nos espaços noticiosos, com enquadramentos que favorecem suas lógicas de ação ou justificação. As fontes oficiais estão nesse segmento privilegiado com direito a voz e inserção de suas perspectivas argumentativas. Grupos e cidadãos marginalizados, por sua vez, compõem os chamados “públicos fracos”. São os cidadãos comuns, quase nunca ouvidos ou vistos nos meios de comunicação. Este tipo de cidadão fica excluído das instâncias do mundo social que se instauram pela visibilidade, audibilidade e discutibilidade. Permanece condenado ao reino da ignomínia política e social, privado da ação comunicativa e das trocas de razões públicas (Arendt, 1983; Habermas, 1984).

Neste estudo, classificamos as fontes de acordo com seu *status* no processo político, conforme mostra o **Quadro 1**. Os aqui chamados “detentores de cargo” são aqueles que ocupam os mais altos cargos das instituições, como presidentes da República, de partidos ou de comissões, ministros, secretários, presidente relatores e líderes. Já os “políticos em geral” são parlamentares que não exercem cargos de liderança ou chefia nos partidos ou instituições políticas nos quais estão inseridos. A categoria “sociedade civil”, por sua vez – observando o conceito de sociedade civil como algo fora do aparato estatal, mas que deve com ele se relacionar em constante equilíbrio dinâmico, conforme explicamos na seção 3 – abrange cidadãos que não exercem cargo político nem atuam no aparato burocrático do Estado. Os “técnicos” são os assessores com cargos menos relevantes na hierarquia burocrática do Poder Executivo. “Outros” são quaisquer fontes que não se encaixam nas categorias propostas, como, por exemplo, as fontes estrangeiras. “Não identificados”, por fim, são aqueles cujos cargos não puderam ser aferidos nas matérias.

Quadro 1 – Mapa de *status* das principais fontes catalogadas de O Globo, Folha e O Estado, nos períodos selecionados (%)

STATUS DA FONTE	%
DETENTORES DE CARGO	49
SOCIEDADE CIVIL	21
POLÍTICOS EM GERAL	16
TÉCNICOS	10
OUTROS	2
NÃO IDENTIFICADOS	1
	n = 3.294

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Os resultados mostram uma grande preferência pelos detentores de cargo na hierarquia do campo político (49%). A

análise revela um permanente campo de alianças entre a imprensa e elites políticas que, em momentos específicos, dominam o Estado. Por isso, a afirmação de Hall (1994) de que os jornais atuam a serviço da elite política ainda parece ter algum sentido na realidade brasileira. Especialmente porque as elites políticas – ainda que possam disputar o domínio do discurso em vários momentos – elegem e legitimam as fontes consultadas pelos jornalistas. Como nas manchetes a seguir, em que só foram ouvidos expoentes políticos ou detentores de cargos públicos:

- “*Rejeitada mais uma emenda da Previdência*” (Estado de SP, 05/05/1995): a proposta estava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Só são ouvidos na matéria o então vice-líder do Governo (deputado Jackson Pereira, PSDB-CE) e o ministro da Previdência (Reinhold Stephanes).

- “*Governadores não aceitam assumir taxaço de inativo*” (Estado de SP, 09/05/2003): a proposta de taxaço de inativos do serviço público era um dos maiores pontos de discórdia da Reforma da Previdência, já que os governadores não aceitavam assumir a prática da medida. As falas são do então presidente do PT, José Genoíno; e dos então governadores de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, do Acre e Pará (Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Germano Rigotto, Jorge Viana e Simão Jatene).

- “*Manifesto pró-radicais abre maior crise na bancada do PT*” (Folha de SP, 16/05/2003): tratava-se de um manifesto assinado por 35 deputados e oito senadores do PT, dirigido à Executiva Nacional do partido, pedindo revisão do processo de expulsão de três congressistas (senadores Babá, Heloísa Helena e Luciana Genro) da ala radical. Na matéria, são ouvidos o então vice-líder da bancada, senador Saturnino Braga (RJ); o 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (RS); o líder do governo Aloízio Mercadante (SP); o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC) e um dos autores do manifesto, senador Eduardo Suplicy, que – apesar de não ter um alto cargo – é considerado como da elite política, ou do alto-clero, gozando de prestígio antigo junto aos veículos de comunicação.

De maneira geral, a característica acima descrita já é esperada no mundo jornalístico, conforme apontam os estudos sociológicos sobre produção de notícias (*newsmaking*). Tais análises mostram que os *media* reproduzem a visão dos poderosos sem estarem, de forma simplista, a seu ostensivo serviço. As próprias regras institucionais do fazer jornalístico são as principais responsáveis por essa reprodução. Elas estão

nas *estruturas simbólicas invisíveis*, nos termos de Bourdieu (1997), autor que sustenta e orienta esse tipo de interrelação entre mídia e elites políticas. O conceito de *habitus* proposto por Bourdieu – um “sistema adquirido de esquemas geradores” (Bourdieu, 2009, p. 91) que permite a produção livre de pensamentos, percepções e ações inseridas em condições particulares de produção – também auxilia na compreensão desse ponto. Esse processo de socialização dos enquadramentos midiáticos ocorre quando são selecionadas prioritariamente fontes oficiais e institucionais, poupando o tempo de apuração e cumprindo a missão de “objetividade”^{vii}, o que garante maior credibilidade e, conseqüentemente, reduz os possíveis questionamentos sobre a origem da informação. Isso protege tanto o jornalista quanto a empresa de comunicação para a qual ele trabalha – ambos responsáveis pelas informações que veiculam. Com o facilitado acesso às fontes privilegiadas, os *media* tendem a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da realidade (Hall, 1994, p. 229).

Os políticos em geral são poucos (16%); daí se poder dizer que há pouca representatividade do mundo político fora das elevadas escalas hierárquicas. Entretanto, quando somados aos detentores de cargo, chega-se a 65%: mais de três vezes o valor auferido à sociedade civil. De fato, a imprensa ouve pouco a sociedade civil, por motivações ligadas às condições de produção – como falta de tempo e maior distância entre o repórter e a fonte – e ao problema da legitimação.

Se analisarmos cada jornal em separado, conforme nos mostra o **Quadro 2**, vemos algumas diferenças na distribuição das fontes entre os jornais. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, chama atenção por ouvir, em suas matérias, menos detentores de cargo em relação ao total das fontes no período avaliado, ao mesmo tempo em que ouve mais fontes da sociedade civil – na

comparação com o *Estado de São Paulo* e *O Globo* (cerca de 15 pontos percentuais a menos de detentores de cargos e de 10 pontos percentuais a mais de fontes da sociedade civil). *O Estado* e *O Globo* têm percentuais parecidos em relação aos dois tipos de fontes. A *Folha* também usa mais técnicos (12,2%) que *O Estado* (5,7%) e *O Globo* (8%).

Sendo assim, podemos dizer que a *Folha* parece ser mais democrática na distribuição das fontes, apoiando-se um pouco menos em detentores de cargo e mais em falas de técnicos e da sociedade civil. *O Estado* (60,7%) e *O Globo* (61,1%) investem prioritariamente no oficialismo jornalístico, ou seja, em detentores de cargo. Os três jornais são semelhantes, entretanto, no uso de políticos em geral, variando de 12% a 15%.

Quadro 2 - Mapa de *status* das principais fontes catalogadas por jornal - O Globo, Folha e O Estado (em relação ao total de fontes de cada um) - nos períodos selecionados (%)

	ESTADO	FOLHA	GLOBO
DETENTORES DE CARGO	60,7	45,2	61,1
SOCIEDADE CIVIL	15,4	25	16,3
POLÍTICOS EM GERAL	15	15,2	12,6
TÉCNICOS	5,7	12,2	8
OUTROS	1,3	1,3	1,5
NÃO IDENTIFICADOS	2	1,2	0,5

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Numa avaliação qualitativa das notícias, percebemos ainda que, muitas vezes, a sociedade é ouvida de forma ritualizada, com o objetivo de cumprir regras jornalísticas sem o compromisso de contribuir substancialmente para o debate. Sendo assim, não podemos afirmar que há, nesses casos, um diálogo ou debate efetivo, mas sim um suporte para sustentar o

enquadramento escolhido pelo jornalista e – consequentemente – pelo jornal (este sim um agente político), que agencia o debate com os atores políticos da esfera institucional. As manchetes abaixo ilustram temas em que a sociedade aparece, ora de forma mais importante, ora apenas para compor os arranjos retóricos noticiosos:

- “6% receberam proposta de compra de voto” (Folha de SP, 10/05/01): trata-se de uma pesquisa do instituto Transparência Brasil, em conjunto com o Ibope, sobre a opinião de eleitores. Foram ouvidos uma ONG e políticos. A sociedade civil foi fonte, mas não há nenhuma declaração expressa de um cidadão para exemplificar os dados.

- “Governo só vota Petróleo com vitória certa” (Folha de SP, 10/05/95 - vide cópia ilustrativa da matéria na **Figura 1**): o texto diz respeito ao adiamento da votação da quebra do monopólio da Petrobrás, até que o governo federal tivesse os votos necessários. Foram ouvidos o Sindipetro e detentores de cargo no governo: os então líderes do PMDB, do governo e do PSDB (respectivamente, deputados Michel Temer, Luiz Carlos Santos e José Aníbal). Detentores de cargo são ouvidos, mas – nesse caso – há uma retranca ouvindo grupos da sociedade envolvidos (Aepet/ Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Sindipetro-RJ). Ou seja: dá-se, neste caso, peso mais relevante a opiniões advindas da sociedade.

- “Apagão é pior que crise política” (Folha de SP, 10/05/01): é uma entrevista com um dos maiores empresários do setor de investimentos (Olavo Setúbal, presidente da Itaúsa). Ela vem para dar apoio sutil ao restante das matérias do jornal do dia sobre a crise envolvendo a possível criação da CPI da Corrupção – que acabou não acontecendo –, o apagão elétrico e a CPI da Sudene. São praticamente 11 páginas (incluindo um editorial sobre energia) e a opinião do empresário é colocada na décima página da sequência, como que corroborando com a posição do jornal de reforçar uma crise no governo que se delineava naquele momento. Nas outras matérias sobre as crises apontadas, não há participação da sociedade (10 páginas restantes, com exceção de uma matéria “leve” citando como as novelas satirizam os acontecimentos políticos daquele momento).

Figura 1

FOLHA DE S. PAULO brasil Quarta-Feira, 10 de maio de 1995 1-5

TEMPO DAS REFORMAS

Governo só vota petróleo com vitória certa

Líderes do governo fazem mapeamento dos votos de que dispõe o governo; PMDB e PSDB têm defeções

Grupos têm fundo pró-monopólio

Francisco Santos
Da Semard de Rio

A Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) e o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) estão solicitando contribuições extras dos empregados da estatal para custear gastos com a campanha em defesa do monopólio.

A Aepet está também solicitando doações espontâneas, inclusive aos presidentes. Fernando Siqueira, no trabalho de convencimento de parlamentares para que votem contra a quebra do monopólio.

De acordo com a entidade, como a direção da Petrobrás não consegue pagar e empregados que far peças trabalhando em defesa do monopólio durante o expediente, a solução foi por apelo aos seus membros.

Desde fevereiro, os 7 mil associados da Aepet estão sendo solicitados a pagar entre uma e cinco mensalidades extras para custear os gastos com a defesa do monopólio. A mensalidade normal custa R\$ 10,00. O valor da extra, descontada na folha de pagamento, pode variar de um mês para outro.

Ainda neste mês, a entidade distribui 45 mil exemplares de cinco publicações destinadas a convencer parlamentares e “formadores de opinião” sobre a necessidade de não se meter ao monopólio.

Outro boletim especial, com 9 mil exemplares, fala sobre a emenda da quebra do monopólio apresentada pelo governo.

Sindipetro

O Sindipetro-RJ está há três semanas com uma campanha no rádio, com três minutos diários de 30 segundos, em defesa do monopólio do petróleo por parte da Petrobrás.

Os anúncios são locais e nacionais. Segundo Abílio Tostini, diretor do sindicato, já foram gastos R\$ 100 mil.



Goldman, relator da emenda da quebra do monopólio

Da Secural de Brasília

A votação da quebra do monopólio da Petrobrás poderá ser adiada até que o governo garanta os 308 votos necessários à aprovação da emenda no plenário da Câmara. Há resistências no PSDB e no PMDB.

Antes de sair para a votação da mais política emenda da primeira parte da reforma constitucional enviada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso, os líderes dos partidos aliados ao governo fazem um “mapeamento” da situação de cada deputado.

Os líderes terão 48 horas para concluir a consulta à base parlamentar do governo. Dependendo do tamanho da resistência, a votação poderá ser adiada em três semanas. O presidente da comissão especial que analisou a emenda do petróleo, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), sugere então que a votação no plenário só ocorra em junho.

Defensor da quebra do monopólio, Goldman quer tempo para diminuir as resistências no seu partido, que detém a maioria bancada da Câmara. Segundo o líder do partido, deputado Michel Temer (SP), 22 dos 101 deputados do PMDB votam contra a quebra do monopólio.

“Espero que a resistência fique nos 10% da bancada”, disse o líder do governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), depois de participar de uma reunião no Palácio do Planalto para discutir a estratégia do governo.

Numa prévia do “mapeamento” da base governista, o líder do PSDB, deputado José Aníbal (SP), afirmou ontem que o partido de FHC não poderá garantir todos os votos dos 71 deputados leucos em favor da quebra do monopólio. “Unanimidade não vamos conseguir”, disse.

José Aníbal descartou ontem a negociação de uma emenda alternativa à quebra do monopólio da Petrobrás apresentada pelo deputado Domingos Leonelli (PSDB-RJ). “Não tem mais o que negociar: vamos votar”, disse.

É possível concluir que a atual configuração da mídia favorece os grupos que compõem os *públicos fortes*, isto é: a cobertura jornalística da política realizada pelos principais jornais brasileiros contribui para a manutenção do *status quo*, privilegiando sempre as mesmas fontes e parcelas da sociedade, em detrimento das mesmas vozes marginalizadas. O que se depreende disso é que parece ser algo típico da lógica de ação dos *media*, o que resulta em uma dinâmica sociocultural de monocultivo desses enquadramentos e perspectivas. Tal postura enquadra-se no horizonte analítico de Bourdieu (1997) referente às estruturas simbólicas invisíveis que sustentam os modelos de cobertura da imprensa e lhes garantem estabilidade e repetição, contribuindo para a reprodução das formas simbólicas expressas no campo político. Ou seja, configura-se um “recorte” da esfera pública, com debate entre setores selecionados com autoridade para isso.

Em que temas a sociedade está presente no noticiário político?

Em relação aos temas abordados, a mesma configuração transparece. Como ressalta Fraser, os públicos fracos não têm poder suficiente para influenciar a agenda temática das instituições políticas, tampouco a mídia. Se a imprensa é uma das organizações sociais responsáveis por agenciar os temas sobre os quais a opinião pública falará e discutirá, não é possível dizer que a influência da sociedade sobre a mídia seja peremptória. Em outros termos, somente os públicos fortes têm possibilidade de influir na agenda midiática e determinar, por consequência, sobre quais assuntos a sociedade civil se debruça a cada momento. Neste item, mostramos como os discursos de atores da sociedade civil são estrategicamente articulados nos arranjos discursivos da imprensa quando se reporta ao campo político. O primeiro

aspecto que chama a atenção nas notícias em que a sociedade foi ouvida, conforme o **Quadro 5**, é a modesta ocorrência de matérias com fontes deste tipo (422). Considerando o total de 1.768 notícias catalogadas, as matérias com fontes da sociedade representam somente 24% de tudo que é oferecido no noticiário sobre política nacional pelos jornais examinados. Se considerada a incidência na primeira página, esse percentual sobe um pouco, para 27%. Ainda que sua inserção total não seja alta, quando os representantes sociais são usados para reforçar a dramaticidade e o sensacionalismo da construção noticiosa, geralmente o tema aparece na primeira página.

Analisando cada jornal separadamente, no **Quadro 3**, temos percentuais sem grandes discrepâncias, com Folha e O Globo sobressaindo-se levemente em relação a O Estado, confirmando parte da análise do item anterior.

Quadro 3 – Percentual de notícias em que a sociedade foi ouvida em cada jornal analisado

	% ouviu sociedade
ESTADO (n= 626)	21,4
FOLHA (n= 621)	25,3
GLOBO (n= 521)	25,1

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Ainda que não possamos apontar o comportamento dos jornais em relação a fontes da sociedade ao longo dos anos – já que são períodos destacados no tempo e sem a continuidade necessária para uma análise temporal – a separação pelos anos escolhidos nos traz algumas observações interessantes, conforme o **Quadro 4**. Em 2001, a Folha se destaca por um percentual bem maior de notícias em que a sociedade foi ouvida em relação aos outros anos (35,6%) – tendência de elevação também acompanhada por O Globo (28,9%). A explicação para um maior número de fontes da sociedade civil em 2001 deve-se

à crise do apagão elétrico – que se torna política mas atinge diretamente a população. O ano de 2005, pelo próprio mensalão, também se destaca pelo uso maior de fontes da sociedade civil, mas menos que em 2001, por ser uma crise de cunho prioritariamente político (ainda que envolva dinheiro público). O ano de 1995 chega a ter mais fontes que 2005; e o único motivo aparente são as privatizações da época, que eram – de maneira geral – defendidas pela imprensa e mostradas à sociedade como progresso.

Quadro 4 – Percentual de notícias em que a sociedade foi ouvida, de acordo com cada ano avaliado por jornal

	1995	2001	2003	2005
ESTADO	26,2	23,8	19,8	17,5
FOLHA	17,4	35,6	18,1	26,8
GLOBO	25,9	28,9	22,6	23,5

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Finalmente, avaliando o **Quadro 5** – agora em relação a temas – observamos que quando se trata de “administração e processo legislativo” (Adm/processo legislat) e “ações do governo” – respectivamente 1º e 3º tipos de eventos mais recorrentes nos jornais analisados – tem-se, em geral, a participação da sociedade com especialistas, convidados (representados como atores peritos) e detentores de elevado capital de expertise técnica. Corriqueiramente, eles são acionados para opinar sobre temas como juros, inflação, apagão energético, saúde, etc., como na matéria “*FGV: racionamento deve reduzir em R\$ 15 bilhões PIB brasileiro este ano – Segundo estudo, crescimento menor, de 3%, afetará 850 mil empregos*” (O Globo, 09/05/2001). A matéria, com direito a quadro explicativo, traz um estudo da Fundação Getúlio Vargas que mostra como a redução do fornecimento de energia elétrica

(em razão do apagão energético) faria com que o PIB tivesse uma queda de 1,5 ponto percentual, além de afetar 850 mil postos de trabalho e reduzir a produtividade. Aqui, a imprensa busca argumentos peritos para embasar os prejuízos causados pelo apagão.

Outra matéria que exemplifica o uso de argumentos peritos é “*Seca não justifica apagão, dizem analistas*” (Folha de SP, 09/05/2001, vide **Figura 2**). No primeiro parágrafo, lê-se: “*A culpa não é da chuva, como afirma FHC. Para oito de nove especialistas ouvidos pela Folha, o presidente não pode usar a estiagem como argumento para explicar a crise que levará o país a enfrentar apagões nos próximos meses*”. Fica claro que o uso de várias vozes é para reforçar o intuito de refutar a explicação do então presidente da República sobre os apagões. O texto é todo estruturado estrategicamente com as falas e os argumentos dos especialistas. Fica ainda mais claro o uso de argumentos peritos para reforçar a opinião do jornal, quando se vê a matéria de análise da Folha na mesma página: “*Apagão pode ser ineficaz para poupar água e energia*”.

Figura 2



São vozes da sociedade e ocupam uma zona moral simbolicamente prestigiada, mas podem incorrer em equívocos que não entram no espaço cênico e discursivo dos pontos focais articulados pelos enquadramentos dos *media*. O uso fragmentado e seletivo dos argumentos desses atores pode resultar em novos arranjos discursivos de cariz monotônico, totalizante e normativo.

Quadro 5 –Temas em que a sociedade é ouvida nas notícias analisadas (%)

SOCIEDADE FOI OUVIDA?	TOTAL
ADM/PROCESSO LEGISLAT	25 %
PROTESTOS/MANIFESTAÇÕES	25 %
AÇÕES DO GOVERNO	17 %
DENÚNCIAS	17 %
DEBATES NA SOCIEDADE	4 %
CONFLITO PESSOAL	3 %
COMPORTAMENTO	2 %
OUTROS	2 %
VOTAÇÕES PLENÁRIO	2 %
CONFLITO PARTIDÁRIO	1 %
NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL	1 %
VOTAÇÕES EM COMISSÕES	1 %
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0,5 %
CONFLITO INTERPODERES	0,2%
DEBATES EM GERAL	0,2%
DEPOIMENTOS	0,2%
	(N=422)

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa - Os dados deste quadro foram arredondados.

O tema “protestos/manifestações” é o que mais dá voz à sociedade, como exemplifica a matéria “*Petroleiros, em greve, ameaçam cortar investimento*” (O Globo, 03/05/1995, vide

Figura 3). A reportagem é uma sequência de outra na mesma página (“*Cut inicia hoje greve contra reformas*”) e vem para realçar o tom de conflito – um alto valor-notícia explorado pelos jornais. Isso pode ser observado na abertura da matéria, na figura a seguir:

Figura 3

Petroleiros, em greve, ameaçam cortar abastecimento

SÃO PAULO — Os petroleiros do país estão em greve nacional desde a meia-noite de hoje e prometem, desta vez, radicalizar o movimento. A categoria pretende paralisar toda a produção e distribuição de derivados de petróleo para fazer com que o Governo negocie. Se isso não ocorrer, a categoria ameaça colocar em risco o abastecimento no país. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o movimento grevista suspenderá o funcionamento das 11 refinarias, de todas as unidades de distribuição e dos campos de produção da Petrobras. Cerca de 90% da categoria, hoje composta por 50 mil empregados, devem aderir à greve.

— É uma greve radicalizada por causa da irresponsabilidade da Petrobras, que descumpriu acordos. Estamos preocupados e até temerosos em perder o con-

trole do movimento diante do grau de revolta da categoria — advertiu Humberto de Campos, diretor da FUP, confirmando que vão trabalhar somente as pequenas equipes responsáveis pelos equipamentos de segurança, que não podem ficar sem manutenção.

Os petroleiros reivindicam o cumprimento de um acordo assinado pelo Governo Lianar Franco no dia 25 de novembro do ano passado, que previa correção dos níveis salariais do quadro de carreiras da Petrobras. De acordo com a FUP, este acerto representa um reajuste médio de 12% nos salários.

Além disso, a categoria quer reposição salarial de 26,63%, referente ao IGV-Dieese de setembro de 1994 a abril último, e a abertura de concurso público para admissão de novos empregados.

Segundo Campos, a paralisa-

ção integral do refino de combustíveis e gás nas refinarias é um processo lento, e os efeitos do movimento só deverão ser sentidos 48 horas depois do corte da produção. A federação promete, no entanto, liberar os combustíveis e gás para hospitais, polícia, corpo de bombeiros e os chamados serviços essenciais, de acordo o diretor da FUP.

Nas duas últimas greves, que ocorreram durante o segundo semestre do ano passado, os petroleiros não interromperam totalmente o refino e a distribuição de petróleo por causa de uma exigência feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), de Brasília, que obrigava a presença de um contingente mínimo de 30% de empregados dentro dos locais de trabalho.

A diretoria da Petrobras não quis se manifestar sobre a greve de seus funcionários.

No caso da greve dos petroleiros, o tom de conflito vinha sendo altamente explorado porque os jornais estavam se colocando sutilmente contra a greve, com destaque para vitórias do governo, como nas chamadas de capa de O Globo, de 10/05/95 (“*TST impõe derrota à greve da Cut – Petroleiros têm que voltar hoje ao trabalho e dias parados serão descontados*”) e da Folha de SP de 11/05/95 (“*Petrobras começa a demitir grevistas; Contra sentença da Justiça, petroleiros decidem manter movimento; oito das dez refinarias estão paradas*). Ou seja, quanto mais se criar fatos mediáticos, mais a sociedade terá lugar nas páginas da grande imprensa. Isso significa que ela passa a fazer parte do recorte mediático de esfera pública quando se encaixa nos critérios jornalísticos. Uma ilustração interessante de agendamento (pelo inusitado, neste caso) é a nota “*Galinhas agitam a Esplanada*”, sobre greve dos servidores

da Embrapa, em O Globo, de 10/05/95, com direito a uma chamada na segunda página do jornal (**Figura 4**):

Figura 4



Galinhas agitam a Esplanada

Os funcionários em greve da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária protestaram ontem contra os baixos salários distribuindo milhares de galinhas para a população na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Algumas aves chegaram a pôr ovos. O ministério da Agricultura concorda com a reposição, mas alega falta de verbas.

Os outros eventos em que a sociedade participa diretamente – “debates na sociedade” e “audiência pública” – representam apenas 4% das matérias que ouviram a sociedade, já que eles não têm praticamente apelo mediático. Do ponto de vista ideal, as audiências públicas são espaços privilegiados de participação pública no debate parlamentar, mas percebemos que os jornais não se interessam por isso. Na verdade, as audiências cobertas, na sua maioria, referem-se a vozes de representantes do Poder Executivo que não seriam tão acessíveis fora daquele espaço, como mostram as matérias “*Governo quer vender Vale para pequeno investidor*” (Folha de SP, 11/05/1995, cuja declaração foi obtida em uma audiência pública) e “*Banerj será privatizado, diz Pêrsio Arida*” (Folha de SP, 12/05/95, vide **Figura 5**), em que nenhum deputado é

citado, apesar de também ser audiência pública realizada na Câmara dos Deputados. Na primeira matéria, o *lead* (1º. parágrafo) é: *O governo federal decidiu vender parte de suas ações na Companhia Vale do Rio Doce diretamente a pequenos investidores, fora dos leilões de privatização.* No *sublead* (ou 2º. parágrafo), há uma declaração de Edmar Bacha, então presidente do BNDES. No terceiro parágrafo é que se explica que a informação foi obtida numa audiência pública sobre a venda da estatal. No restante da matéria, que tem 14 parágrafos, não há qualquer menção ao que foi debatido na audiência; só ao que foi dito por Bacha e a informações fornecidas pelo ministro da Fazenda, que não se encontrava no Brasil:

Figura 5



Na segunda reportagem, da Folha de S. Paulo (Figura 6), ocorre o mesmo. O foco é a declaração do então presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, de que o Banerj seria privatizado. Só no quinto parágrafo é que há a informação de que a declaração foi dada em depoimento de cinco horas à Comissão de Finanças da Câmara. Não há qualquer menção ao motivo do depoimento de tamanha duração, nem ao que os deputados debateram:

Figura 6



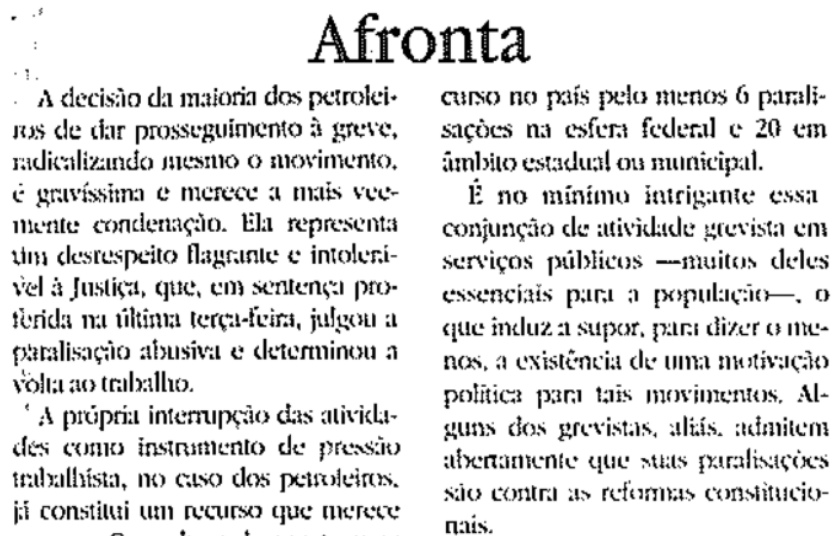
Em suma, as audiências do parlamento são usadas pelos jornalistas mais como oportunidade de entrevistas com autoridades e personalidades envolvidas em temas polêmicos. Talvez a imprensa não tenha interesse porque essas reuniões são voltadas para o debate e não para a tomada de decisões. Isso diminui o seu valor-notícia, pois se referem a algo em processo e não um fato ou feito consumado.

No caso dos protestos, resolvemos também separar as notícias que não tratavam diretamente de nenhum dos poderes, mas sobre os movimentos em geral ou posições tomadas pela sociedade. Isso porque percebemos que os jornais depreciavam o MST (Movimento Sem Terra), por exemplo, e também os petroleiros (que promoveram a maior greve do governo FHC e que tiveram oposição dos jornais), sem referência ao Legislativo ou Executivo. Alguns exemplos: a notícia “*Sem terra lincham, torturam e jogam bomba*”, em O Globo de 09/05/2001 (vide **Figura 7**) e o editorial “*Afronta*”, contra os petroleiros, na Folha de 12/05/1995 (**Figura 8**):

Figura 7



Figura 8



A Folha adotava a rubrica “*Campo minado*” para tratar de manifestações do MST em 2005. Há somente 66 notícias com esse teor: 38% negativas, 59% “neutras^{viii}” e só 3% positivas. Portanto, os jornais parecem ser mais rigorosos com iniciativas de grupos de protestos. Isso revela que as lógicas de ação dos movimentos sociais são repudiadas pela imprensa ou não coincidem com os *templates* semânticos desejados pelos jornais. Um exemplo ilustrativo desse contexto foram os protestos políticos de junho de 2013, que também atacavam a cobertura de parte da imprensa de maior penetração no país, classificando-a como moldadora de uma realidade distorcida e negativa sobre as manifestações.

No que diz respeito especificamente ao Executivo (“ações do governo”), o percentual é de 17%. No âmbito do

Legislativo – somados os temas “audiência pública”, “votações em plenário”, “votações em comissão” e “depoimentos” (que ocorrem nas comissões) – tem-se um total de apenas 3%. A sociedade é inserida na trama e nos enredos noticiosos nos registros temporais de eventos que ocorrem em esferas de menor prestígio nas rotinas do processo legislativo e/ou administrativo. Isso justifica o dado de 25% para o tema “Adm/processo legislat” (administração e processo legislativo), no **Quadro 5**.

O que se pode concluir, neste tópico, é que o uso de fontes da sociedade no noticiário político ocorre por meio de especialistas ou sobre temas do dia a dia dos poderes que já estão na agenda pública. Essa inserção é menor no que se chama de “instâncias oficiais” do Legislativo, que são os trabalhos de comissão e de plenário. Na cobertura diária dessas instâncias, o jornalista geralmente faz mais matérias sobre assuntos correlatos (muitas vezes os jornais têm somente um setorista para Câmara e Senado) e não há tempo para repercutir com a sociedade civil, que não está acessível como um parlamentar, no contexto institucional ritualizado das atividades legislativas. Na hora de priorizar, para não deixar de cobrir outros assuntos, não há dúvida: vale a fonte oficial, integrante de um público forte que já detém boa parcela de influência social e terá seu poder reafirmado.

Quanto às denúncias, a atuação da sociedade é instrumentalizada pela imprensa em função do impacto dramático, como nos casos de protestos e grandes manifestações públicas, a exemplo da mobilização popular em torno da possível cassação do então senador Antônio Carlos Magalhães, segundo a matéria “*‘Ficaria muito triste’, diz ACM sobre cassação*” (Folha de SP, 02/05/01), e quando galinhas foram levadas para a Esplanada dos Ministérios, conforme a nota “*Galinhas agitam a Esplanada*” (O Globo, 10/05/05), já citada

anteriormente. A notícia sobre ACM compõe uma página cuja matéria principal tem a seguinte manchete: “*ACM teme que acareação vire espetáculo*”.

Outra motivação para a inserção da sociedade civil no noticiário político é quando agentes sociais, implicados em denúncias e escândalos, aparecem como agentes de corrupção e envolvidos na denúncia em questão, como na matéria “*Comandante Molina existe e pediu cargo*” (Estado de SP, 18/05/05). Em situações assim, esses atores aparecem no primeiro plano do espaço cênico dramatizado pela mídia. O comandante Molina foi citado pelo então deputado Roberto Jefferson quando os fatos que motivaram a CPMI dos Correios foram denunciados. Desde a abertura, portanto, a matéria só cita o comandante e mostra a declaração dele como protagonista, de indignação.

Qual a incidência das notícias em que a sociedade é ouvida na primeira página?

Para se examinar como se dá a inserção da sociedade no noticiário, convém avaliar ainda como suas manifestações são priorizadas e articuladas pelos jornais: como são destacadas na primeira página – espaço nobre da visibilidade jornalística. Observando os temas que mais aparecem na primeira página, no **Quadro 6**, constata-se que as denúncias ocupam lugar de destaque também quando a sociedade civil está diretamente implicada, seja com envolvimento ativo de seus agentes em operações ilícitas, seja como protagonistas das denúncias ou como testemunhas. Essas notícias representam 23% dos destaques hierarquizados na primeira página, atrás de matérias referentes ao processo legislativo (39%). Quando comparados os percentuais do que é noticiado internamente com o que sai na primeira página, as notícias de denúncia passam do quarto (17%) para o segundo lugar (23%),

Quando o critério é estar na primeira página, as denúncias ultrapassam os protestos e manifestações (estes com 25% no geral e 22% na primeira página). Assim, elas passam do terceiro para o segundo lugar nesse filtro. Percebe-se que os trabalhos de comissões em votações, audiências públicas ou depoimentos aparecem em último lugar.

Quadro 6 – Incidência na 1ª página das notícias sobre temas em que a sociedade é ouvida

TEMAS	TOTAL
ADM/PROC LEGISLATIVO	39 %
DENÚNCIAS	23 %
PROTESTOS/MANIFESTAÇÕES	22 %
AÇÕES DO GOVERNO	11 %
CONFLITO PESSOAL	4 %
VOTAÇÕES PLENÁRIO	2 %
DEBATES NA SOCIEDADE	1 %
OUTROS	1 %
AUDIÊNCIA PÚBLICA	1 %
DEPOIMENTOS	1 %
NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL	1 %
VOTAÇÕES COMISSÕES	1 %
DEBATES	0 %
CONFLITO INTERPODERES	0 %
CONFLITO PARTIDÁRIO	0 %
COMPORTAMENTO	0 %
	n= 177

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Os dados apresentados até agora confirmam a preferência dos jornais por fatos midiáticos de elevado teor simbólico-dramático como protestos, manifestações e denúncias (que juntos somam 42% do total de notícias em que a sociedade civil é ouvida; 45% na primeira página), mas também revelam o uso estratégico de feixes argumentativos oriundos da sociedade no item “administração e processo legislativo” (25% do total e 39% na primeira página), o que pode ser relevante como dinâmica de visibilidade dos atores sociais, em alguns casos. Isso pode ser lido como possível oportunidade de inserção dos atores sociais nas arenas de visibilidade e discutibilidade, mas somente quando suas falas, argumentos e ênfases se encaixam nos valores-notícia. Isso, porém, não nos permite concluir que esse tipo de visibilidade seja politicamente insignificante, uma vez que dependeria de uma análise dos sentidos atribuídos pela representação e utilização desses discursos pelos próprios atores que os protagonizam e aceitam sua inserção no espaço midiático. Contudo, sua presença no noticiário é menor do que fontes oficiais e políticos em geral, o que já era esperado, e sua inserção em temas mais rotineiros do processo político é bem mais baixa, levando-nos a concluir, mais uma vez, que fragmentos discursivos captados dos cenários empíricos de circulação da opinião pública são estrategicamente usados pela imprensa segundo um recorte decidido mediaticamente.

Alguns exemplos de notícias nas quais foi ouvida a sociedade civil e que tiveram chamada na primeira página (sete categorias mais representativas):

- “Arrecadação de impostos pelo governo foi recorde em abril” (O Globo, 20/05/2005). **Categoria: adm/proc legislativo**

- “INSS divulga lista com 176 mil devedores” (Folha de SP, 15/05/03). **Categoria: adm/proc legislativo**

- “Comandante Molina existe e pediu cargo” (Estado de SP, 18/05/95, matéria já citada anteriormente). **Categoria: denúncias**
- “Polícia reprime ato contra ACM em Salvador” (Estado de SP, 11/05/2001). **Categoria: denúncias**
- “Emenda do gás favorece Petrobrás e OAS” (Folha de SP, 11/05/2001). **Categoria: denúncias**
- “CUT inicia hoje greve contra reformas” (O Globo, 03/05/95). **Categoria: protestos/manifestações**
- “Acordo não significa trégua nas invasões, avisa líder” (Estado de SP, 19/05/2005). **Categoria: protestos/manifestações**
- “Uma proposta para o 13.o. salário” (O Globo, 9/05/2003). **Categoria: ações do governo**
- “Cresce no governo pressão por corte do juro” (Estado de SP, 15/05/2003). **Categoria: ações do governo**
- “Gil e Cacá vencem disputa com Gushiken” (O Globo, 07/05/2003). **Categoria: conflito pessoal**
- “Manifesto mostra divisão na classe artística” (O Globo, 09/05/2003). **Categoria: conflito pessoal**
- “Câmara aprova primeira reforma” (O Globo, 04/05/95). **Categoria: votações em plenário**
- “Votação é adiada e emenda pode mudar - Para Omar Carneiro, adiamento é manobra” (Estado de SP, 12/05/2005). **Categoria: votações em plenário**
- “FGV prevê recessão se racionamento for longo” (O Globo, 10/05/2001). **Categoria: debates na sociedade**
- “Decisão sobre juro é cercada de incertezas” (Estado de SP, 18/05/2005). **Categoria: debates na sociedade**

Quem representa a sociedade civil na visão dos jornais?

Uma vez vistos os temas, podemos agora acionar detalhes sobre o perfil da sociedade civil que aparece nas notícias avaliadas neste trabalho – afinal ela também tem seus recortes e *frames*. Observando o **Quadro 7**, percebe-se que a maior parte dos atores entrevistados é de sindicalistas e federados, portanto¹ representantes de categorias profissionais. Isso porque geralmente são os sindicatos que fazem protestos, greves e

¹ Como bem observado pelo parecerista anônimo deste artigo, a maior presença de sindicalistas no período avaliado (maio) deve-se ao fato de este ser o período de data-base de grande parte das categorias profissionais.

promovem outros meta-acontecimentos² que apresentam maior teor de noticiabilidade, com o propósito de se adequar às lógicas de ação simbólica dos *media*.

Quadro 7 – Mapa da sociedade civil que aparece nas notícias dos jornais avaliados (%)

FONTES DA SOCIEDADE CIVIL	%
SINDICATOS E FEDERAÇÕES	22
OUTROS	21
EMPRESÁRIOS	19
INSTITUTOS/ONGs	16
ESPECIALISTAS/ACADÊMICOS	14
MST	5
IGREJA	3
	n= 702

Fonte: Banco de dados produzido pela própria equipe de pesquisa.

Ainda no **Quadro 7**, empresários também aparecem em terceiro lugar, conforme exemplo já citado anteriormente, quando um empresário foi ouvido sobre a crise do apagão. Nesse caso, são empresários de grande porte e de setores expressivos da economia, além de entidades que os representam. A maior parte deles está ligada a partidos ou personagens importantes do meio político, ou seja, mais próximos do perfil de personagens que se enquadram no *template dramático* desejado pelas tramas narrativas do campo mediático. Perdem somente para o item “outros”, em que se encaixam transeuntes, profissionais autônomos, artistas de rua e tudo mais que não se encaixa nas categorias apresentadas.

Técnicos e acadêmicos, que geralmente opinam sobre temas específicos somam 14%, como exemplifica a matéria “Capitais preparam esquema de segurança” (O Globo, 11/05/01), em que um técnico da Polícia Militar é ouvido para

² Um meta-acontecimento pressupõe romper a superfície da normalidade (Rodrigues, 1993)

corroborar com a declaração do secretário de Segurança Pública de São Paulo de que havia um plano de emergência para blecautes gerais na capital paulista (na época da crise do apagão). A voz do PM é usada para reforçar que os policiais estavam preparados para atender as situações de emergência.

Grupos temáticos e minorias estão praticamente de fora do campo focal do noticiário político. O MST, apesar de ter percentual baixo (5%), é relevante para a análise, por representar um único setor, enquanto os sindicatos são vários – ainda que, na verdade, se polarizem nas notícias entre CUT e Força Sindical. Também é importante ressaltar que o MST tem bastante destaque nas notícias sobre sociedade civil, mesmo que de forma negativa. Isso porque os jornais muitas vezes colocam a notícia de forma crítica em relação às invasões de terra promovidas pelo movimento, como uma forma de fazer contraposição às lógicas de ação do MST, como se pode ver na matéria “*Sem-terra lincham, torturam e jogam bomba em sem-terra*” (O Globo, 09/05/05), já citada anteriormente.

Em “Outros”, estão o que os jornalistas chamam de “povo-fala”, depoimentos ilustrativos de pessoas e qualquer outra situação que não se encaixe nas categorias escolhidas. Nesses 21%, portanto, estão as fontes da sociedade civil mais usadas para ilustrar uma matéria – não como argumento de autoridade ou voz importante (ainda que o argumento ilustrado seja significativo). De maneira geral, entretanto, percebe-se que o uso ilustrativo acontece também em qualquer categoria, seja pela obrigatoriedade jornalística de ouvir o outro lado ou ter uma opinião da sociedade. Não há como mensurar empiricamente esse tipo de uso, já que não há marcador no banco de dados que possibilite tal avaliação de forma mais contundente.

Conclusões

Os dados mostram quais são as fontes com maior visibilidade no noticiário, além do perfil e da identificação dos temas em que a sociedade civil é ouvida, quando é prioridade, qual o espaço dado aos partidos e a presença de vozes contrárias no noticiário. Percebeu-se a prevalência de detentores de cargo (49%) nos noticiários, em detrimento da sociedade civil (24%), que pouco aparece no debate de temas ligados à sua realidade, que – por sua vez – também são pouco cobertos pela imprensa, como debates, comissões, etc. Tal mapeamento nos leva a concluir que os jornais brasileiros não priorizam as vozes de representantes da sociedade civil organizada nos moldes teóricos propostos neste artigo. Além de pouco aparecer, quando há visibilidade, esta ocorre de forma assimétrica, ou segundo os critérios mediáticos de noticiabilidade. A rotina da cobertura jornalística não leva a um tipo de equilíbrio entre posições de fontes e entre lados opostos, mas favorece os públicos fortes destacados na análise. Entretanto, não se pode afirmar que a sociedade civil não aparece nas páginas dos jornais. O que se questiona são as modulações retóricas e os arranjos textuais construídos pelos jornais ao se apropriarem dos argumentos oferecidos pelos atores sociais da esfera civil.

Com as pressões de tempo e de demanda de um grande número de coberturas, o repórter acaba deixando de repercutir as notícias com parte da sociedade interessada, que – pelo menos via jornal – pouco dialoga com os políticos. Do pouco que participa do espaço político mediatizado, a sociedade aparece em enquadramentos específicos, construídos para dar suporte de realidade e de objetividade ao feito noticioso, a exemplo das performances espetaculares ancoradas nas denúncias e escândalos políticos.

Faz todo o sentido, portanto, a crítica de Fraser aos conceitos de esfera pública que não levam em conta esses aspectos do funcionamento da mídia e do sistema político em geral. Em uma perspectiva liberal da imprensa, calcada no modelo da esfera pública burguesa e de democracia liberal, a mídia é um órgão de controle dos governos, servindo à sociedade civil como sua legítima representante, além de configurar uma arena de debates essencial ao processo democrático. A realidade contemporânea, contudo, não corresponde a esse modelo, como mostram os dados analisados neste trabalho.

A mídia exerce um papel central no sistema democrático, especialmente por sua utilidade como mecanismo principal da visibilidade política nas sociedades atuais, que adotam a representação como forma de organização. Entretanto, essa função primordial serve aos detentores do poder estabelecido e colabora para a manutenção das assimetrias verificadas entre públicos fortes e fracos, conforme argumentamos acima. Ao contrário do que muitos teóricos propõem, o funcionamento do jornalismo acaba por justificar a separação entre Estado e sociedade civil, prejudicando a inclusão de alguns públicos na opinião pública que acaba exposta e se consolida como expressão das demandas sociais nas sociedades capitalistas.

Ao construir um regime de verdades em formato de polêmicas, crises e escândalos, a imprensa cultiva sua perspectiva retórica simplificada de forma estratégica, o que fortalece seu poder simbólico e sua capacidade de penetração e difusão continuada na sociedade, permeando o conjunto de representações mentais e consolidando *templates* e molduras de percepção e discernimentos em torno do universo da política. Sob esse ângulo analítico, o noticiário político comporta um enfático tom moral e normativo, ou seja, sua orientação

transcende a constatação e o diagnóstico, abrindo trilhas prescritivas com receituários sobre como a realidade social deveria ser.

A mídia apresenta-se aos leitores como uma instituição perita (Miguel, 1999), especializada em atuar como um observatório da vida pública, com livre circulação pelos espaços em que os debates são realizados e as decisões políticas são tomadas, incluindo o acesso privilegiado aos bastidores e à voz dos agentes públicos. Dessa forma, a política é apresentada como “o reino do segredo a ser revelado” e o jornalismo como instância perita, capaz de tornar a política transparente para o público. Além de um observatório da vida pública, a imprensa constrói uma autoimagem de “agência de vigilância moral”, cuja função é denunciar os desvios e “pecados políticos”. Nessa lógica, a mídia instrumentaliza sua *performance* espetacular para que o público a reconheça como uma eficiente “delegacia moral”. É como se o seu papel fosse policiar o comportamento dos representantes políticos. Ao mesmo tempo em que fazem o diagnóstico moral, os jornalistas empenham-se em apontar os procedimentos corretivos. Esse ciclo reforça a imagem positiva dos veículos e dos profissionais de imprensa.

No plano do imaginário popular, portanto, a *performance* da imprensa é associada ao de uma instituição responsável pelo diagnóstico (denúncia) das mazelas e patologias políticas, além de apontar e prescrever os procedimentos para sanar e prevenir os desvios patológicos do campo político. Um recurso largamente utilizado para tal fim é o uso de argumentos de especialistas como fonte de autoridade explicativa e prescritiva. Os argumentos são publicados sob a forma de artigos de opinião, análises e entrevistas. Esses argumentos são instrumentalizados pela imprensa para reforçar seus enquadramentos e acentuar a lógica de economia simbólica

que desqualifica a política e enaltece o próprio papel de vigilância moral da imprensa.

Em decorrência da articulação desse conjunto de operações simbólicas, o campo de visão do cidadão é construído com base em lentes alheias em interação com seu campo cognitivo. Há uma arquitetura prévia que condiciona a percepção, a sensibilidade e o discernimento do público. Essa operação se dá por meio de elementos como a escolha das manchetes, dos títulos em letras garrafais, das fotos, das metáforas e das opiniões de especialistas reconhecidos para serem incorporadas à cartografia noticiosa, além das táticas como a cobertura sequenciada e seriada, estruturada em capítulos. Trata-se de um fluxo de informações, combinadas com opiniões, análises e comentários meticulosamente articulados sob a lógica da denúncia e a ética da indignação, similar aos processos analisados por Boltanski e Chiapello (1993).

Como efeito dessa observação terceirizada, o público é levado a construir suas visões a partir do ordenamento de perspectivas e montagens oferecidas pela mídia. Trata-se, pois, de uma observação da cena política, mas fica desprovido de oportunidades de construir sua perspectiva particular. Dessa forma, o jornalismo político impresso atua como operador hermenêutico na formação de sensibilidades, percepções e discernimentos dos leitores. Cabe ressaltar ainda que o discurso dos *media* sobre política não deve ser entendido como produção autônoma, em vista da configuração relacional complexa e multifacetada que se estabelece no processo de produção, emissão e recepção do noticiário político. Em suma, trata-se de um discurso social condicionado por múltiplos fatores – segundo a perspectiva sociológica da *teoria multifatorial da notícia* (Sousa, 2000) – que depende da relação dos *media* com as demais

instituições que compõem a sociedade. A sua participação na sociabilidade é importante e inegável, a ponto de fazer parte dos requisitos para uma democracia poliárquica na formulação de Robert Dahl (1989). Segundo ele, contudo, é essencial a existência de fontes alternativas de informação para o bom funcionamento da democracia. Assim, para distorcer vieses de grupos – sejam eles de imprensa ou de qualquer outro tipo – deve-se pretender garantir ampla pluralidade às diferentes vozes da sociedade. O que, efetivamente, não acontece de forma intensa no ambiente mediático brasileiro contemporâneo.

Bibliografia

- ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- ARATO, A. & COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectivas, 2000.
- BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, ago 2011.
- BERNARDES, C. B. As Fontes de Informação nas Mídias Legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), v. 7, p. 32-49, 2011.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BOLTANSKI, L. CHIAVELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: ENCONTRO DA COMPOS, 15., 2006, Bauru. *Anais...* São Paulo, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- COOK, T. House members as newsmakers: the effects of televising Congress. *Legislative Studies Quarterly*. V.11, nº.2, maio/1986.P.203-226.
- _____. *Making laws and making news*. Media strategies in the U.S. House of Representatives. Washington: The Brookings Institution, 1989.
- _____. *Governing with the news*. The news media as a political institution. (2ª ed.) Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- DAHL, R. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University, 1989.
- DUARTE, Luiz Fernando D. Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no ocidente. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out, p. 163-176, 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. Cadernos de Pesquisa, n. 5, outubro, São Paulo: Cebrap/Entrelinhas, 1996.
- FONTCUBERTA, M. *La noticia*. Pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge/MA, London: The MIT Press, 1992.
- GANS, H. J. *Deciding what's news*. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Evanston/Illinois: Northwestern University Press, 2004. 25th anniversary edition.
- GOMES, W. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- _____, W. 2011. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre/RS: Sulina.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. In: TRAQUINA, J. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Portugal: Vega, 1993.

KEANE, J. A Sociedade Civil. Portugal: Editora Temas e Debates, 1998.

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KRITSCH, R. Esfera pública e sociedade civil na teoria política habermasiana: considerações historico-conceituais introdutórias. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, v. 1, n.3, 2010. Disponível em: http://rbcp.unb.br/artigo_html.php?id=44. Consultado em 22/03/12.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*. São Paulo, nº 67, 2006, p. 49-103.

MAIA, R. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. IN: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Mídia, representação e Democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010. P.274-298.

MARBUT, F. B. 1971. *News from the Capital*. The story of Washington reporting. Carbondale/Illinois: Southern Illinois University Press.

MATHEUS, L. C. Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, 2010.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como *sistema perito*. *Tempo social*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 197-208, maio de 1999.

_____, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, Porto Alegre, v.10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.

_____, L. F.; BIROLI, F. (orgs.) *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010..

_____. _____. *O calidoscópio convexo: visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ. P. 1-21, 2010a.

NEVEU, É. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y.; DEMPSEY, G. R. What moves public opinion? The influence and effects of mass media. In: GRABER, D. (Ed.). *Media power in politics*. Chicago: University of Illinois, 2007. p. 98-113.

PLANALTO, blog. Quase metade dos brasileiros se informa pela internet. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/quase-metade-dos-brasileiros-se-informa-pela-internet-afirma-ministro-da-comunicacao-social/>, acessado em 25/03/2014.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 453-470, dez. 2011.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. IN: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 27-33.

RODRIGUES, M. R. *Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

SCHMIDT, L. *Ambiente no ecrã: emissões e demissões no serviço público televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos meios jornalísticos*. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2000.

SOUZA, J. A singularidade ocidental como aprendizado reflexivo: Jürgen Habermas e o conceito de esfera pública. In: SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora da UnB, 2000a, p.59-94.

_____. Acerca do lugar da moralidade na política: Weber, Habermas e a singularidade cultural alemã. In: SOUZA, J. (Org). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000b, p.49-90.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAVANCAS, I. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 74-90.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n.1, p.235-252, 2011.

WEBER, M. H. *Comunicação Pública e a captura do voto*. Texto apresentado durante o XXXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu-MG, 2007.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995. Da Sociologia dos emissores ao newsmaking, p. 159-230.

WOLTON, D. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Porto: Asa, 1994.

NOTAS

¹Nos termos da Sociologia das Práticas Sociais de Bourdieu, o capital de um campo acaba ajudando os agentes a galgarem posições em outras esferas. Ou, pelo menos, ajuda os atores a ingressarem no campo. O melhor exemplo é o dos políticos que conseguem se eleger graças à visibilidade adquirida na mídia ou no esporte.

²Neste ponto, é preciso frisar que este artigo tem como perspectiva a sociologia dos emissores e, portanto, não aborda a reação resultante dos receptores, tal como seria se fosse aqui contemplada uma pesquisa de recepção. Obviamente, a participação dos receptores não pode e não deve ser desconsiderada, mas a intenção aqui é ver que tipo de produto é ofertado, com que formatação e sugestões simbólicas de leitura e participação.

³ Para o cientista político Robert David Putnam (1973), o conceito de capital social abrange o estudo das práticas sociais, normas e relações de confiança e de reciprocidade que se estabelecem entre indivíduos e grupos, construindo uma malha de interações sociais.

⁴A discussão faz parte da crítica ao conceito de esfera pública, na qual são consideradas duas dimensões analiticamente estruturantes (a *visibilidade e a discutibilidade*). A primeira se refere ao poder dos *media* de conferir publicidade a certos temas, enquanto a segunda diz respeito à troca de razões públicas, ou seja, ao debate coletivo, à discussão desencadeada pela publicidade (Lycarião, 2010).

⁵ Não é nosso objetivo mapear ou discutir os conceitos de sociedade civil, mas apenas situar o debate para contextualizar minimamente o estudo. Para discussões conceituais, consultar: Avritzer, 1994; Arato e Cohen, 1994; Lavalle, 2006; Ramos, 2005; Kritsch, 2010.

⁶ Como não há espaço para um detalhamento sobre a história das ideias políticas sobre o conceito de sociedade civil, consultar Arato e Cohen, 1994; Bobbio, 1987; Lavalle, 2006; Ramos, 2005.

⁷ Entendendo aqui a esfera pública segundo o conceito habermasiano: como um lugar onde todos podem ter acesso igual à discussão colocada e atuar segundo um discurso racional, capaz de levar à deliberação.

⁸ Isto não significa que as características da rotina jornalística, como a escassez de tempo, justifiquem a procura excessiva de fontes oficiais e a reprodução das ideias da classe dominante. Apenas traduz o que acontece atualmente.

⁹ Apesar do consenso de que não existe notícia neutra, adotamos aqui, com esta ressalva, o sistema de valências adotado pelo *Instituto Doxa de Pesquisa*, no qual a categoria “neutra” se refere àquele tipo de notícia que não se caracteriza ostensivamente como positiva ou negativa em relação a um dado enquadramento. Assim, as notícias foram catalogadas segundo valências, entendidas como parâmetros para enquadrar o teor de uma mensagem em relação aos poderes em estudo. Foram divididas da seguinte forma: positivas, quando favorecem as instituições/atores; negativas desfavorecem instituições e atores; neutras, quando não favorecem, nem desfavorecem ou quando favorecem e desfavorecem ao mesmo tempo, sem que haja sobreposição de informações.

Palavras-chave:

Sociologia Política.
Visibilidade política.
Sociedade civil.
Noticiário político.
Mídia e política.

Resumo: Estudo de cunho sociológico, com base em material publicado pelos principais jornais de circulação nacional sobre política. Análise fundamentada nas seguintes questões: (a) como se dá voz à sociedade no enquadramento noticioso? (b) em que fóruns os jornalistas recorrem às vozes da sociedade? (c) quais as fontes sociais às quais os jornalistas recorrem com mais frequência? (d) em quais agendas/temas a sociedade é reconhecida pela mídia como agente político relevante? (e) qual perfil dos agentes da sociedade aparece no noticiário político? Analisam-se efeitos simbólicos da cobertura jornalística e as consequências da apropriação deliberada de determinados filamentos discursivos de fontes da esfera civil. Conclui-se que, em longo prazo, a imprensa forma sensibilidades, percepções e discernimentos da população exposta de forma continuada à leitura dessas notícias políticas. Essas matérias são vistas como construções retóricas normativas e não como uma ementa da realidade.

Keywords:

Political Sociology.
Political visibility.
Civil Society.
Political news.
Media and politics.

ABSTRACT: It is a sociological study, based on material published by major national newspapers which have national policy coverage. The study will be based on the following issues: (a) how is the public voice in framing news, (b) in which forums journalists give voice to civil society, (c) which are the social sources more listened by journalists (d) in which agendas / issues society is recognized by the media as a relevant political actor, (e) the profile of civil society that appears in political news. The analyses goes through the eventual symbolic effects on politics and the consequences of deliberate appropriation of certain discursive sources that act as representatives of the civil sphere. It still evaluates the most relevant effects in the long run, the formation of sensitivities, perceptions and insights of the population who is exposed continuously to the reading of these political news. These issues are seen as normative rhetorical constructions and not a menu of reality.

Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa.

Marcos Antonio da Silva

Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP)
Professor do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em
Sociologia (UFGD)

Introdução

O estudo dos partidos políticos e dos sistemas partidários constitui-se um tema fundamental no desenvolvimento e consolidação da ciência política. Também no caso brasileiro, tal temática – como apontam Lima Jr. (1999) e Nicolau (2010) – constituiu-se um tema clássico, presente nos primórdios da reflexão da política brasileira e amplificado pela institucionalização da área, o que aprofundou e ampliou as pesquisas sobre a vida partidária e o sistema partidário nacional.

O sistema partidário brasileiro sofreu inúmeras alterações ao longo da sua existência, derivadas da dinâmica política do país e do desenvolvimento errático da democracia brasileira, como apontam Lamounier e Meneguello (1986), Fleischer (2007) e Lima Junior (1997), Melo (2006), Nicolau (1996), entre outros. O formato do atual sistema partidário brasileiro começou a se configurar no final do regime militar, com a superação do bipartidarismo tutelado. O momento fundamental

desta inflexão foi a Lei Falcão (1979), que permitiu a emergência de novos partidos políticos, o que foi ampliado pelo processo de abertura democrática que confirmou a emergência de um pluralismo partidário, recuperando (ainda que parcialmente) a experiência abortada pelo regime militar.

Desde então, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração determinado pela desconstrução da matriz bipartidária e a emergência de um multipartidarismo, mais ou menos acentuado com a criação e fusão de agremiações partidárias que indicam uma dinâmica e volatilidade que desafiam a análise e sua compreensão. Apesar disto, pode-se apontar, pelo menos no âmbito nacional, para o desenvolvimento de uma relativa estabilidade no que se refere à competição eleitoral (FLEISCHER, 2007; MELO, 2006; NICOLAU, 1996).

No Rio Grande do Norte (RN), o peso das oligarquias oriundas das elites tradicionais (de caráter agrário), associadas à propriedade da terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais. Por outro, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que dependem da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo – federal ou estadual – para o desempenho eleitoral dos partidos políticos.

Considerando o sistema partidário potiguar, já no final da década de 1980 e início de 1990, novos partidos entram em cena e, seguindo aquilo que acontecia no restante da federação, o sistema partidário do estado começa a se fragmentar, caminhando para a lógica multipartidária. Na década de 1990, a competição segue a lógica multipartidária, que de extremamente fragmentada tenderia a uma relativa estabilidade, confirmada na década posterior.

Apesar do avanço nos estudos sobre o sistema partidário nacional, ainda há ausências significativas no âmbito regional. Desta forma, a análise das unidades da federação (estados e municípios) pode contribuir para o conhecimento da vida política do país em múltiplas dimensões e servir de base para o desenvolvimento de estudos comparativos que nos permitam compreender as diferenças e a interação entre a dinâmica política nacional e a local, percebendo seus alcances e limites.

Neste artigo, busca-se analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado entre 1982 até o pleito de 2014, compreender a natureza do sistema partidário local e sua interação com a dinâmica nacional. Tal análise fundamenta-se numa comparação com a dinâmica nacional – amparada na noção de relativa estabilidade – e procura apontar o desempenho eleitoral dos partidos políticos e a estruturação (dinâmica) do sistema partidário no estado, apontando para o peso do executivo central (presidência ou governador) na consolidação dos partidos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: (i) análise teórica dos principais aspectos relacionados ao tema, discutindo o sistema partidário brasileiro; (ii) breve análise sobre o poder executivo e da relação entre oligarquias e partidos políticos no estado; (iii) análise do desempenho eleitoral dos partidos políticos e a estruturação do sistema partidário.

Partidos e sistema partidários: a dinâmica brasileira.

A análise dos partidos políticos prosperou desde o estudo clássico de M. Duverger, publicado em meados do século XX, que relacionava a emergência e a organização dos partidos políticos à institucionalização da competição política e seus efeitos.

Desde então, esta temática tem se ampliado e surgiram inúmeras obras esmiuçando as diversas interfaces que tal tema permite. Neste sentido, a análise de Sartori (1982) tornou-se um marco fundamental no estudo dos partidos e sistemas partidários. Isto se deve ao fato de que a própria definição de partido presente em Sartori – “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições e que seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos em cargos públicos” (SARTORI, 1982, p.85) – parece enfatizar a relação indissociável entre partidos, sistema partidário e o ciclo eleitoral no mundo moderno. Embora minimalista, tal concepção nos permite captar a essência dos partidos políticos no mundo contemporâneo: disputar o poder político na arena eleitoral, ainda que outras formas fossem tentadas historicamente¹.

Além disto, tal dimensão foi posteriormente explorada por Mair (1994), que destaca o papel dos partidos políticos nas eleições e aponta que as agremiações atuam em três esferas, sendo elas: *party in the public office*, *party on the ground* e *party in the central office*.

Sendo assim, apontamos que as eleições tornaram-se, em momentos distintos em cada país, um mecanismo fundamental para moldar a natureza e a estrutura dos partidos políticos. Combinadas com outros processos da modernidade tardia (meios de comunicação de massas, valores pós-materialistas, novas formas de identidade,...), propiciaram, ainda, a emergência do “partido profissional-eleitoral” apontado por Panebianco (2005)³.

¹ Apesar da existência de outras concepções como a de Cerroni (1982), consideramos que, para fins deste trabalho, tal definição é suficiente e, importante, se enquadra nas análises contemporâneas sobre partidos, como a de Panebianco (2005) e a emergência de um novo modelo de partidos no mundo contemporâneo, o Partido Profissional Eleitoral, discutido na nota seguinte.

Associado a definição de partido está o fato de que a competição eleitoral implica institucionalização e estruturação da disputa – que, geralmente, envolve um conjunto de participantes e o estabelecimento de regras e procedimentos que a regulam, conferindo-lhe legitimidade. Desta forma, a compreensão e atuação dos partidos políticos, pelo menos no mundo contemporâneo, estão relacionadas à noção de sistema partidário, envolvendo não apenas o número de partidos políticos que disputam o poder, mas também o formato ideológico que estrutura e envolve tal disputa (SARTORI, 1982)⁴.

Nesse sentido, mesmo considerando que o atual sistema partidário brasileiro é recente e que, em outros momentos históricos – principalmente no período 1946-1964 – detinha um caráter eminente fragmentado e polarizado, interessa-nos destacar não apenas sua estabilidade relativa, mas seu pluralismo moderado, apresentando: (i) uma “distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes” (isto é, uma tendência dos partidos de caminharem para o centro do espectro ideológico, o que acaba diminuindo as diferenças ideológicas entre eles); (ii) uma “configuração de coalizão bipolar”, onde os pleitos eleitorais se organizam, cada vez mais, em torno de coalizões (como se pode perceber na disputas presidenciais, desde 1994); e (iii) uma “competição centrípeta” que representa uma tendência a posturas de centro, o que se reflete no melhor desempenho eleitoral dos partidos que estão

³ As principais características do partido profissional-eleitoral seriam: “a) centralização dos profissionais (competências especializadas); b) partido eleitoral, ligações verticais fracas, apelo ao eleitorado de opinião; c) predominância dos representantes públicos, direções personalizadas; d) financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos; e) ênfase nas issues e na liderança, centralização dos carreiristas e dos grupos de interesse no interior da organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 514)

⁴ Considerando as duas dimensões mencionadas, o autor aponta para os seguintes sistemas partidários: “1. Partido Único, 2. Partido Hegemônico, 3. Partido Predominante, 4. Dois Partidos, 5. Pluralismo limitado, 6. Pluralismo extremado, 7. Atomizada” (SARTORI, 1982, p.150).

no centro do espectro ideológico (SARTORI, 1982). Como já percebiam Lamounier & Meneguello (1985), ainda na década de 1980, “existe um centro poderoso, em princípio apto para evitar uma polarização como a que ocorreu após a Revolução de 1930 entre comunistas e integralistas” (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986, p. 86). Neste sentido, como aponta Nicolau: “Sistemas partidários são construções intelectuais que pretendem identificar certos atributos referentes ao padrão de competição entre os partidos no âmbito nacional ou subnacional (estados e municípios), no caso do Brasil” (NICOLAU, 2010, pg, 218).

Além disto, vale destacar, segundo Nicolau: “No Brasil, o sistema partidário da República de 1946 foi tema de estudos cuidadosos” (Lima Jr., 1983; Soares, 1973; Souza, 1976; Lavareda, 1991; Santos, 2003). O sistema partidário pós-1985 não recebeu tratamento equivalente, seja em volume, seja em profundidade (NICOLAU, 2010, pg. 232). Assim, a análise aqui apresentada procura contribuir para a superação de tal lacuna, principalmente na esfera subnacional.

Dessa forma, concordamos com Melo (2006) ao apontar que o atual sistema partidário brasileiro é resultado de dois realinhamentos que, combinados, conferem uma relativa estabilidade que diz respeito aos resultados eleitorais do país após a abertura democrática, apontando para o impacto do ciclo eleitoral presidencial sobre a força dos partidos.

Desde a transição que pôs fim ao regime militar em princípios dos anos 1980, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração em que é possível identificar pelo menos três momentos. Tal reconfiguração relaciona-se ao sistema partidário brasileiro em geral, implicando mudança de uma lógica bipartidária (anos 1980) para uma lógica multipartidária (anos 1990 em diante), inicialmente fragmentada e depois relativamente estável, bem como uma reconfiguração

envolvendo as forças políticas dentro de cada espectro ideológico.

Quanto ao primeiro aspecto, podemos destacar que, na década de 1980, ocorre a desconstrução da matriz bipartidária, marcada pela emergência do PMDB como grande força política nacional e pelo aparecimento de inúmeras agremiações partidárias que teriam papel mais ou menos relevante na década seguinte. Na primeira parte dos anos 1990, ocorreu uma equalização das forças partidárias e a emergência de partidos médios que indicavam uma consolidação do quadro partidário brasileiro em torno de sete partidos – PMDB, DEM (ex-PFL), PP (ex-PPB), PSDB, PT, PDT e PTB. Em seguida, o sistema partidário brasileiro passa a adquirir uma estabilização relativa, associada ao desempenho eleitoral dos partidos mencionados, configurando o seguinte quadro:

Quadro 1 – Resultados eleitorais conjuntos de PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB entre 1990 e 2006 (percentual de cadeiras)⁵

Representação	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006
Governo Estadual	85,1		92,5		92,5		74,1		81,4
Senado Federal	80,6		87,1		96,2		88,9		81,4
Câmara dos Deputados	77,6		82,6		89,9		81,1		76,1
Assembléia Legislativa	75,4		78,8		79,7		72,0		68,9
Prefeitura Municipal		83,7		87,4		85,8		79,3	
Câmara dos Vereadores				84,9		79,3		66,9	

Fonte: MELO, 2006; elaboração do autor.

⁵ Dados retirados de Melo (2006:160), Fleischer (2007) e de <http://jaironicolau.iesp.uerj.br> (Acesso em 02/05/2011).

Dessa forma, o número de partidos políticos que disputam eleições atingiu o pico em 1992, sofrendo desde então uma sensível queda. Notou-se ali a consolidação de um número limitado de partidos efetivos (MELO, 2006; NICOLAU, 2006). A representação política, o número de representantes eleitos no período mencionado e os principais cargos públicos ocupados pelos sete partidos médios anteriormente mencionados (PMDB, PFL- atual DEM, PPB- atual PP, PSDB, PT, PDT e PTB) indica o predomínio absoluto dessas agremiações. Portanto, “Transcorrida a década de 1990, é possível dizer que as evidências disponíveis permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional” (MELO, 2006: 158). Isso significa que, mesmo com a fluidez do sistema partidário brasileiro, este se mantém relativamente estável.

A segunda reconfiguração ocorreu no espectro político-ideológico, indicando o impacto do ciclo eleitoral presidencial. Mesmo a tendência ao centro atingindo todos os principais partidos brasileiros – caso notório do PT – ocorreram deslocamentos nos grandes blocos ideológicos. Desta forma, à direita, observou-se a ascensão do atual DEM (ex-PFL), que suplantou a grande força política deste bloco, o PDS, este emergido da ditadura. Ao centro, observou-se um desempenho relativamente estável do PMDB e a ascensão do PSDB, que – em certos momentos – chegou a ameaçar sua liderança. Finalmente, à esquerda, pôde-se constatar a consolidação do PT como força hegemônica, substituindo o PDT, que havia tido um desempenho importante nos anos 1980⁶.

Da mesma forma, Fleischer (2007) indicava que ao longo dos anos 90 podemos observar a passagem de um sistema de pluralismo exacerbado (1989-1996) para um sistema mais

⁶ Com o segundo mandato de Lula (2006-2010) e a emergência do Lulismo, mais que do petismo, estas configurações podem ser reconsideradas, seja pelo enfraquecimento, ainda em andamento, do DEM e, em menor medida, do PSDB, pela reconstituição do PMDB como grande força política nacional e a ascensão do PSB.

moderado e equilibrado que caracteriza o período recente. Isto poderia indicar que o atual sistema partidário, apesar da fragmentação, tenderia a uma relativa estabilidade.

Tal estabilidade pode ser contrastada a noção, desenvolvida por Mainwaring (2001), de que o sistema partidário evolui para uma institucionalização, ainda que frágil o que não implica em consolidação definitiva, porém aponta para o predomínio de certas agremiações, uma maior probabilidade de indicação de alianças e desempenho eleitoral, com o predomínio dos partidos políticos já mencionados.

No caso brasileiro, a frágil institucionalização do sistema partidário é resultado de, pelo menos, três fatores. Em primeiro lugar, destacam-se os fatores estruturais relacionados ao desenvolvimento político do país, aos padrões históricos de formação do Estado e dos partidos e a cultura política brasileira (predomínio de padrões personalistas). Em seguida, deve-se destacar a atuação do regime militar que em dois momentos (1965 e 1979) determinou a dissolução dos partidos existentes, contribuiu para o esgotamento do padrão desenvolvimentista diluindo mecanismos de legitimação da atuação dos partidos e a emergência dos meios de comunicação que enfraqueceram as estruturas partidárias e estimularam a atuação de políticos independentes desta. Finalmente, a fragilidade do sistema partidário está associada às regras institucionais (sistema eleitoral, procedimento de voto, legislação partidária, predominância do executivo, entre outras) que estimulam a descentralização e a autonomia pessoal em detrimento da estrutura partidária (MAINWARING, 2001: 274-314).

No entanto, apesar de frágil, a institucionalização fundamenta a formação do sistema partidário como um processo *continuum*, estabelecida em torno de quatro elementos: “1) mais estabilidade na competição eleitoral, 2) Partidos mais enraizados na sociedade, 3) Legitimidade dos partidos políticos perante os

atores sociais, 4) Organizações partidárias independentes de líderes”.

Dessa forma, a institucionalização implica em riscos e oportunidades, contribuindo para o fortalecimento do sistema partidário, pois: “as instituições estimulam certos comportamentos dos eleitores e dos próprios políticos e partidos, e desencorajam outros” (CINTRA, 2007:36).

Poder Executivo, Oligarquias e Partidos Políticos.

Como afirmamos anteriormente, o sistema partidário brasileiro foi intensamente modificado com o fim do regime militar. A emergência do multipartidarismo possibilitou a construção de novas agremiações partidárias e um intenso realinhamento que, aos poucos, parece se acomodar. Apesar da dinâmica local, e suas especificidades, se inserirem no contexto nacional, a análise do desempenho eleitoral dos partidos nos fornece alguns elementos instigantes, como destacaremos a seguir. Para tanto, apresentamos os resultados nos pleitos do executivo e, em seguida, do legislativo no âmbito municipal e estadual.

Além do impacto do ciclo presidencial⁷, já mencionado, convém destacar que os sistemas partidários locais também são influenciados pelo executivo estadual (governadores) que possuem certa autonomia para o estabelecimento e a implantação das agendas políticas, estabelecendo recursos para a competição eleitoral. Nesse sentido, como apontam Cervi e Codatto:

Note-se que o controle do governo por determinada agremiação o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos

⁷ Os presidentes da República no período foram: José Sarney, PMDB (1985-1990); Fernando Collor, PRN (1990-1992); Itamar Franco, PMDB (1992-1994); Fernando H. Cardoso, PSDB (1995-2002); Luis Inácio Lula da Silva, PT (2003-2010); e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2018). (N.E.: Vale ressaltar que o mandato desta última sofreu processo de impedimento, estando a presidenta afastada, o que significa que esta análise deve ser considerada até o ano de 2016).

(“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito organizacional. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política (CERVI e CODATTO, 2006, p.248).

Isto mostra o peso dos governadores para os resultados eleitorais. Conforme Melo,

No que se refere à relação entre as eleições estaduais e as municipais, um rápido levantamento mostra que, nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos respectivamente em 1998, 2002 e 2006 estiveram em primeiro lugar, no número de prefeituras eleitas, em 70% dos estados. Se acrescentarmos os casos em que o partido do governador ficou em segundo lugar, chegamos a 85% dos estados. No federalismo brasileiro, a conquista do governo estadual é decisiva para o desempenho nas eleições municipais (MELO, 2010, p.20).

Assim, percebe-se que os governadores têm uma influência decisiva no desempenho eleitoral dos partidos nos municípios em todos os estados do país.

Como veremos, os governadores e presidentes impactaram no desempenho eleitoral dos partidos nas eleições municipais, o que pode sugerir que a aquisição de recursos acessando o governo – seja ele federal ou estadual – faz com que os partidos governistas tenham um melhor desempenho eleitoral. Meneguello (1998) mostra que os partidos que ocupam ministérios conseguem se estruturar e alcançam um melhor desempenho eleitoral. Isto permite compreender o desempenho dos principais partidos do estado, DEM, PMDB e PSB, bem como compreender o quadro partidário.

Desta forma, no período analisado os governadores eleitos do Rio Grande do Norte foram:

Quadro 2- Eleições para governador (1982-2010)

ELEIÇÕES	GOVERNADORES	PARTIDO
1982	José Agripino Maia	PDS
1986	Geraldo Melo	PMDB
1990	José Agripino Maia	PDS
1994	Garibaldi Alves	PMDB
1998	Garibaldi Alves	PMDB
2002	Vilma de Faria	PSB
2006	Vilma de Faria	PSB
2010	Rosalba Ciarlini Rosado	DEM
2014	Robson Mesquita de Faria	PSD

Fonte: TSE (organização do autor)

Como podemos observar no quadro acima, três aspectos se destacam. Em primeiro lugar, o desempenho do PMDB que emerge nos anos 1980 e se consolida nos anos 1990 como uma força fundamental da política estadual. Além disso, é possível notar forças de centro-direita (ou direita) como o PDS – e, mais recentemente, o DEM – a despeito da diminuição de representatividade que esses partidos vêm experimentando em âmbito nacional. Por fim, percebe-se a ascensão do PSB que, acompanhando a tendência regional, parece apontar para o fortalecimento desta agremiação como principal força de centro-esquerda no estado, contrapondo a análise de Melo (2006) de predomínio do PT neste campo.

Ainda, deve-se levar em consideração que, no caso potiguar, o desempenho de tais partidos fundamenta-se na persistência do padrão oligárquico na política local⁸. Como

⁸ Além de Spinelli (2010), a discussão sobre o padrão oligárquico da política estadual pode ser encontrada em Lacerda e Oliveira (2006), Lindoso (1992), Alves (1976), Souza (1984), entre outros.

aponta Spinelli (2010), após o fim do regime militar, o sistema político partidário estadual consolida-se sob o manto oligárquico:

Nele, duas grandes forças político-partidárias se plasmam: o PMDB, do ex-governador Aluizio Alves – ministro da Administração do governo Sarney e da Integração Nacional no governo Itamar Franco – e de outros familiares, notadamente seu filho o deputado federal Henrique Alves, e seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho; e o PFL (atual DEM), cuja principal liderança é José Agripino Maia. (SPINELLI, 2010, pg. 67).

Ainda segundo o autor, deve-se destacar a presença dos Rosado na política estadual, pois:

Ao lado desses dois clãs dominantes, acrescente-se o clã Rosado, com importante inserção na região oeste do estado, produtora de petróleo. Os Rosado elegeram o governador em 1950, Dix-Sept Rosado Maia (falecido em acidente aéreo após poucos meses de governo) e dominam um reduto eleitoral que lhes garante expressiva representação na Câmara Federal e na Assembléia Estadual. Embora se conservem divididos, seu apoio é disputado pelos clãs dominantes devido ao elevado capital de votos que controlam. (SPINELLI, 2010, pg. 67).

Dessa forma, o PMDB estrutura-se sob o manto da família Alves com a emergência de lideranças políticas importantes do estado, inclusive com a ocupação de cargos importantes no plano federal (ministérios e órgãos relevantes como o DNOCS), destacando-se, entre outros, Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves. O DEM estrutura-se sob o manto do clã Maia que, assim como o PMDB, revelou lideranças fundamentais para a dinâmica política estadual, destacando-se Lavoisier Maia e, mais recente, José Agripino Maia. Finalmente, o PSB, apesar de seu formato organizativo no plano nacional, no cenário local estrutura-se de uma dissidência de clãs próximos aos acima apontados sob a liderança de Vilma de Faria (ex-Maia), emergindo como força local nos anos 90. Mesmo a recente eleição de Robson Faria parece indicar a persistência, embora por um partido surgido recentemente, de tal padrão oligárquico.

A combinação entre a força do executivo (local) e a presença das oligarquias (Alves, Maia e Rosado, fundamentalmente) parece ser confirmada pelo desempenho nas eleições para o Senado Federal, órgão de grande prestígio em todo o período republicano e para o qual se candidatam lideranças com uma trajetória política relativamente consolidada⁹, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3- Senadores eleitos (1982-2010)

Eleição	Eleito	PARTIDO
1982	Carlos Alberto de Souza	PDS
1986	José Agripino Maia	PFL
	Lavoisier Maia	PDS
1990	Garibaldi Alves Filho	PMDB
1994	Geraldo de Melo	PSDB
	José Agripino Maia	PFL
1998	Fernando Bezerra	PMDB
2002	Garibaldi Filho	PMDB
	José Agripino Maia	PFL
2006	Rosalba Ciarlini Rosado	PFL
2010	Garibaldi Filho	PMDB
	José Agripino Maia	DEM
2014	Maria de Fátima Bezerra	PT

Fonte: TSE (organização do autor)

⁹ Consideramos que a eleição, em 2014, de Fátima Bezerra, do PT, embora possa indicar a superação de tal padrão não é suficiente para a confirmação disto e somente no próximo pleito (2018) quando duas cadeiras estarão em disputa poderemos verificar (ou não) a predominância do padrão oligárquico.

Partidos e eleições: fragmentação relativa e frágil institucionalização

O sistema partidário brasileiro, nos anos 1980, foi marcado pela desconstrução da lógica bipartidária e, como consequência, pelo advento de um multipartidarismo extremado. No entanto, tal desconstrução ocorreu de forma paulatina, atingindo seu apogeu apenas no final daquela década. A rigor, o impulso adquirido pela principal força de oposição consentida, o MDB, contribuiu para o predomínio do PMDB, com maior ou menor intensidade, nas disputas eleitorais do período e, também, certo fôlego, maior ou menor de acordo com o contexto regional, as agremiações derivadas da ARENA.

Percebe-se que, até as eleições de 1985, predomina a lógica bipartidária da competição eleitoral representada pelo PDS e PMDB que, posteriormente, vai sendo suplantada pela lógica multipartidária. Mesmo que, em 1985, o PDS (sucessor direto da ARENA) comece a perder cadeiras, somente a partir de 1988 é que tal quadro se torna evidente. A ascensão do PMDB é relevante, considerando-se o desempenho dos partidos em outros estados da federação (MELO, 2006 e BOHN & PAIVA, 2009). Vale ressaltar que tal ascensão combina-se com o que procuramos demonstrar, ou seja, a influência do governo estadual, combinada com o predomínio no plano federal, foram fundamentais para a consolidação do PMDB como partido predominante.

A década de 1990 se inicia com o aumento do número de partidos e o conseqüente aumento na fragmentação das representações no Congresso e municípios. A eleição de Collor, em 1989, e o seu impeachment, em 1992, mostram um início da década foi turbulento que afeta o sistema partidário ocasionado um pluralismo extremado (FLEISCHER, 2007).

No plano municipal, as eleições propiciaram o seguinte quadro partidário¹⁰:

Quadro 4- Eleições para Prefeitos (1996-2012)

PARTIDOS	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	48	55	35	37	50
PFL/DEM	41	35	32	17	24
PSDB	15	11	4	4	3
PPB/PP	24	37	7	19	8
PTB	1	1	15	7	2
PDT	1	4	5	7	2
PL/PR	24	12	11	17	18
PPS		4	7	3	2
PT		1	2	4	6
PSB	1	6	48	44	19
PV				1	2
PMN	5			6	8
PHS			1	1	0
PSD		1			21
PC do B					1
TOTAL	167	167	167	167	167

Fonte: TSE (organização do autor).

¹⁰ Apesar de solicitados já há algum tempo, os dados das eleições para prefeito e vereador dos pleitos de 1984, 1988 e 1992 ainda não estão contemplados. De qualquer forma, consideramos que tal ausência não invalida a análise geral deste trabalho.

Quadro 5- Eleições para Vereadores (1996-2012)

PARTIDOS	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	455	519	296	280	336
PFL/DEM	414	302	232	161	163
PSDB	141	101	64	59	56
PPB/PP	236	364	100	157	107
PTB	16	22	123	83	67
PDT	62	37	98	67	40
PL/PR	180	99	111	133	148
PPS	3	53	66	47	37
PT	10	13	39	51	62
PSB	26	108	315	309	202
PV			15	29	29
PC do B		5	8	20	22
PMN	31	9	7	51	55
PHS			10	18	22
PSD	1	6			187
PSC		3	11	16	22
PSDC	1	3	5	5	13
PTN		4	11	7	7
PRB				25	28
PRP			1	3	3
PSL			7	5	2
PT do B			2	1	5
PAN			4		0
PTC			2		1
PSOL					2
PSTU					1
PPL					1
TOTAL	1576	1648	1527	1527	1618

Fonte: TSE (organização do autor)

Os resultados acima parecem confirmar os indícios de uma estabilidade relativa do sistema partidário estadual. Como se pode observar, os partidos médios¹¹ (PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB) conquistam a maioria das cadeiras, no executivo e legislativo municipal, com destaque para o PMDB, DEM e PP que, embora com certa variação, apresentam um bom desempenho nos pleitos analisados. Interessante perceber o desempenho de PSB, alicerçado na conquista do executivo estadual, confirmando a influência decisiva deste e do PL, presente na aliança governamental estadual e nacional que se beneficia dos recursos disponíveis dos postos do executivo. Além disto, vale destacar que na última eleição analisada (2012), o PSD e o PR possuem um desempenho significativo, inclusive ultrapassando o PP no espectro à direita do sistema partidário.

Neste sentido, a relativa fragmentação se acentua neste início de século, de certa forma, mais tardiamente que no plano federal, observando-se a emergência de pequenos partidos que, no entanto, não ameaçam a preponderância dos partidos médios. Novamente, o impacto do executivo (estadual ou federal) parece ter interferido decisivamente para o desempenho destes partidos. No entanto, vale ressaltar que a inclusão de PSB e PL indicaria que a maioria das cadeiras disputadas concentra-se nas agremiações mencionadas.

Deve-se também destacar que, no estado, o desempenho de alguns pequenos partidos como PV, PMN, PL, PRB e PHS (entre outros) diferenciam-se do que se apresenta no plano nacional, contribuindo para um aumento relativo da fragmentação (anos 2000) e que tal percepção não significa o

¹¹ Tal definição aproxima-se a noção de partidos efetivos, considerando o desempenho destes partidos ao longo do período e a oscilação existente entre as diversas eleições bem como a importância destes para a constituição e o desenvolvimento dos governos nas múltiplas esferas, acompanhando a análise, já mencionada, de Mello (2006).

esgotamento do poder oligárquico, pois, como aponta Spinelli (2010):

Ao lado das duas grandes forças partidárias nesse período, gravitam partidos menores, considerados periféricos ou satélites. Também não se diferenciam das agremiações mais poderosas, a não ser pelo fato de suas lideranças oscilarem constantemente entre uma e outra, ao sabor dos interesses na disputa eleitoral, na competição pela distribuição de cargos e de verbas para suas regiões de origem, onde se situam as chamadas bases eleitorais. (SPINELLI, 2010, pg. 67-68).

No que se refere à reconfiguração no espectro ideológico, constata-se que o DEM, apesar do crescimento de PMN e PP e mais recentemente de PSD e PR, se destaca como a grande força deste campo (direita), amparada pela combinação do poder executivo e das oligarquias, diferenciando-se do plano. Da mesma forma, no centro, podemos constatar o predomínio do PMDB, a principal força política em todo período, e que o avanço do PSDB ocorreu durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – enfraquecendo-se, de forma significativa, desde então. Finalmente, outra novidade do sistema partidário regional revela-se no campo da esquerda, em que fica evidente o predomínio do PSB, amparado em dois mandatos do executivo e de sua principal liderança transitar nas oligarquias tradicionais do estado, o aumento ainda que incipiente do PV e o desempenho medíocre do PT, apesar da ascensão no plano federal¹².

Interessante observar que a dinâmica local parece reproduzir uma polarização traduzida no embate entre PMDB-DEM (PSB, em menor medida), desde o final do regime militar, refletindo os embates oligárquicos do estado e diferenciando-se, de forma significativa, do plano federal que se consolida entre PT-PSDB, pelo menos até o presente momento.

¹² Uma análise específica sobre estes deslocamentos e das razões do desempenho de cada partido mencionado será abordado requer maiores investigações e será abordado em trabalho posterior.

Considerando as eleições estaduais, além das já mencionadas (governador e senador), emerge o seguinte quadro:

Quadro 6- Eleições para Deputados Federais (1982-2014)

PARTIDOS	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PMDB	3	4	3	2	4	3	1	1	1
PFL/DEM		3	3	5	3	2	1	2	1
PSDB			1	1					1
PDS/PPB/PP	5	1			1	1	1		1
PTB						1			
PL/PR							1	1	1
PT						1	1	1	
PSB							2	2	
PRN			1						
PV								1	
PMN							1		1
PSD									1
PROS									1
TOTAL	8	8	8	8	8	8	8	8	8

Fonte: TSE (organização do autor)

Quadro 7- Eleições para Deputados Estaduais (1982-2014)

PARTIDOS	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PMDB	9	10	10	8	8	4	4	6	5
PFL/DEM		9	5	10	5	4	3	2	2
PSDB				1	1		1	1	
PDS/PPB/PP	15	5	3		4	8			
PTB					1	1		1	
PDT			1	1	1	1	2	1	1

PL/PR			4	2	2	1		2	1
PPS						1	1		
PT			1	2	1	2	1	1	1
PSB				2	1	2	4	4	2
PV							2	1	
PHS							1	1	1
PMN							5	4	1
PPR				1					
PC do B									1
PT do B									1
PROS									4
PSD									3
SD									1
TOTAL	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: TSE (organização do autor)

Novamente, tais resultados indicam efetivamente a consolidação do processo de desconstrução da matriz bipartidária, herdada do regime militar, com a emergência, nas duas últimas décadas, de um sistema multipartidário, mais ou menos fragmentado. Nesse sentido, confirma-se também a tese da relativa estabilidade do sistema partidário estadual, com o predomínio dos partidos médios, com a diferença fundamental de que seja necessária a substituição das agremiações consideradas pela literatura nacional, devido ao frágil desempenho e a inclusão de novas agremiações, como o PSB, que predomina no campo da esquerda; e o PL e o PMN que se destacam à direita.

Ainda, tais dados parecem indicar que a polarização PMDB-DEM, apesar de fornecer o suporte para o desenvolvimento do sistema partidário potiguar, vem sendo enfraquecida pelo desempenho dos demais partidos, o que,

obviamente, não significa necessariamente a perda de controle por parte das oligarquias que controlam estas agremiações. Quanto a PSDB e PT, os dados revelam um desempenho frágil que requer maiores estudos, mas que pode estar associado ao fato de que, no estado, o primeiro se subordinou ao poder oligárquico e aceitou um papel secundário em nome da manutenção do apoio no plano federal, limitando seu crescimento; quanto ao PT, a fragilidade – mesmo com a ascensão no plano federal – parece estar associada à ausência de sólidas (e múltiplas) lideranças, à dificuldade organizativa do partido e de suas bases tradicionais que são frágeis no estado e, também, à marginalização em nome da aliança nacional que dependia de uma liderança consolidada.

De qualquer forma, se o aumento da fragmentação observada neste início de século pode ampliar a competição eleitoral, permitir a emergência de novos padrões de administração do estado e de organização política, limitando (ou diminuindo) o peso das oligarquias por um lado, de outro pode indicar as dificuldades de institucionalização dos partidos e do sistema partidário regional, que alimenta os padrões que pareciam ameaçados. Nesse sentido, é interessante observar o desempenho global dos partidos mencionados:

Quadro 8 – Resultados eleitorais conjuntos de PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB entre 1990 e 2010 (percentual de cadeiras) no Estado.

Ano/Cargo	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Assembleia Legislativa	Prefeitura Municipal	Câmara dos Vereadores
1990	100	87,5	83,4		
1992					
1994	100	100	91,7		

1996				78,5	80,9
1998	100	100	87,5		
2000				86,3	82,4
2002	100	100	83,4		
2004				59,9	57,8
2006	100	50	45,9		
2008				56,9	52,1
2010	100	50	50		
2012				56,8	51,3
2014	100	50	37,5		

Elaboração do autor

No quadro, pode-se constatar o que apontamos anteriormente. Se a matriz bipartidária foi superada e um cenário multipartidário instaurado, evidente no desempenho global recente dos partidos mencionados, indicando-se uma relativa estabilidade. No entanto, tal estabilidade, apesar de orbitar em torno de PMDB e DEM, diferencia-se do cenário nacional, com a necessidade de inclusão de novos partidos, destacadamente PSB, que se insere no contexto regional. Se no Senado e nos governos estaduais a dupla é avassaladora em outras instancias seu poder parece estar sendo minado e assistimos uma fragmentação, ainda que tardia, que pode se configurar numa relativa estabilidade e demonstrar a frágil institucionalização de tal sistema.

No entanto, vale observar que, nos últimos dois pleitos, têm aumentado a fragmentação do sistema partidário estadual, com a diminuição do desempenho dos partidos mencionados e a

ascensão de novos partidos (PSD, PROS e PMN, dentre outros), o que pode ser aprofundado com uma nova conjuntura política¹³.

Tal cenário também parece trazer novos elementos para a relação entre partidos e oligarquias; e somente os próximos resultados poderão indicar a superação (ou não) do padrão oligárquico que até aqui determinou a configuração dos partidos e do sistema partidário no estado.

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos analisar o desempenho dos partidos e a dinâmica do sistema partidário no Rio Grande do Norte, com o objetivo de compreender sua especificidade e a interação com a dinâmica nacional, fundamentada na noção de relativa estabilidade e institucionalização.

Como demonstramos, a análise dos partidos políticos buscou demonstrar a presença e continuidade do padrão oligárquico que organizou a política do estado desde o século XIX e alcançou novo patamar desde o regime militar, orientado pelo domínio das estruturas partidárias (PMDB, DEM e PSB) e pela ocupação dos principais postos eletivos por três grupos oligárquicos que se destacam: Alves, Maia e Rosado.

Essas oligarquias afetam o sistema partidário, produzindo efeitos instigantes para novos estudos e confirmam as noções centrais deste trabalho pois, por um lado, contribuem para a relativa estabilidade do sistema partidário estadual e, por outro, demonstram a frágil institucionalização do mesmo, ao reafirmar o padrão oligárquico.

Assim, pode ser analisado o desempenho dos três partidos que se destacam: o PMDB, que estrutura-se a partir dos Alves; o DEM, que se estabelece a partir dos Maia e Rosado; e

¹³ Neste sentido, embora ainda em andamento (2016), se confirmado o processo de afastamento da presidente Dilma e o esfacelamento da coligação que a sustentava o quadro de reconfiguração e fragmentação do sistema partidário potiguar pode se aprofundar.

finalmente, o PSB, a partir das dissidências destes dois últimos grupos. Vale ressaltar que isso instaura uma dinâmica e polarização diferente do quadro nacional e de outros estados da federação; no caso de DEM e PMDB, embora sendo fundamentais para a governabilidade no plano estadual e federal, em poucos estados se reproduz a polarização aqui demonstrada; em relação ao PSB, seu desempenho parece estar associado a um padrão regional, que reproduz o padrão oligárquico.

Quanto à desconstrução da matriz bipartidária e o desenvolvimento do multipartidarismo, constata-se que a tendência geral se assemelha a dinâmica nacional; no entanto, é relevante o desempenho do PDS, antes do predomínio do PMDB, conforme apontava Neves (2001). Ainda, demonstramos que o sistema bipartidário chega ao fim ainda na década de 1980, sendo substituído pelo multipartidarismo que, no estado, se fundamentou em três partidos – PMDB, DEM/PFL e PSB – que conquistaram a maioria absoluta das cadeiras nos diferentes pleitos analisados. Desde então, o multipartidarismo se desenvolveu com base numa relativa estabilidade, em que os partidos médios, já apontados por Melo (2006), DEM, PT, PMDB, PSDB, PDT, PP e PTB, elegeram todos os governadores, a maioria absoluta de senadores e deputados (estaduais e federais) que, nos últimos anos, necessita da incorporação de PSB, PL e PMN para que o quadro local demonstre sua especificidade.

Constatamos também que o desempenho dos partidos no estado está diretamente relacionado à influência do executivo (estadual ou federal) nos pleitos eleitorais do país. Nesse sentido, é relevante o desempenho de PMDB, DEM e PSB variando conforme a manutenção (ou não) destes postos fundamentais. Confirma-se a tendência apontada pela bibliografia de que os detentores do poder executivo possuem recursos consideráveis que devidamente aplicados influenciam o

desempenho de seus partidos e, certamente, dos aliados. Necessário seria aprofundar as razões do frágil desempenho de PT e PSDB que destoam de outros estados da federação.

No sistema partidário estadual, destaca-se o predomínio do PMDB, considerando seu desempenho em todo o período. O partido manteve um papel relevante, como em poucos estados da federação, sustentado na influência do executivo estadual – em que venceu a maioria dos pleitos – e no padrão oligárquico. Em todo o período, tal predomínio se fundamentou na polarização com o DEM, embora nos últimos anos o PSB tenha se consolidado como força que pode forjar uma nova polarização ou, mesmo, constituir como uma terceira via no plano estadual.

Apesar de indicar algumas tendências importantes para a compreensão do sistema partidário estadual, como a relativa estabilidade, um multipartidarismo moderado com a predominância dos partidos médios, a preponderância do PMDB, DEM e PSB, uma polarização diversa da nacional, entre outros aspectos, considera-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre os partidos e o sistema partidário no Rio Grande do Norte e sua interação com sistema partidário nacional. Principalmente porque, considerando a conjuntura atual, a reconfiguração e a fragmentação partidárias poderão ser intensificadas.

Bibliografia

- ALVES, Aluizio. A primeira campanha popular no Rio Grande do Norte. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1976.
- BITTAR, M. Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BOHN, R.S. & PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados. Sistema Partidário e democracia no Brasil. Revista Sociologia Política, v. 17, n. 33, 2009.
- CERRONI, Umberto. Teoria do partido político. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- CERVI, E. U. & CODATTO, A. N. Institucionalização partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná In: CODATO, A.N.; SANTOS, F.J. dos (orgs.). Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006, p. 267-291.
- CINTRA, Antônio Octávio. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DUVERGER, M. (1980). Os partidos políticos. 2 ed. Brasília: UnB.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). Revista Opinião Pública, Campinas, Vol.VIII, nº1, 2002.
- LACERDA e OLIVEIRA, Alan e Bruno de. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. In: Revista Cronos, Natal, vol. 5/6, pg. 273-287, 2006.
- LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). O Sistema Partidário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sergio. O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.
- LINDOSO, José A. S. Da oligarquia Maranhão á política do Seridó: o Rio Grande do Norte na República Velha. Natal: CCHLA, 1992.
- MAIR, Peter. "Party Organizations: from civil society to the state" in: MAIR, P. and Katz, R.S. (Edd) How Parties Organize- change and adaption in party organizations in westerns democracies. London, SAGE Publications, 1994.
- MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G, A & RENNÓ, L. (orgs.). Reforma política: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- MENEGUELLO, R; POWER, T; MAINWARING, S, P. Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENEGUELLO, R. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NEVES, M.M.R.N. Elites políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Ed. Vértice/IUPERJ, 1988.

NICOLAU, J. M. Multipartidarismo e Democracia: Um estudo sobre o Sobre o sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro, FGV Editora, 1996.

NICOLAU, J. M. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: MARTINS e LESSA, C. B. e R. Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

PANEBIANCO, A. Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: Ed. UNB, 1982.

SOUZA, Itamar de. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. In: Vivência, Natal, vol. 2, n. 1, pg. 48-66, 1984.

SPINELLI, J. A. Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

TAVARES, J.A.G. (Org.). O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2001.

Palavras-chave:

Partidos Políticos;
Sistema Partidário;
Oligarquias; Relativa
Estabilidade.

Resumo: O presente estudo busca compreender o desempenho eleitoral dos partidos políticos no Rio Grande do Norte (RN), desde a transição do regime militar (1982) até 2014. Neste sentido, percebe-se que o sistema partidário do estado foi estruturado, nos seus primeiros anos em torno de dois partidos, PDS e PMDB, seguindo o padrão nacional. No final da década de 80 e início da seguinte, o sistema eleitoral tornou-se extremamente fragmentado, tendo a predominância de partidos de centro (PMDB, PSDB), centro-direita (PTB) e direita (DEM/PFL). Com a ascensão da centro-esquerda (PDT, PT, PSB), no final dos anos 90, o sistema partidário potiguar parece adquirir uma relativa estabilidade. Tal análise discute, ainda, a influência decisiva do executivo estadual e das oligarquias (Maia, Alves e Rosado, entre outras) e, em menor escala, do federal para a estruturação do sistema partidário do estado.

Keywords:

Political Parties;
Party System;
oligarchies; Relative
stability

ABSTRACT: This study aimed to understand the electoral performance of political parties in Rio Grande do Norte (RN), since the transition from military rule (1982) until 2014. In this regard, it is clear that the party state system was structured in his early years around two parties, PDS and PMDB, following the national standard. In the late 80's and early next, the electoral system has become highly fragmented, with the predominance of center parties (PMDB, PSDB), center-right (PTB) and right (DEM / PFL). With the rise of the center-left (PDT, PT, PSB), in the late 90s, the party potiguar system seems to acquire a relative stability. This analysis discusses also the decisive influence of the state executive and oligarchies (Maia, Alves and Rosado, among others) and, to a lesser extent, from the federal to the structuring of the party state system.

Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012¹⁴

Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE - 1971), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB - 1979) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC - 1998).

Monalisa Soares Lopes

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC - 2008), Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia desta mesma instituição (2011) e Doutorado também no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC (2016).

Introdução

O principal fato político a ser destacado na campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012 foi o rompimento entre o PSB, do Governador Cid Gomes, e o PT, de Luizianne Lins, com implicações significativas sobre o quadro da política estadual no qual vicejava um situacionismo verticalizado

¹⁴Texto apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Comunicação Política (ABCP) , GT Comunicação Política e Opinião Pública , Brasília 4 a 7 de agosto de 2014-11-21

envolvendo os níveis dos governos Federal, Estadual e Municipal. Neste texto, analisamos a disputa entre as lideranças do governador e as da prefeita, que – na busca de impor sua hegemonia no campo político cearense – transformaram a campanha para a prefeitura de Fortaleza em um confronto que se travava não entre os próprios candidatos, mas entre as imagens dos patronos de suas candidaturas. Os dois candidatos que, chegaram ao segundo turno, Elmano de Freitas e Roberto Cláudio, enquadravam-se na categoria de “postes” – termo cunhado pela imprensa e utilizado por analistas políticos para reportar-se a um fenômeno que tem se tornado frequente na política brasileira: a indicação para disputa de postos, no poder executivo, de candidatos desconhecidos do eleitorado, que entram no jogo político não necessariamente por méritos próprios, mas como uma espécie de teste de prestígio e capital político dos seus patronos, que os indicam e apadrinham. O termo “poste” é uma metáfora política de candidato sem luz própria, sendo utilizado como forma de desqualificar adversários assim nomeados. Entretanto é exatamente por não ter uma imagem pública própria que um candidato se credencia para assumir o lugar de outro. A derrota ou a vitória não será também a ele creditada, daí a expressão empregada para demonstrar a força máxima de um político: “ele é capaz de eleger até um poste”.

Admitimos como hipótese que a expansão recente deste fenômeno vincula-se à tendência de ciclos políticos mais longos possibilitados pelo instituto da reeleição que intensificou a tendência situacionista em todos os níveis de governo. Um governante com uma marca de gestão positiva alimentada pela publicidade institucional pode ao fim do segundo mandato ser vicariamente “reeleito” através de um “candidato poste”. A duração de um ciclo político centrado em um personagem político pressupõe que o nome escolhido para sucedê-lo seja

uma decisão pessoal do mandatário, apresentado e reconhecido como seu sucessor para dar continuidade ao legado político que lhe é entregue. Vale ressaltar que esse fenômeno permite compreender como o personalismo – elemento relevante da cultura política brasileira – foi paradoxalmente exacerbado na fase mais recente da redemocratização, quando a comunicação no formato midiático-publicitário passou a atuar como condição básica de construção de carreiras políticas em disputas majoritárias. Mesmo antes da legislação que instituiu a reeleição para postos do executivo, já tínhamos casos de “reeleições vicárias”. Lembremos os exemplos paradigmáticos da eleição de Pita, “poste” de Maluf para a prefeitura de São Paulo (1996), e de Antônio Cambraia, “poste” de Juraci Magalhães para a prefeitura de Fortaleza (1992). Ambos foram vitoriosos em primeiro turno.

Pretende-se, neste texto, desenvolver uma análise das especificidades da retórica eleitoral da campanha para prefeitura de Fortaleza em 2012 que envolveu não apenas um, mas dois candidatos “postes”. Quais contratos de comunicação são estabelecidos entre candidatos e eleitores? Em que medida esse estudo nos ajuda a compreender dimensões do complexo processo de funcionamento da “cabeça” dos eleitores que decidem votar em um candidato como se tivessem votando em outro?

Serão analisados textos de programas do horário eleitoral de TV veiculados pelos dois candidatos: Elmano de Freitas (da então prefeita) e Roberto Cláudio (do então governador), no primeiro e segundo turnos da campanha, admitindo que os mesmos condensem elementos centrais das estratégias de comunicação utilizados na disputa pela adesão dos eleitores. Destacamos alguns questionamentos como provocadores deste estudo: a) Quais aspectos do cenário eleitoral favoreciam a indicação de “candidatos poste”? b) Existem peculiaridades no

processo de indicação de candidatos que expressam a submissão dos partidos à vontade pessoal de determinadas lideranças? c) Como entender a meteórica curva de ascensão nas pesquisas dos candidatos “postes”, que sempre partem de reduzidos níveis de intenções de voto?

Em busca de explicações para o fenômeno dos candidatos “postes”

No texto “*Luzes do ‘poste’: uma análise da eleição para prefeito de Recife em 2008*”, Bizarro e Alli (2011) esboçam uma interessante busca de abordagens da ciência política que possam ser aplicadas para explicar o fenômeno dos “candidatos poste”.

No âmbito das instituições políticas, os autores reportam-se à teoria da agência (Jensen e Meckling 1976; Resende Filho, 2008), que dá destaque a situações em que um político (apoio principal) recorre a outro ator (agente secundário) para desempenhar alguma tarefa originalmente de sua própria competência, envolvendo a delegação de autoridade para legitimar o comportamento do agente delegado. Considerando o pressuposto teórico de que os indivíduos tendem à maximização da utilidade de suas ações, admite-se que o indivíduo que detém o poder (apoio principal) – e que delega para outro que em seu nome participará dele – avalia que esta opção lhe é a mais favorável, já que as relações hierárquicas estabelecidas entre eles supostamente seriam capazes de possibilitar o controle sobre o eleito. O relacionamento entre patrono, ou principal, e candidato delegado é caracterizado por Elster (1949) “*como jogo no qual, no primeiro lance, o principal propõe ao agente um contrato, segundo o qual sua recompensa ou bonificação será auferida por alguma conduta específica, que reflita o interesse do principal*”. A retribuição esperada seria manter o capital político nele depositado, apresentando um desempenho satisfatório como gestor replicando com fidelidade, sem laivos

de autonomia à imagem daquele que o construiu como candidato. O problema, porém, como apontado por Bizarro (2011), é que – se inicialmente há uma assimetria de poder entre o patrono e o candidato a quem os votos são transferidos – essa situação poderá inverter-se quando o “poste” eleito e empossado no exercício das prerrogativas de mando inerentes ao cargo busque firmar-se mais autonomamente no campo político. A ausência de uma instância controladora, independente do cumprimento dos termos do “contrato inicial” firmado entre patrono e “candidato delegado”, dá suporte a muitos casos em nossa história política de “traições” entre criadores e criaturas.

O entendimento do fenômeno do sucesso dos “candidatos poste” é buscado principalmente na perspectiva dos eleitores e, para tanto, os autores recorrem à literatura sobre as três principais abordagens de como eles decidem seus votos: a) a sociológica, que ressalta o papel das identidades coletivas, das práticas culturais e posições na estrutura de classes; b) a psicológica, que destaca a importância das motivações subjetivas e perfis de personalidade dos indivíduos na determinação de suas escolhas eleitorais; c) a teoria racional, que considera os eleitores como atores que escolhem racionalmente em quem votar, ponderando quais entre as alternativas postas podem lhes auferir maiores benefícios ou menores perdas.

Ainda que considerem esta última como a mais ajustada ao entendimento do comportamento do eleitor que elegeu João da Costa do PT para prefeito de Recife em 2008 (identificado como “candidato poste” do então prefeito João Paulo), os autores levantam dificuldades advindas da ausência de procedimentos analíticos para explicar *“como e em que direção o mecanismo de economia informacional é acionado pelo eleitor médio”* (p.210). Recorrem assim a Moro (1994), que desenvolve a tese de que o eleitor médio – ou seja, os que não se

incluem entre os aproximadamente 11% dos grupos de eleitores ideológicos, informados e politizados – tendem a decidir seu voto de uma forma intuitiva, com base na “relação cognitiva primária e natural” que as pessoas comuns (não especialistas) acionam nas situações da vida cotidiana, cujos fundamentos estão nos elementos de sua experiência (o que vê, ouve ou sente) considerados confiáveis. O eleitor intuitivo, como qualquer outro, decide seu voto por aquele que considera ser “o melhor candidato”; e mesmo que não consiga verbalizar argumentos consistentes para justificar sua escolha, ela não pode ser considerada “irracional”. Se esse “eleitor médio” se distancia do perfil do “eleitor ideológico”, do mesmo modo não pode ser confundido com o eleitor cliente, cujo voto é uma extensão da dominação tradicional de patronagem.

Admitimos que outras questões devem ser postas: em quais aspectos o fenômeno recente de “candidatos postes” se diferencia das formas tradicionais de reprodução do domínio de um político ou de seu grupo em um determinado campo político? O que ele nos revela sobre a dinâmica política brasileira atual? À guisa de hipótese, alguns aspectos diferenciais podem ser mencionados. Na política considerada tradicional, a autoridade do chefe político assentava-se principalmente no reconhecimento de que sua força política era suficiente para transferir com sucesso ao candidato por ele indicado os votos “cativos”, distribuídos em territórios eleitorais sob seu comando. Desse modo, eram remotas as possibilidades de surpresas ou mudanças bruscas nos resultados eleitorais: o candidato escolhido por um chefe político não era um desconhecido, mas alguém com pertencimento estreito ao seu grupo – e nele toda a confiança pessoal era depositada. A gramática do clientelismo tradicional, de raízes no patrimonialismo rural, assentava-se em regras particularistas de

atendimento de demandas de um eleitorado cativo, justificando assim o uso da metáfora do “curral” para qualificá-lo.

Na análise da modernização política do Brasil, Edson Nunes (2010) reconhece que o clientelismo integra a gramática política nacional atuando de forma articulada como o corporativismo e o insulamento burocrático, de modo a compatibilizar, ao longo da história, tendências de inovação e de continuidade na estrutura de nossas instituições políticas. O clientelismo, na sua forma contemporânea, é predominantemente praticado pelo Estado através da distribuição assimétrica dos recursos governamentais – quer para obras públicas, quer para programas considerados de assistência social aos mais carentes, como forma de reforçar suas bases políticas eleitorais. A justificação de distribuição assimétrica de recursos invoca para legitimar-se o objetivo republicano de redução da pobreza e das desigualdades sociais. Desse modo, as práticas clientelistas buscam ajustar-se à retórica política democrática, na medida em que o particularismo que as caracteriza se faria em nome de um universalismo de procedimentos a ser alcançado em um tempo futuro, quando as desigualdades sociais fossem minimizadas pela ação do Estado.

O clientelismo transfigura-se na medida em que – com a ampliação e concentração de recursos públicos controlados pelas máquinas governamentais – expande-se também a força política daqueles que as controlam e podem decidir sobre o fluxo e destino do que será investido sob a forma de “políticas públicas”. Conquistado o poder, torna-se mais fácil conservá-lo do que ser dele apeado pela oposição que tende a amargar um exílio cada vez mais longo e difícil de ser superado. Entende-se, assim, porque a força gravitacional do poder traz para sua órbita os mais diferentes partidos e grupos políticos. Nunca as alianças e coalizões foram tão amplas como na política brasileira das

últimas décadas; e esse fenômeno certamente não pode ser explicado por boas intenções de garantir a “governabilidade.”.

José de Souza Martins (2011) admite que a modernização no Brasil não dispensou desde a proclamação da República “a tradição do mando pessoal e da política do favor, ainda que acobertado pelas exterioridades e aparências do moderno e do contratual.” O autor destaca que, nos governos do PT (2002-2014), estabeleceu-se “*a ligação financeira direta do governo federal com as populações pobres (leia-se bolsa família) fortalecendo significativamente os nem sempre sutis mecanismos de continuísmo, enquanto fragiliza o princípio democrático da alternância do poder.*” (Martins, p. 94).

André Singer (2012) identifica o “Lulismo” como traço personalista da política que ultrapassa as fronteiras do PT e acenaria como uma tendência de continuidade política que poderá se estender por prazo indefinido desde que seus eleitores reconheçam os candidatos por ele indicados como legítimos herdeiros do seu capital político. Foi através da transferência desse legado que Dilma elegeu-se presidente em 2014 e foi candidata à reeleição em 2014, liderando as pesquisas de intenção de voto. O autor propõe o conceito de *realinhamento eleitoral*¹⁵ para explicar “a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado que definem um ciclo político longo”. A explicação para o mencionado realinhamento eleitoral é buscada de modo especial na implementação de políticas sociais voltadas para os mais desfavorecidos (com destaque para o programa Bolsa Família), com uma consciência clara de que este era o caminho para construir uma base social mais ampla e fidelizada por ganhos materiais concretos, que afetavam suas vidas direta e

¹⁵ No caso brasileiro este realinhamento eleitoral aconteceu no decorrer do 2o mandato de Lula e pode ser constatado na composição social do eleitorado que o reelegeu em 2006. Se em 2002 o maior percentual do seu eleitorado concentrava-se nos estratos de renda e escolaridade mais altos, em 2006 64% dos que declaram votar em Lula estava na faixa de até 2 salários mínimos (Singer, p. 54).

imediatamente. A clivagem eleitoral decisiva, que não se ajusta aos critérios ideológicos clássicos de “direita e esquerda”, passa a ser entre ricos e pobres.

Os “candidatos poste” se constituem um recurso personalista de continuidade política em situações em que a reeleição do próprio governante é legalmente impedida. Nas situações em que se recorre a “candidatos poste”, o essencial é que seja viável a transferência da imagem do governante bem avaliado para aquele que ele pessoalmente indica para sucedê-lo e que, destituído de relevante capital político próprio, é apresentado aos eleitores como um replicante de si próprio. Dele se espera que diga e faça o que o Outro – de quem ele vicariamente assume o lugar – diria ou faria. O lugar de candidato não é considerado dele, mas do Outro; e o seu desempenho no cargo deverá ser pautado na perspectiva de permitir a preservação da força política daquele a quem realmente pertence. O sucesso da empreitada depende da aceitação dos termos do contrato firmado com os eleitores no decorrer da campanha. E isto não ocorre sem a sedução exercida pela retórica da continuidade política fundamentada na reiteração da imagem de gestão do antecessor, cujo legado seja validado pelo eleitor como importante preservar e ampliar.

O cenário da disputa eleitoral para a prefeitura de Fortaleza em 2012

Na Era Tasso (1986-2006), estabeleceu-se por um longo período (1988-2000) uma demarcação de territórios onde foi mantida a hegemonia de grupos políticos distintos com bases eleitorais concentradas na capital e no interior. Tasso Jereissati (PSDB) governador, e Juraci Magalhães (PMDB), prefeito de Fortaleza, mantinham uma coexistência relativamente pacífica, que evitava confrontos vigorosos entre os dois gestores. Vale ressaltar que Tasso (PSDB), assim como Juraci (PMDB), tinham

força eleitoral própria, dispensando grandes coalizões partidárias que reduzissem o exercício de controle de decisões no âmbito dos seus partidos.

O ciclo do “Juracismo” na prefeitura de Fortaleza encerrou-se em 2004, quando seu candidato a prefeito de Fortaleza (Aloísio de Carvalho) foi fragorosamente derrotado, ficando com reduzidos 7% dos votos válidos. A grande surpresa eleitoral daquele ano foi a vitória de Luizianne Lins, candidata do PT, à revelia da direção estadual e nacional do partido – que pretendia apoiar a candidatura de Inácio Arruda, do PC do B.

Em 2006, Cid Gomes, candidato do PSB em coligação com o PT ao governo do estado, contou com o apoio do então senador Tasso Jereissati, que se manifestou publicamente contra Lúcio Alcântara, candidato à reeleição pelo seu próprio partido (PSDB).

A vitória da candidata Luizianne Lins para a prefeitura de Fortaleza em 2004 fortaleceu a ela e a sua corrente política dentro do PT. Na sua reeleição, em 2008, ela teve o apoio do governador Cid Gomes (PSB), estabelecendo-se, assim, o situacionismo entre os três níveis do poder: federal (presidência da República), estadual (governo do Estado) e municipal (prefeitura da capital). Em 2010, Cid Gomes reelegeu-se para o governo do estado em – uma ampla aliança partidária (PSB/PMDB/PT/PDT/PCdoB/PRB/PSC), que incluía o PT. Com a indicação pela coligação governista de dois candidatos para as duas vagas em disputa para o senado (Eunício Oliveira, do PMDB, e Pimentel, do PT), Tasso deixou de contar com o esperado apoio do governador, que lhe garantiria uma vitória até então considerada certa, amargando então sua primeira grande derrota.

O que caracteriza o atual situacionismo é a dimensão das coligações partidárias envolvendo um grande número de siglas, de distintos perfis no espectro ideológico. A manutenção do

situacionismo teve seu grande teste nas eleições de 2012 para a prefeitura de Fortaleza. A busca de entendimento que permitisse a manutenção da aliança era apenas aparente, considerando-se que o governador Cid Gomes e a prefeita Luizianne Lins somente aceitariam nomes de candidatos que reforçassem suas posições de liderança no cenário político local. No entanto, o rompimento esperado foi adiado até às vésperas das convenções partidárias, quando Luizianne Lins indicou como candidato do PT um nome de sua confiança: Elmano de Freitas, ex-secretário da pasta de Educação em sua gestão; e o governador Cid Gomes lançou Roberto Cláudio, deputado e presidente da Assembleia Legislativa, como candidato do PSB ao cargo.

Crônica de um rompimento anunciado

A aliança entre Luizianne Lins (PT) e Cid Gomes (PSB) foi constituída quando da candidatura do último ao Governo do Estado do Ceará, enfrentando o então governador Lúcio Alcântara (PSDB). No período de constituição da aliança, Luizianne havia acabado de assumir a Presidência Estadual do PT no Ceará. Apesar da indicação do vice-governador (Professor Pinheiro) e de alguns secretários de estado vinculados ao PT, a aliança entre os partidos tinha forte componente pessoal condensado nas lideranças políticas de Luizianne e Cid. Uma evidência desse personalismo pode ser ilustrada com a prerrogativa concedida a Cid Gomes para indicar o vice de Luizianne Lins na sua candidatura à reeleição a prefeitura em 2008.

Os conflitos públicos entre Luizianne Lins e Cid Gomes foram amplamente divulgados pela mídia local ao longo do período da aliança (2006-2012). Além das questões eminentemente políticas, como as divergências em 2010 em relação ao comando da campanha de Dilma Rousseff (candidata do PT à Presidência da República) no Ceará, as divergências

entre as lideranças também envolviam aspectos relacionados aos projetos políticos implementados por ambos.

Movimentações em torno da escolha de candidatos à sucessão

Em novembro de 2011, Ciro Gomes (irmão do governador) afirmou que o PSB deveria romper a aliança com o PT e indicar um candidato próprio para concorrer à prefeitura. Nessa ocasião, Luizianne evitou a polêmica com Ciro e afirmou que buscaria dialogar com o PSB e os demais aliados na “hora certa” para decidir o futuro de Fortaleza. Os jornais informavam que, nesse período, Luizianne e Cid estavam sem se comunicar havia alguns meses e que o motivo seria a divergência sobre os possíveis nomes para representar a aliança na sucessão da prefeita.

Em meio às discussões sobre a sucessão, foi construída uma lista com 13 nomes de lideranças petistas que poderiam ser os candidatos à sucessão de Luizianne. Dentre as lideranças que já ocupavam cargos eletivos e posições de gestão na prefeitura municipal, destacavam-se seis nomes: Waldemir Catanho; o deputado federal Artur Bruno; o presidente da Câmara Municipal, Acrísio Sena; o secretário de Educação, Elmano de Freitas; o vereador Guilherme Sampaio; e o secretário das cidades do governo do estado, Camilo Santana.

No início de dezembro de 2011, Luizianne afirmava que iria conversar com Catanho para decidir se ele se disporia a ser o candidato petista a encabeçar a chapa de sucessão. Os jornais davam indicativos de que Catanho era retraído e não apresentava muito empenho em ser o candidato. A prefeita afirmava que caso Catanho não aceitasse ser candidato, o plano B seria indicar o secretário municipal de educação, Elmano de Freitas.

Em janeiro de 2012, a mídia informava que já se iniciavam as discussões internas no PT para a decisão do nome a

representar o partido nas eleições municipais de Fortaleza. A primeira conversa foi entre Luizianne e o presidente nacional do PT, Rui Falcão. Matéria do Jornal *O Povo* (16/01/2012) divulgou que, após a conversa com Rui Falcão, Luizianne buscava encontros com os dirigentes das diversas tendências petistas, sendo prioridade chegarem logo a um acordo com o grupo do deputado federal José Guimarães, tendo em vista que juntos, ele e a prefeita detinham a hegemonia total sobre o PT. A matéria acrescentava também que ela iria procurar o governador Cid Gomes (PSB), considerando que o entendimento com o chefe do executivo estadual seria a etapa mais importante das negociações. Os nomes apresentados por Luizianne para diálogo, em janeiro de 2012, foram Valdemar Catanho e Elmano de Freitas.

Em fevereiro, a retomada das atividades legislativas na câmara municipal contou com a participação de quatro petistas que buscavam a indicação de candidato à sucessão de Luizianne: Elmano de Freitas, Artur Bruno, Guilherme Sampaio e Acrísio Sena. Na ocasião, Elmano de Freitas afirmou que estava preparado para gerir a cidade e entusiasmado com o crescimento de seu nome dentro da legenda: *“Nos últimos quatro anos, estive ao lado da prefeita, acompanhando de perto as ações da prefeitura. A cidade melhorou bastante nesse mandato, mas sei que muita coisa ainda tem de ser feita”*. Diante dessa movimentação, a reação de Cid Gomes foi a de não aceitar o nome de Elmano, sob a justificativa de que a coalizão deveria ser representada por um nome mais experiente e com maior densidade eleitoral.

Em março, Ivo Gomes, então chefe de gabinete do governo, e Ciro Gomes teceram duras críticas à gestão de Luizianne na capital. Eles afirmavam que a prefeita emperrava várias obras do governo do estado na cidade de Fortaleza. No encontro do PSB, Ivo e Ciro fizeram questão de evidenciar uma

situação de desgaste na relação prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado. Em maio, diante da ruptura iminente da aliança, Luizianne e Cid buscaram conversas com o ex-presidente Lula, tomado como árbitro da disputa entre eles.

No início de junho, realizaram-se as prévias no PT; e Elmano de Freitas foi indicado para ser o candidato do partido à prefeitura de Fortaleza. No dia do anúncio, 4 de junho, Luizianne reuniu-se com o governador Cid Gomes para informar a decisão do PT e tratar das possibilidades de manutenção da aliança. A resposta de Cid, mera formalidade, foi de que encaminharia a questão para ser tratada internamente no PSB.

Em 11 de junho, Cid Gomes anunciou que o PSB não apoiaria o nome de Elmano de Freitas para representar a coalizão na sucessão de Luizianne. O motivo, segundo o governador, era que Elmano “*representava um projeto que se exauriu*”. O governador informou ainda que o PSB gostaria de discutir com os aliados, inclusive com o PT, a possibilidade de escolher outro nome do PT. Na mesma ocasião, Cid chegou a afirmar que o PSB teria nomes para concorrer à Prefeitura de Fortaleza, tais como: o presidente da Assembleia legislativa, Roberto Cláudio, o ex-secretário especial da Copa, Ferruccio Feitosa, e o vereador Salmite Filho.

Diante da não aceitação pelo PT da proposta de alteração do nome do candidato, no dia 23 de junho, em sua convenção municipal, o PSB decidiu pela candidatura própria em Fortaleza com o candidato Roberto Cláudio. Estava selado, assim, o rompimento entre a prefeita e o governador. Iniciava-se uma batalha a ser travada na campanha entre os candidatos que, menos que posições de partidos, representavam pessoalmente a quem os indicara.¹⁶

¹⁶ Vale ressaltar que no plano estadual manteve-se a aliança entre PT e PSB.

A expectativa de uma campanha extremamente competitiva estimulou o lançamento – no primeiro turno – do elevado número de dez candidatos, dentre os quais veteranos que já tinham participado de campanhas anteriores para a prefeitura de Fortaleza: Inácio Arruda (PC do B); Moroni Torgan (DEM), Heitor Ferrer (PDT) e Renato Roseno (PSOL). Com o início do horário eleitoral na televisão, no dia 23 de agosto, consolidou-se a polarização da campanha entre os candidatos do governador e da prefeita.

Imagens dos candidatos da prefeita e do governador no horário eleitoral na TV: contratos de comunicação e estratégias discursivas.

Para analisar as estratégias discursivas utilizadas por atores em embates políticos eleitorais, é necessário inseri-las nas situações de comunicação nas quais determinadas escolhas são feitas pressupondo um cálculo dos limites e possibilidades de “lugares de fala” a serem assumidos e conseqüentemente do que pode ou não ser dito de modo a estabelecer com os destinatários (os eleitores) vínculos de identificação e de credibilidade. Como caracterizar a situação de comunicação na qual foram construídas as estratégias discursivas dos candidatos Elmano Freitas e Roberto Cláudio? Em linhas gerais, como uma disputa travada em dois planos: o principal, entre o governador Cid Gomes e a prefeita Luizianne Lins em busca de hegemonia no campo político; e o plano derivado entre os candidatos por eles indicados para concorrer à prefeitura da capital.

Existiam assim “lugares de fala” pré-delineados: para Roberto Cláudio, o de se oferecer ao eleitor como garantia de extensão e continuidade da gestão de Cid Gomes no governo estadual para a prefeitura de Fortaleza; o de Elmano de Freitas, apresentar-se como aquele que reivindicava o lugar de continuidade do que Luizianne fez de bom para Fortaleza. Nos

dois casos, os postulantes falavam de lugares de governança, do estado ou da prefeitura e, portanto, a eles não bastava fazer promessas, mas mostrar resultados de gestões, justificar ações e defender a legitimidade da pretensão de continuidade, conclamando o apoio dos eleitores através de estratégias específicas de persuasão e sedução.

A noção de “contrato de comunicação”, utilizada como ferramenta da análise do discurso, assenta-se no pressuposto da existência de uma “gramática de produção de sentidos”, que comporta pistas mais ou menos explícitas endereçadas a “destinatários idealizados” para guiá-los no reconhecimento e acolhimento dos sentidos preferenciais que lhes são oferecidos. É este mapa de “sentidos preferenciais” que pretendemos seguir na análise dos textos de programas dos dois candidatos veiculados no Horário Eleitoral Gratuito (HEG) da TV, no 1º e 2º turno da campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza, em 2012.

Protocolos de apresentação dos candidatos

Os programas da campanha na TV de Elmano e Roberto Cláudio tinham em comum a necessidade de cumprir protocolos de apresentação dos dois candidatos, considerando que eram até então praticamente desconhecidos pelos eleitores (menos de 2%). E isto foi exaustivamente feito nos programas que foram ao ar nos dois turnos da campanha.

A conversa encenada entre companheiros: quem é e de quem é Elmano de Freitas?

No primeiro programa do HEG na TV, uma voz em off convoca os eleitores: “*Começa aqui o programa do Elmano Prefeito*”. O slogan da campanha é o fio que tece a cenografia utilizada, a conversa ou “bate papo” informal em que o mestre, Lula, atua como aconselhador da prefeita Luizianne e do

candidato a prefeito. A imagem de abraço de Lula em Elmano ilustra o slogan vocalizado e legendado o qual sintetiza a grande lição a ser seguida: “*Para cuidar das pessoas como Lula ensinou*”. A imagem de si (*ethos*) construída para o candidato é a do bom aluno, aquele que ouve e segue com reverência os conselhos e os passos do mestre. A dimensão da conversa encenada deixa seus traços na convocação do público para tomar conhecimento do que será mostrado.

Lula, o mestre, dá a conhecer aos fortalezenses quem é Elmano e de quem é o candidato:

“Meus amigos e amigas de Fortaleza: hoje eu estou aqui com o companheiro Elmano. Ele já foi secretário de educação, já foi secretário das finanças da companheira Luizianne, foi coordenador do orçamento participativo, o que não é pouca coisa, e foi advogado muito competente do movimento popular.”

A conversa entre “companheiros” transcorre no ambiente de uma “sala de estar”, sugestiva do grau de intimidade entre os interlocutores. A sequência de tomadas da palavra, entretanto, traz a marca da hierarquia entre eles: é Lula quem abre e direciona a conversa:

Lula: Meu caro Elmano, como é que você está disposto a enfrentar essa campanha?

Elmano: Minha disposição é avançarmos ainda mais e fazermos o ainda melhor para melhorar Fortaleza.

A resposta parte do pressuposto de que o destinatário que assiste a conversa encenada concorda com o que é dito, ou seja, que a cidade avançou sob o comando de Luizianne Lins e que sua missão como seu candidato é continuar e melhorar o que foi e está sendo feito por ela. Ao mestre e amigo experiente cumpre aconselhar, explicitar o que tem que ser feito, para que a adesão à proposta de continuidade seja aceita: oferecer ao eleitor uma imagem positiva das duas gestões da prefeita em uma clara contraposição aos altos índices de avaliação negativa até então registrados pelos institutos de pesquisa. Lula então afirma: *Elmano, uma coisa (de que) você pode ter certeza, é o seguinte:*

nenhum adversário vai reconhecer nenhuma coisa boa que a Luizianne fez. Ou seja, eles vão para a televisão pra mostrar defeitos. Então cabe a você, cabe ao PT, mostrar as coisas boas que nós fizemos.

A prefeita Luizianne intervém exatamente para dar início à tarefa sugerida: “mostrar as coisas boas que ela fez”, em parceria com Ele, a quem se dirige nomeando-o como “presidente Lula” (e não ex) – título eternizado por sua condição de lenda da política nacional. Ela recompõe a sua imagem guerreira (que pressupõe inimigos poderosos a enfrentar): ela não é apenas uma sonhadora, ela é uma realizadora “que enfrenta inimigos poderosos”.

Luizianne: Presidente Lula, o seu governo nos proporcionou ter acesso a verbas que nós inclusive estamos deixando para os projetos grandiosos que a cidade hoje já tem, como é o caso da Vila do Mar, do Hospital da Mulher, do Cuca – que é o Centro Integrado de Cultura, Arte, Ciências e Esportes, que inclusive o sr. inaugurou conosco aqui em Fortaleza – obras para a juventude... São grandes obras que vão ficar para a história de Fortaleza. É como eu digo: sonhar é bom, mas melhor é a gente ter coragem para enfrentar e construir o sonho.

No encerramento da “conversa esclarecedora”, Lula, Luizianne e Elmano unem suas mãos: gesto simbólico do compromisso selado entre eles.

A cenografia da entrevista teste: Lula e o candidato

A cenografia da entrevista é utilizada com Lula dirigindo-se diretamente ao candidato em um ping-pong de perguntas e respostas assemelhável a uma espécie de teste a que o mestre submete o aprendiz. O ritual é uma confirmação de que Elmano aprendeu a lição: mostrar as “coisas boas que Luizianne fez” como condição de construir sua imagem como candidato dela. Ou seja, o processo de elaboração de imagens é duplo, (Ela/Eu) e não pode ser dissociado.

Lula: Por falar nisso como é sua disposição para a política de transporte, o que você pretende inovar em transporte?

Elmano: Presidente Lula, Fortaleza tem a passagem mais barata do Brasil, custa R\$ 2.00 lá em Fortaleza. E **nós** temos a tarifa social no domingo que eu vou expandir para o sábado. E para as pessoas desempregadas em Fortaleza, porque lá **nós** reduzimos o desemprego de 15% para 6%, e as pessoas quando ficarem desempregadas vão poder pegar o ônibus sem pagar a passagem. Eu **vou fazer** corredor exclusivo para ônibus porque o nosso maior problema é fila no terminal e ônibus lotado no horário de pico. **Vou enfrentar** o problema que nós temos da fila no terminal e dos ônibus lotados para que o cidadão possa na hora de ir para o trabalho, e quando tiver voltando para casa possa ir mais rápido porque em Fortaleza um milhão de pessoas são transportadas nos nossos ônibus.

O dispositivo enunciativo da advertência

O movimento enunciativo seguinte se orienta para uma re-elaboração do estatuto da candidatura de Elmano Freitas, ele não é apenas o candidato da prefeita, é o candidato de todos que votaram e acreditam em Lula, no PT e em Luizianne. O destinatário idealizado é o “companheiro” ou simpatizante para revigorar seu ânimo militante no pressuposto de que ele estaria em dúvida, pouco motivado para o necessário engajamento na campanha de um candidato pouco conhecido. O tom ideológico do partido é mobilizado na promoção de um projeto político de defesa do “povo pobre” contra o passado de uma elite de poderosos que o desprezava:

Lula: - O que é mais importante é cada companheiro, cada companheira de Fortaleza que acreditou no PT, que votou em mim e na Luizianne, não pense que a campanha é só do Elmano, a campanha tem que ser de todos, de todo cidadão, de toda cidadã que não quer a volta ao passado, a volta do desprezo ao povo pobre, a volta da inexistência de habitação (...)

A justificação ideológica é matizada por argumentos mais pragmáticos das vantagens do situacionismo que facilitaria o acesso a um tratamento preferencial do governo federal:

Lula: (...) eu tenho a convicção que a presidente Dilma vai ser parceira do companheiro Elmano para que Fortaleza continue crescendo, continue gerando renda e continue melhorando a vida das pessoas. Por isso a responsabilidade no dia 7 de outubro é de cada um de nós que quer cada vez mais um Brasil melhor, um Ceará Melhor.

Narrativa de história de vida: Elmano de Freitas

De modo especial para candidatos desconhecidos narrar exaustivamente suas histórias de vida durante toda a campanha é uma forma de “naturalização de suas candidaturas”, revelando uma vocação para a política que se manifestada nos menores gestos, nas escolhas feitas. Há uma composição de dois protocolos de narrativa que se intercalam: a auto narrativa feita pelo candidato e o testemunhal, em que personagens são convocados para complementar ou confirmar o que é narrado. A narrativa tem uma cronologia e uma segmentação determinada: infância e juventude; profissão; experiências políticas.

Lá no passado, na infância, na adolescência as lembranças de seus laços com a vida do povo, sua vocação para a política:

Elmano: Eu comecei com 16 anos sonhando em mudar o mundo, a cidade, o país. E eu tenho a convicção de que as ideias que eu tenho continuam extremamente vivas. Sou filho de agricultor, meu pai se chama Odilon Feitosa, minha mãe é uma professora, Laelma, nós somos cinco irmãos.

Mãe de Elmano (depoimento): Eu sinto assim um agradecimento a Deus por ter me dado umas pessoas que não me deram muito trabalho.

Pai de Elmano (depoimento): Eu queria muito que ele fosse agricultor como eu, e eu acreditava que ele fosse trabalhar em fazenda...

Elmano: Meu pai tinha um vaqueiro, o nome dele é João do Pinho, a mulher dele d. Maria.

O vaqueiro João do Pinho: Ele era um menino que vivia aqui em casa, pra onde a gente ia ele ia, no curral, ele queria ir, tirar leite de vaca ele ia também...

Elmano: Então era vivendo com a mesma comida, como os mesmos hábitos, eu acho que isso influenciou definitivamente na minha relação de eu estar no PT hoje, da minha religiosidade.

A profissão, advogado dos movimentos populares é destacada como forma de consolidar sua vocação e prepará-lo para a missão de “cuidar das pessoas”. A experiência política é advinda da participação na gestão de Luizianne:

Elmano: Eu advoguei em Fortaleza no Ceará por inteiro, e nos tribunais superiores, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal da Justiça.

Depoimento de Inocêncio Uchoa, juiz do trabalho: O Elmano é um homem absolutamente preparado para comandar a cidade de Fortaleza, e eu não tenho dúvidas de que ele será um prefeito diferenciado e vai ficar na história dessa cidade.

Elmano: Eu passei dois anos no Orçamento Participativo, trabalhando junto com as famílias. O Orçamento Participativo me ensinou uma coisa muito importante, como entender, como ter acesso pleno ao orçamento da prefeitura de Fortaleza, quanto custa cada obra para que de fato a gente avance na transparência. Acumulei experiência na da educação, eu conheço a máquina da prefeitura, tenho segurança que nenhum

outro candidato assumindo a prefeitura em janeiro de 2013 conhece a cidade, conhece a prefeitura, conhece a realidade do nosso povo melhor do que eu.

Utilizadas para mostrar o candidato em ação, as cenas de comício, as visitas as casas de eleitores e os testemunhos são formas de demarcar um *ethos* diferenciado para Elmano. É nas lições recebidas na vivência com o povo que ele busca legitimar sua candidatura, afirmando sua opção preferencial pelos pobres, eufemisticamente nomeados como “os que mais precisam”. (Com isso busca-se construir um contraponto ao opositor principal, o candidato do governador, supostamente da elite, que busca legitimidade no preparo acadêmico, na titulação universitária).

Elmano: Confiança, a confiança não há livro, não há faculdade, não há mestrado, não há doutorado que ensine a cuidar das pessoas e a amar o povo mais pobre. E eu tenho clareza (repete) que nós fazemos aliança para governar Fortaleza. As pessoas são muito pesadas para serem carregadas no ombro por isso eu as levo é no coração. (Repete)

Voz off, imagens alternadas de Lula, Luizianne, Elmano e Dilma: Este programa de hoje é dedicado a todas as pessoas que como Lula acreditam na força dos seus sonhos.

“Quem é?” e “de quem é?” o candidato Roberto Cláudio?

Os protocolos de apresentação do candidato ao eleitorado são distintos dos utilizados por Elmano. O foco inicial é narrar a sua história, mostrar que sua trajetória pessoal o credenciaria para ocupar o lugar que lhe foi reservado na política. A voz *off* introduz a narrativa anunciando e preenchendo as lacunas de uma espécie de ficha de identificação do candidato, em sincronia com fotos em preto e branco extraídas de álbuns de família que ocupam a tela (Imagens que parasitam o texto verbal para reforçar o sentido do que é dito).

Depoimentos testemunhais de quem acompanhou de perto os seus passos são utilizados para avaliar a sua história pessoal, numa operação que buscava transferir valores morais da esfera da vida particular para a vida pública, em um esforço para construir um capital político que o candidato não detinha. Os destinatários idealizados da narrativa são obviamente os eleitores comuns que desconheciam quem era Roberto Cláudio. Seguindo a regra mais comum na vida social, ninguém melhor para fazer apresentações de alguém que aqueles que o conhecem de perto, que conviveram ou convivem com ele.

Roberto Cláudio, o homem de família: filho, pai, esposo.

Voz off: Conheça agora a história de Roberto Cláudio. Ele estudou, se preparou e está pronto para o maior desafio da sua vida. Roberto Cláudio nasceu no bairro do Papicu em Fortaleza, tem 37 anos, é casado com Carol e tem duas filhas, Isabella e a pequena Roberta.

Recorre-se a “cena validada”¹⁷ do café da manhã em família para dar a conhecer quem é Roberto Cláudio em sua intimidade. A fala testemunhal é da esposa Carol:

O Roberto Cláudio é muito apaixonado pelas filhas. Nós tínhamos acabado de casar (foto do casamento) quando eu engravidei. (...) por coincidência ele tinha acabado de assumir o mandato de deputado e a Isabella foi uma grande companheira para mim nas ausências dele. (Implicatura: dedicação do marido à vida política, vocação comporta sacrifícios aceitos por ele e sua família)

Voz off: Roberto Cláudio se criou em uma família de educadores, é neto, filho e sobrinho de educadores. Como os pais aprendeu a gostar de estudar (Fotos de Roberto Cláudio criança e adolescente, com farda do Colégio Militar, considerado um dos mais rigorosos da cidade).

Na tela uma foto antiga, em preto e branco, pose clássica que reúne todos os membros da família, registro para a posteridade, documento da sua história: Pai, mãe, filhos e netos da família paterna de Roberto Cláudio. (Figura conhecida dos círculos sociais de Fortaleza, tendo sido Reitor da Universidade Federal do Ceará).

Medicina e política: duas vocações que se complementam

Roberto Cláudio, ao contrário de Elmano, não constrói sua história no formato de uma narrativa. Ele fala em tempo presente de escolhas pessoais que o conduziram à descoberta de sua vocação política. A profissão de médico, associada no imaginário popular a um dom quase sagrado de servir a quem sofre, a quem necessita de cuidados é a ponte simbólica de sua

¹⁷ Cena validada é uma noção da análise do discurso aplicada à dramaturgia política para ressaltar formas de representação do discurso que recorre a uma situação já conhecida e referendada positivamente pelos interlocutores para induzir à validação do que é dito.

travessia para o campo político. Nos dois casos, como médico e político que ele exerce a vocação para servir a população “sua profissão, ele é médico, e escolheu pós graduar-se em Saúde Pública”. A imagem que oferece de si é a do “humanista verdadeiro”.

Voz off: Roberto Cláudio de formou em medicina pela UFC. Depois que terminou a faculdade ganhou uma bolsa para fazer um mestrado em Saúde Pública na Universidade de Arizona nos Estados Unidos.

Roberto Cláudio: Sempre fui uma pessoa apaixonada pela saúde pública e que encontrei a forma de ajudar as pessoas entrando para a vida pública, alguém que pudesse servir as pessoas que mais precisam. (O verbo cuidar, utilizado na campanha do PT e substituído por servir).

A *voz off* atua como guia do eleitor, introduzindo e comentando testemunhos pessoais de diferentes fontes, lideranças comunitárias, colegas de profissão, políticos que avalizaram sua candidatura.

Kiko, líder comunitário, Vicente Pinzon: Ele fez um trabalho aqui no bairro, trouxe o amigo médico. (...) me orientou porque eu tinha um problema de cansaço.

Ciro Gomes: Ele é um médico talentosíssimo, teve oportunidade de crescer na vida e podia estar numa dessas especialidades pra ficar rico, mas a opção que fez foi ser PHD nos Estados Unidos em Saúde Pública.

Voz off: Enquanto estudava nos Estados Unidos Roberto Cláudio tinha uma certeza, um dia ia voltar pra Fortaleza e se dedicar a cuidar da saúde das pessoas.

Haroldo Rodrigues, ex ministro do STJ: Pelo espírito público que ele sempre foi detentor, ele resolveu vir para o Ceará e veio com o propósito deliberado de ingressar na política.

Gerardo Rodrigues (irmão): A gente teve essa conversa de que ele poderia seguir a carreira política e poderia ser uma das formas dele contribuir para a sociedade.

Diana Carvalho, secretária de RC na Assembléia Legislativa: Eu conheço várias comunidades que ele dá proteção, se torna até amigo, nós temos a Geneci a Dandan, a Mazé das Graviolas...

Roberto Cláudio no campo da política institucional: ele não é um neófito

Os irmãos Ferreira Gomes, Cid e Ciro aparecem de forma discreta nos programas do 1º turno. O que se realça é o *ethos* da competência, da disciplina para o trabalho de Roberto Cláudio que o sagraram candidato de uma coligação de 14 partidos.

Implicatura desse afastamento: contrapor-se a uma imagem de um candidato “inventado”.

Voz off: Em 2006 Roberto Cláudio se elegeu deputado estadual pela 1ª vez, quando participou de importantes comissões na Assembléia com saúde e educação. Já no 1º mandato foi avaliado como um dos cinco deputados mais influentes na Assembléia.

Deputado estadual José Sarto: Ele é uma pessoa que acorda cedo, chega à Assembléia cedo e sai tarde, é uma pessoa que tem uma capacidade de trabalho invejável e é uma pessoa extremamente aglutinadora, consegue trazer o consenso de uma forma democrática.

Voz off: Em 2010, Roberto Cláudio se reelegeu deputado estadual desta vez com uma votação três vezes maior e depois foi eleito por unanimidade presidente da Assembléia. Conseguiu apoio até dos adversários. Roberto Cláudio é um conciliador por natureza, está sempre trabalhando para unir e somar pessoas.

Ciro Gomes: E é por amor, ele tem afeição pelas pessoas, e é competantíssimo.

O *ethos* do político competente e conciliador são afirmados ainda no tamanho da coligação que o apóia,

Voz off: Em maio desse ano 14 partidos se uniram e escolheram Roberto Cláudio como candidato a prefeito de Fortaleza. Em 22 de setembro milhares de pessoas consagraram Roberto Cláudio candidato a prefeito pela Coligação Para Renovar Fortaleza. (Fotos do evento)

Quem pode mais: o cacife das forças de sustentação dos candidatos poste

Elmano de Freitas

Um candidato poste não se sustenta sem suportes muito poderosos em sua base. Embora de Elmano, tenha sido uma indicação pessoal da prefeita Luizianne (que encontrou resistências dentro do seu próprio partido entre as tendências às quais temiam que desdobramentos do rompimento político com o governador Cid Gomes em Fortaleza poderia acarretar para 2014) o presidente Lula atuou como grande avalista de sua candidatura. A idéia de continuidade exigia não apenas a defesa da gestão de Luizianne, mas do projeto político petista, cuja figura emblemática é a do ex-presidente Lula, que ocupou lugar

privilegiado em todos os programas de TV do primeiro e segundo turno. Destaca-se a forma vigorosa como ele abraçou e avalizou a candidatura de Elmano, com um apelo direto aos que nele confiaram ao eleger sua candidata a presidente Dilma Roussef para renovar o pedido de voto de confiança para o candidato a prefeito a quem dava seu aval pessoal:

Lula: Em 2010 eu pedi pra você um voto de confiança e com seu apoio a presidente Dilma foi eleita. Agora eu peço seu voto para o Elmano. Ele é sério, tem experiência e fala “olho no olho” com o nosso povo. Elmano tem confiança e a garantia para junto com a presidente Dilma fazer Fortaleza avançar. Elmano é o meu candidato” (Programa do 2º turno)

O tom ideológico de contraposição entre a política da elite e política para o povo pobre como marca da era petista, exorciza o passado infundindo temor de sua volta. Elmano é tratado como “companheiro”, assim como o é a presidente Dilma, em nome de quem ele fala para assegurar os benefícios advindos de uma parceria política poderosa.

Lula: A campanha tem que ser de todos que não querem que Fortaleza retroceda, que não querem uma volta ao passado, a volta do desprezo ao povo pobre, a volta da dificuldade de construir parceria com o governo federal. E eu tenho a convicção que a companheira Dilma vai ser parceira do companheiro Elmano pra que Fortaleza continue crescendo, continue dando emprego e continue melhorando a vida das pessoas.

É também Lula que toma a palavra para defender a gestão de Luizianne de críticas dos opositores. A presença de Luizianne na campanha foi forte e alcançou o efeito pretendido de alterar significativamente a imagem de suas gestões, o que pôde ser observado na subida dos índices de avaliação positiva detectados nas pesquisas realizadas no período eleitoral. Com o destemor para enfrentar adversidades, que marcaram sua trajetória política ela vem a público não para defender-se, mas para mostrar que cumpriu suas promessas, que se manteve fiel ao projeto político petista:

Luizianne: Nós na prefeitura de Fortaleza governamos para os que mais precisam, governamos para o povo, essa foi a nossa prioridade, a nossa marca. E foi governando para o povo que

transformamos Fortaleza nos últimos oito anos foi a campeã do Nordeste em investimentos públicos, na geração de empregos e no turismo (...) Trabalhar para o povo e cuidar das pessoas que mais precisam sempre foi o meu compromisso, mas para fazer essa opção pelos mais pobres é preciso ter coragem para enfrentar interesses muito poderosos. A verdade é que estamos no rumo certo.

Um candidato poste, porém, em uma disputa acirrada como foi a de 2012, decidida em 2º turno não poderia ter um desempenho pessoal não convincente. E é invocando a força do povo que Elmano busca ganhar voz própria, dirigindo-se diretamente aos eleitores com questionamentos desafiadores:

Gostaria de ser muito franco nessa hora e lembrar a vocês que o voto é um ato de cidadania. Quero seu apóio, mas a decisão é sua. Portanto, pense bem e decida quem mais pode avançar nas mudanças que o PT iniciou no Brasil e em Fortaleza? Quem mais pode garantir as conquistas que o povo teve nos últimos oito anos e avançar ainda mais com a presidente Dilma sem ameaça de descontinuidade?

Indagações que ele próprio se incumba de responder afastando dúvidas, de que ele é o candidato que encarna o projeto petista aquele em quem se pode confiar para garantir e fazer avançar as conquistas do povo: *“Eu tenho experiência e compromisso sincero com as pessoas, vou governar para todos mas com um olhar especial para os que mais precisam. Sei como fazer e vou fazer bem. Por isso preciso do seu voto, quero merecer o seu voto.”*

As gestões de Luizianne como prefeita são incluídas em uma temporalidade petista de poder cujo início é demarcado pela vitória do presidente Lula em 2002, narrada nos versos musicais em ritmo de “farró”, veiculados repetidas vezes nos programas do 2º turno:

Foi há dez anos que a mudança começou com Lula. O Brasil todo mudou. A vida do povo é outra, já tá tudo diferente, tem mais oportunidades, até pros filhos da gente. Depois veio a vez de Dilma que o Brasil não conhecia, mas a palavra de Lula foi a nossa garantia. Competente e preparada, cara nova e diferente, assumiu o lugar dele e o Brasil seguiu em frente. Fortaleza consciente vai novamente renovar, tem gente nova chegando e merece o seu lugar. Gente séria e preparada,

dedicada e competente, é Elmano *pra* prefeito! Este cara é diferente.

Roberto Cláudio

Como já dito, ao “candidato poste” não basta prometer ou fazer propostas, é preciso mostrar que a continuidade que ele oferece tem resultados comprovados. No caso de Roberto Cláudio, tratava-se de transferir a boa imagem do governador do Estado para ele próprio, que encarnava a continuidade de um modelo de gestão já existente no estado para a prefeitura de Fortaleza. O que implicava em criticar o que não estava sendo feito, ou mal feito, e sustentar a necessidade de renovação política. A polarização era assim entre os valores da competência e da incompetência como qualidades indispensáveis na gestão da cidade.

Alguns exemplos dos dispositivos de enunciação utilizados para atingir tais objetivos podem ser localizados nos programas que tematizavam as áreas de saúde e educação. Nos dois casos as críticas são acompanhadas de dados sobre obras que o governador em parceria com o governo da presidente Dilma fez e estava fazendo em Fortaleza e o que prefeita deixou de fazer. Ou seja, o governador mesmo sem ser prefeito tinha obras e serviços prestados a Fortaleza. Implicatura: imagine se a prefeitura fosse administrada por alguém que seguisse os seus passos. Essas sugestões são apresentadas de forma relevante no tema Educação, pasta comandada por Elmano na gestão de Luizianne,

Voz off: Entre as 100 melhores escolas públicas do ensino fundamental do Ceará, nenhuma é da prefeitura de Fortaleza. Já entre as piores, 14 são da prefeitura. Os dados são do Ministério da Educação. Apesar do esforço e interesse dos professores os alunos estão passando de ano sem aprender.

Roberto Cláudio: Hoje nós vivemos duas realidades bem distintas na educação pública no Ceará. A rede municipal de Fortaleza está infelizmente em penúltimo lugar na alfabetização de crianças e tem 14 escolas entre as 100 piores do estado. Enquanto isso as escolas do interior melhoram e

hoje estão no primeiro lugar na educação em todo o Nordeste.
(...)

Depoimentos são usados para referendar as críticas:

Aíla Nascimento, dona de casa: O ensino *tá* fraco. Eu pago 25 reais todo mês no reforço pra poder ele acompanhar porque ele já tem oito anos, já vai para a terceira série e pra mim ele repetia o ano...

Voz off: O governador Cid Gomes em apenas três anos mudou o mapa da educação no estado. (...) O programa de Alfabetização na Idade Certa que acompanha o aprendizado das crianças para que elas saibam ler, escrever e compreender o que lêem até os sete anos.

Professora Lilian Pinheiro: A gente faz esse acompanhamento minucioso, de pertinho em cima das dificuldades do aluno.

Roberto Cláudio: É esse modelo que está dando certo em quase todo o Ceará que vamos implantar em Fortaleza (...) Veja o que acontece hoje nas escolas do governo do Estado aqui em Fortaleza.

Voz off guia o leitor na leitura das imagens mostradas: A escola estadual de educação profissional é um exemplo. São 17 só em Fortaleza, e 88 em todo o estado. Essa escola recebe alunos dos bairros mais carentes e oferece a eles o melhor ensino em instalações do primeiro mundo. Depoimentos de professores, alunos e pais de alunos confirmam o que o que está sendo mostrado existe e funciona.

As realizações do governo do estado em Fortaleza, também são bastante evidenciadas na área da saúde, campo de especialidade profissional de Roberto Cláudio. As UPAs, Unidades de Pronto Atendimento, e as Policlínicas exemplificavam o modelo de gestão de Cid Gomes o qual seu candidato prometia implantar em sua gestão. A expressão intimista é ilustrativa da parceria entre os dois: *“já combinei com o governador Cid Gomes construir seis policlínicas, uma em cada regional”*.

Roberto Cláudio: Só em Fortaleza o governador em parceria com o governo federal fez quatro UPAs e está fazendo mais três. Eu me comprometo a construir mais onze UPAs.

O governador avalia seu candidato:

Cid Gomes: Roberto Cláudio é sério e competente e tem muita disposição. A sua parceria com o governo estadual e com o governo federal é a certeza de que Fortaleza vai realizar o que a nossa população precisa, UPAs 24 horas, creches, escolas de tempo integral e o bilhete único. E por isso eu peço o seu voto para Roberto Cláudio no próximo domingo. Fortaleza precisa melhorar, mas só melhora se a gente renovar.

No segundo turno a força do governador se traduziu no apoio ao seu candidato. Três partidos (PPS, PC do B e PDT) que estiveram na disputa do primeiro turno juntaram-se à campanha de Roberto Cláudio e Gaudêncio (vice-governador). As declarações de apoio foram apresentadas em programas do HGPE pelo próprio Inácio Arruda (candidato pelo PC do B), e pelos presidentes dos dois outros partidos. Vale ressaltar que Heitor Ferrer, cujo slogan era “Um candidato para chamar de meu”, alusão à polarização entre o “candidato da prefeita” e o do governador, fez um pronunciamento na Assembléia legislativa negando sua adesão à candidatura de Roberto Cláudio, cuja gravação foi usada em programa do seu opositor. A balança entre os dois candidatos apoiados por “máquinas do governo” tendia a se desequilibrar confundindo os eleitores que não podia pensar a disputa em termos de situação ou oposição. Se Elmano era o candidato de Lula, o governador com participante da base aliada do federal do PT, também reivindicava o estatuto de uma parceria política frutuosa na conquista de verbas e obras para o Ceará e para Fortaleza. Vitória absoluta do discurso do situacionismo.

Considerações finais

A principal manchete da 1ª página do jornal o Povo, de oito de outubro, é bastante sugestiva: “Como dois desconhecidos chegaram ao 2º turno: Elmano (25,44%) e Roberto Cláudio (23,32%)”. Na mesma página o anúncio de dois outros candidatos considerados “postes” que chegaram ao segundo turno: em São Paulo Fernando Haddad, candidato escolhido por Lula; em Recife, Geraldo Júlio candidato do governador Eduardo Campos. O fenômeno, portanto não pode ser considerado casual e solicita uma análise mais apurada do que revela: acentuação da tendência situacionista nas últimas décadas da política brasileira. O termo “presidencialismo de

coalizão” poderia ser ampliado para “governismo de coalizão”, na medida em que tende a se espalhar para os níveis de poder estadual e municipal.

Como entender este fenômeno da perspectiva da cabeça do eleitor comum? Claro que não é possível uma resposta fácil para uma questão tão complexa, seguir o rastro dos votos pode ajudar a pensar. Ainda que computando os percentuais de votos nulos e brancos (8.7%) e abstenções (16,63%) no 2º turno e considerando o percentual de 51,2% de votos válidos dados a cinco candidatos que não chegaram ao segundo turno, é inegável a prevalência do poder de persuasão dos candidatos situacionistas que transformaram a disputa em quem já fez e pode oferecer mais aos eleitores (disputa entre imagens de gestão dos patronos dos candidatos poste). Os termos dos contratos de comunicação estabelecidos com os eleitores em suas estratégias discursivas aparentemente foram reconhecidos e aceito por grande parte dos eleitores que escolheram os dois candidatos que chegaram ao 2º turno da campanha.

Pesquisa quantitativa realizada pelo LPEM constata que eleitores que avaliavam melhor a gestão de Cid Gomes tendiam a optar por Roberto Cláudio, e os que avaliavam melhor a gestão de Luizianne optavam por Elmano. Na pesquisa qualitativa com grupos focais, algumas observações apontavam para uma certa desconfiança na exagerada presença de Lula na campanha de Elmano: *“ele está longe, ele não pode garantir o que o prefeito vai fazer”*. Entretanto, a presença de Lula como fiador da prefeita e do seu candidato foi decisiva para o rápido crescimento da candidatura de Elmano nos 45 dias do primeiro turno da campanha no rádio e na TV. O apoio de Cid Gomes teve efeito semelhante no avanço de seu candidato nas pesquisas de intenção de voto. Vale ressaltar, no entanto, que o argumento da parceria com o governo Dilma nunca foi abandonado. Ou seja, o confronto foi tratado como antagonismo pessoal entre a

prefeita e o governador. O PT como partido não foi atacado, já que todo esforço era encetado pelo governador Cid Gomes para manter a mesma base governista na política estadual e federal. Embora tenha sido vitorioso no 1º turno, Elmano passou a uma posição menos vantajosa no 2º turno em face de ampliação do arco de partidos e candidatos que aderiram ao candidato do governador. Entre dois “candidatos postes” a regra pragmática é ficar com o que por mais tempo ficará aceso. Ponto positivo para o governador que controlaria a máquina política estadual por mais dois anos de gestão.

Bibliografia

BIZARRO, Aquiles Magildo; SILVA, Leandro Alves & ROCHA, Enivaldo C. **Luzes no Poste: uma análise da eleição para prefeito de Recife em 2008**. In: LAVAREDA, Antonio & TELLES, Helcimara. Como o eleitor escolhe seu prefeito – campanha e voto nas eleições municipais. Editora FGV; Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de & AQUINO, Jakson Alves de. 2011. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: Como entender a dissolução de suas bases eleitorais? **Revista Debates (UFRGS)**, 5(2): 145-180.

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil** - lupem e místico. Editora Contexto, São Paulo. 2011

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo** – Reforma Gradual e Pacto Conservador, Companhia das Letras, SP, 2012

Palavras-chave:

Campanha eleitoral;
Continuidade Política;
Discursos Eleitorais.

Resumo: Neste texto, analisamos a disputa entre as lideranças do governador e da prefeita que na busca de impor sua hegemonia no campo político cearense transformaram a campanha para a prefeitura de Fortaleza em um confronto travado não entre os próprios candidatos, mas entre as imagens dos patronos de suas candidaturas. Os candidatos, Elmano Freitas (candidato da prefeita) e Roberto Cláudio (candidato do governador) que chegaram ao segundo turno, enquadravam-se na categoria de “postes”, termo cunhado pela imprensa e utilizado por analistas políticos para reportar-se a um fenômeno que tem se tornado freqüente na política brasileira: a indicação por lideranças políticas já estabelecidas de candidatos desconhecidos do grande eleitorado, mas considerados depositários da sua confiança pessoal para disputa de postos no poder executivo e que funcionam como uma espécie de teste do prestígio e o capital político dos seus patronos.

Keywords:

Election campaign;
Continuity Policy;
Speeches.

ABSTRACT: In this text we analyze the dispute between the leadership of the Mayor and the Governor, that in the search for impose their hegemony in the Ceará's political field, they transformed the campaign for Mayor of Fortaleza in a clash not between the own candidates, but between the images of their candidatures patrons'. The candidates Elmano Freitas (Mayor's candidate), and Roberto Cláudio (Governor's candidate) who were in the second-round, were fitted in the category of "poles" , term coined by the Press and utilized by the political analysts to refer to a phenomenon that has become frequent in Brazilian politics: the indication, by the already established political leaders, of unknown candidates to the general electorate, but considered custodian of personal trust for the dispute of the posts in the executive branch and that work as a sort of test of the prestige and political capital of their patrons.

Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)

Rafael Machado Madeira

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), estágio de doutorando no exterior (Florida International University, 2004), doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS.

Este artigo busca analisar o período ditatorial a partir das complexas relações entre a cúpula militar e parcela significativa da elite política brasileira, que atuou sob a capa do sistema partidário instituído pelo regime. Embora se dê ênfase aqui à relevância do “ato inaugural” representado pela decisão do governo Castelo Branco de criação de um sistema com dois partidos, é fundamental a preocupação de não se tomar como dada a sequência de fatos que desemboca na criação do bipartidarismo. Deve-se evitar o risco de reconstruir o processo histórico atribuindo ao mesmo uma racionalidade *a posteriori*. Processo este que foi marcado por profundas incertezas, hesitações, avanços e recuos. E estas são algumas das principais características identificadas no período que se inicia às vésperas da edição do Ato Institucional número 2, que cria Arena e MDB.

Uma das principais características do institucionalismo histórico é a concepção de que instituições atuam no longo prazo. Através da repetição contínua é que os padrões de interação se sedimentariam, passando então a interferir no leque de alternativas à disposição dos diferentes agentes em cada caso. O ponto a ser discutido é o de que uma análise baseada somente nesta perspectiva de longo prazo (*path dependent*) não é capaz de abarcar situações de ruptura. Isto é, os processos de formação institucional que são fruto de um fato ou de um conjunto de fatos circunstanciais e não previstos-planejados (normalmente definidos como “situações críticas”) normalmente não são explicados até porque o esquema de análise não abre espaço para esta dimensão de curto prazo. Como afirmam os autores, nestes casos: “*O principal problema consiste evidentemente em explicar o que provoca as situações críticas*” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 201).

O processo de formação institucional pode ter base em um conjunto de fatos e eventos circunstanciais e que se sucedem de forma não planejada e em um espaço de tempo relativamente curto. Nesse sentido, análises como a de PIERSON (2004) permitem centralizar o foco nesta dimensão de curto prazo. Aqui, pretende-se analisar várias das características do bipartidarismo brasileiro (que influenciarão na dinâmica político-partidária e eleitoral característica do atual período multipartidário). PIERSON (2004) ilustra esta dificuldade de se analisar contextos específicos ao chamar a atenção para a necessidade de se levar em consideração fatores de longa duração.

Many important social processes take a long time – sometimes an extremely long time – to unfold. This is a problematic fact for contemporary social science, particularly in areas of inquiry where individual strategic action has become the central vantage point for framing questions and answers about social life. Especially in economics and political science, the time horizons of most analysts have become increasingly restricted. In choosing what we seek to explain and in searching for explanations we focus on the immediate – we look for causes

and outcomes that are both temporally contiguous and rapidly unfolding. In the process, we miss a lot (Kitschelt 1999; Goldstone 1998). There are important things that we do not see at all, and what we do see we may misunderstand. (PIERSON, 2004, p.79).

O Ato Institucional nº 2: *the big bang?*

Regras eficazes caracterizam-se por produzir rotinas, por estabelecer padrões de comportamento. Em contextos de vigência e de efetiva eficácia de um determinado conjunto de regras, as instituições tendem a se sobressair em relação às iniciativas dos diferentes agentes nela inseridos. No entanto, também em contextos históricos de exacerbada instabilidade e turbulência é possível identificar a relevância que determinadas iniciativas e/ou atitudes do que se pode chamar de agentes-chave possuem no sentido de delimitar o marco-geral no qual os acontecimentos passam a ocorrer. Um contexto de imposição de instituições fora do marco de um Estado Democrático de Direito representa um exemplo ainda mais complexo do estabelecimento de padrões deste tipo, nos quais algumas de suas consequências podem não ser visíveis no curto prazo. *“Slow-moving outcomes are ones with long time horizons – that is, processes where meaningful change in the dependent variable occurs only over the long-run”*. (PIERSON, 2004, p. 90).

Neste sentido, o Ato Institucional nº2 irá marcar a história partidária e eleitoral brasileira dado que a criação de Arena e MDB representa o início de um período não absolutamente novo, mas que irá influenciar diretamente os períodos subsequentes. A criação destes dois partidos não anula a história, as tradições, as rivalidades e os laços de lealdade que caracterizavam a política brasileira até então. Contudo, o que este ato traz de novo é a moldura institucional na qual este conjunto de tradições passa a atuar. Aqui, se identifica um movimento complexo em que as diferentes famílias políticas (e

suas respectivas máquinas eleitorais) se ajustam a esta nova moldura institucional ao mesmo tempo em que esta estrutura institucional é adaptada (a sublegenda é um exemplo disso) à dinâmica político-eleitoral de então. Utilizando-se a análise de PIERSON (2004), se cada partido ou máquina política é visto como uma camada de terra da “geologia política” no âmbito estadual pode-se dizer que quando da extinção dos antigos partidos, o terreno já apresentava sinais claros de sedimentação. O “terremoto” (AI – 2) neste caso ocorre por um “fator externo” e provoca uma significativa reacomodação destas camadas ao longo dos anos sessenta e setenta.

Durante o seu primeiro ano e meio no poder o governo Castelo Branco caracterizava-se por uma significativa instabilidade. As eleições diretas para governador que ocorrem em outubro de 1965 em onze dos vinte e dois estados da Federação e nas quais atuaram os principais partidos políticos de então exacerbam os ânimos principalmente dos setores civis ligados à UDN e da chamada linha dura militar. A vitória dos candidatos do PSD e do PTB nos estados da Guanabara e de Minas Gerais (Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente) gera profundos descontentamentos, particularmente, em duas das principais lideranças que apoiaram desde sempre os militares: os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto (principais lideranças justamente da Guanabara e de Minas Gerais). Embora a derrota dos candidatos udenistas nestes dois importantes estados possa parecer uma derrota completa para o governo, tal não é a interpretação de estudiosos como JENKS (1979), para os quais estes resultados iriam ao encontro dos interesses de Castelo Branco.

Em nove dos onze estados em que ocorrem as eleições, os eleitos são apoiadores do novo regime. Além disso, as derrotas de Lacerda e de Magalhães Pinto contribuíram para neutralizar o poder destas lideranças. Ao garantir a posse dos

eleitos, Castelo Branco teria também conquistado, segundo JENKS (1979) o apoio e o reconhecimento dos novos governadores Negrão de Lima e Israel Pinheiro. Para os udenistas e para os oficiais da chamada linha dura, o sinal de emergência soou. Estava claro que a manutenção da aliança PTB-PSD traria sérias ameaças a setores importantes que apoiaram o golpe.

É curioso que mesmo com a propensão das elites políticas brasileiras de estarem sempre associadas ao poder, setores importantes do PSD não apoiam automaticamente os militares. Justamente do PSD, majoritariamente formado por políticos conservadores e de famílias tradicionais na política brasileira^{ix}. Se o apoio às iniciativas da cúpula militar não se dava de forma automática, era preciso “criar” as condições para tanto:

The president proposed several Constitutional amendments increasing the power of the President over the states and making it possible to investigate and prosecute Kubitschek (whose status as former governor gave him certain immunities). The tension in the political system, particularly in the Congress, centered on whether the PSD would ultimately support these amendments. Party leaders dickered, caucused and worked with administrative officials to find some mutually face-saving compromise. The PSD was clearly divided. The president became increasingly dismayed with the PSD's intransigence and lack of unity. By October 17, he admitted the possibility of a new Institutional Act to dissolve the parties [...]. By October 26, his advisors were nearly unanimous in their approval of a new Act. When the PSD formally rejected the amendments, the Act was ready. (JENKS, 1979 p. 95-96)

Assim, no dia 27 de outubro de 1965 é editado o Ato Institucional número 2, cujos pontos principais, para além da extinção dos partidos (artigo 18) eram: a eleição indireta do presidente da República; a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, e estabilidade; a possibilidade do presidente decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; a suspensão dos

direitos políticos e a cassação de mandatos. Além de JENKS (1979), depoimentos de algumas das principais lideranças da Arena como o do primeiro presidente nacional do novo partido, o senador gaúcho e ex-udenista Daniel Krieger e do chefe do Gabinete Civil do governo Castelo Branco e futuro governador da Bahia (1967-1971), Luiz Viana Filho (KRIEGER, 1976 e FILHO, 1975) atestam que a inclusão e o controle efetivo de amplos setores do PSD pelo governo eram considerados aspectos fundamentais para o sucesso dos militares na visão do presidente Castelo Branco. Contudo, se esta necessidade era evidente, a forma através da qual tal objetivo deveria ser alcançado era uma questão em aberto.

Na hipótese da criação de três ou mais partidos havia o risco iminente da manutenção das três maiores legendas do período democrático anterior: PTB, PSD e UDN, anulando alguns dos mais importantes propósitos do AI-2 que se constituíam justamente em inviabilizar a manutenção da aliança PTB-PSD e obter um maior controle sobre as lideranças deste último partido. De acordo com FILHO (1975), o grande dilema passa a ser representado pela dicotomia entre a alternativa bipartidária e a de partido único.

Desde novembro cogitava-se da formação dos novos partidos, que preencheriam a lacuna aberta com a extinção dos anteriores. E como nada existia, tudo seria levantado dos alicerces. No momento, a única ideia assentada era a inconveniência de numerosos partidos [...] Reduzir o número das agremiações foi, portanto, o ponto de partida. Juraci, traduzindo pensamento do Presidente, bateu-se por uma única agremiação. Nei Braga, com o apoio do senador Krieger, preferia dois partidos, e essa parece ter sido a posição do senador Filinto Muller. (FILHO, 1975 p. 369-370)

A alternativa bipartidária acaba se sobressaindo. No entanto, a formação de um grande partido governista esbarrava nas rivalidades locais e regionais entre suas lideranças. Até mesmo o mecanismo utilizado para neutralizar as rivalidades internas – a sublegenda – não foi consenso entre o governo, os

militares e as principais lideranças políticas. O próprio presidente Castelo Branco era inicialmente contra este mecanismo dado que planejava a criação não só de um partido amplamente majoritário, mas também coeso. Na medida em que a sublegenda permitiria a manutenção de subgrupos rivais entre si no plano eleitoral local e estadual, este mecanismo ia de encontro à segunda das características que o presidente desejava ver no novo partido.

Se a experiência bipartidária brasileira nasce marcada pela artificialidade (KINZO, 1988), esta é fruto da coexistência no interior das legendas de adversários ferrenhos em seus respectivos redutos eleitorais. Dito em outras palavras: a artificialidade que marca principalmente a fase inicial do bipartidarismo resulta diretamente da coerência das disputas eleitorais que haviam ocorrido nas últimas duas décadas. Como afirmado por KRIEGER, 1976: *“Os fantasmas dos partidos extintos perturbavam o harmônico funcionamento dos criados para substituí-los. Não se extirpam facilmente divergências exacerbadas, no curso do tempo, em árduas e porfiadas lutas”*. (KRIEGER, 1976 p. 306).

Como exemplo desta dinâmica, pode-se citar o caso do governador recém eleito em Minas Gerais. Após filiar-se à Arena (assim como todos os outros governadores), Israel Pinheiro tenta convencer seus antigos companheiros no PSD mineiro a fazer o mesmo.

State federal Deputies, however, were finding it nearly impossible to convince their local brokers (usually local politicians) to join with the UDN within the *municípios*. At the end of November, over half the Federal Deputies in the state were still planning to join the opposition. Their own elected positions rested ultimately on the support of local party organizations, and few were willing to break those ties even at the risk of being in the opposition at the state and national level, denied patronage and preference of state and federal bureaucracies. (JENKS, 1979 p. 109).

A filiação na organização oposicionista era o preço que várias lideranças políticas pareciam estar dispostas a pagar pela incompatibilidade com grupos políticos rivais já estabelecidos na futura Arena^x. A instituição da sublegenda possibilita que se evite os possíveis riscos de permanecer na oposição, sem abrir mão da disputa eleitoral em suas regiões. Diante da incompatibilidade entre os propósitos (partido majoritário e coeso), o governo opta pela manutenção da primeira característica.

No que tange ao MDB, se a partir dos anos setenta é claramente identificável o seu crescimento, tal não é o cenário do partido em seus primeiros anos de vida. Um indicador consistente das dificuldades de estruturação do MDB é o fato de que durante os primeiros anos de existência do bipartidarismo as disputas eleitorais se davam principalmente entre as sublegendas da Arena. A maioria dos municípios sequer contava com diretórios do partido oposicionista. Se as cassações, a sublegenda e a cooptação exercida pelo governo de diversas lideranças para a Arena contribuíram para dificultar a organização do MDB, em fevereiro de 1966 este partido sofre outro golpe: o AI-3. A partir de então a eleição para governador passa a ser indireta e os prefeitos de capitais seriam nomeados pelos governadores de seus respectivos estados, sepultando uma das principais possibilidades de êxito eleitoral do MDB dado que a maior parte do seu eleitorado em potencial estava localizada nos maiores centros urbanos.

Mesmo com o seu notório grau de artificialismo e com todas as incertezas, hesitações e resultados não planejados, o ato de criação de dois partidos políticos em plena ditadura militar representa um marco que terá reflexos significativamente mais longevos do que os próprios partidos políticos criados pelo regime entre 1965-66. E é nesta dimensão que se deve entender o AI – 2 como o “*big bang*” isto é, como um ato inicial que teve

repercussões com um alcance bem maior do que o próprio período de vigência do bipartidarismo. Tal achado ilustra o quanto a transição para a democracia foi pautada pela agenda e pela engenharia institucional impostas pelo regime em seus primeiros anos de existência.

Do bipartidarismo ao partido único de fato: as primeiras eleições (1966 – 1970)

As eleições de 1966 representam o primeiro teste desta nova estrutura institucional. As incertezas eram aumentadas pelas perseguições e cassações efetuadas pelos militares. Entre 1965 e 1967, JENKS (1979) identifica que pelo menos 238 pessoas perderam os seus direitos políticos. Em sua maioria, os cassados eram deputados estaduais recém filiados ao MDB. Se na esfera federal já havia sido difícil atingir o número mínimo de deputados e senadores para a sua fundação, nos estados e municípios a situação que já era drástica acaba se tornando mais preocupante em função das cassações.

Vários são os estados em que a falta de estrutura impede a viabilidade eleitoral do MDB. TUPIASSU (1968), identifica que nestas eleições o partido não obtém êxito em lançar sequer um número de candidatos igual ao das cadeiras da Assembleia Legislativa do Pará, o mesmo ocorrendo para a Câmara dos Deputados. Mesmo em estados mais urbanizados e economicamente mais desenvolvidos como São Paulo a supremacia organizacional do partido governista (beneficiando-se do clima de insegurança e do apoio governamental ostensivo) era evidente. Sem eleições diretas para as prefeituras das maiores cidades, o MDB lança candidatos em apenas 66% dos 78 municípios em que há eleições para prefeito. Em todo o país, era comum que a verdadeira disputa eleitoral se desse não entre Arena e MDB, mas sim entre os remanescentes dos antigos

partidos políticos agora sob a legenda (melhor dito: sublegenda) governista.

A vitória da Arena em 1966 pode ser mensurada pelo resultado das eleições para o Senado Federal. Mesmo para este cargo, no qual o eleitorado dos grandes centros tinha um peso relevante, a vitória do partido governista foi incontestada (19 *versus* quatro). Para a Câmara dos Deputados a Arena elege 277 membros, mais que o dobro das 132 cadeiras conquistadas pelo MDB^{xi}. Nas Assembleias estaduais o fenômeno se mantém: 731 vagas para a Arena e 345 para o MDB.

Se nos níveis nacional e estadual a disputa era desigual, nas eleições municipais de 1968 (1400 municípios) e de 1969 (975 municípios) a disparidade é ainda mais evidente. O MDB conquista menos que vinte por cento das prefeituras em disputa em 1968. Como consequência destes resultados, formou-se dentro do MDB uma corrente que propunha a tese da autodissolução. Se até então o cenário já era preocupante para o partido oposicionista, com o advento do Ato Institucional nº5^{xii} o cenário se torna ainda mais sombrio. Com o aumento das incertezas provocado pela nova onda de cassações (até 1970, mais 88 deputados federais e cinco senadores são cassados) e pela censura severa que é instituída, tanto o interesse pelas eleições de 1969 quanto as chances do MDB se estruturam e tornar-se viável eleitoralmente diminuem ainda mais (JENKS, 1979).

É neste contexto que ocorre a troca dos deputados federais, dos deputados estaduais e de dois terços do Senado nas eleições de novembro de 1970. Nestas eleições chega-se ao ápice do predomínio eleitoral do partido governista. Cassações, censura, apoio governamental ostensivo, prisões arbitrárias de candidatos oposicionistas, descrença de significativos setores oposicionistas em relação à esfera político-eleitoral (votos em branco, que nesta eleição chegam a 21%, mesmo percentual de

votos obtido pelo MDB), vários são os motivos que explicam conquista de 40 das 46 vagas ao Senado Federal e 220 das 310 cadeiras na Câmara dos Deputados (além de 495 das 701 vagas nas Assembleias estaduais) pela Arena. Nas eleições municipais subsequentes (1972) a Arena conquista 88% das prefeituras. Mesmo nos maiores centros a Arena mantém o bom desempenho eleitoral (o MDB conquista maioria das cadeiras ao legislativo municipal em apenas sete das 21 capitais em que houve eleição).

Como se não bastassem todas estas dificuldades, o MDB sofria ainda com a ausência de vínculos entre seus poucos prefeitos e a legenda. Nada menos que 303 (em um universo de 505) prefeitos eleitos pelo MDB acabam migrando para o partido governista após as eleições. Se o risco das cassações era um perigo constante, o fenômeno da defecção dificultou ainda mais a estruturação do partido oposicionista.

O MDB nos anos 1970: estruturação do partido oposicionista e substituição de clivagens antigas por novas clivagens

Embora no nível municipal os resultados eleitorais tenham sido ainda piores do que no âmbito estadual nas últimas eleições, o MDB acaba conquistando alguns importantes centros urbanos como Juiz de Fora e Araguaí em Minas Gerais e Campinas em São Paulo. A conquista destes postos ajuda a explicar como o partido inicia um processo de estruturação de suas máquinas partidárias a partir da promoção de novas lideranças locais e da criação de diretórios municipais (MELHEM, 1998). Ao analisar este processo em Minas Gerais, JENKS (1979) afirma que:

MDB leaders in some areas of the country began *município-by-município* organizing efforts. Special attention was given to Minas Gerais which the party hoped to make its geographic base for a political resurgence. It had not had a

single *município* party directorate in the state in 1966. By 1970 it had organized 372. This still meant, however, that it was unorganized in half of the state's 726 *municípios*, while ARENA was organized in all but 17. (JENKS, 1979 p. 186-187)

Ao examinar este processo no interior de São Paulo, MELHEM (1998) identifica a vitória inesperada do então deputado estadual Orestes Quércia à prefeitura de Campinas ainda em 1968 como uma conquista fundamental para viabilizar o processo liderado por este prefeito de organização de centenas de diretórios municipais no interior do estado no início da década de setenta. Disputando a prefeitura com lideranças políticas locais tradicionais no município (e desde 1965 filiadas à Arena), Quércia estabelece uma estratégia que tem êxito ao articular um discurso antielitista e renovador (que tem boa recepção entre os setores mais combativos ao regime militar), mas com uma significativa ambiguidade ideológica (fator que o aproxima de setores mais conservadores e/ou descontentes com o regime). Desta forma, a eleição de Quércia representa: “[...] a emergência de um novo tipo de lideranças de oposição no interior, mais relacionado com as lutas sociais, desvinculado da polarização política da década de sessenta [...] é o caso de Quércia, de Robson Marinho em São José dos Campos e mesmo do Esmeraldo Tarquíneo em Santos”. (MELHEM, 1998 p. 181).

Encerrada a sua gestão municipal em 1972, Orestes Quércia passou a se dedicar integralmente a ampliar sua posição no MDB, com olho nas próximas eleições parlamentares: ‘Terminado o mandato de prefeito, aí sim percorri São Paulo inteiro, quando organizei mais de trezentos diretórios. Depois desta organização toda fui candidato a senador em 74 e foi aquele resultado eleitoral. (MELHEM, 1998 p. 185).

Com o propósito de formar novos diretórios pelo estado, Quércia identifica não na oposição direta ao regime a sua melhor estratégia para atrair e filiar pessoas dispostas a estruturar um diretório do MDB em seu município.

Principalmente nas pequenas cidades, a estratégia mais profícua foi a de explorar rivalidades locais.

Nas cidades pequenas, o que a gente sempre percebeu é que o espírito de oposição não estava muito direcionado ao governo federal ou à própria revolução. Era oposição dentro da cidade. Era o grupo contrário ao grupo do prefeito... Aí adquirimos mais esse know-how, a gente procurava o adversário do prefeito na eleição passada. (MELHEM, 1998, p. 187).

MELHEM (1998) afirma que a estruturação do MDB ocorre “enredado” na esfera local e sem nenhuma clareza ideológica. A estratégia foi a de ter os limites municipais como horizonte. E esta estratégia de não enfrentamento direto com as esferas estadual e federal de governo é, então, apontada como importante causa da viabilidade da estruturação do MDB no interior de São Paulo. Embora vá ao encontro da hipótese deste estudo e seja consistente, esta explicação não dá conta da compreensão completa deste fenômeno. Aponta-se aqui para algo que passa quase despercebido na entrevista, mas que será a seguir analisado em função da sua relevância: a clivagem entre as lideranças tradicionais do partido governista e suas novas lideranças.

Apesar da interiorização do partido não apontar para um crescimento do debate ideológico ou mesmo oposicionista em relação ao governo federal, desde o princípio desta década identifica-se no MDB um movimento que defendia uma posição clara de oposição ao regime. Ao lado dos moderados do MDB constitui-se então um grupo composto majoritariamente por deputados federais mais jovens. Se o processo de estruturação do MDB pelo interior capacitou-o a adquirir uma maior capilaridade eleitoral, a constituição deste grupo conferiu à legenda oposicionista, ao menos no nível federal, um discurso mais consistente de oposição ao regime militar.

The MDB leaders who had been most outspoken in their criticism of the government had won the most votes in 1970. On the other hand too much opposition had brought down the

government's wrath on the leadership and led to *cassações*. MDB thus found itself fragmented in the Congress between *autênticos* and *moderados*, a division which became more important even than the old party linkages of the MDB members. [...] The new leader of MDB in the Chamber, Pedroso Horta, succeeded in working with both sides in the dispute, by distributing leadership positions equally among contending factions. The 17 vice-leaders of the party, for example, included nine *moderados* and eight *autênticos*. Essentially, the *autênticos* argued for a "true opposition" while *moderados* were more willing to compromise with the military. [...] One of the *autênticos* first moves was to expand the MDB platform to include criticism of the government's economic programs. (JENKS, 1979 p. 211-212).

Esta nova divisão interna no MDB representa um lento processo de substituição da clivagem representada pelas antigas legendas partidárias por esta nova, ao menos no interior de sua bancada na Câmara dos Deputados. Se as cassações representam a saída dos setores do MDB mais combativos, a defecção (principalmente dos prefeitos) dos eleitos pelo MDB em direção à Arena representa a existência de uma importante região de contato (de uma intersecção) existente nas (imprecisas) fronteiras entre ambos os partidos. O espaço que desde as cassações estava vago passa então a ser novamente ocupado por estas novas lideranças eleitas à Câmara dos Deputados. Por fim, pode-se identificar que apesar das tensões que esta divisão provoca no interior do MDB, a liderança (assim como a direção nacional do partido) busca a conciliação entre os dois grupos a partir da composição das vice-lideranças. Tal balanço de poder interno entre os grupos é facilitado no MDB pelo fato de que, ironicamente, o partido opositor possuía um maior grau de liberdade para gerir suas negociações internas. A tendência era de que a Executiva Nacional deste partido fosse mais representativa das forças que formavam a legenda do que a Executiva Nacional arenista.

Surgimento de um discurso ideologicamente definido e mais combativo no âmbito nacional e crescimento da estrutura

partidária no interior, de olho nas questões locais e ideologicamente impreciso. Estes são dois dos principais fenômenos que ajudam a explicar a estruturação do MDB e o papel por ele exercido nas eleições subsequentes.

A Arena nos anos 1970: o surgimento de uma nova sublegenda e a substituição de clivagens antigas por uma nova clivagem

Em todas as esferas e para todos os cargos ainda eletivos a Arena demonstra um desempenho eleitoral incontestado até 1972. As sublegendas se mostravam eficazes, viabilizando uma convivência (senão harmônica, pelo menos convivência) entre máquinas político-eleitorais rivais em âmbito municipal/estadual. Resolvida a questão das negociações para a formação do partido e do domínio eleitoral da Arena, foi possível ao então recém empossado presidente da República, o general Médici, tentar de certa forma retomar o projeto inicial de Castelo Branco de construção de um partido governista viável eleitoralmente e coeso internamente.

Contudo, se Castelo Branco tenta alcançar este objetivo trabalhando com as antigas lideranças político-partidárias, Médici tentará “construir” a coesão com base na promoção de novas lideranças políticas. Esta estratégia, significativamente mais centralizadora, visava à formação de correntes estaduais formadas por membros da Arena (provenientes seja da burocracia, do empresariado ou mesmo de lideranças políticas de segunda grandeza) que não eram vinculados às principais lideranças arenistas nos estados.

The Arena electoral publicity portraying the president as head of the party was much more than effective symbolism. In fact, Médici continued to expand his role as personal commander of the party after 1970. By the 1970 elections, Médici already had men personally loyal to him in key positions in the Arena national directorate and state directorates. At the beginning of the 1971 legislative session, he was able to select men to fill

the Arena congressional leadership positions as well. In 1966, the Congress had elected its own leaders rather than Castelo Branco's protégés. In contrast, in 1970, the leader of Arena in the Senate, Filinto Muller, simply submitted to the president a list of the Arena members in Congress for him to choose among for the leadership, and Arena then merely ratified his choice. (JENKS, 1979, p. 205).

As conhecidas clivagens representadas pelas disputas entre as tradicionais famílias e suas respectivas máquinas eleitorais sofrem uma modificação em seu padrão de competição interna em virtude do surgimento desta nova “sublegenda”. A tensão entre antigas e novas lideranças arenistas se torna explícita nas eleições municipais de 1972 quando o governo federal tenta realizar este processo de “renovação” (que desde 1970 ocorria na presidência do partido e em postos da Câmara dos Deputados e Senado federal, além de alguns governos estaduais – Santa Catarina – e municipais) das lideranças arenistas também em nível local.

Os “governadores técnicos” procuraram construir uma nova base política, que começava pela escolha do secretariado, ocupado quase por completo por outros “técnicos”. Estes governadores, desse modo, foram se distanciando da classe política tradicional e ficaram politicamente isolados em seus estados. O suporte dado pelo Governo Federal, contudo, não garantia aos governadores o controle das seções estaduais da ARENA. Nascia aí uma importante divisão informal no partido do governo: de um lado, aquilo que podemos chamar de ARENA I, isto é, o grupo mais ligado ao Poder Central e aos então governadores; de outro, a ARENA II, constituída por boa parte da elite política estadual que se sentia alijada do processo político. Esta divisão foi fundamental nas outras três eleições estaduais do período autoritário (1974, 1978 e 1982) [...]. (ABRUCIO e SAMUELS, 1997, p. 147).

Se na escolha dos governadores a capacidade do governo de impor os seus candidatos preferidos em grande medida à revelia das principais lideranças arenistas foi a regra, tal fenômeno não ocorre quando os “novos governadores” estruturam candidaturas desvinculadas das lideranças tradicionais pelo interior de seus respectivos estados nas

eleições municipais de 1972. Se, por um lado era relevante para os remanescentes da UDN, do PSD e do PTB (entre outros) disputarem entre si a liderança político-eleitoral local, por outro para nenhuma destas “famílias políticas” era conveniente o surgimento de uma nova força que surgisse nas disputas locais com o patrocínio seja do governo federal, seja dos governos estaduais. O mercado eleitoral, até então significativamente controlado por poucas e tradicionais lideranças, vê-se agora “invadido” por uma força estranha, ironicamente gestada no próprio “ninho” arenista. O monopólio da disputa entre as antigas famílias no nível local passa a ser ameaçado. Neste contexto, é melhor inclusive que um arqui-inimigo conquiste postos eleitorais do que estas “forças estranhas”.

The fragmentation of the government party occasionally cost it dearly in the election. MDB's greatest victory was in Santa Catarina, where it elected 41 mayors, up from 25, and won in the state capital and the three largest cities [...] The two reigning oligarchies in the state, represented by PSD and UDN, had joined Arena in 1965, continuing their bitter electoral competition as separate *sublegendas*. In an attempt to unite and control the party, Médici chose an “outsider” for governor of the state in 1970 [...] Alienated from the new governor, the Konder-Bornhausen and Ramos oligarchies freed their supporters for the 1972 campaign, and many wet to MDB. MDB's success here was due entirely to the Arena military (governor)/civilian struggle for control of state politics [...] Renovação at the local level simply did not occur. In sum, Médici controlled Arena at the national and state levels, recruiting the party leadership and increasing the centralization of authority under the President. Arena, in turn, controlled the electoral system, winning 88 per cent of the seats for mayor in the 1972 elections. (JENKS, 1979 p. 221-222).

Se entre os deputados estaduais e federais do MDB os antigos partidos perdem espaço para uma nova clivagem entre autênticos e moderados, na Arena, a modificação resulta da disputa entre o governo (e a “sua” sublegenda) e as lideranças políticas tradicionais que formam o partido governista. Esta tensão existente no interior da Arena catarinense é identificada também por CARREIRO (1990) quando o autor afirma que:

Realmente parece ter havido uma estratégia do poder central, de cunho burocrático (e ‘impessoal’), de reduzir o poder oligárquico nos estados [...] Esta estratégia é derrotada, porém, o que fica claro com a indicação em 1974 de Antônio C. Konder Reis para governador do Estado. A verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. (CARREIRO, 1990 p. 94).

Se na esfera parlamentar o governo federal conquista com êxito o controle dos arenistas, conclui-se que o partido do “Sim, senhor” (GRINBERG, 2009) não se dispõe a aceitar passivamente a “intromissão” do governo federal em questões eleitorais no interior dos estados.

Partidos, divisões internas e as eleições de 1974

Embora afirme que o salto organizacional da legenda oposicionista se dê entre 1972 e 1976 – e não entre 1970 e 1972, como afirma JENKS (1979) – a análise de CARREIRO (1990) aponta também para as tensões criadas no interior da Arena catarinense desde 1970 com a escolha de Colombo Salles ao governo do estado. Vários são os estados em que os militares e o novo presidente (Geisel) irão repetir em 1974 o mesmo processo de escolha dos governadores (apoiar arenistas desvinculados das principais lideranças do seu partido no estado). Um exemplo claro é o do Rio Grande do Sul, onde Sinval Guazzelli foi o último votado em uma lista de pretendentes e foi o escolhido pelo governo federal para governar o estado (NERY, 1975, p. 40). Como ilustra a citação abaixo, o exemplo gaúcho está longe de ter sido a exceção.

Geisel teve desde logo dificuldades para realizar seus planos nos estados porque as elites locais estavam bastante descontentes com os então “governadores técnicos” e com as consequências dessa estratégia adotada por Médici. Em resumo, a ARENA já começaria desunida para as próximas eleições se não houvesse um realinhamento entre as forças do partido que agradasse à elite política estadual. Geisel tentou de algum modo fazer isso, buscando reincorporá-las no processo de escolha dos candidatos ao Senado e às governorias. Para

isso foi indicado Petrônio Portella, senador e presidente da ARENA, como enviado oficial do governo aos estados, a fim de discutir e de decidir quais seriam os candidatos do partido [...] O fracasso da estratégia de Geisel ocorreu porque a “Missão Portella” continuou afastando a classe política estadual da definição dos nomes dos candidatos aos cargos majoritários. Isso porque não houve de fato uma negociação entre o Poder Central e as elites estaduais: Portella impôs os nomes indicados pelo Governo Federal. Essas escolhas, além disso, respondiam mais ao critério da confiança do governo com relação ao candidato do que à representatividade do indicado junto às bases estaduais do partido. Ao fugir deste último critério, Geisel escolheu ex-udenistas para os três mais importantes estados conquistados pelo governo – Paulo Egídio em São Paulo, Aureliano Chaves em Minas Gerais e Sinval Guazelli no Rio Grande do Sul – quando na verdade a UDN nunca foi forte nestes estados no pré-64 e nem era majoritária como grupo dentro da ARENA local. (ABRUCIO e SAMUELS, 1997, p. 147-148).

Também no Paraná ocorre o mesmo fenômeno quando o escolhido foi o empresário Jayme Cannet sendo que o então senador Accioly Filho tinha o apoio de 62 entre os 63 membros da Arena paranaense ouvidos pelo seu presidente, Petrônio Portella (NERY, 1975). Também no Rio Grande do Norte a escolha recaí sobre um nome que não era cogitado pelas diferentes alas arenistas.

Quando foram procurar um candidato a governador que trouxesse a paz para o partido e a vitória para o Senado, apareceram doze [...] No fim, restaram duas listas. A de Dinarte: Moacir Duarte, o genro. Dix-huit Rosado, o preferido. E a de Cortez: Osmundo Faria, o preferido. Antônio Florêncio, o deputado. Geraldo Bezerra, o secretário [...] Saiu Tarcísio Maia, que não era nenhum dos doze apóstolos e não tinha tido um voto sequer na prévia de Petrônio. (NERY, 1975, p. 65).

Esses exemplos, entre outros, deixam claro o fato de que o procedimento adotado para indicar o futuro governador em cada estado não passava pelo crivo das lideranças arenistas estaduais. Ao descrever este processo em Alagoas (estado em que o candidato mais votado foi efetivamente escolhido como futuro governador), este mesmo autor afirma que o que ocorre neste

estado foi: “[...] *um dos raríssimos casos em que o mais votado acabou escolhido governador*” (NERY, 1975, p. 145).

Se, em 1970, a estratégia do governo de nomear em vários estados governadores desvinculados das principais lideranças arenistas não teve reflexos eleitorais significativos, em 1974 as tensões entre lideranças tradicionais do partido e o governo ajudarão a explicar o surpreendente resultado alcançado pelo MDB. Ao examinar os resultados eleitorais no Espírito Santo, MARTINS (1976) afirma que a escolha do deputado federal Élcio Álvares desagradou as principais correntes arenistas: “*As correntes políticas da ARENA, no interior, insatisfeitas com os futuros rumos políticos (quase todos os nomes dos futuros secretários que a imprensa ventilava – eram da capital) não escondiam suas restrições*”. (MARTINS, 1976, p. 185-186).

Embora curta, esta citação merece ser analisada de forma mais detida dado que chama a atenção para o fato de que o processo de “renovação” que a Arena sofre parece formatar a clivagem (lideranças tradicionais *versus* novas lideranças) arenista em um padrão definido: capital *versus* interior. Para o governo federal isto representa um sério problema a ser enfrentado dado que a Arena tradicionalmente possuía um desempenho eleitoral melhor no interior do que em relação aos grandes centros urbanos. E no interior os votos arenistas eram “controlados” em grande medida pelas tradicionais máquinas eleitorais: nos estados em que se formou, a nova sublegenda da Arena possuía acesso direto à máquina estatal, mas não controlava os votos necessários para se consolidar e para neutralizar o poder das lideranças tradicionais do partido.

Logo a seguir far-se-á referência ao fato de que em 1974 inúmeras lideranças arenistas acabam ou não participando ativamente na campanha senatorial ou apoiando explicitamente o candidato que concorria pelo MDB. Em Goiás, por exemplo, tal aspecto é claramente identificado:

Os grupos e interesses se mobilizaram na escolha do candidato, definido somente quando o presidente nacional do partido esteve em Goiás. O então prefeito municipal de Goiânia, médico e líder pecuarista, Manoel dos Reis e Silva, fora o escolhido. Os grupos preteridos e os fracionamentos internos deixaram o partido dividido e desmobilizado para a campanha. (CAMPOS e MENEZES, 1976, P. 404).

Tal aspecto ajuda a explicar a diferença entre a votação do MDB para o Senado e para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. A explicação consagrada pela literatura especializada é a de que o MDB teve um melhor desempenho eleitoral nas eleições majoritárias em virtude destas eleições terem tido um caráter plebiscitário (fruto, por exemplo, da feliz estratégia de campanha oposicionista e da sua competência para explorar um clima eleitoral um pouco mais distencionado em relação às eleições de 1970 e da utilização competente dos programas eleitorais na TV).

Embora se esteja de acordo com esta explicação, chama-se aqui a atenção para outro fator que ajuda a explicar tal fenômeno: o apoio que candidatos oposicionistas ao Senado (e somente os candidatos ao senado) tiveram no interior dos seus respectivos estados de lideranças arenistas. Se na disputa para o Senado várias lideranças arenistas apoiam os candidatos oposicionistas, para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa estas lideranças encontram-se de corpo e alma buscando votos para os seus representantes. Este aspecto ilustra o fato de que parte significativa dos sufrágios emedebistas ao Senado não reflete necessariamente um voto de oposição ao regime, mas sim, a indicação de inúmeras lideranças arenistas que acabam apoiando os candidatos oposicionistas ao Senado, mas buscando manter o voto deste mesmo eleitor para os seus candidatos a deputado federal e estadual. Tal aspecto ajuda a explicar o fato da legenda oposicionista ter conquistado 16 das 22 vagas em disputa – mesmo em estados pouco industrializados

e urbanizados. Na citação abaixo, em que se analisa o caso do Espírito Santo, se tem um exemplo claro desta dinâmica.

Como explicar a enorme diferença entre a legenda estadual da ARENA (227.596 votos) e a votação do seu candidato à eleição majoritária (168.366 votos), ou seja, uma queda de 56.230 sufrágios? – Ou então, qual a explicação para a votação do candidato ao Senado pelo MDB (213.038 votos) e a baixa votação da legenda estadual de seu partido (151.403 votos), ou seja, a diferença de 61.635 sufrágios? [...] Se o eleitorado queria protestar, ou demonstrar sua insatisfação com os governos, porque não votou – por completo – nos candidatos do MDB? Para muitos observadores, alguns chefes políticos da ARENA preferiram o candidato do MDB pelas suas qualificações pessoais. Para outros observadores, alguns chefes políticos da ARENA votaram no candidato do MDB para contrariar o futuro governador, ou para demonstrar sua insatisfação com os rumos políticos do estado. É possível que todos estejam certos. O fato inegável é que as eleições em alguns municípios do interior mostraram resultados surpreendentes. Por exemplo, no município de São Gabriel da Palha, no norte do estado, onde o MDB não possuía sequer um Diretório Municipal ou distrital e nem um vereador; onde a ARENA havia obtido nas eleições de 1970 cerca de 80% da votação; onde o prefeito é da ARENA e toda a Câmara Municipal; o candidato a senador do MDB venceu por 3.503 votos contra 2.527. [...] No município de Coalina, um dos maiores colégios eleitorais do Estado os resultados foram espantosos. A legenda federal da ARENA obteve 22.291 votos contra 2.182 do MDB e, portanto, 91% da votação. Quanto à legenda estadual, a ARENA obteve 23.192 contra 2.199 do MDB, ou seja, 91,33% da votação. Por incrível que pareça o candidato a Senador do MDB venceu em Colatina por 14.250 votos contra 11.716. (MARTINS, 1976, P. 195-196).

Quadro 1

Resultado eleitoral nacional (percentual): 1974

<i>Eleição/partido</i>	<i>Arena</i>	<i>MDB</i>	<i>Branco-Nulo</i>
Senado	35%	50%	9% – 6%
Câmara dos Deputados	41%	31%	14% - 7%

Fonte: JENKS, 1979.

O quadro acima ilustra de forma clara o que MARTINS (1976) analisa no Espírito Santo. Se a derrota para o Senado foi fragorosa, nas eleições proporcionais, a Arena mantém-se majoritária. Estes dados reforçam a interpretação de que o apoio arenista foi relevante para a vitória oposicionista nas eleições majoritárias de 1974. Mesmo em estados industrializados este fenômeno pode ser identificado. Em São Paulo, por exemplo, a candidatura de Carvalho Pinto ao Senado Federal ia de encontro às pretensões de duas das maiores alas da Arena: os ademaristas (que sustentavam a candidatura de Ademar de Barros Filho) e os laudistas^{xiii} (que apoiavam o nome de Paulo Maluf). Assim como ABRUCIO e SAMUELS (1997), MARTINS (1978) comenta alguns relatos de como a campanha de alguns candidatos arenistas à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa estava ocorrendo e chama a atenção para o impacto destas tensões criadas entre a direção nacional do partido e o governo federal com algumas das principais lideranças estaduais e locais do partido governista, bem como o quanto isto foi importante para potencializar a candidatura de Orestes Quéricia.

De São José dos Campos informava-se, a 30 de outubro, que a situação já ‘estava definida naquela cidade: depois de iniciar a campanha conjunta com Carvalho Pinto, os candidatos Rubens Savastano e Pierino Rossi, estão, desde o começo deste mês, lançando sua propaganda sem referência ao candidato ao

senado'. O mesmo fenômeno já era notório na Capital a 5 de outubro: 'volantes distribuídos em diversos bairros comprovam que há candidatos arenistas totalmente indiferentes ao esforço que o governador eleito vem fazendo para reeleger o senador. Em um desses volantes lê-se a seguinte observação: para senador o eleitor pode votar em qualquer candidato, assinalando com um X aquele que for de sua preferência'. Os arenistas desforravam-se restituindo aos eleitores o direito de escolha que, a eles, o governo havia surrupiado. (MARTINS, 1978, p. 84).

Ao comparar os resultados eleitorais de 1974 e 1976 nos municípios de Presidente Prudente (interior de São Paulo) e Juiz de Fora (interior de Minas Gerais), LAMOUNIER (1978) e WANDERLEY REIS (1978) também identificam nestas duas cidades o mesmo processo de transferência de votos exemplificado no eleitor que tradicionalmente vota na Arena; que continua votando na Arena para os cargos legislativos mesmo em 1974; que vota não no MDB, mas sim (e apenas) no candidato deste partido ao Senado e que volta a sufragar os candidatos arenistas em 1976, tanto para o executivo, quanto para o legislativo municipais. O primeiro autor chama a atenção deste aspecto da seguinte forma:

Observa-se [...] que o voto emedebista para o Senado em 1974 tem um poder de retenção relativamente baixo em relação ao voto de 1976. Somente 21,5% dos eleitores de Quêrcia, no nível de baixa escolaridade, iriam votar nos candidatos do MDB para prefeito. Esta proporção é sensivelmente maior (56 e 61 por cento, respectivamente) no que se refere ao voto emedebista para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa. Entre os de escolaridade mais alta o poder de retenção do voto emedebista para o Senado é ligeiramente maior (26%) e o dos outros dois votos sensivelmente menor (44 e 50%, respectivamente) [...] Se nos voltarmos agora para os que votaram na ARENA em 1974, deparamo-nos com uma continuidade simplesmente espantosa. Tomando a coluna que corresponde ao voto arenista para o Senado, vemos que a soma dos percentuais de Constantino, Sandoval e indecisos da

ARENA alcança nada menos que 94 no nível baixo e 97 no nível alto. Os percentuais correspondentes para a Câmara Federal são 95 e 98 e para a Assembleia, 95 e 95, respectivamente. (LAMOUNIER, 1978, p. 31-32).

Não se pretende aqui afirmar que o voto arenista é mais consistente do que o voto emedebista, pretende-se apenas ressaltar que uma parcela significativa do eleitorado que nas últimas eleições havia votado sistematicamente no partido governista optou (com o apoio tácito ou explícito de lideranças arenistas de vários estados) por votar nos candidatos do MDB ao Senado em 1974. Dito com outras palavras, o eleitor que vota sistematicamente (para todos os cargos) no MDB ou na Arena diminui significativamente a partir de 1974 (em detrimento ao desempenho eleitoral do partido governista), mas apenas nas eleições para o Senado. Ao comparar os resultados de 1974 e 1976 em Juiz de Fora, WANDERLEY REIS (1978) busca explicar o “aparente paradoxo” da vitória do MDB em 1974 e da sua derrota em 1976 da seguinte forma:

Há [...] um claro elemento de continuidade entre os dois eventos, e o aparente paradoxo aí envolvido não é mais do que aparente. O padrão subjacente, que transparece com indiscutível nitidez, é o que já foi sobejamente ressaltado por jornalistas e cientistas políticos: o núcleo de inconformismo no panorama político brasileiro da atualidade está representado, sobretudo pelos pólos dinâmicos e modernos da vida brasileira correspondentes às regiões urbanizadas, industrializadas e em expansão, nas quais se concentram grandes contingentes populacionais, enquanto os padrões que tradicionalmente caracterizam a estrutura clientelística de nossa vida política seguem em operação nos municípios do interior e nas regiões mais atrasadas, fazendo destas o reduto principal em que podem pretender eficácia os mecanismos propagandísticos e de controle à disposição do regime. (WANDERLEY REIS, 1978, p. 217).

A ressalva que deve ser feita à afirmação do autor é a de que a votação obtida pelos candidatos do MDB na grande maioria dos estados brasileiros em 1974 não provém somente das capitais. Além das tensões entre os arenistas e o governo federal, o fato do candidato opositorista em alguns estados ser

remanescente dos mesmos antigos partidos das lideranças arenistas tradicionais ajuda a explicar o fato de várias delas terem apoiado candidatos do MDB ao Senado. No Espírito Santo o candidato do MDB, Dirceu Cardoso, havia sido filiado ao PSD, o principal partido político capixaba no período multipartidário anterior. Dirceu Cardoso “[...] *foi inegavelmente, apoiado na capital e no interior por muitos de seus antigos companheiros*” (MARTINS, 1976, p. 189). No Rio Grande do Sul ocorre o mesmo fenômeno dado que o candidato do MDB era um dos principais herdeiros políticos do tradicional liberalismo gaúcho (Silveira Martins, Assis Brasil, Raul Pilla, Brito Velho e Daniel Krieger, entre outros). Tal apoio dos antigos libertadores à Paulo Brossard é ilustrado na carta enviada ao então candidato pelo antigo líder do PL gaúcho e ex-arenista Brito Velho (NERY, 1975).

Para inúmeras lideranças arenistas descontentes com o governo federal a opção por apoiar um antigo correligionário (mesmo sendo pelo partido opositor) era preferível a apoiar o candidato oficial e, com isso, ajudar o governo federal a prosseguir com o seu projeto de renovação da Arena nos estados em que tal projeto se encontrava em marcha.

Segundo REIS (1976), temendo o impacto deste descontentamento no resultado das eleições em 1974, Médici:

[...] conclamou seus liderados a cerrarem fileiras em torno do interesse maior da agremiação, quando falou aos dirigentes da ARENA, alguns meses antes da eleição, em agosto. Estava prevendo, com acerto, que algumas lideranças poderiam não se engajar de modo ativo na campanha, e que isso poderia custar uma boa parcela de votos ao somatório indispensável ao partido em determinados embates, o que, efetivamente, ocorreu. (REIS, 1976, p. 89).

Vários são os relatos do esforço dos governadores recém-eleitos no sentido de alavancar as candidaturas da Arena em seus respectivos estados ao Senado Federal. REIS (1976), DANTAS (1976), MARTINS (1976) e MARTINS (1978)

identificam claramente o empenho dos governadores (de Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo e São Paulo, respectivamente) ao longo da campanha eleitoral. Estes quatro estados representariam um fenômeno que teria ocorrido em praticamente todo o país. Mesmo com a máquina federal e as máquinas estaduais atuando ativamente na campanha eleitoral, o governo federal (e não necessariamente a Arena – ou, ao menos, várias de suas tradicionais lideranças) é o grande derrotado nas urnas. No entanto, JENKS (1979) interpreta a relação entre os governadores recém eleitos e os candidatos da Arena ao Senado de forma distinta. *“The governors, with their own elections certain and often from factions antagonistic to the Senate candidates, campaigned very little”*. (JENKS, 1979, p. 248).

A hipótese aqui levantada é a de que cada interpretação dá conta de um contexto específico: nos estados em que o governo federal e a direção nacional da Arena impuseram o governador do estado ou o candidato ao Senado contra a vontade das lideranças arenistas tradicionais, está-se diante do primeiro cenário. Nos casos em que as principais facções arenistas chegam a um acordo – como em Santa Catarina, onde os remanescentes do PSD e da UDN selam um pacto e este é respeitado por Brasília – o candidato ao Senado não conta com o apoio ostensivo (muitas vezes nem mesmo com o apoio) do grupo já contemplado com o Executivo estadual. Tanto no primeiro cenário quanto no segundo, os candidatos ao Senado pelo partido governista não logram o apoio unânime do partido.

Analisando-se as divisões internas à Arena e ao MDB, observa-se que no caso da legenda oposicionista, ambos os grupos contribuem para o crescimento eleitoral do partido. Se os autênticos tendem a conquistar o voto dos setores mais combativos ao regime militar, os moderados contribuem para capilarizar a estrutura do partido no interior, conquistando um voto mais difuso e não tão coerente ideologicamente. Neste

sentido, esta diferenciação interna acaba sendo funcional para a viabilidade eleitoral da legenda. Na Arena, por outro lado, o acirramento das tensões entre suas diferentes lideranças e o governo acaba sendo disfuncional dado que inúmeras lideranças arenistas optam por deixar vários dos candidatos arenistas ao Senado Federal à sua própria sorte. Pode-se aqui identificar o quanto as divisões internas acabam sendo funcionais para a legenda oposicionista e disfuncionais para o partido do governo.

1976 e 1978: sai de cena a televisão e voltam à cena as máquinas eleitorais

A derrota fragorosa na disputa pelo Senado Federal e o crescimento também surpreendente da votação oposicionista para os legislativos estadual e federal fizeram soar mais uma vez o alarme para os setores mais radicais (seja dos militares, seja das elites políticas que apoiavam o regime). O risco de uma nova derrota nas eleições vindouras era algo que o presidente Geisel, às voltas com o processo de abertura, não permitiria. Para neutralizar este perigo, em 1º de julho de 1976 o governo institui a Lei nº 6.339 (Lei Falcão) que modifica significativamente as regras que vigorariam a partir das eleições municipais daquele ano. Entre as principais medidas casuísticas, destaca-se a proibição de veiculação na televisão de discursos e falas dos candidatos. Era permitida apenas a veiculação da foto, número de candidatura e de um perfil resumido de cada candidato. Esta proibição impediu o MDB de explorar a televisão enquanto meio eficaz de comunicação com o eleitorado.

Com as eleições municipais de todo o país marcadas para 1976, era, pois compreensível que a estratégia da distensão fosse submetida a um profundo reexame, a idas e vindas, até porque outra derrota teria graves implicações para a sucessão presidencial e dos governadores, e para as eleições legislativas

gerais previstas para 1978. Nesta perspectiva é que se compreende o recurso à Lei 6.339 – Lei Falcão. É ela a terceira modificação substantiva da legislação desde a introdução, em 1962, da propaganda eleitoral gratuita nos veículos de comunicação de massa. Pode-se, sem dúvida afirmar que a Lei Falcão, pelo seu caráter altamente restritivo, invalida todas as medidas desde então adotadas no sentido de tornar mais democráticas e equitativas as campanhas eleitorais. (DUARTE, 1980, p. 183).

Para além deste fator, analisado detidamente por DUARTE (1980), não se pode esquecer o fato de que se nas eleições ao Senado Federal as disputas internas à Arena prejudicavam o seu desempenho eleitoral, no plano municipal, o esforço de cada sublegenda para eleger os seus respectivos candidatos aos governos municipais e às Câmaras de Vereadores representava a certeza de que toda a estrutura da máquina (ou das máquinas) arenista estaria em plena atividade. Consequentemente, na grande maioria dos municípios situados no interior a vitória arenista era esperada. Identificar se a ausência da televisão teve um impacto maior ou menor no resultado das eleições de 1976 do que o fato das estruturas partidárias estarem todas em atividade é algo que foge ao escopo deste estudo. No entanto, ao se comparar as duas dimensões dos resultados (número de prefeituras e de vereadores conquistados por cada partido e o somatório da votação em cada legenda) identifica-se claramente que se por um lado a Arena conquista apenas 53% da votação total contra 47% do MDB (nas eleições municipais anteriores este percentual foi de 85% contra 15% do MDB), o partido governista mantém o controle de 83% das prefeituras (uma diferença de apenas 5% em relação a 1972). Inclusive em grandes centros urbanos, o desempenho eleitoral da Arena não é desprezível dado que este partido conquista a maioria das cadeiras no legislativo municipal de 11 capitais.

Mesmo sem poder contar com o potencial de persuasão da televisão, os candidatos emedebistas novamente conquistam o apoio do eleitorado dos maiores centros urbanos, demonstrando que o voto oposicionista nestes grandes centros se estabilizava e não era fruto de uma conjuntura específica apenas. A sequência eleitoral 1974, 1976 e 1978 aponta para a consolidação da imagem do MDB perante este eleitorado^{xiv} (CARDOSO, 1978, e LAMOUNIER, 1980).

Além do voto, surge nestas eleições o que se pode chamar de um fator geracional relevante (MADEIRA, 2002): a eleição de políticos que não haviam sido filiados às legendas pré-65. Após dez anos de bipartidarismo, o crescimento eleitoral do MDB baseado, entre outros fatores, na incorporação de setores sociais até então alijados da disputa eleitoral, bem como o processo de renovação patrocinado pelo governo na Arena representam um relativo enfraquecimento das tensões entre os remanescentes dos antigos partidos dado que estes novos contingentes não haviam convivido naquele contexto e não possuíam os vínculos de lealdade e de rivalidade que norteavam as relações entre as antigas lideranças. Como salientado no início deste artigo, identifica-se aqui o que PIERSON (2004) define como *slow-moving, cumulative structure*.

[...] political outcomes may have a slow-moving, cumulative structure. This will be the case, for example, if the principal causal mechanism involved is one of *replacement*. Because individual partisan attachments reveal considerable inertia, for instance, environmental changes usually have their most powerful effects on new voters. Partisan realignment therefore often works through the extremely gradual replacement of political generations, as old members die off and are replaced with new ones who lack the old attachments. This mechanism of replacement is applicable in a variety of contexts, suggesting a central reason why many political outcomes may have a very slow-moving quality. Consider the case of political elites. If occupants of elite positions possess resources that allow them to defend their positions against challenges, major changes in elite composition will often operate through slow-moving processes of replacement. In the American Congress, for instance, incumbents possess such tremendous advantages that they are rarely voted out of office. The main mechanism of elite-level restructuring is instead replacement: when particular politicians retire or die, they are succeeded by politicians who

better match the new social environment. Thus even a major change in the fortunes of particular categories of politicians [...] may take decades to work itself out. (PIERSON, 2004, p. 90).

Este aspecto é identificado, por exemplo, por CARDOSO (1978) já nas eleições de 1974, ao menos no estado de São Paulo. O impacto deste processo de renovação ocorre tanto no eleitorado (voto jovem e voto oposicionista), quanto nos quadros partidários. Ao examinar as carreiras políticas dos deputados federais eleitos em 1974 o autor salienta que na bancada emedebista 14 dos 24 deputados eleitos por São Paulo não haviam sido filiados a nenhum outro partido.

Quadro 2: Deputados sem vínculos anteriores, eleitos em 1974 e em 1978

<i>Legislaturas/deputados</i>	<i>1974</i>	<i>1978</i>
Emedebistas	104 / 69%	133 / 71%
Arenistas	102 / 54%	152 / 61%
Total	206 / 61%	287 / 66%

Fonte: Elaboração Própria

Ao argumentar a favor da estabilidade das máquinas políticas tradicionais em Minas Gerais, ARAUJO (1980) enfatiza a falta de renovação entre os principais quadros arenistas e emedebistas neste estado. Examinando os vínculos dos três senadores, dos quarenta e oito deputados federais e dos oitenta e dois deputados estaduais eleitos no estado de Minas Gerais em 1978, o autor conclui que:

[...] percentualmente, Minas Gerais se faça representar por 66,7% de Senadores, 59% de Deputados Federais e 40% de Deputados Estaduais formalmente vinculados às ex-agregações partidárias. Enquanto 33,3% do Senado, 41% da Câmara dos Deputados e 60% da Assembleia Legislativa são

aparentemente desvinculados das ex-agremiações partidárias. (ARAUJO, 1980, p. 50).

Embora não seja esta a interpretação que este autor dá aos dados, é significativo que apenas treze anos após o fim dos antigos partidos se identifique em um estado notoriamente caracterizado pela força das elites oligárquicas locais que mais da metade de seus deputados estaduais e quase a metade dos seus deputados federais não tenham ligações formais com as antigas organizações partidárias. Tal aspecto se identifica em âmbito nacional, como demonstra o quadro acima.

Apesar de significativamente atribulado e artificial na sua origem, o processo de formação da Arena e do MDB e a interação entre ambos seja no legislativo federal, estadual ou municipal, seja nos diversos contextos eleitorais, acaba produzindo alguns padrões que se sedimentam ao longo do tempo conferindo ao bipartidarismo uma nova dinâmica. Pode-se identificar, por exemplo, o papel crucial que as principais lideranças estaduais e regionais (seja da Arena, seja do MDB) conferem à manutenção de seus redutos eleitorais. Ilustrativo deste aspecto é o fato do governo federal não ter sido capaz de controlar efetivamente estas lideranças nem mesmo no período áureo da centralização (governo Médici). Embora controlasse o processo de tomada de decisão interno da Arena nos âmbitos nacional (comportamento no Congresso, escolha de suas lideranças no Congresso e da direção nacional do partido) e estadual (escolha dos governadores e dos candidatos ao Senado), o governo federal não foi capaz, por exemplo, de garantir o apoio de inúmeras lideranças arenistas aos candidatos da legenda.

Identifica-se aqui a existência de uma sobreposição entre duas lógicas (ou duas arenas: TSEBELIS, 1998): a eleitoral e a parlamentar. Claro está que o governo federal sempre demonstrou uma capacidade muito maior para controlar os

membros da Arena no parlamento dado que na esfera eleitoral a margem de manobra das lideranças arenistas era significativamente maior. Chama-se também a atenção para dois fatores que serão decisivos para a formatação da interação entre Arena e MDB e no interior de cada legenda. O primeiro constitui-se na viabilidade eleitoral do partido oposicionista. Tal aspecto é fundamental dado que é somente a partir de 1974 que se pode falar em um bipartidarismo de fato. Paralelo ao crescimento eleitoral da legenda oposicionista identifica-se o surgimento no interior de ambos os partidos dos “puros” (MADEIRA 2002). Isto é, tanto Arena quanto MDB passam a abrigar em suas legendas contingentes cada vez maiores de deputados (estaduais e federais), prefeitos e vereadores que não haviam sido filiados a nenhum dos partidos existentes no período multipartidário anterior.

Por fim, conclui-se que a análise da dinâmica do período bipartidário é fundamental para a compreensão do atual período multipartidário. Assim como é impossível entender a formação e as dinâmicas de Arena e MDB sem fazer referência ao período multipartidário anterior, a experiência bipartidária é parte fundamental da explicação da dinâmica do atual período multipartidário, principalmente em seus primeiros passos.

So far, I have stressed that social scientists may need to look at extended periods of time because they wish to consider the role of factors that change only very gradually. In essence, this argument suggests the need for social scientists to be attentive to the Braudelian focus on the *longue duree*. Yet there are additional aspects of social processes that may also be missed by a focus on the short-term – namely, those in which there is a considerable separation in time between the onset of a cause and the development in the main effect. This *temporal separation* is evident in two types of processes that figure prominently in comparative historical analyses: structural explanations and path dependent explanations. (PIERSON, 2004, p. 92-93).

Ao longo deste artigo, identificou-se a existência de um descompasso entre a fundação do bipartidarismo e a sua

efetividade. Embora tenham substituído formalmente as antigas legendas já em 1965, os sinais do papel ativo exercido por estes dois partidos enquanto estruturadores da esfera política serão visíveis apenas por volta de uma década mais tarde. Assim como Arena e MDB demoraram a se constituir em *loci* estruturadores de identidades políticas tanto entre os membros dos partidos quanto entre o eleitorado, argumenta-se que esta influência não irá se extinguir com o fim do bipartidarismo decretado pelo governo federal em 1979 (POWER, 2000 e MAINWARING e LIÑAN, 1998 e MADEIRA, 2011). Se os partidos políticos anteriores continuaram a definir campos e espaços no interior de Arena e MDB, argumenta-se que o mesmo fenômeno ocorre a partir do início da década de oitenta; só que agora é a dinâmica partidária e eleitoral que se desenvolveu sob o bipartidarismo que influencia diretamente a configuração do atual sistema partidário brasileiro.

O apoio da elite civil (empresários, religiosos, políticos, etc.) foi desde sempre considerado estratégico para a consolidação do regime civil-militar iniciado em 1964 e a Arena foi o principal veículo para a canalização deste apoio no que tange à elite política. A literatura e imprensa já exploraram a docilidade deste partido e suas lideranças (assim como muitas do MDB). A contribuição deste trabalho para o debate consiste em identificar o entrecruzamento diferentes interesses e dinâmicas na relação entre regime, partido e eleitorado. Se o “Partido do sim, senhor” foi absolutamente dócil no âmbito legislativo, identificou-se que na esfera eleitoral, em inúmeras situações lideranças políticas da Arena se indispuseram com o regime. E as eleições de 1974 constituem-se em um palco profícuo para a análise da complexidade destas relações.

Bibliografia

- ABREU, Alzira, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio (coords). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro, FGV – CPDOC, (2001).
- ABRUCIO, Fernando e SAMUELS, David. “A nova Política dos Governadores”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Nº. 40/41 pp 137-166. 1997.
- ARAUJO, Aloízio G. “As Eleições em Minas Gerais”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, Nº 51, Julho 1980.
- BONAVIDES, Paulo. “As eleições cearenses de 1966”. **Revista Brasileira de estudos Políticos**. UFMG, Número 23/24. 1967/1968.
- CAMPOS, Francisco I. e MENESEZ, Maria Alice de L. G. “Goiás: surpresa no voto”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 43. Julho. Belo Horizonte, UFMG. 1976.
- CARDOSO, Fernando H. “Partidos e deputados em São Paulo (o voto e a representação política)”. In: CARDOSO, Fernando H e LAMOUNIER, Bolívar. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1978).
- CARREIRAO, Yan de S. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979*. Florianópolis, Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, (1990).
- CARVALHO, Carlos A. “As Eleições no Município de Barbacena (MG)”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Nº 51. Julho. 1980.
- DANTAS, Ibarê. “As eleições de 1974 em Sergipe”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 43. Julho. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1976.
- DUARTE, Celina, R. “A Lei Falcão: antecedentes e impacto”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis, Editora Vozes, (1980).
- FILHO, Luís, V. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, (1975).
- GRINBERG, Lúcia. *Partido Político, ou Bode Expiatório? Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*. Rio de Janeiro: Mauad X, (2009).
- HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. “As três versões do neo-institucionalismo”. **Lua Nova**, Nº 58, pp 193-223. 2003.
- JENKS, Margaret S. (1979), *Political Parties in Authoritarian Brazil*. PhD Dissertation, Duke University, (1985).
- KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro, José Olympio, (1976).
- LAMOUNIER, Bolívar. “Presidente Prudente: o crescimento da oposição em um reduto arenista”. In: WANDERLEY REIS, Fábio. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo, (1978).
- MADEIRA, Rafael Machado. “O padrão de carreira política dos deputados federais da ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais”. **Revista Mediações**. Vol 8, nº 2. Londrina: Ed. UEL. 2003.
- _____. “Integração horizontal e fragmentação partidária: uma análise de carreira política dos deputados federais da ARENA em São Paulo”. *Sociedade e Cultura: revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais*. Volume 7. Número 2. Goiânia. 2004.

_____. “Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da ARENA gaúcha”. **Política e Sociedade**, V. 6, número 10, p. 243-273. 2007.

_____. A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na assembleia nacional constituinte. **Rev. bras. Ci. Soc.** Vol.26, no.77, p.189-204. Out, 2011. ISSN 0102-6909

MARTINS, Ademar. “Espírito Santo: miniatura eleitoral do Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 43. Julho. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1976.

MARTINS, Carlos E. “O Balanço da Campanha”. In: CARDOSO, Fernando H e LAMOUNIER, Bolívar. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1978).

MELHEM, Célia Soibelmann. *Política de botas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo, Hucitec / Departamento de Ciência Política, USP, (1998).

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, (1975).

PIERSON, Paul. “Long-term processes”. *Politics in Time: history, institutions, and social analysis*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, (2004).

REIS, Palhares M. “Pernambuco e sua eleição de 1974”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 43. Julho. Belo Horizonte: UFMG. 1976.

SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, (1982).

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo, EDUSP, (1998).

TUPIASSU, Amílcar A. “As eleições paraenses de 1966”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Número 23/24. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1967/1968.

WANDERLEY REIS, Fábio. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo, (1978).

NOTAS

^{ix} Para além da cassação de Kubitschek, a atuação das lideranças udenistas e da linha dura militar no sentido de perseguir as lideranças do PSD provocaram a saída de vários deputados deste partido do Bloco Parlamentar Revolucionário (bloco suprapartidário criado no início de 1965 para dar apoio ao novo regime – segundo ABREU [et al.], 2001, este grupo forma a base da Arena). Apesar de pragmáticos, os deputados deste partido teriam rejeitado uma submissão completa ao governo. Talvez os membros do PSD tenham se dado conta que a perseguição que os mesmos passam a sofrer principalmente por membros da UDN ligados ao governo poderia em um futuro próximo ameaçar a capacidade de suas lideranças de continuar disputando com os udenistas a supremacia eleitoral nos níveis local e estadual. E isto, mesmo alguns dos políticos mais adesesistas não poderiam aceitar.

^x Para análise mais detida da origem partidária e do padrão de carreira política dos deputados federais da Arena baiana, paulista e gaúcha, ver: MADEIRA (2003), MADEIRA (2004) e MADEIRA (2007) respectivamente.

^{xi} As vitórias eleitorais da Arena não significam apoio de parcela tão significativa do eleitorado brasileiro ao regime. Deve-se ter sempre presente o significativo percentual de votos em branco (muitos deles votos de protesto) ao longo do período.

^{xii} De acordo com KRIEGER (1976), JENKS (1979) e GRINBERG (2009), tanto a atuação “radical” de alguns emedebistas quanto a “rebeldia” de lideranças arenistas explicam a promulgação do AI-5.

^{xiii} Ademaristas eram os políticos que atuavam sob a influência do ex-governador Ademar de Barros (cassado pelos militares), principal liderança do PSP (SAMPAIO, 1982) e laudistas eram os arenistas que agiam sob a liderança do então governador Laudo Natel (governador indicado pelos militares).

^{xiv} Além da Lei Falcão, em abril de 1977 o governo lança outro pacote de medidas casuísticas denominado “Pacote de abril”. Postergavam-se, assim, as eleições diretas dos governos estaduais para 1982, alterava-se, mais uma vez, a representação dos estados na Câmara dos Deputados e institua-se a figura do “senador biônico”. Até 1974 acreditava-se que o candidato indicado ao Senado pela Arena seria o vencedor dado que o MDB não teria condições de se constituir em alternativa viável eleitoralmente. Isto permitia a negociação entre as duas principais sublegendas em cada estado no sentido de garantir um dos dois principais postos (executivo estadual ou vaga no Senado). No entanto, desde 1974 fica claro que com a eleição direta esta vaga ao Senado não é mais segura e a indicação do partido não mais garante a vaga.

Palavras-chave:

Partidos; autoritarismo;
carreiras políticas;
eleições;
elites políticas

Resumo: Para se compreender o realinhamento político-partidário posto em marcha desde 1979 é fundamental a análise das relações entre o regime militar, as elites políticas tradicionais e o eleitorado. Argumenta-se aqui que a peculiaridade do regime militar brasileiro de manter (mesmo com toda a perseguição política, cassações, prisões arbitrárias, mudanças eleitorais casuísticas e todas as formas de intimidação) a continuidade da competição eleitoral, permitiu que diferentes lideranças políticas mantivessem em funcionamento ininterrupto suas respectivas máquinas eleitorais. As rivalidades eleitorais em âmbito local se mantiveram atuando de forma ininterrupta desde, pelo menos, 1945 e continuam atuando após 1979. Conclui-se que a necessidade de continuo apoio eleitoral para a manutenção de suas respectivas máquinas eleitorais ajuda a explicar, o crescimento do MDB e o suposto “enfraquecimento” da Arena, bem como, evidencia a perda de popularidade do regime.

Keywords

Political parties;
authoritarianism;
political careers;
political elites; elections

ABSTRACT: The perspective adopted here is that, in order to better understand the political and partisan rearrangements since 1979, the analysis of the relations among the military regimen, traditional political elites and the electorate is mandatory. The assumption of this article is that the fact that the Brazilian military regimen allowed (even with all the political persecution, *cassações*, arbitrary arrests, arbitrary electoral changes and all other intimidation forms) the maintenance of the electoral competition, allowed different political leaders to keep its respective electoral machines functioning uninterruptedly. Thus, the local electoral rivalries have been acting in an uninterrupted form since, at least, 1945 and continue acting after 1979. One concludes that the necessity of electoral support maintenance for the preservation of electoral machines explains (to a large extent), as much the electoral growth of the MDB, and the supposed electoral “weakness” of the ARENA, as evidences the military regimen loss of popularity.

Recebido para publicação em dezembro/2014. Aceito em abril/2015.

Boa Gestão e Políticas Públicas Municipais

Clóvis Alberto Vieira de Melo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Lívia Maria Ferreira da Silva

Graduada em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande

Introdução

Definir o que seja um bom governo tem sido uma preocupação recorrente na ciência política. Este tema, ainda pouco estudado no Brasil, trata da análise da eficiência, entendida como a capacidade dos gestores em produzirem melhores resultados com a menor quantidade de recursos possíveis. Ou seja, menos recursos com melhores resultados (MAXIMIANO, 2008, p. 11).

Na tentativa de identificar quais ações coadunam-se com práticas de bons governos, estudos sobre o tema têm sido desenvolvidos, dando origem a diversos modelos de eficiência. Por vezes, estes estudos são criticados pelo simples fato de não serem considerados a grande diversidade entre os países e seus mais distintos contextos, e que devem, por essas razões, ser considerados separadamente, pois mesmo governos

considerados eficazes têm diferenças entre si. Sob este aspecto, bons governos podem ter significados diferentes em países distintos.

Partindo da premissa de que um bom governo é um governo eficiente na entrega dos serviços à sociedade, buscou-se analisar que características poderiam explicar este aspecto no universo dos municípios brasileiros, considerando as características existentes no desenho institucional, onde o governo é exercido por entes federados em diferentes níveis, sendo atribuído aos municípios o papel de destaque em áreas essenciais, tais como educação e saúde.

Objetivou-se nesse trabalho descobrir que variáveis explicam a variação da eficiência dos governos municipais no Brasil, ou seja, de que são feitos os bons governos. Para tanto, utilizou-se como *proxy* de eficiência governamental um indicador de educação, sendo ele o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), este configurando-se enquanto variável dependente, que será utilizada como indicador de bom governo. Para explicar a variação desse indicador, foi utilizado como variável independente, o Índice Firjan de Equilíbrio Fiscal (IFGF), que mede a capacidade dos governos de equacionar receitas e despesas, sendo este um indicador de qualidade da gestão. Além desta variável, testaram-se variáveis políticas e de qualidade da burocracia, estas medidas pelo grau de fracionalização partidária no legislativo municipal, bem como a proporção de funcionários comissionados na administração municipal. Inseriu-se no modelo variáveis de cunho socioeconômico que são comumente utilizadas pela literatura para explicar rendimento escolar, a exemplo da taxa de trabalho infantil e a taxa de analfabetismo. Os dados utilizados foram coletados a partir de uma abordagem quantitativa, focando-se em fontes secundárias, em especial os produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A hipótese central levantada foi de que um governo dotado de equilíbrio em suas contas consegue maior eficiência na prestação de serviços. Os resultados dessa pesquisa sugerem, de fato, que há relação de causalidade e positiva. Ou seja, o equilíbrio fiscal é uma das características de um bom governo, já que alcança resultados melhores.

O que vem a ser um bom governo?

Buscando observar quais os principais determinantes para um bom governo, verifica-se que tal característica pode significar coisas diferentes em lugares distintos. Esta proposição, apontada por Andrews (2010) chama a atenção para o fato de que, respeitando as peculiaridades de cada lugar ou país, pode-se observar modelos diferenciados do que tem dado certo em cada um deles. Tendo ciência deste fato, tem-se melhor abertura para evidenciar o que pode ser um governo bom ou ruim.

Andrews (2010) expõe que, na maioria das vezes, trabalhos sobre bons governos têm implicado modelos de eficiência, o que tem influenciado no desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, conduzindo os governos a adotarem um modelo que se adeque da melhor forma para atender às demandas da população. O referido autor sugere que este tipo de abordagem é questionável, pois, após pesquisa sobre práticas de gestão pública financeira, em um conjunto de países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), observou-se que os governos considerados eficientes não são mais propensos a apresentar melhores

práticas, a exemplo da excelência na prestação de serviços, alta qualidade da burocracia, auditorias internas, equilíbrio na qualidade da gestão, dentre outras, de modelos de eficiência para chegarem a serem considerados bons governos.

Boivard e Löffler (2003) dão importantes contribuições com uma visão geral da qualidade da governança pública e apontam caminhos pelos quais bons governos podem ser entendidos. Os autores expõem ainda que, desde 1990, o setor público tem se preocupado, em grande medida, com a excelência na prestação de serviços, fator que gerou uma preocupação sobre o que poderia ser considerado um bom governo.

Na década de 1990, o grande entrave no cenário político era a reforma do Estado, pois a partir dos anos 70, face à crise do estado de bem-estar-social, que se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreu em todo o mundo, a onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado e redução do Estado foram a resposta a esta crise. Entretanto, quando, na década de 1990, verificou-se a inviabilidade da proposta conservadora de Estado mínimo, estas reformas revelaram sua verdadeira natureza: uma condição necessária da reconstrução do Estado - para que este pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país (PEREIRA, 1997, p.7).

De acordo com Pereira (1997), a reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos, o primeiro deles é a delimitação do tamanho do Estado, um problema econômico-político; o segundo é a redefinição do papel regulador do Estado, também econômico-

político; o terceiro é a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo, um problema econômico-administrativo e, por fim, o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar, um problema político. Na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as ideias de privatização, "publicização" e terceirização. A questão da desregulação diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. No aumento da governança temos um aspecto financeiro: a superação da crise fiscal; um estratégico: a redefinição das formas de intervenção no plano econômico-social; e um administrativo: a superação da forma burocrática de administrar o Estado. No aumento da governabilidade estão incluídos dois aspectos: a legitimidade do governo perante a sociedade, e a adequação das instituições políticas para a intermediação dos interesses (PEREIRA, 1997).

Boivard e Löffler (2003), mostram que, desde o fim da década de 90, há um interesse generalizado em medir não só a qualidade dos serviços, mas também as melhorias na qualidade de vida tanto em termos globais como específicos, tais como saúde, bem-estar social e meio ambiente, nos processos em que estão envolvidos os bons governos, e que isso tem sido explorado e amplamente estudado. Ainda segundo os autores, práticas que favorecem a saúde do governo poderiam ser incentivadas por meio de prêmios, inspeções de financiamento e estabelecendo condições de capacitação aos interessados. Ressaltam que um governo para ser considerado bom tem envolvido em seu processo um esforço de compreensão de diferentes trabalhos e combinações de boas práticas em diferentes países.

A excelência na prestação de serviços foi um dos temas-chave nas reformas do Estado nas décadas de 1980 e 1990. O

esforço da literatura da ciência política acerca deste tema, em geral, tem sido construído para ajudar os governos a aumentar a qualidade da entrega dos serviços à população. Porém, não existe um único ponto de vista sobre o que significa qualidade.

Boivard e Löffler (2003), expõem que os gestores passaram a perceber que a excelência na prestação de serviços continuava sendo importante, porém não era suficiente. Isto porque, em parte, a aplicação destes modelos de excelência na prestação de serviços criou “problemas”, tais como as parcerias com o setor privado que foram cada vez mais vistas como mais importantes do que relacionamentos baseados em procedimentos de contratação antagônica; o papel dos cidadãos, tal como concebidos na Nova Gestão Pública (NGP)¹⁸, cada vez mais reconhecido como frágil e “consumista” – deveriam ser consultados como usuários do serviço, no entanto, seu papel de membros da comunidade que co-planejava, co-concebia e geria iniciativas públicas foi em grande parte ignorado ou subestimado; os principais escândalos em relação ao desempenho do governo, que não eram muitas vezes sobre o desempenho do serviço dos funcionários que prestavam serviço diretamente a população, mas sim sobre falhas na forma como o governo realizou suas tarefas (ambos, os políticos e funcionários de alto escalão), dentre outros problemas, que não foram solucionados, simplesmente com a melhoria dos serviços em cada um dos órgãos envolvidos (BOIVARD; LÖFFLER, 2003).

Além disso, verificou-se que, mesmo quando os cidadãos e outras partes interessadas acreditavam que os serviços eram bons, eles não expressavam, necessariamente, uma maior confiança nos governos em questão, pois quando os serviços melhoram não significa necessariamente que a confiança aumenta (CABINET OFFICEE BOUKAERT *apud* BOIVARD; LÖFFLER, 2003).

¹⁸ Nomenclatura que foi dada às novas formas de gestão após as reformas do Estado.

Como consequência, tornou-se claro que uma organização pública não pode ser julgada apenas pela excelência de seus serviços, mas também tem que ser excelente na forma como exerce suas responsabilidades políticas, ambientais e sociais. Com isso, tornou-se claro que uma nova geração de reformas governamentais havia começado e poderia ser rotulado de governança pública.

Terto e Pereira (2011) ressaltam a importância de esclarecer que o processo de discussão da Nova Gestão Pública está estreitamente ligado com as complexas mudanças estruturais pelas quais passa o Estado moderno, que apontado como motivo das crises inerentes ao próprio modo de produção capitalista, deveria ser mais ágil na busca da satisfação das demandas da população, sempre guiado pela eficiência para alcançar os fins públicos.

Sendo assim, questões como a descentralização administrativa e política, a atribuição de funções e autonomia ao mercado e à sociedade, a flexibilização da gestão, a preocupação com a eficiência na busca de resultados, dentre outras coisas, tornam-se centrais, sendo relacionadas à emergência de um novo paradigma em administração pública, rotulado de modelo gerencialista ou *New Public Management* (COSTA *apud* TERTO; PEREIRA, 2011).

Com a crise da gestão pública, buscaram-se alternativas para superar tanto a gestão tradicional quanto o gerencialismo clássico, surgindo assim, uma tendência que agrega um conjunto importante de ideias sobre a temática da Nova Gestão Pública (NGP).

Embora o interesse pela eficiência no setor público e o fato deste recorrer ao setor privado em busca de instrumentos para melhorar os processos administrativos não seja uma novidade, a ideia de gerência pública, mesmo que implique ambos os fatores, vai além. A Nova Gestão Pública supõe uma

significativa mudança de perspectiva sobre a maneira de alcançar resultados no âmbito público, o que, por sua vez, acaba por afetar a própria definição de público (OLÍAS DE LIMA *apud* TERTO; PEREIRA, 2001).

A renovação da gestão pública é algo que em muito ultrapassa a questão da eficiência no uso dos recursos públicos em um mundo que oferece demandas cada vez mais diversificadas e globalizadas. Com a Nova Gestão Pública vem uma forte valorização dos mecanismos de mercado, que seriam mais eficientes para racionalizar procedimentos, organizar atividades e controlar grupos de interesses, burocratas e políticos gastadores (TERTO; PEREIRA, 2011, p. 2).

Araújo (2010) expõe que as principais características da Nova Gestão Pública são: um Estado administrativo ao estilo da iniciativa privada, contratos de gestão entre unidades, a avaliação de desempenho, a ênfase em resultados, a redução do poder da burocracia, a focalização na eficiência, a busca de mecanismos regulatórios, a introdução sistemática de conceitos de produtividade, a flexibilidade, a competitividade administrada, a participação dos agentes sociais e controle dos resultados, o foco no cidadão, orçamento e avaliação por resultados e performance, o fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia, a descentralização na formulação e execução de políticas e, por fim, maior autonomia às unidades executoras (ARAÚJO, 2010, p. 144).

Uma das principais recomendações da Nova Gestão Pública que vem sendo referenciada como promotora da eficiência e da eficácia pública é a gestão orientada para resultados, defendida como uma forma de se garantir que o poder público busque os resultados almejados, contribuindo não somente para a eficiência da máquina pública, mas também para melhorar os resultados obtidos com as ações do Estado. Este modelo, que visa contribuir de forma significativa para o

aumento da equidade no acesso aos serviços públicos, requer o planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pelo poder público, maior autonomia gerencial, elaboração de indicadores de desempenho e, sobretudo, a avaliação dos resultados obtidos. Nesse caso, também compete ao poder público, além de dirigir e executar, planejar e avaliar, sem esquecer que o foco central será o resultado da ação (TERTO; PEREIRA, 2011).

O foco nos resultados também pode ser um mecanismo de controle social, pela sociedade, que visa trazer mais transparência à gestão pública e, por conseguinte, melhor aproveitamento do orçamento público. Com ela, a população pode “controlar” os governos para além dos períodos eleitorais. Na Nova Gestão Pública, a responsabilização do poder público pelos resultados alcançados tem sido aclamada como um meio de trazer eficiência e efetividade à máquina estatal (TERTO; PEREIRA, 2011).

Após a década de domínio da “Nova Gestão Pública”, a partir de meados dos anos 1990, em que muitas iniciativas foram lançadas ao redor do mundo, tornou-se evidente que a insatisfação estava aumentando pelo foco limitado da mesma.

Devido ao fato de haver muitas definições sobre o que é a boa governança, faz-se aqui necessário expressar brevemente o que tem permeado a discussão da definição deste termo. A definição do que seria boa governança tem sido abordada e discutida há muito no campo da ciência política, gerando muita discordância e várias interpretações.

Boivard e Löffler (2003), por exemplo, partem da convicção de que qualquer definição de governança pública tem que ser explícita ao contexto e é provável, portanto, que sejam diferentes nas opiniões dos que trabalham com este termo e entre os países. No entanto, tais autores utilizam uma definição específica de boa governança que torna particularmente fácil de

explorar a forma como as diferentes partes interessadas podem estar envolvidas de forma adequada na avaliação da qualidade desta (BOIVARD; LÖFFER, 2003).

Sendo assim, dentro desta perspectiva, a governança pública é entendida como as maneiras pelas quais as partes interessadas interagem uns com os outros, a fim de influenciar nos resultados das políticas públicas, à medida que, por boa governança, compreende-se a negociação por todas as partes interessadas em um assunto (ou área) sobre melhores resultados das políticas públicas em acordo com os princípios da governança, que são ambos implementados e avaliados regularmente por todas as partes interessadas (BOIVARD; LÖFFER, 2003). Cabe destacar, nesse ponto, a importância dos argumentos de Putnam (2000) sobre capital social e seus aspectos de laços de confiança e reciprocidade, os quais, segundo o autor, ampliam a cooperação social e o fortalecimento institucional do aparato estatal, e, por conseguinte a reponsabilidade dos governos, o que no limite pode promover a boa governança.

Para Azevedo e Anastasia (2002) o conceito de governança não se limita ao formato institucional e administrativo do Estado e a maior ou menor eficácia da máquina estatal na implementação de políticas públicas (MELO,1996; DINIZ,1996). Segundo os referidos autores, o conceito de governança remete às condições sistêmicas sob as quais se dá o exercício do poder, ou seja, aos condicionantes do exercício da autoridade política, e qualifica o modo de uso dessa autoridade. Envolve, portanto, além das questões político-institucionais de tomada de decisões, as formas de interlocução do Estado com os grupos organizados da sociedade, no que se refere ao processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas (MELO; COELHO; DINIZ *apud* AZEVEDO; ANASTASIA, 2002).

Com já visto, o termo governança deriva do termo governo, e pode ter várias interpretações, dependendo do enfoque. Nesta discussão sobre a interpretação do termo governança utilizaremos a definição desenvolvida pelo Banco Mundial, onde a governança é entendida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento e a capacidade dos governos de planejar, formular, e cumprir funções. Desta forma, a noção de bom governo encontra-se intrinsecamente associada à capacidade governativa, “a boa governança é central na criação da sustentabilidade no ambiente que fomenta firmemente a equidade com o desenvolvimento, e a essencial complementaridade com a economia e as políticas públicas” (WORLD BANK, 1992, p. 1). Dessa forma, um bom governo passa a ser requisito indispensável para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos (SANTOS, 1997).

Indicadores e eficiência na gestão

Descobrir padrões que apontem para a existência de bons governos passa pelo uso de indicadores que visem mensurar eficácia e eficiência administrativa, os quais expressem a capacidade de resposta por parte dos governantes às demandas da sociedade. Abaixo estão descritas algumas reflexões sobre esse exercício de mensuração.

A importância dos indicadores como instrumentos de gestão

O uso de indicadores neste tipo de pesquisa, apesar de suas limitações, faz-se necessário uma vez que estes são

considerados importantes instrumentos de decisão para gestores públicos, e é através deles que podem-se observar os resultados empíricos das diversas intervenções públicas. Apesar de sua fragilidade e limitação, os indicadores têm ajudado, e muito, a mensurar entre os diferentes países quais são os mais eficazes e eficientes, permitindo a comparação e análise das diferentes realidades (KAUFMANN et al., 2007).

Andrews (2010) considera que o número de governos considerados bons tem aumentado nas últimas décadas e, neste diagnóstico, o uso de indicadores é fundamental. Para ele bons governos são mensurados, dentre outros, por indicadores que captem a qualidade da burocracia, a eficiência na implementação de programas, o equilíbrio fiscal, o nível de transparência, e pela capacidade de resposta aos cidadãos.

As mensagens implícitas nos indicadores utilizados para medir a qualidade do governo são que estas características acima citadas são comuns em um bom governo e que os governos dos países subdesenvolvidos devem tentar reproduzir. Porém, este caminho mistura escolhas políticas, resultados e características de indicadores juntos e quando um destes falha, atrapalha o outro. Parece que quanto mais eficientes são os governos mais parecidos são em termos gerais de desenvolvimento, e não só nas características institucionais centrais da gestão. Os governos mais eficientes tendem a ser mais desenvolvidos nas diversas partes do mundo, mas suas características institucionais tendem a variar muito (ANDREWS, 2010).

A gestão pública é uma importante característica na avaliação da qualidade de um governo e um de seus principais aspectos a ser destacado é a qualidade da burocracia, pois uma burocracia de alta qualidade é indispensável para a eficácia de um governo (LYNN JR., 2010). A gestão pública, segundo Lynn Jr. (2010), tem sua essência na concepção e implementação de políticas públicas que realizem o potencial de um dado cenário

político institucional. Esta gestão representa o exercício responsável do arbítrio administrativo. Sendo esta destacável, pois é através dela que uma enorme quantidade de atividades envolvidas na tradução de leis e decretos feitos pela ação política é desenvolvida, possibilitando a construção de programas públicos para os cidadãos.

A gestão pública e a Gestão Financeira Pública (GFP) são aspectos importantíssimos em um governo, pois através delas são implementadas as leis. Peters e Pierre (2010) expõem que o mundo da gestão pública pode ser menos visível do que outros aspectos do governo, mas, assim mesmo, este é o principal ponto de contato entre os cidadãos e o Estado. Este contato entre o Estado e a sociedade é o que gera duas importantes consequências para o governo: a primeira é que a implementação das leis pelos escalões inferiores da burocracia, que define o que as leis efetivamente representam para os cidadãos; e o segundo é que esta interação direta, muitas vezes, define o que o governo representa para os cidadãos. Assim destaca-se, também, que uma gestão pública responsável é indispensável para que um governo seja considerado bom. A burocracia tem o importante papel da entrega dos serviços públicos à sociedade e dela depende, em grande medida, o desempenho da gestão pública. Desta maneira, uma burocracia de alta qualidade garante a excelência do cumprimento das demandas da população (LYNN JR., 2010).

Embora se possa afirmar que os governos mais eficientes tendem a ser mais desenvolvidos, com sistemas burocráticos formais e disciplinados, processos orçamentários que geralmente são focados na introdução de novos mecanismos de gestão pública, existem diferenças bastante significativas nos detalhes de como estes governos executam suas políticas (Currístine *apud* Andrews, 2010). O grau de influência política sobre as nomeações, promoções e avaliações de desempenho variam

significativamente entre os governos, assim como estruturas básicas do serviço público. Há ainda diferenças mais importantes quando se considera os limites e o tamanho do governo relacionados à economia.

A literatura sobre bons governos mostra que os governos divergem de modelo em outras áreas também, como por exemplo, em diferentes níveis e tipos de descentralização política, administrativa e fiscal e diferentes mecanismos de regulação, sustentam diferentes estruturas relacionais entre o governo e o setor privado, considerado um aspecto importante tratando-se de bons governos.

Fatores institucionais, políticos e sociais ajudam a explicar os países com diferentes abordagens. Estes fatores incluem a natureza do sistema político, especialmente os papéis do Executivo e do Legislativo no processo orçamentário, as estruturas do Estado federalista ou unitário, o grau de descentralização do sistema público de administração, os desafios sociais e culturais de cada país.

Sendo assim, a pesquisa citada anteriormente realizada por Andrews (2010) desafia a predileção atual por uma melhor maneira de modelos de sistemas de gestão financeira pública e estruturas governamentais em geral. Estes modelos estão sendo impingidos aos países menos desenvolvidos, com a promessa implícita de desenvolvimento, mas sem evidências de que o desenvolvimento verificado nos países considerados praticantes de bom governo tenham adotado elementos desses modelos. Países que têm adotado modelos de bons governos, de acordo com indicadores de boa governança, são influenciados realmente por olhares muito diferentes, variando nas dimensões próprias que implicam, que indicadores são fundamentais para um bom governo. Sendo estes pontos citados relacionados a serviços públicos básicos, dando mais atenção à importância do contexto na formação dos mais diversos governos ao invés de

construir listas cada vez maiores de características de bons governos, sendo estas recomendadas aos países em desenvolvimento. Prestando assim melhor atenção na compreensão das estruturas que os governos realmente adotam e o (s) porquê (s) que norteiam as escolhas destas estruturas em detrimento de outras.

Andrews (2010) sugere a variação em estruturas de bons governos, mostra que estes, assim como seus líderes, não tratam os princípios potencialmente conflitantes como elementos de um modelo rígido, mas sim como itens em um menu. Pois, estando em contextos diferentes, as opções e oportunidades são diferentes e geram opções diferentes para as escolhas das práticas a serem seguidas para alcançar objetivos semelhantes. Expondo que, os governos mais eficazes exibem diferentes combinações de melhores práticas e que o investimento do estudo sobre “bons governos” deve ser feito sob o prisma de um menu, por muitas vezes diferenciado, de combinação de práticas diversificadas e ainda trazendo o benefício das repostas mais rápidas aos problemas de governança dos países emergentes, como é o caso do Brasil.

Partindo do pressuposto de que bons governos podem ser avaliados a partir de indicadores de eficiência, neste trabalho apontaremos indicadores como a *Public Financial Management* (PMF) ou Gestão Financeira Pública (GFP), O *Worldwide Governance Indicators*(WGI) e a Estrutura de Medição do Desempenho da Gestão Financeira Pública (PEFA).

A Public Financial Management (PMF)

A *Public Financial Management* (PMF) ou Gestão Financeira Pública (GFP) foi formulada a partir das análises das estruturas financeiras de trinta e oito países. A mesma é essencial para a implementação de políticas e realização dos

objetivos de desenvolvimento por meio do apoio à disciplina fiscal agregada, locação estratégica de recursos e prestação eficiente de serviços. Um sistema de Gestão Financeira Pública aberto e organizado propicia três níveis de resultados de orçamento: em primeiro lugar controles eficazes dos orçamentos totais e da gestão de risco fiscais, que contribuem para a manutenção da disciplina fiscal agregada; em segundo lugar, planejamento e execução do orçamento de acordo com as prioridades do governo, contribuindo assim, para a implementação dos objetivos do governo; e, por fim, a gestão da utilização dos recursos orçados contribuindo para a prestação de serviços eficientes e otimização de despesas (PEFA, 2005).

Worldwide Governance Indicators (WGI)

Os Worldwide Governance Indicators (WGI), dentre outros indicadores, são uma forte base que tem influências isomórficas na construção do pensamento sobre o que um governo eficiente é (ANDREWS, 2010).

Os WGI abrangem mais de duzentos países e seus territórios, medindo seis dimensões de governança, desde 1996. Tais dimensões são: Voz e Responsabilização, Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, Eficácia do Governo, Qualidade Regulamentar, Estado de Direito e controle da corrupção. Os indicadores agregados são baseados em várias centenas de variáveis subjacentes individuais, feitas a partir de uma ampla variedade de fontes de dados existentes. Estes refletem as opiniões dos entrevistados e especialistas do setor público, privado e de ONGS em todo o mundo sobre a eficiência dos governos. Os WGI também denunciam explicitamente margens de erro que acompanham cada estimativa de cada país. Estas refletem as dificuldades inerentes à medição da eficiência usando qualquer tipo de dados. Mesmo depois de tomar essas

margens de erro em conta, os WGI permitem comparações entre países significativas ao longo do tempo (KAUFMANN et al., 2010).

Estrutura de Medição do Desempenho da Gestão Financeira Pública (PEFA)

O instrumento de pesquisa Estrutura de Medição do Desempenho da Gestão Financeira Pública (PEFA), permite a países em desenvolvimento comparar a qualidade do sistema de governo. De acordo com Andrews (2010), algumas características são destacáveis nas medidas PEFA para estabelecer boas características da gestão financeira pública. Dentre elas estão as estruturas técnicas de orçamento (incluindo regras fiscais, quadros de médio prazo e prudentes pressupostos econômicos), descontraídos controles de entrada com medidas de desempenho *ex-post*, o uso de modernas práticas de gestão financeira (incluindo acréscimos, encargos de capital, auditoria interna e transições de dotações) e, por fim, transparência orçamental forte e arranjos de prestação de contas, incluindo envolvimento legislativo.

A Estrutura de Medição do Desempenho da Gestão Financeira Pública da PEFA incorpora um relatório de desempenho da gestão financeira pública e um conjunto de indicadores de alto nível que contam com os padrões de referência para acompanhamento de despesas dos países pobres e endividados, o Código de Transparência Fiscal do FMI¹⁹ e outros padrões internacionais.

O relatório PEFA é uma estrutura integrada de monitoramento que permite a medição do desempenho da gestão

¹⁹ Fundo Monetário Internacional. Uma organização internacional que teve como objetivo ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial e que hoje trabalha para melhorar as economias dos países.

financeira pública do país ao longo do tempo. Foi desenvolvida pelo Banco Mundial, FMI e o PEFA, em cooperação com o empreendimento conjunto entre OCDE e Comissão de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE. Trata a gestão financeira pública como uma ferramenta que forneceria informações confiáveis sobre o desempenho dos sistemas, processos e instituições da mesma ao longo do tempo. As informações fornecidas pela estrutura contribuiriam também para o processo de reforma do governo determinando até que ponto as reformas estão produzindo um melhor desempenho e aumentando a capacidade de identificar e apreender com o êxito as reformas.

A Estrutura de Medição do Desempenho da Gestão Financeira Pública PEFA é um dos elementos de uma abordagem intensificada de apoio às reformas da gestão financeira pública. O mesmo inclui um conjunto de indicadores de alto nível, tais como os resultados das despesas agregadas comparadas com o orçamento original aprovado, a composição dos resultados das despesas comparados com o orçamento original aprovado, o resultado das receitas agregadas comparadas com o orçamento original aprovado, o levantamento e monitoramento do atraso no pagamento de despesas, a classificação do orçamento, o acesso do público a importantes informações fiscais, o método e a participação no processo do orçamento anual, o registro e a gestão de saldos de caixa, dívidas e garantias, a eficácia dos controles da folha de pagamento, a eficácia da auditoria interna, a abrangência, natureza e acompanhamento da auditoria externa, a fiscalização do legislativo e dos relatórios de auditoria externa, a proporção de ajuda que é gerida pelo uso de procedimentos nacionais, dentre outros, que são subdivididos em quatro categorias, sendo a primeira os resultados do sistema de gestão financeira pública, o segundo as características transitórias do sistema da gestão

financeira pública, o terceiro o ciclo do orçamento e o quarto as práticas dos doadores.

O conteúdo principal do relatório PEFA avalia o atual desempenho dos sistemas, processos e instituições da gestão financeira pública com base nos indicadores e descreve as medidas de reforma recentes e em curso implementadas pelo governo. Porém, não inclui recomendações sobre reformas ou planos de ação (PEFA, 2005).

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritivo-explicativa, com a estratégia bibliográfica e empírica, que tomou como objeto de análise as gestões no universo dos municípios brasileiros. Os dados aqui descritos foram coletados a partir de uma abordagem quantitativa, focando-se em fontes secundárias, em especial os produzidos pelo INEP, IBGE, DATASUS, TSE e a FIRJAN. Os dados foram tratados quantitativamente, o que permitiu gerar os resultados descritivos e inferenciais expostos adiante.

Utilizou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das séries iniciais e finais da rede pública do ensino municipal, como *Proxy* de eficiência da gestão municipal.²⁰ Esta variável foi utilizada por sua capacidade de expressar o desempenho da gestão, quanto ao atendimento das demandas da sociedade, pois sugere que uma gestão de qualidade e bem equilibrada consiga atender as demandas educacionais do município gerando bons resultados nas notas produzidas por seus alunos, pois a educação é um instrumento

²⁰ O IDEB busca medir a qualidade da educação, combinando para isso dados de avaliações padronizadas e rendimento escolar (aprovação). Tais dados sobre aprovação são obtidos pelo Censo Escolar e as notas padronizadas de avaliação de desempenho que advêm da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

que diminui as desigualdades sociais e reduz a pobreza, sendo este um fator explicativo para as disparidades sociais (NERI, 2009). É consenso que educação diminui mazelas sociais e contribui para o desenvolvimento de um país, justificando assim a escolha da nossa variável dependente (MELO, 2010).

No modelo foram utilizados quatro grupos de variáveis explicativas para testar a variação do IDEB dos municípios brasileiros: equilíbrio fiscal, características intra-escolares; socioeconômicas, de gestão e políticas.

Em relação ao equilíbrio de contas governamentais, utilizou-se o Índice Firjan de Equilíbrio Fiscal (IFGF) que expressa a capacidade gerencial dos governos. Parte-se da premissa que uma gestão pública, na qual seu gestor seja capaz de implementar políticas públicas que atendam às necessidades de seus cidadãos é imprescindível, para tanto, deve-se desenvolver mecanismos eficientes de arrecadação, diminuir custos e aumentar investimentos, os quais venham produzir resultados efetivos. Portanto, esse será o indicador de bom governo utilizado nesse trabalho (BONFIM et al., 2012).

Quanto aos aspectos sócio econômicos e escolares, pode-se ressaltar que a literatura sugere um número considerável de variáveis. A esse respeito Gadotti e Romão (1998) classificam os fatores explicativos para qualidade da educação em três grupos: os intraescolares, os extraescolares e os pessoais. No grupo de fatores internos às escolas destacam-se a baixa formação dos professores, o baixo nível salarial, o número de alunos por turma, a escolha dos diretores por meritocracia e autonomia financeira das escolas, esta última permitindo ao gestor maior capacidade de decisão sobre a alocação dos recursos (BARROS e MENDONÇA, 1998; FELÍCIO e FERNANDES, 2005; FRANCO et al., 2007; BIONDI; FELÍCIO, 2007; ALVES, 2008). Destaque-se ainda a distorção

série/idade dos alunos apontado por Alves e Soares (2007, 2008) e Felício e Fernandes (2005).

Já no tocante aos fatores extraescolares sublinha-se a baixa escolaridade e renda da população, a precariedade das condições de moradia, além do trabalho infantil (COLLARES, 1995; GADOTTI; ROMÃO, 1998; VALLE SILVA; HASENBALG, 2000; INEP, 2003). Fatores raciais e de gênero também são apontados como relevantes por Alves e Soares (2007, 2008 e 2013) e Soares e Alves (2003). Na mesma linha Hasenbalg e Valle Silva (2013) sugerem que de fato há diferenças significativas de rendimentos entre alunos brancos e não brancos. Melo (2010) destaca ainda aspectos envolvendo ações de agentes corruptos, uma vez que insumos básicos para o funcionamento das escolas por vezes são desviados de sua finalidade.

Já os fatores pessoais são os de natureza biopsíquica ou deficiência de funções cognitivas, os quais afetam diretamente a capacidade de aprendizagem, conforme ressalta Gadotti e Romão (1998), bem como Degenszajn, Roz e Kotsubo (2001).

Para efeito dessa pesquisa, utilizou-se como variável intraescolar, a proporção de professores com formação superior completa. Sugere-se que nos municípios com maior proporção de docentes com terceiro grau completo, o desempenho dos alunos nos testes padronizados, dentre eles o IDEB, sejam maior. Já em relação às variáveis socioeconômicas, utilizou-se a taxa de trabalho infantil e taxa de analfabetismo, que são sugeridas como fatores que podem influenciar de forma negativa o desempenho dos alunos nas notas do IDEB, pois quanto mais crianças trabalhando menos crianças em sala de aula, e os alunos que trabalham e estudam apresentam rendimento aquém do esperado. Inseriu-se também a taxa de analfabetismo dos municípios, pois parte-se do pressuposto que um ambiente onde

haja maior número de pessoas escolarizadas há maior estímulo para os estudos por parte do alunado (SOUZA, 2009).

Dentre os aspectos políticos e de gestão, utilizou-se a taxa de fracionalização partidária no legislativo municipal, importante característica do sistema partidário brasileiro, e a proporção de funcionários comissionados na administração municipal. Taxas de fracionalização altas interferem na qualidade da gestão, tanto no nível municipal quanto estadual e federal, e no limite, poderiam diminuir a capacidade de governabilidade do gestor municipal, tornado mais onerosa a barganha junto ao legislativo, interferindo assim na qualidade dos serviços públicos prestados, dentre eles, o educacional (BRAGA, 2007). Por outro lado, uma alta taxa de funcionários comissionados pode influenciar também na qualidade da gestão, isto porque o mérito nem sempre é o principal elemento nas escolhas dos mesmos, o que pode diminuir a capacidade da gestão pública local.

Além das variáveis acima descritas, foram utilizadas algumas variáveis de controle, dentre elas, tamanho da população e proporção de população urbana.

Os recortes temporais dos dados utilizados são os seguintes: o IFGF do ano de 2008 foi utilizado para avaliar o impacto no IDEB das notas das series iniciais e finais do ano de 2011 por ser o mais adequado para a análise, pois o IFGF dos anos de 2009 e 2010 ficou comprometido devido às alterações que acontecem nos períodos eleitorais. As notas do IDEB do ano de 2011 foram a última versão destas que estava disponível. A taxa de trabalho infantil e a taxa de analfabetismo de 2010 foram utilizadas, pois eram os mais adequados para a análise dos dados do IDEB de 2011. Por fim, foram utilizados a fracionalização partidária no legislativo municipal e a proporção de funcionários comissionados na administração direta do ano de 2008 por

serem características que demonstram seu impacto no sistema educacional depois de um certo tempo.

Resultados e discussão

Os dados abaixo se referem a um quadro descritivo das variáveis utilizadas, as quais possibilitaram identificar alguns padrões, bem como a análise inferencial que objetivou testar o IFGF, indicador de bom governo como variável explicativa para variação de resultados de políticas governamentais, medidos aqui pelas notas do IDEB.

Análise descritiva

No campo de estudos da ciência política, no que diz respeito ao que pode ser considerado um bom governo, a questão do equilíbrio fiscal das contas públicas tem sido um aspecto com grande destaque no debate, quando se discute a capacidade dos gestores públicos em implementar políticas que atendam eficientemente as demandas existentes. Para tanto, é imprescindível desenvolver mecanismos eficientes de arrecadação, diminuir custos e aumentar investimentos, os quais venham produzir resultados efetivos (BONFIM et al., 2012).

Dentro desta perspectiva, uma estratégia para medir o nível de equilíbrio de gestões municipais no Brasil é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)²¹, que propicia análises comparativas importantes sobre a saúde fiscal dos municípios, inclusive desagregados por componentes. Este, que é medido por uma escala que pode variar entre 0 e 1, sendo que quanto mais alto o número melhor está o equilíbrio fiscal da gestão do

²¹ O IFGF é produzido anualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) a partir de dados do governo federal, e é composto por cinco indicadores, sendo eles Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Para maiores informações acessar: <http://www.firjan.org.br/>.

município em foco. O IFGF pode ser um grande aliado na tarefa de examinar quais características fazem um governo ser considerado bom, e este é o motivo dele ser a variável de medição mais importante deste trabalho, por sua capacidade de demonstrar se o gestor tem competência ou não em manter o equilíbrio fiscal nas contas do município, fator que é decisivo na qualidade da gestão e na capacidade de entrega dos serviços à população. Como podemos observar na tabela 1, o menor índice de equilíbrio fiscal encontrado em um município é de 0,09, enquanto o maior é de 0,97. Na média, os municípios apresentam um índice de 0,57, ou seja, bem distante daquilo que seria o ideal.

Na mesma tabela ainda é possível verificar as variáveis dependentes que são as notas do IDEB. Observa-se que, no Brasil a nota mínima nas séries iniciais é de 2,30, enquanto a nota máxima é de 8,30 e a média é de 4,77, isto numa escala que varia de 1 a 10. Já nas séries finais a nota mínima do IDEB é de 1,20, enquanto a nota máxima é de 6,80, sendo a média de 3,71. Inferior às notas das séries iniciais. Percebe-se, portanto, que os municípios brasileiros possuem médias bastante distantes da nota máxima deste indicador.

Quanto à proporção de docentes com formação superior completa nas dependências da administração municipal, percebe-se que em média 0,65% dos professores são formados. Destaca-se o fato de existirem escolas no Brasil em que nenhum professor possui ensino superior.

Em relação às taxas de trabalho infantil nos municípios brasileiros, verifica-se em média, que de cada cem crianças com menos de quatorze anos, treze delas trabalham, podendo chegar, no extremo, a mais de setenta. Isto significa alunos com pouco tempo disponível para os estudos ou cansados, o que pode sobremaneira afetar seu rendimento.

Observando na mesma tabela a taxa de fracionalização partidária no legislativo municipal brasileiro, em uma escala que varia entre 0 e 1, percebe-se que, na média, atingem 0,76. Sugere-se que quanto maior a fragmentação partidária no parlamento maiores poderão ser as dificuldades para garantir governabilidade.

Quando se trata da proporção de funcionários comissionados na administração direta dos municípios do Brasil, o que se pode observar é que há municípios onde não há cargos comissionados e outros em que esse número chega próximo da totalidade, mas em média estes representam 10,14% do total.

Por fim, observa-se que a taxa de analfabetismo no universo dos municípios brasileiros tem mínimo de 0,90, a máxima de 47,10, ou seja, quase a metade da população do estado, de onde provém este dado, é analfabeta, e a média dos municípios do Brasil fica em torno de 15,83 como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 1 - Descrição das Variáveis

	N	MINIMO	MÁXIMO	MÉDIA
IFGF FIRJAN 2008	5071	0,09	0,97	0,57
IDEB SERIES INICIAIS 2011	5136	2,30	8,30	4,77
IDEB SERIES FINAIS 2011	3067	1,20	6,80	3,71
% PROFESSOR FORMADO 2010	5565	0,00	1,00	0,65
TX TRABALHO INFANTIL 2010	5562	0,28	72,09	13,03

FRACIONALIZAÇÃO 2008	5552	0,00	0,94	0,76
% FUNC. COMMISSIONADOS 2008	5549	0,00	90,32	10,14
TAXA DE ANALFABETISMO 2010	5543	0,90	47,10	15,83

FONTE: INEP, FIRJAN, DATASUS, TSE, IBGE.

Modelo inferencial

Foram elaborados dois modelos para se testar o efeito do equilíbrio fiscal nas prefeituras brasileiras, medidos pelo IFGF em indicadores educacionais, especificamente, as notas do IDEB das séries iniciais e finais para o ano de 2011 (tabela 2). Ambos os modelos apresentaram significância estatística ($p < 0,001$). A maioria das variáveis nos dois modelos apresentaram individualmente significância, com ligeiras variações do modelo 1 para o 2. Com exceção da variável taxa de trabalho infantil, as demais variáveis apresentaram sinais esperados. Os números sugerem existir diferenças de magnitude de impacto do modelo 1 em relação ao modelo 2, este último apresentando coeficientes menores, bem como, em algumas variáveis, nível de significância menor. É o caso da principal variável testada nesse trabalho, o IFGF. Ao que parece os alunos das primeiras séries do ensino fundamental são mais afetados pelo desequilíbrio das contas governamentais e seus desdobramentos em termos de deficiência de insumos educacionais. No entanto, em ambos os casos, apesar de existirem diferenças, os resultados de desempenho, nesse caso, utilizados para expressar boa qualidade dos governos, são de fato, influenciados por padrões governamentais em que apresentam maior equilíbrio fiscal, este

expressando a maior capacidade dos gestores em gerir os recursos públicos, sendo mais eficazes e eficientes²².

Tabela 2: Regressão Linear Simples - Notas Do Ideb - Séries Iniciais e Finais – 2011

CO-VARIÁVEIS	MODELO 1		MODELO 2	
	IDEB SERIES INICIAIS 2011		IDEB SERIES FINAIS 2011	
	Coef.	Erro	Coef.	Erro
IFGF - FIRJAN – 2008	0,969**	0,104	0,300*	0,120
% Docentes ensino superior completo adm municipal 2010	0,634**	0,051	0,542**	0,057
Taxa de trabalho infantil Brasil 2010	0,005**	0,002	0,007**	0,002
Taxa de analfabetismo 2010	-0,054**	0,002	-0,050**	0,002
Fracionalização partidária no legislativo municipal 2008	-0,683**	0,134	-0,437**	0,152
% Funcionários comissionados adm direta municipal 2008	-0,014**	0,001	-0,010**	0,002
Total da população 2010	0,000**	0,000	-0,000**	0,000
População urbana 2010	0,001	0,001	-0,002	0,001
Constante	5,242**	0,145	4,565**	0,170

²² No anexo deste trabalho estão descritos os resultados do teste de multicolinearidade (*Variance Inflation Factor*) entre as co-variáveis utilizado nos modelos de regressão. Os dados apresentam números compatíveis com padrões de ausências de tal problema.

R2	0,485	0,454
N	4.630	2.790

Fonte: DATASUS, INEP, TSE, FIRJAN e IBGE. * $p < 0,05$, ** $p < 0,001$.

Considerações finais

Considerando os componentes políticos e sociais necessários para que um governo seja considerado bom e após as discussões expostas acima em torno da literatura que aborda este tema, analisamos os principais aspectos levantados pela literatura quanto ao papel e desempenho dos governos, emergindo assim, da literatura uma série de fatores de ordem institucional e não institucional com importância na qualidade das gestões, não esquecendo que, neste trabalho, um bom governo é aquele capaz de desempenhar suas funções com eficiência. A desigualdade socioeconômica e a falta de estrutura no sistema educacional prevalente no território brasileiro colocam inúmeras indagações teóricas importantes, especialmente sobre a questão dos bons governos, entendidos a partir do prisma do equilíbrio fiscal, das notas do IDEB e da capacidade de atender adequadamente às demandas da população.

Desta forma, podemos chegar à conclusão de que um bom governo é composto por diversos aspectos políticos e sociais e que suas práticas podem variar de um lugar para o outro, porém a combinação de algumas práticas e realidade social de cada país é que geram um governo que possa ser considerado bom. Nossa hipótese central levantada foi de que um governo dotado de equilíbrio em suas contas consegue maior eficiência na prestação de serviços, sendo esta comprovada através dos resultados obtidos no cruzamento de nossas variáveis que sugerem, de fato, que há relação de causalidade e positiva ao

associar o equilíbrio fiscal ao perfil de um governo que possa ser considerado bom, já que esta característica gera melhores resultados no governo. Além disso, os dados utilizados neste *paper* permitem notar que também outros fatores de gestão, educação, sociais e políticos são, de fato, relevantes para explicar tal fenômeno, em especial sua competência na prestação de serviços à população, onde está intrínseca a qualidade no sistema educacional. Fatores endógenos à gestão também são relevantes para explicar a variação do fenômeno, a exemplo das características sociais e culturais do país.

Bibliografia

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a sociologia da educação**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 435-473, 2007.

ALVES, Maria Tereza Gonzaga, SOARES, José Francisco. **“Escolas de ensino fundamental: contextualização dos resultados”**. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n.12, p. 145-158, 2013.

ALVES, Maria Tereza Gonzaga, SOARES, José Francisco. **“O efeito das escolas no aprendizado dos alunos: um estudo dos dados longitudinais no ensino fundamental”**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n3, p. 527-544, set./dez, 2008.

ANDREWS, Matt. **“Good Government Means Different Things in Different Countries”**. In: Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions. 2010.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. **“Responsabilização da administração pública: limites e possibilidades do gestor público”**. In: Construindo uma Nova Gestão Pública – Coletânea de textos do I Ciclo de Palestra organizado pela Escola de Governo do RN –Natal, RN: SEARH/RN, 2010.

AZEVEDO, Sérgio, ANASTASIA, Fátima. **“Governança, “Accountability” e Responsividade”** Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. O Impacto de Três Inovações Institucionais na Educação Brasileira. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 556, Jan/Jun. 1998

BIONDI, R.L; FELÍCIO, F. **Atributos Escolares e o Desempenho dos Estudantes: Uma Análise em Painel dos Dados do SAEB**. BRASÍLIA: INEP/MEC, 2007. 20 p. (Série Documental: Textos para Discussão).

BOIVARD, Tony, and LÖFFLER, Elke. **“Evaluating the Quality of Public Governance: Indicators, Models and Methodologies.”** International Review of Administrative Sciences 69: 313–328. 2003.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. **“O Sistema Político-Representativo Brasileiro: Continuidades e Mudanças”** UFSCAR 2007.

COLLARES, C.A.L. **O cotidiano escolar patologizado: Espaço de preconceitos e práticas cristalizadas**. 1995. Tese de Livre docência (não publicada) - Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia Educacional, Unicamp.

DEGENSZAJN, R. D.; ROZ, D. P; KOTSUBO, L. Fracasso escolar: uma patologia dos nossos tempos? **Pediatria**, São Paulo, v. 1, p. 106-13, 2001.

DINIZ, Eli. “**Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma**”. Revista do Serviço Público. Ano 47, V. 120, Nº 2, Brasília, Mai-Ago/ 1996.

FELÍCIO, Fabiana; FERNANDES, Reynaldo. O efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar: uma avaliação do ensino fundamental no estado de São Paulo. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia**, 2005.

FRANCO, C. Et Al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares" **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** , Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 277-298, Abr/jun 2007.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Evolução do ensino fundamental no Brasil: análise de estatísticas e indicadores educacionais**. Produção de Terceiros Sobre Paulo Freire; Série Artigos, 2000.

HASENBALG, Carlos A.; VALLE SILVA, Nelson. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 2013.

INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. BRASÍLIA, 2003. 44 p.

KAUFMANN, Daniel, KRAAY, Aart and MASTRUZZI, Massimo. “**The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues**”. World Bank Policy Research Working Paper 5430, 2010.

KAUFMANN, Daniel, KRAAY, Aart and MASTRUZZI, Massimo. “**The Worldwide Governance Indicators Project: Answering the Critics**”. World Bank Policy Research Working Paper 4149, 2007.

LYNN JR., Laurence E. “**Gestão Pública**” In: **Administração Pública: Coletânea**, Ed: Unesp, SP. 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. “**Introdução a Administração**” 7ª Ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Clóvis Alberto Vieira “**Corrupção e Políticas Públicas: Uma Análise Empírica dos Municípios Brasileiros**” Tese (Doutorado em Ciência Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2010.

MELO, Marcus André. “**Governance e reforma do Estado: o paradigma agente X principal**”. In: RSP, Revista do Serviço Público. Ano 47, vol. 120, nº 1, Brasília, jan.-abr., 1996.

NERI, M. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “**A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**” II Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública/ 1997.

PETERS, B. Guy e PIERRE, Jon. “**O Papel da Gestão Pública no Governo**” In: **Administração Pública: Coletânea**, Ed: Unesp, SP. 2010.

PUBLIC EXPENDITURE AND FINANCIAL ACCOUNTABILITY. **Public Financial Management Performance Measurement Framework**. Washington, DC: PEFA. 2005.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. FGV Editora, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “**Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**” Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro/1997.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003.

SOUZA, Jessé. “**A Ralé Brasileira: quem é e como vive**”. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TERTO, Daniela Cunha e PEREIRA, Raphael Lacerda de Alencar, “**A Nova Gestão Pública e as Atuais Tendências da Gestão Educacional Brasileira**”. Rio Grande do Norte, 2011.

URRISTINE, Teresa. “**Performance Information in the Budget Process: Results of the OECD 2005 Questionnaire**.” OECD Journal of Budgeting 5 (2): 87–131. 2005.

VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

WORLD BANK, “**Governance and Development**.” Washington, World Bank, Abril, 1992

ANEXO 1: TABELA 3 - VARIANCE INFLATION FACTOR

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	MODELO 1		MODELO 2	
	IDEB SERIES INICIAIS		IDEB SERIES FINAIS	
	2011		2011	
	VIF	1/VIF	VIF	1/VIF
IFGF - FIRJAN – 2008	1.73	0.577366	1.75	0.571226
% Docentes ensino superior completo adm municipal 2010	1.27	0.788127	1.27	0.788253
Taxa de trabalho infantil Brasil 2010	1.38	0.726353	1.33	0.751463
Taxa de analfabetismo 2010	1.96	0.510431	2.22	0.450486
Fracionalização partidária no legislativo municipal 2008	1.08	0.922325	1.10	0.910980
% Funcionários comissionados adm direta municipal 2008	1.02	0.976957	1.02	0.976649
Total da população 2010	1.04	0.960527	1.09	0.914928
População urbana 2010	1.77	0.564594	1.96	0.510846

Fonte: DATASUS, INEP, TSE, FIRJAN e IBGE.

Palavras-chave:

Bons governos;
Gestão Municipal;
Índice de
Desenvolvimento
da Educação
Básica.

Resumo: O debate sobre “bons governos” atualmente faz-se extremamente relevante e tal discussão, que permeia a ciência política, tem ganhado cada vez mais centralidade. Este tema trata-se da análise da eficiência dos governos no atendimento de demandas da sociedade. Partindo desta premissa, este estudo teve por objeto identificar que variáveis explicam a eficiência administrativa nas gestões municipais brasileiras. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi utilizado como variável dependente, sendo entendido nesse trabalho como indicador que expressa a qualidade dos *outputs* governamentais. Para explicar a variação desse indicador, foi utilizado, dentre outras variáveis, a proporção de docentes com ensino superior completo, a fracionalização partidária municipal e, a principal variável independente, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que expressa a capacidade administrativa do gestor municipal. Os testes inferenciais apresentam significância estatística entre equilíbrio de contas municipais e rendimento escolar. Ou seja, alunos que estudam em municípios com saúde fiscal apresentam melhores rendimentos. Desta forma, concluiu-se que um bom governo é composto por diversos aspectos políticos, sociais, educacionais e de gestão.

Keywords:

Good governments;
Municipal
Management;
Development Index of
Basic Education

ABSTRACT: The debate about "good government" currently it is extremely relevant and such discussion that permeates political science, has gained increasing centrality. This theme is the efficiency analysis of governments in meeting the demands of society. Based on this assumption, this study aimed at identifying which variables can explain administrative efficiency in municipal managements. The Index of Basic Education Development (IBED), was used as the dependent variable, which was understood in this work as an indicator that expresses the quality of government outputs. In order to explain the variation of this indicator, it was used, among other variables, the proportion of teachers with university degree, the municipal party fractionalization and the main independent variable, the index FIRJAN Fiscal Management (IFGF), which expresses the administrative capacity of municipal manager. Tests inferential presented a statistical significance between balance of municipal accounts and school performance. So, students who study in municipalities with fiscal health have better incomes. Thus it was possible to conclude that good governance consists of various political, social, and educational management.

//Artigos

um Isto cachimbo é não. Ritual, Poética e Antropologia.

Kleyton Rattes

Professor Adjunto do "Departamento de Ciências Sociais" da Universidade Federal do Ceará. Doutor e mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Formação e pesquisas com ênfase nas seguintes áreas: Etnologia, Antropologia da Arte (Poéticas, Literaturas e Imagens) e Ritual.

Enfeite e significado sempre andam lado a lado; as escrituras antigas visavam o adorno tanto como a comunicação. Que ninguém me diga que essa concha não comunica coisa alguma! O fato de tratar-se de uma comunicação inacessível e a possibilidade de meditar sobre essa contradição propiciam-nos também um grande prazer.

Thomas Mann, *Doutor Fausto*

Uma vez que começamos a 'examinar atentamente' interações que não funcionam por semelhanças entre a ideia subjacente (tenor) e o veículo (vehicle), mas dependem de outras relações entre elas, incluindo disparidades, logo aparecem algumas das nossas suposições mais comuns e super simplificadas.

Ivor Armstrong Richards, *A filosofia da retórica*

Incomparável a linguagem da caveira: total ausência de expressão – o negro de suas órbitas oculares – unida à expressão mais selvagem – as arcadas dentárias arreganhadas.

Walter Benjamin, *Rua de Mão Única*

Uma característica presente no campo das ciências, e de modo mais intenso no das ciências humanas, é a vigência de um ambiente de debates, cujo traço saliente, se pensarmos o campo acadêmico de modo comparativo, e não de modo “evolucionário” à maneira de Karl Popper, é uma espécie de atraso temporal nos movimentos teóricos entre as disciplinas. Em cada época, ou melhor, espírito do tempo, quando se acredita ter superado conjuntos de teorias e métodos, em um determinado nicho, é possível perceber a observância destes mesmos quadros analíticos operando em outras searas do conhecimento. Para citarmos casos mais familiares, se desenvolvimentos da antropologia hermenêutica, paradigmática na figura de Geertz, aparecem no campo da historiografia, justamente quando não goza mais do prestígio de outrora na e com a antropologia, por outro lado, vê-se um aflorar de perspectivas fenomenológicas no campo desta, paralelo a uma ressaca e uma recusa no daquela. Estes descompassos temporais entre os campos do conhecimento, além de anedotas sobre a antessala da produção acadêmica, podem também nos instigar, à medida que se tornam bons para pensar – ou, para sermos mais diretos, via metáfora, i.e., indiretos, tornam-se uma espécie de *esquadro* em que os ângulos permitem localizar o ponto de vista, sempre relativo, de cada movimento teórico. Uma espécie de relatividade que projeta cada ângulo, i.e., cada movimento, como co-dependente dos demais; cada vértice, acreditando ser a combinação (conversão) única de tendências (lados), mostra-se, em um simples movimento de rotação e a um mesmo tempo, a sombra de outrora e do futuro devir; cada eixo mostrando uma precisa configuração, um espírito do tempo, mas também uma potencial torção que lhe é intrínseca, cujo giro expõe sua qualidade interina.

Para além de metáforas geométricas e topográficas, assim como aquém e além de uma sociologia do conhecimento,

entretanto, vale atermo-nos a alguns efeitos que tal característica implica, em especial, os movimentos de dilatação e de retração de determinados conceitos, métodos, instrumentos e horizontes heurísticos. No caso da antropologia, para tomarmos um vértice do esquadro que nos é mais íntimo, a sua oscilação congênita entre *simbolismo* e *pragmática*, em expansões e contrações cíclicas, possibilita levar a cabo – e não só captar o atual espírito do tempo na disciplina – uma reflexão que toca em, ao menos, três questões fulcrais. A saber: o estatuto da representação, a possibilidade de definição e extração de um horizonte metodológico e, por fim, a flutuação crítica de aparatos conceituais canônicos na disciplina (tais como, *parentesco*, *símbolo*, *memória* e *relação social*).

No ensaio de Sherry Ortner (1984), por exemplo, é possível acompanhar os movimentos que, de modo gradativo, fizeram das orientações teóricas contemporâneas um conjunto de paradigmas que pode ser rotulado com expressões tais quais “teoria prática”, “pragmática”, “análise processualista”, etc.. Não obstante, uma das grandes contribuições de Ortner é entender este clima como sendo mais do que uma teoria ou um método, porque antes se caracteriza como “um símbolo” através do qual uma variedade de perspectivas e metodologias está sendo desenvolvida. Em termos comparativos, nos mostra a autora, só foi a partir da década de oitenta, do século passado, que a denominada teoria prática tomou vigor, como efeito consequente de uma *ressaca simbolista*. É quando, exauridos de abordagens simbolistas – seja via as matrizes do culturalismo norte-americano, do estruturalismo francês ou do funcionalismo britânico –, antropólogos passam a enfatizar análises e interpretações sobre os aspectos processuais, pragmáticos, da vida social: a teoria do parentesco volta-se para as ações dos sujeitos, para as manipulações das regras prescritivas, em que os termos do parentesco passam a ser entendidos como “categorias

práticas”; as grandes descrições cosmológicas dão lugar à descrição das *decalagens* entre o nível organizacional ideativo e o que é “observado na prática”; a centralidade da linguagem e da comunicação é subsumida em favor de elementos para-linguísticos; e a lista é extensa... A “ação humana no mundo” passa a ser a premissa chave, uma espécie de busca do lugar no qual o “sistema” ou a “estrutura” encontra-se: a saber, na *ação humana*, afirmariam os propositores. A unidade inicial analítica torna-se a ação, sempre mediada pelos *sujeitos* (“complexos”, “distribuídos”), outra categoria tornada central, que implica em quadros teóricos amplos cujos conceitos mais correntes, e muito díspares entre si, são expressos em termos como “reivindicações”, “metas”, “campo de forças”, “relacionalismo”, “atos ilocucionários”. Este tom está também presente, em outros exemplos, no interesse em processos semióticos, tais quais a metonímia, a indicialidade e a literalidade, “três modos de se recusar a metáfora e a representação (a metáfora como essência da representação), de privilegiar a pragmática sobre a semântica, e de valorizar a parataxe sobre a sintaxe (a coordenação sobre a subordinação)” (Viveiros de Castro, 2007: 95). Entretanto, lembra Ortner, como qualquer teoria, trata-se de um produto de seu tempo. *De modo paralelo*, diríamos nós, por ora, uma configuração do esquadro, em que a simples torção no eixo sempre fica, *está*, à espreita.

Nos desenvolvimentos teóricos contemporâneos, a categoria ritual acomoda-se bem neste vértice, e, mesmo, traz consigo todo um rol de especulações, que, além de refletir o espírito do tempo, permite pensar as passadas e futuras torções, i.e., o aludido jogo de contração e dilatação entre um clima pragmático e um simbolista. Mais que isto, tomar o ritual a sério, de modo teórico e etnográfico, é também tomar as questões fulcrais, acima citadas, do e no pensamento antropológico. O livro programático de Michael Houseman e

Carlo Severi, *Naven or the Other Self* (1998) ²³, buscando sedimentar uma perspectiva analítica para o ritual entendido “em seu direito próprio”, ao colocar em cena um conjunto de reflexões, é útil a estes propósitos. Faz pensar, em meio a contribuições, assim como a dificuldades conceituais. Assim o é, porquanto retoma e atualiza um campo de ponderações que ultrapassa o escopo circunscrito pelo próprio livro – uma teoria relacional sobre o ritual, a partir de dados etnográficos sobre o Naven, as célebres cerimônias iatmul ²⁴. Os autores visam, além, uma teorização sobre a própria natureza do conhecimento, na antropologia, em especial, ao tentarem circunscrever a localização da racionalidade – os “princípios de verdade” operados pelos rituais: como “efeitos de verdade”. *De modo oblíquo*, diríamos nós, por ora, uma configuração do esquadro, mas que permite pensá-la (a antropologia), como se em estado de torção, giro, movimentação.

Para se pensar a configuração em movimento, entretanto, é necessário colocar as contribuições de Houseman e Severi em perspectiva – e em uma perspectiva, a da teoria antropológica geral. Algo que as próximas páginas tentarão fazer, o jogo de contração e de expansão entre o *simbolismo* e a *pragmática*.

Um Relacionalismo ritual para o Naven

Em uma assertiva recente, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro afirma que a atual antropologia francesa encontra-se em uma surpreendente rede de casamentos com

²³ Para a confecção deste trabalho, faremos uso da versão em inglês da obra, na medida em que, além do conteúdo original publicado pelos autores em 1994 – *Naven ou le Donner à Voir. Essai d'Interprétation de l'Action Rituelle* –, há também outros apontamentos e desenvolvimentos. Destes, em especial aos propósitos centrais visados aqui, de suma importância é a presença de uma reflexão mais detida sobre o lugar do *simbolismo* na teoria do ritual.

²⁴ Os Iatmul são uma população localizada na Papua Nova Guiné, situados próximo ao rio Sepik, tornados célebres na literatura antropológica graças ao trabalho monográfico de Gregori Bateson. São grupos de caçadores, cuja organização social é dividida em dualidades totêmicas, subdividas; idealmente, são grupos exogâmicos e de descendência patrilinear, embora se observem práticas destoantes destes padrões.

“diversas filiais locais da tradição analítica e logicista hegemônica no mundo anglo” (2007: 93). Generalização à parte, todavia, esta afirmativa ajusta-se bem ao modelo proposto por Houseman e Severi (1998), em que é possível notar uma tentativa de fundir o empirismo da antropologia britânica com o formalismo da francesa, precisamente, através de um pano de fundo heurístico lógico-analítico. O espinhoso ato de fusão destes dois horizontes, por exemplo, pode ser percebido em formulações que colocam, lado a lado, o “átomo do parentesco” e o princípio da linguística francesa da “primazia das relações sobre os termos” (Saussure, 2000: 139-141) com as ideias lógico-formais de “identificação”, de “condensação” e de “paradoxo”. Porém, além destes exemplos pontuais, é possível antever um tom mais geral da dupla, voltada que está para a fundação de um princípio metodológico para a interpretação dos rituais, em que o conhecimento antropológico traduz-se como, simultaneamente, empírico-pragmático e cognitivo-indutivo: o que é também dizer, em princípio, um conhecimento não-comparativo. Modelo interessante, porém falho em alguns pontos, como pretendemos aqui mostrar, contrapondo com apontamentos etnográficos e discussões a respeito de uma possível poética.

Em termos históricos, há pouca novidade nesta empreitada, visto que, para citar um exemplo célebre, E Leach, em seus ensaios que propõem “repensar a antropologia” (1974), apresenta propostas com características bem análogas. A coloração mais própria e original de Houseman e Severi, poder-se-ia afirmar, encontra-se nos desenvolvimentos diretos e nas aplicações das análises lógico-formais, para além de uma petição metodológica geral, como é a que vigora no trabalho de Leach. Contudo, guardadas as diferenças de grau entre as perspectivas, o desejo de tomar os padrões relacionais, como aqueles teorizados por Lévi-Strauss, através de uma abordagem

cuja inspiração tem origem nas ciências matemáticas e lógicas constitui um desiderato em comum aos autores. Como se sabe, para Leach é possível tomar as ideias organizacionais de qualquer sociedade, em termos metodológicos, enquanto constituinte de um padrão matemático; o que se traduz na ideia segundo a qual o princípio de operação analítica, do antropólogo, deve ser o *como* matemático, i.e., aquele voltado não às coisas, e sim aos princípios – a um conjunto de variáveis, *sem significados* em si mesmas (ibidem: 21-22). O pano de fundo é o de uma perspectiva topológica, vista como capaz de realçar, como a variante fundamental, *o grau de conexão*, a mutualidade das vinculações, nas relações, ao invés de focar características particulares, fora dos laços que as constituem (ibidem: 23). As ideias matemáticas de “razão” e “função”, portanto, surgem como princípios heurísticos para possibilitar o trabalho de generalização de um padrão de relação, na medida em que a “razão” varia de acordo com uma transformação nas relações entre as partes, que estão sempre em função umas das outras, mas nunca presentes de modo separado. Grosso modo, se os termos são outros, i.e., “razão” e “grau de conexão” – para o caso leachiano – e “identificação”, “condensação” e “paradoxo” – para Houseman e Severi, como veremos –, a paisagem heurística e metodológica, porém, é a mesma. Em ambos os casos, a tentativa de forjar um diálogo mais direto entre filiais francesas e britânicas é dada através das tradições lógico-analíticas.

As vantagens destes princípios, afirma Leach, ramificam-se em duas vias principais. Por um lado, um menor número de rastros empíricos incrustados no modelo e, por outro lado, a vigência de conceitos mais elegantes e menos carregados. A consequência imediata é aquela segundo a qual se faz necessária uma abordagem que se volte à *generalização, em detrimento da comparação*. Através de um “modelo lógico mínimo”, via

processos indutivos, o ponto é alcançar leis gerais a partir de casos circunscritos, particulares; donde emerge o refrasear de um postulado da linguística e da antropologia estruturalistas: as leis gerais, em sociedades humanas, são as formas relacionais de associação e de identificação – é do “ser humano ser relacional”, afirmaram Houseman e Severi, noutra lugar (1998: 198).

Esta paisagem teórica, que mescla horizontes da antropologia francesa com a britânica, pode ser tomada como o pano de fundo, a partir do qual podemos encaixar a proposta de Houseman e Severi sobre uma teoria do ritual. Neste modelo, o espírito do tempo pragmático, a-representacional, da antropologia contemporânea, tem um forte representante, cujos resultados atravessam a pretérita história da antropologia, como também aponta para caminhos vindouros, muito embora, às vezes, mancos.

Começemos pela pergunta essencial de Houseman e Severi. “Por que a escolha do *naven* para fundar uma teoria do ritual em sua legitimidade própria?”. Embora esta seja uma pergunta simples, ela evidencia coisas além daquelas para que acena, ela reflete o quadro basal dos pressupostos que regem o modelo analítico dos autores, e é a primeira das respostas que Houseman e Severi nos propiciam. A escolha das cerimônias *naven*²⁵ resulta da ideia de que constituem um caso exemplar bom para pensar uma teoria da ritualização, pois oferece, em uma só visada, o estudo de um caso único e simples, mas potencialmente complexo, para construir um modelo mínimo apto a traçar generalizações analíticas. Para Houseman e Severi, as cerimônias *naven*, em termos etnográficos e heurísticos, têm o poder de explicitar, em um primeiro plano, um princípio metodológico capaz de traçar “a rede de relações revelada por

²⁵ O termo *naven* pode ser traduzido como “levar para a visão”, “ir para o público”, “tornar visível”, e, enquanto tal, no plano semântico, traz como consequência a ideia de ação.

uma descrição suficientemente exaustiva de uma situação particular” (1998: 10).

Em termos instrumentais, o trabalho de Bateson é visto como útil, ao oferecer reflexões e conceitos muito afins à qualidade experiencial dos rituais – *a materialidade das ações*. Por exemplo, o tom anti-funcionalista da abordagem de Bateson é um motivo alegado, por Houseman e Severi, como fulcral para se pensar os rituais e, claro, as cerimônias naven. Se Bateson descreve o ritual de um modo tal a fornecer uma refutação a certo funcionalismo – a saber, o que opera através da noção de “função adaptativa”, “satisfação das necessidades”, versada no utilitarismo e no modelo orgânico malinowskianos –, assim o faz, entretanto, enquanto uma crítica à *lógica* e *ao uso* do conceito de função, e não a toda e qualquer ideia de funcionalidade. Na teoria batesoniana, reconhece-se certa validade ao funcionalismo, para o entendimento dos rituais. A crítica centra-se no uso do conceito de função, em dois pontos: quando tomado como se independente dos dois *termos de uma relação*, e, por fim, quando se afigura como uma espécie de efeito adaptativo de um costume, que se traduz como uma confusão teleológica entre causalidade e propósitos particulares – uma espécie de erro lógico que identifica o efeito com a intenção ²⁶.

²⁶ A teoria de Houseman e Severi, enquanto uma proposição programática, que visa sedimentar uma abordagem original para a análise do ritual em seu direito próprio, é composta, como é de se esperar, de um conjunto de questões críticas que passam em revista outras teorias sobre o ritual e, portanto, que apresentam uma série de recusas. Dentre elas, um primeiro conjunto de negativas, ecoando o tom da crítica ao funcionalismo, visa recusar o entendimento do ritual como um instrumento que permite “operar na sociedade a inversão das relações de poder ordinárias”, ou que se traduza como “uma forma socializada da ironia” que subverte, temporariamente, as classificações sociais. Outro leque, de elementos tidos como problemáticos, é o referente às teorias que veem nas práticas rituais “um discurso coerente sobre as propriedades do mundo natural”, ou uma tentativa de solução aos problemas, crises, da vida social: como mostram as mais diferentes etnografias, uma das características mais comuns aos rituais radica-se no fato

Não obstante, o trabalho de Bateson cumpre também um papel positivo, i.e., fornecendo instrumentos conceituais para Houseman e Severi, para além de uma reflexão epistemológica. Em especial, do estudo monográfico de Bateson, observa-se a apreensão dos conceitos de “identificação”²⁷ e de “cismogênese”²⁸; a partir dos quais Houseman e Severi acrescentam a noção de “condensação ritual”. Assim o fazem, porque, segundo os autores, as duas formas de cismogênese não oferecem uma interpretação total do comportamento ritual, mas antes a ideia de “condensação ritual” traduzida na fusão, simultânea, dos dois tipos cismogênicos.

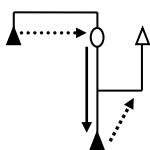
No trabalho de Bateson, para Houseman e Severi, entretanto, há um problema metodológico, trazido à tona com os dados etnográficos recentes. A descrição batesoniana, usando o termo do próprio autor, é *compósita*, que tem como efeito a possibilidade de estruturar uma variedade de performances possíveis, dentro de um mesmo esquema mínimo: a estrutura

de que são fenômenos que evitam a transmissão de mensagens diretas, que recusam a comunicação média. Cf. Tambiah, 1985.

²⁷ Este conceito, fundamental na análise de Bateson (e, por outras vias, por Houseman e Severi), é tomado da teoria funcionalista de Radcliffe-Brown. “Identificação” é “um termo atalho”, um construto lógico, para se referir coletivamente a aspectos estruturais de grande número de detalhes de uma cultura. A ideia de identificação, sendo de ordem lógica, é um termo de ordem relativa, não absoluta. Neste sentido é que Bateson afirma que o parentesco, em sua qualidade estética e experiencial, é o *modo de identificação* iatmul (1958: 36).

²⁸ Na teoria batesoniana, cismogênese emerge como o conceito que visa apreender e interpretar os “processos de diferenciação social”. Etimologicamente, é um neologismo que denota “nascimento de uma separação”. A cismogênese, na teoria do naven, é um “processo de diferenciação nas normas de comportamento individual resultante da interação acumulativa entre indivíduos” (Bateson, 1958: 175), que tende em direção a uma mudança progressiva. Contudo, são processos que, embora envoltos em uma mudança progressiva, não implicam num direcionamento evolutivo, num “ir-para-frente”; antes, a cismogênese é um processo de *alteração*, que pode ser controlado, em alguns casos, e, em outros, contratuados em processo inverso (ibidem: 190). “Cismogênese complementar”, uma de suas formas, constitui-se de um padrão de relações baseado em duas atitudes relacionais *diferentes*; sua contraparte, a “cismogênese simétrica”, por outro lado, tendo uma diferenciação progressiva, é aquela cujo padrão de relações é da ordem de uma competição baseada na *mesma* resposta relacional.

mínima, estando para Bateson, na relação, de parentesco e performática, *laua-wau*.



Modelo Naven – Átomo do Parentesco
Configurações (Houseman, Severi, 1998: 39)
 Identificação e Contradição
 Cismogênese simétrica wau-paidoego;
 cismogênese complementar wau-mãedoego

A dificuldade deste postulado não é de ordem metodológica, dizem Houseman e Severi, e sim de ordem *etnográfica*, no sentido em que muitos detalhes empíricos fundamentais são subsumidos, assim como outros são relacionados sem qualquer critério. Bateson, em sua monografia, combina diferentes elementos e momentos que foram tomados em separado, em díspares ocasiões e escalas, agrupando, sem explicitar esta montagem mosaica, dados dos mais heterogêneos em um único esquema (Houseman e Severi, 1998: 58). É deste fundo que Houseman e Severi argumentam que é necessário extrair uma validade instrumental da construção compósita de Bateson, mas, incluindo nela, traços formais que permitam ao modelo uma unidade mínima que seja compatível com as diferentes manifestações *naven*, porém qualificando, de modo mais apurado, os diferentes e díspares dados etnográficos.

Este modelo “mais apurado” precisa responder outra pergunta importante, a saber: “o que permite que as mais diferentes ações sejam reconhecidas, pelos Iatmul e pelos analistas, como tipos de *naven*?”. Esta é uma questão que, para Houseman e Severi, só permite um tipo de resposta: aquela que é de ordem *sócio-lógica*. É o nível organizacional que, agrupando várias ocasiões cerimoniais, permite definir um conjunto de traços reconhecíveis como *naven*. Porquanto o plano configuracional apresenta uma série de regularidades impostas à ação pelo contexto ritual. Portanto, se a unidade do *naven* é definida por Bateson pela ideia de que há uma *mesma*

função que caracteriza as suas mais diversas manifestações – ou seja, celebrar certos atos, realizados pela primeira vez na vida de um indivíduo –, Houseman e Severi, por outro lado, deixam em suspenso esta definição, para tomá-la noutra direção: a unidade do *naven* é, de certo modo, encontrada na função indicada pela monografia batesoniana, todavia através da definição das relações particulares entre os participantes, que resultam de uma “condensação ritual”. O que permite incluir outras configurações sociológicas dispostas nas etnografias sobre populações *iatmul*, como as *yau-wau*.

O que as cerimônias *naven* fazem, em suas variadas manifestações, não é colocar em cena emoções que são incomuns, antes o que fazem é exagerar, de modo dramático, as emoções e os sentimentos já presentes no cotidiano. Portanto, faz-se necessário trazer à luz “todas as condições formais que governam a prática de um comportamento x” (Houseman e Severi, 1998: 21), que, no caso dos rituais *naven*, geram uma “linguagem bizarra” expressa por atos de travestismo. Entender a peculiaridade do *naven* – e, por consequência, estabelecer uma teoria do ritual – implica tomar sua unidade, não como base no travestismo em si, ou pelas ocasiões de celebração, ou pelo seu simbolismo. Antes, o ponto em questão é o “estabelecimento de uma forma relacional particular”; i.e., a tese segundo a qual o ritual é composto por uma sequência dirigida de comportamento, que é público. O que vigora é o *estabelecimento de um contexto relacional* no qual certas proposições, que contrastam com a experiência cotidiana, podem ser formuladas, mesmo estando envoltas em paradoxos (ibidem: 38).

Para Houseman e Severi o material *iatmul* é ilustrativo de diferentes formas de condensação ritual. O padrão relacional

naven mostra que os homens e as mulheres ²⁹, mais do que afirmarem suas diferenças, competem entre si no ato recíproco de mimeses caricata. É que, visando suas competitividades simétricas, cada lado, simultaneamente, expressa uma série de oposições hierárquicas. O travestismo *naven* faz com que a oposição complementar seja expressa ao contrário, i.e., pela rivalidade simétrica. Este padrão traz consigo um complexo modo de relação, no qual surgem os dois modos de cismogênese intricadamente associados: aí radica a motivação do exagero e da intencionalidade das cerimônias *naven*. O travestismo agrupa simetria e complementaridade, através do vocabulário do parentesco, antes de ser uma espécie de mensagem não-verbal irônica. O que há é “um específico modo de relação cuja marca é uma justaposição sistemática de diferenças” (ibidem: 44); ou em termos outros, uma interconexão dual de oposições, que, por sua vez, revela um dos efeitos principais do processo de condensação ritual – a emergência de *novas* relações sociais. Um aspecto formal que é, ao mesmo tempo, prescritivo e gerativo. Na cerimônia *naven*, há uma série de afirmações contraditórias que são constantemente combinadas em uma única sequência de ações. É o ambiente de uma pressuposição recíproca, que, na forma de uma condensação ritual, agrupa, em sincronia, a “consanguinidade” (cismogênese complementar) e a “afinidade” (cismogênese simétrica). Este tipo de condensação traz uma espécie de síntese paradoxal: em que “A implica não-A”, ou seja, em que A é simétrico e não-A é complementar (Houseman e Severi, 1998: 41).

Esta é uma das grandes contribuições do modelo de Houseman e Severi. A partir da junção da ideia de “condensação ritual”, com os conceitos de “cismogênese” e “identificação” batesonianos, as novas informações empíricas apresentadas

²⁹ Vale frisar a importância da dualidade cosmológica masculino-feminino na região do Sepik, como mostram as etnografias melanesistas.

pelas etnografias da região passam a ser contempladas pelo modelo ritual, mesmo estando presentes outras configurações relacionais naven, para além do “átomo do parentesco” (relação *laua-wau*). Mesmo com uma grande diversidade, permanece um padrão entre as distintas cerimônias: *as relações cumulativas entre identificações sucessivas e antagônicas* – o padrão interativo do *naven* permanece o mesmo. Como dito, atos que condensam relações incompatíveis, de modo paradoxal – i.e., mutuamente exclusivas e necessárias –, são o que conferem o tom comum aos rituais, que é da ordem de um processo gerativo, na medida em que sempre traz consigo uma consequência: a geração de novos modos relacionais ³⁰.

É deste quadro que se observa a tese segundo a qual a rede complexa de relações, *em termos lógicos e instrumentais*, precede qualquer mensagem trocada no curso da cerimônia. A condensação dos dois modos antagônicos de cismogêneses é o que fornece às cerimônias naven sua especificidade formal, o que permite tomar o ritual, via atenção à materialidade das ações implicadas nele, em direito próprio. É, portanto, para o modelo, necessário adotar o ponto de vista da ação, assim como perceber que o contexto ritual subjaz ao comunicativo, para usarmos os termos dos autores. Fator destacado, com ênfase, pelo próprio Bateson, ao afirmar que o significado do ritual é ignorado pela

³⁰ Uma ideia de contra intuição é tomada por Carlo Severi noutros trabalhos (2007, 2004), e é ligada à teorização de Sperber e Boyer sobre o que vem a fornecer uma base para o sucesso de uma ideia, de uma representação. Na teoria de Sperber e Boyer, o sucesso de uma ideia, de uma declaração simbólica, resulta de sua contra-intuitividade, isto é, da sua qualidade de contrariar expectativas. Estar no plano contraintuitivo é o que fornece para as representações uma saliência psicológica. Para Severi, entretanto, a mera existência de uma saliência não basta para que uma determinada representação tenha sucesso, visto que, por exemplo, os sonhos são representações contra intuitivas, porém bastante frágeis e com conteúdos semânticos difíceis. Para Severi, faz-se necessário buscar outra forma de contra-intuitividade, uma que é pragmática, além da que é semântica (Severi, 2004: 818). A contra-intuitividade pragmática emerge como o que permite a persistência de uma ideia, ambígua, paradoxal, justamente, porque é fruto de sua inserção em um preciso contexto ritual: contexto de comunicação privilegiado, em que representações são propagadas, cuja saliência é eficazmente transmitida e preservada – “condensação ritual”.

imensa maioria dos seus praticantes (1958: 129). O que talvez fique mais bem formulado nos termos de um contexto que é *infra-verbal*, como também atentar para o fato de que, por mais que seja distante da comunicação cotidiana, o ritual nunca é *a-verbal*, como, em certos momentos, Houseman e Severi parecem postular.

Ecoando um clima teórico contemporâneo nas ciências humanas, por tomar o ritual em seu direito próprio, emerge como uma espécie de imperativo, segundo os propositores, entender as estruturas da ação, tecer considerações, de modo privilegiado, sobre a performance, assim como sobre as consequências relacionais dos processos de ritualização – a construção da cena ritual em sua materialidade própria. Houseman e Severi localizam, na metodologia, três níveis da estrutura ritual. O mais genérico, como o dos “ritos de passagem”; o mais paroquial, i.e., o linguístico comunicacional. Mas, em específico, faz-se necessário atentar a outro nível que falta à teoria antropológica, sobre o ritual, em geral – o da estrutura das práticas. Ecoando uma característica da teoria linguística francesa clássica, transposta para o plano das ações sociais, uma premissa semiológica é tomada como o que permite entender a “estrutura das práticas”: diz a dupla, não se pode ignorar a feição central das “ações humanas” – o aspecto relacional (1998: 198).

Com esta assertiva, o simbolismo, o adversário mais robusto que a teoria enfrenta, passa a ser envolto em discussões mais detidas. O simbolismo – i.e., noções como conteúdo, mensagem e semântica – é tomado como um dos grandes entraves para o desenvolvimento de uma teoria específica para os rituais. Para Houseman e Severi, as perspectivas clássicas da antropologia são pouco atentas à ação, no mais das vezes resumindo toda uma complexidade ritual ao jogo entre

significado e/ou função expreso através de símbolos ambíguos³¹. No mais das vezes, há nas teorias clássicas um vínculo pouco teorizado, que é de um solo metafísico do analista, entre ritual e religião, patente na ideia segundo a qual sempre há o expressar de uma específica “visão de mundo”, exposta de modo figurado nos rituais, como se não houvesse ritos seculares (como é o caso das cerimônias naven). Ao assim postularem, as teorias acabam por pensar a ação, a performance, como mera tradução de um fundo outro que *é prévio* (cosmológico, simbólico). Este pressuposto apresenta um problema fulcral: apaga-se o elemento central aos rituais, *a materialidade da ação*. Portanto, através de uma crítica às perspectivas que se baseiam em premissas semânticas, os rituais são pensados como estando abaixo do semântico, o que tem(ria) como consequência a necessidade de deslocar os aspectos simbólicos para um segundo momento (no mais das vezes, residual): o dos *efeitos* práticos que as formas relacionais geram.

Cabe ressaltar que um pequeno e importante argumento de Lévi-Strauss, sobre as relações entre ritual e mitologia, é tomado como um argumento central para fundar uma perspectiva pragmática do ritual. Lévi-Strauss (1971: 597-8) diferencia dois tipos de mitologia que acenam para o aspecto ritual, questão etnográfica geralmente pouco abordada em seus trabalhos. Segundo o antropólogo, há “dois modos da mitologia: uma mitologia explícita, que consiste em relatos que por sua importância e organização interna constituem obras plenas, e uma mitologia implícita, que se limita a acompanhar o desenrolar do ritual, para comentar ou explicitar seus aspectos” (Lévi-Strauss, 1993: 83). A mitologia implícita é a forma vista

³¹ Ao enfatizar a pragmática, o ponto é destacar que não há só comunicação, tão explorada pelas teorias clássicas do ritual, mas também uma configuração relacional na qual o que importa é “fazer algo”. Rituais não são inteiramente simbólicos, diz Roy Rappaport (1979), o significado último é um estado de ser, de relações, não de referencial.

como a que tem laços com a ocasião ritual. Contudo, segundo Lévi-Strauss, o ritual deve ser estudado em si, despido de toda mitologia implícita que ele carrega, visto que quando um ritual põe para funcionar uma mitologia, assim o faz menos pelo que diz e mais pelo *como se diz* – em especial, através de traços formais de *repetição* e *fragmentação*. Entendendo o ritual como a instancia social em que a estrutura é destronada do centro, Lévi-Strauss o entende como produzindo o efeito de reduzir, ao mínimo, as distinções críticas do pensamento classificatório, uma espécie de, parafraseando o autor, *ilusão de uma reconciliação de opostos*, que recria a *continuidade* através da *descontinuidade*. É daí que o ritual, para Lévi-Strauss, compartilha um aspecto com a música, ambos situam-se fora da linguagem, embora falte àquele o que a última é prodigiosa em oferecer – uma estrutura grandiosa.

Sem sua mitologia implícita, o ritual é pensado, por Houseman e Severi, como capaz de ser lido como um processo gerativo, pragmático, antes que prescrito por constrangimentos mitológicos estruturais, antes que apresentar a tradução de alguns motivos cosmológicos. As prescrições rituais são vistas como apenas de ordem da organização relacional das práticas, sempre vertidas em um idioma não consciente aos executores dos rituais. Antes que relações simbólicas e cosmológicas, propõem Houseman e Severi, o que se observa é uma rede de interações, entre os participantes rituais, nelas próprias e, por outro lado, as configurações relacionais consequentes – seus efeitos.

Se o estruturalismo, ironicamente, torna-se uma das fontes para fundar uma pragmática ritual em Houseman e Severi – seja por fornecer o átomo do parentesco como unidade formal relacional mínima, seja por pensar a localização dos atos rituais como *fora* da linguagem –, por outro lado, é pouco presente em

suas consequências analíticas. Se, no *finale* (Lévi-Strauss, 1971: 598), Lévi-Strauss destaca a necessidade de distinguirmos entre duas modalidades diferentes de mitologia, não obstante, é no volume mitológico, fora da famosa tetralogia dos mitos do autor, em “História de Lince” (1993), que ele matiza de forma mais refinada a distinção entre as mitologias implícita e explícita, em suas relações com a análise do ritual. Ou seja, se muito é tomado da declaração de Lévi-Strauss apresentada no *finale*, para legitimar empreitadas pragmáticas nas análises dos rituais, nada o é da fundamental complexificação apresentada em seu trabalho posterior (1993).

Ao analisar as versões dos “mitos das cabras nas montanhas” (Lévi-Strauss, 1993: 68-84), Lévi-Strauss constata que se trata de um grupo de mitos que contém um conjunto de *prescrições rituais* (ibidem: 83). Estes mitos, com suas cominações rituais, não colocam em causa a distinção entre os dois tipos de mitologia, contudo a matizam acenando para outras relações com os rituais. Suas versões apresentam duas séries em paralelo, uma que é mítica e outra que é ritual, cuja peculiaridade é o fato de ambas estarem explícitas (ibidem: 84); são mitos, que em *seus conteúdos*, trazem uma lista de ritos cuidadosamente enunciados. Contudo, para Lévi-Strauss, se olharmos em um nível mais profundo, perceberemos que não há uma correspondência direta entre a história contada e os atos prescritivos, já que os atos permanecem, no detalhe, sem motivações claras. Portanto, pode-se afirmar, “o mito e o rito caminham lado a lado, mas se mantêm à distância um do outro e não se comunicam” (ibidem: 84). Estas são versões mitológicas que apresentam um caso no qual é possível falar do elo entre mitologia e ritual, simbolismo e ritualismo, embora não da dependência.

Diz Lévi-Strauss,

o elo entre mitologia e ritual existe, mas é preciso buscá-lo num nível mais profundo. Este trabalho, gratuito em si mesmo, de parcelamento e repetição a que se aplicam os ritos com uma minúcia [...] é apreendido, por assim dizer, como compensação pelo retorno ao estado de natureza imposto ao herói do mito, inserido no meio fluido onde as ideias claras e distintas e as regras da vida social se dissolvem.

Por mais detalhados que sejam, os ritos de caça e de cozimento das cabras poderiam ser multiplicados. Como as imagens de filme cinematográfico examinadas uma a uma, não poderão reconstituir a experiência invisível, exceto em pensamento, de um homem que virou cabra. A menos que, como as imagens do filme, um zelo piedoso produza tantos ritos e os faça desfilar tão depressa que, justamente graças a esse embaralhamento, criem a ilusão de um vivido impossível, já que nenhuma experiência real lhe correspondeu ou corresponderá jamais. (ibidem: 84).

Talvez, vale dizer, o que as cerimônias naven colocam em cena, ou uma teoria ritual precise pensar, é que o referido “zelo piedoso” não seja tão alheio às experiências etnográficas... o estrado do contínuo... Ou para sermos mais diretos, o despir-se da mitologia implícita, para analisar os rituais, mais do que fundar uma paisagem teórica indisposta frente ao simbolismo, à convenção, em favor da pura materialidade das ações rituais, parece indicar, antes, a necessidade de pensar zonas permeadas (mas não reprodutivas de) por mitologias. Zonas em que os elos entre rito e mito, em experiências etnográficas específicas, estão presentes, e não cabe ao analista negar o interesse teórico sobre tais zonas contínuas. O adendo de Lévi-Strauss, em *História de Lince*, pode representar uma sofisticação analítica que evita tomar os rituais como instrumentos sociais que veiculam mensagens e conteúdos claros – uma mitologia – sem com isso, contudo, ignorar possíveis relações entre mitologias e rituais. As relações em um “nível mais profundo”, ou consequentes de um “zelo piedoso” que nenhuma experiência real corrobora, por exemplo, são esboçadas, além de nos mitos das cabras, no sistema de nomeação iatmul que é ligado, de modo direto, a diversas cerimônias naven. Retornaremos a estas questões.

Não obstante, vale ressaltar que a “recusa do simbolismo e de certo teor funcionalista”, no modelo de Houseman e Severi, é em relação às *premissas* e às *consequências* dos rituais, e não ao modo como a configuração ritual é organizada. Ou noutros termos, o que pretendem evitar é o tomar de ideias como *função* e *símbolo*, como instrumentos *a priori* para se pensar os rituais, visto que proceder desta maneira deixaria uma grande parte das cerimônias, dizem os autores, não explorada, ou seja, a própria ação ritual. No vocabulário das teorias processualistas, símbolo e função são efeitos da ação ritual, não seus alicerces. Por isso, também, as cerimônias naven são boas para pensar o modelo dos rituais. São performances que não têm nada de linguístico (Houseman e Severi, 1998: 224), ou, para diminuirmos o exagero da afirmação, são práticas que têm dimensões mais propriamente infra ou supra linguísticas, do que linguísticas. Esta característica, tomada como essência dos rituais em geral, traz como implicação a redução do simbolismo, e uma atenção mais pormenorizada sobre a forma de interatividade. As mensagens veiculadas, por exemplo, são obscuras e contraditórias, no mais das vezes colocando em cena comunicações não proposicionais. Portanto, observa-se a petição pela necessidade de reconhecer a especificidade do ritual, antes que subsumida com pressuposições externas a ele – o que se traduz como o foco na performance, na pragmática. O ponto é o que se faz, não o que se pensa ou o que se diz. Uma busca por respostas através da ideia de *nível organizacional*, só alcançado por uma perspectiva pragmática. Só aí se vê o significado, continua a dupla, só aí se vê a função – como dito, antes que premissas, eles são efeitos paradoxais das configurações relacionais.

O imperativo de dar outro sentido à perspectiva simbólica no ritual já é expresso na apresentação do livro, onde se lê que: “o simbolismo ritual, condicionado pela forma relacional do

rito, é baseado primeiramente em uma constante reinvenção e, depois, na construção de um contexto interativo de um tipo particular” (ibidem: xvi). O trabalho simbólico do rito surge, portanto, como um ato que visa estabelecer novas relações, *a partir de outras existentes*. Mais do que pautar o horizonte na semântica, o norte é sobre os modos nos quais ações tornam-se ritualizadas; e o ponto de partida para qualquer análise ritual passa a ser a forma de interação. Segundo os autores, seguindo Bateson, as análises dos símbolos e das ações, ou dos termos e das relações, não são, necessariamente, exclusivas. Contudo, a tentação de analisar os símbolos, em um ritual, breca a análise das relações (Cf., Bateson: 1958: 282). Por isso, opta-se pela ênfase na pragmática, na materialidade da ação ritual, como um princípio metodológico. Uma contrapartida ao excesso simbolista que norteou, outrora, as leituras dos rituais.

Não obstante, quando saímos do plano das negativas heurísticas para o da *proposição positiva* ao que foi criticado, vemos que o simbolismo para Houseman e Severi transforma-se em uma espécie de *máquina do parentesco*, na qual há o “infinito espelhamento de diferenças que dá amplitude a uma forma particularmente elementar de simbolismo” (ibidem: 136): a saber, o estabelecimento de relações com a emergência de símbolos que são partes fundamentais na definição de características de uma identidade pessoal. Na condensação ritual, cada protagonista, por si e em si mesmo, representa o outrem; i.e., cada tipo de comportamento simboliza o oposto-complementar, gerando uma associação paradoxal de duas configurações virtuais incompatíveis, fundada na inversão de dois vínculos, de parentesco, constitutivos do ego. Uma espécie de troca, na qual, em um idioma do relacionalismo, cada um faz do outro o depósito de uma caricatura da *própria* identidade.

Pode-se dizer que a teoria simbolista de Houseman e Severi constitui-se de uma espécie de decantação de uma

proposta da antropologia cognitiva de Sperber e Boyer. Segundo estes, no contexto ritual o que há são aspectos não-proposicionais do simbolismo. Quando “a mente falha em conceitualizar um fenômeno”, a faculdade da imaginação, entendida em termos kantianos, entra em cena como a forma de atuação do simbolismo. A simbolização torna-se uma faculdade da cognição que, quando se depara com fenômenos cuja racionalização não tem eficácia, por exemplo os rituais, faz uso da imaginação que, embora menos sistemática e estruturada do que a racionalidade, retroalimenta e permite conceitualizar os fenômenos ambíguos (dos rituais). O simbolismo, portanto, é subsumido a uma função secundária, mas indispensável, de uma espécie de perspectiva arquetônico-cognitiva. A imaginação e o simbolismo são teorizados como mais instáveis do que a linguagem racional, já que requer uma constante reinvenção, já que qualquer declaração tem seu valor simbólico dependente da posição que ocupa, e não do conteúdo que veicula. Entretanto, a perspectiva de Houseman e Severi visa um passo além, contra esta espécie de paradoxo “simbólico-semântico-cognitivo”, apresentado por Pascal e Boyer. Ou seja, há a busca por uma teoria que leve a cabo uma reflexão *pragmática do paradoxo*, antes que semântica³² – donde, como dito, emerge o ritual como a seara capaz de fundar este desiderato³³.

Nos termos de Houseman e Severi, “aprender a executar o naven necessariamente envolve aprender a produzir, com

³² A “imaginação” em Kant, segundo a leem Houseman e Severi, é uma faculdade que possibilita uma intuição de algo, sem que este esteja presente para contemplação da racionalidade (1998: 237). A imaginação pode assumir duas formas de operação; ela pode ser produtiva quando exercida espontaneamente, quando regida exclusivamente por regras do intelecto; ela pode reprodutiva quando o conteúdo da representação obedece a leis empíricas de associação, i.e., não é governada por princípios *a priori*, e sim pelo *jogo livre* da faculdade da imaginação.

³³ O problema é que é possível pensar o paradoxo também em termos semânticos, sem com isto postular uma teoria kantiana da imaginação. Como faz Schrempf (1992), é possível pensar e apreender os paradoxos, de modo também semânticos, sem com isto aderir a um simbolismo visto como mecanismo secundário da racionalidade, tal como teorizado nos trabalhos de Pascal e Boyer. Voltaremos a estes pontos.

significados muito rudimentares, um simbolismo no sentido primário da palavra” (ibidem: 250) – a saber, símbolo, qualquer coisa que toma o lugar de algo para designá-lo. Transportando este princípio semiótico para o plano sociológico, i.e., para o plano relacional do *naven*, que a teoria pensa os protagonistas rituais como capazes de produzirem símbolos através das relações condensadas em que cada um toma o lugar do outro, o invertendo. Assim, as cerimônias *naven* são contextos que produzem símbolos, no sentido em que cada protagonista toma o lugar do outro para designá-lo.

A tese pode ser resumida nas seguintes formulações etnográficas. Há um estabelecimento gradual de uma rede de relações (de parentesco) modificadas em torno do ego – e “dentro desta rede, tal ação torna-se simbólica” (ibidem: 251). É que o simbolismo do *naven* é percebido como radicado nas relações de parentesco; ou seja, “o *naven* abre a esfera da parentela [*parenthood*] para a do parentesco” (ibidem: 257). O simbolismo através da ação *naven*, usando as “diferenças sexuais na base da família biológica”, faz-se presente em um campo sociológico mínimo: o que marca a fronteira entre a família nuclear e o campo da troca de noivas do parentesco. É neste sentido que não há uma clara dimensão representativa, já que antes relacional-sociológica, muitas vezes pautada a várias situações particulares, plurais. A condensação ritual faz das e com as relações de parentesco preexistentes outras relações, gerando novas roupagens simbólicas.

Para Houseman e Severi, as cerimônias *naven* são bem variadas, mas guardam uma mesma morfologia,

“de um lado, ele [o ritual *naven*] envolve um estabelecimento gradual de uma forma relacional específica: uma condensação de relações incompatíveis nominalmente envolvendo a associação interdependente de dois tipos de cismogêneses, a simétrica e a complementar. De outro lado, esta

forma é estabelecida sobre a base de um único campo relacional: aquele que, procedendo a partir do postulado da *reprodução sexual*, define a identidade de um ego (masculino) num contexto de parentesco” (ibidem: 222 – grifos nossos).

Neste excerto, além de vermos a forma como o naven é traduzido no modelo, é possível também ver o pressuposto não questionado de uma espécie de estética do parentesco, pan-genérica, versada no dualismo *afinidade-consanguinidade*. A chave para esta interpretação é o fato de que os autores reconhecem, no material iatmul, um potencial para lançar luzes outras sobre o “átomo do parentesco” (1998: 39), tal qual proposto por Lévi-Strauss (1976) ³⁴. O ponto é que, em termos formais, o átomo do parentesco é idêntico ao esquema, utilizado por Bateson, para explicar o naven, através das relações *laua-wau* (ver pg. 7) ³⁵. Grosso modo, nas cerimônias naven, a relação entre o tio materno e o sobrinho é, predominantemente, complementar, contudo ela também possui características simétricas. Já a relação entre cunhados – que, em termos teóricos, é simétrica –, por sua vez, é temperada pelo aspecto complementar, introduzido pela aliança assimétrica. O naven, entretanto, não pode renovar laços entre afins particulares, antes o que ele faz é criar condições futuras para a formulação de um tipo de casamento específico. É uma cerimônia que dá condições para estabelecer uma relação social complexa, um laço classificatório matrilinear entre dois indivíduos. A relação *laua-wau*, portanto, é, embora vertida em atos prescritivos, um produto, um resultado. Em termos mais gerais, o naven, enquanto uma forma ritual de parentesco estendido, é interpretado como vetor de uma variedade de constrangimentos

³⁴ As cerimônias naven nada mais são, diz Bateson, que casos exemplares da cultura Iatmul e sua propensão ao visual, ou mais detidamente – ao pensamento *estético-parental* (1958: 226).

³⁵ Como na teoria clássica do parentesco, as relações iatmul *laua-wau*, e as derivadas, constituem versões do avunculato, a relação especial entre sobrinho e tio materno, que trazem consigo, em termos lógicos, relações que implicam quatro termos: o irmão, a irmã, o cunhado, o sobrinho.

formais que determinam, aos seus modos, a progressão através do tempo de um conjunto de relações centradas sobre questões de identidade e de diferença (ibidem: 117). Conjunto de relações que reúnem, agrupam, mas não para criar um ponto de equilíbrio (teoria de Bateson), e sim para gerar condições para a criação de uma nova relação, a partir dos ditames da consanguinidade e da afinidade.

Resumindo o que foi dito, a ação ritual condensa uma série de relações opositivas entre os sexos; entre princípios cognáticos e agnáticos; entre cópula e assassinato; entre procriação e ancestralidade totêmica. O estilo do naven, portanto, é visto como condensações destas oposições em uma dinâmica, i.e., em uma forma relacional, que traz consigo a condensação dos modos antinômicos de cismogêneses, e que mobiliza as energias sociais para o típico travestismo caricatural. É assim que a teoria implica pensar o naven *na base do campo relacional ligado à família biológica, à procriação, que abre o reino do parentesco doméstico para o do parentesco classificatório.*

Pensar o simbolismo como produto, *um efeito da máquina do parentesco*, traz consigo alguns problemas, além daquele da transposição lógica, sem qualquer mediação, da definição do símbolo para o plano sociológico. Uma primeira dificuldade é que a forma como o “simbolismo parental” é expresso no modelo carrega e pressupõe várias dicotomias, no mínimo, muito problemáticas. Como é o caso de um pressuposto metafísico, não escrutinado, a saber: a dicotomia entre *natureza* e *cultura*, expressa por meios das categorias *consanguinidade* e *afinidade* enquanto portadoras de *conteúdos semânticos universais*. Um uso não crítico, i.e., metafísico, das categorias “consanguinidade” e “afinidade”, como se carregassem *conteúdos semânticos aplicáveis a toda*

manifestação etnográfica ³⁶. Um problema que é de ordem linguística, já apontado por Leach (1974), que ironizava o uso dos termos da língua inglesa como se fossem um padrão para se pensar outras realidades etnográficas: assim como “patrilinearidade” e a “matrilinearidade” não são parâmetros necessários a qualquer conjuntura, (Leach, 1974: 17), também são os conteúdos semânticos universais atribuídos, por Houseman e Severi, para as categorias *consanguinidade e afinidade*. Porém, ser contra o pressuposto de um conteúdo *semântico* universal à divisão consanguíneo-afim, não precisa trazer consigo a proposição de um relativismo extremo, ou de uma "ontologização" do conhecimento – antes, somente, uma atenção mais cuidadosa aos dados etnográficos, i.e., uma inspeção mais crítica à metafísica inerente a qualquer conceito do antropólogo. Problematizar o conteúdo da dicotomia é, antes e somente, ter uma consciência crítica e comparativa dos legados metafísicos implicados na análise, i.e., não traz em seu bojo um franco relativismo como se abandonando, por exemplo, o substrato universal da natureza (seja lá o que isto pode vir a significar), ou derivados.

E. Viveiros de Castro, ao buscar fundar uma análise do parentesco que seja sensível aos aspectos processuais – um parentesco sensível aos usos pragmáticos, mas sem navegar na pura prática –, problematiza esta atribuição universal de conteúdos às categorias. Para o autor, atento à peculiaridade desta dicotomia nas teorias (biológicas e juristas) do parentesco, sempre haverá algo de dado, como também algo construído

³⁶ Por exemplo, é a partir deste elemento que Silverman crítica o modelo ritual, pelo fato de pressupor relações discretas entre os sexos, algo que seria problemático na melanésia, como mostram as mais distintas análises. Se a resposta de Houseman e Severi é convincente, por um lado, ao afirmarem que há diferenças entre níveis analíticos, pois quando se olha para os efeitos e os usos da “condensação ritual” há um quadro relacional em que a divisão diacrítica entre os sexos está presente e de modo eficaz; por outro lado, permanece inalterado o fundo teológico euroamericano ao não problematizarem o dualismo natureza-cultura, consanguinidade-afinidade.

(pelas práticas), nas teorias nativas de parentesco; contudo, uma torção, que é uma precaução etnográfica, é ter em mente a ideia de que o que é tomado como *dado* pode variar, *não há um conteúdo universal*, pois, em um trocadilho, a única certeza que se tem é o fato de que “o que é dado é que haverá sempre algo construído *como* dado” (2002: 406). Assim, se é possível notar a manutenção de um dualismo consanguíneo-afim como uma forma heurística e metodológica por Viveiros de Castro, por outro lado, não há um postular de, sob os princípios da *consanguinidade* e da *afinidade*, universais semânticos. Portanto, os termos consanguíneos e afins, não veiculam um conteúdo universal, aparecem como casas vazias, aptas a serem preenchidas, etnograficamente, em cada contexto ³⁷. A implicação mais imediata destas ideias é a problematização da qualidade *a priori* do átomo de parentesco, já muito inspecionado criticamente desde Schneider (1968, 1972), em um matizar menos universal, quer dizer, mais etnográfico. Assim, não há uma recusa da distinção metodológica, mas sim do conteúdo universal atribuído a cada polo ³⁸.

De ordem irônica é o fato que, recusando quase por completo a semântica do modelo ritual (lógico-formal), Houseman e Severi postulam um conteúdo essencial, i.e., *semântico*, como fundante de todo o ritual, de toda ação humana, que, relacional, é geradora de um *simbolismo calcado no parentesco essencial da família biológica*. Tal quadro é difícil manter sem questionamentos: ao seu modo, um fundo teológico adere à teoria do ritual de Houseman e Severi. A pragmática, de modo indicativo, entra em um curto-circuito

³⁷ Por exemplo, o autor propõe que, na Amazônia, o que é dado é a *afinidade*, ao passo de que o que é construído é a *consanguinidade* (i.e., os laços consanguíneos constituem os elementos que a agência humana precisa atualizar).

³⁸ Para uma discussão mais matizada sobre o horizonte – o da crítica às “teorias do parentesco” historicamente ligadas às noções euro-americanas jurídicas e biológicas – a partir do qual emergiram estas questões, ver: Schneider (1968, 1972), Strathern (2005), Viveiros de Castro (2002c).

conceitual, precisamente, quando há uma tentativa de teorizar o simbolismo paras os rituais – diríamos, nós, por ora, o esquadro do espírito do tempo da antropologia parece girar: em espasmos.

Nos dados etnográficos iatmul, base empírica do modelo, é possível perceber a presença de elementos simbólicos, que não são resultados, efeitos, da condensação ritual naven operada através da máquina de parentesco – como são os traços de mitologias implícitas explicitadas através dos atos de nomeação que geram relações. As relações verticais do parentesco também precisam ser apreendidas por um modelo, o que torna imperioso atentar, antes mesmo das ações, para aspectos que são de ordem mitológica, cosmológica: ainda mais, se há na teoria uma abordagem simbolista versada em uma espécie de *parentesco estendido*, a partir do material iatmul. O modelo formal mínimo não pode eximir-se da necessidade de cobrir relações basais deste parentesco, que incluem direcionamentos horizontais e verticais.

O que nos leva a outro problema, decorrente deste acima referido. A não reflexão sobre memória ³⁹, dada uma conjuntura etnográfica em que há uma forte presença de identificações verticais entre parentes e ancestrais, é uma ausência que faz falta ao modelo. Algo ainda mais curioso caso se tenha em mente o fato de Carlo Severi ter uma rica e engenhosa abordagem sobre o tema (2007, 2009). Talvez algo só explicável pelo fato de que um atentar para a memória, no modelo, implica pensar seriamente o parentesco vertical, o que, além de colocar a categoria “tempo” dentro do modelo, possibilita um caminho totalmente oposto para o simbolismo veiculado pela teoria de Houseman e Severi – inclusão de “mitologias implícitas”.

³⁹ A memória é pouco levada a cabo no modelo de Houseman e Severi. Entretanto, é necessário dizer que Bateson vale-se de Samuel Butler, ao tentar interpretar a erudição dos *grandes homens* iatmul, apontando para o fato de que, para entender o funcionamento da memória, faz-se necessário entender que o inconsciente não só é composto de materiais dolorosos que a consciência recalca, à medida que contém vários materiais familiares, como, por exemplo, o hábito e a cosmologia.

Entretanto, entre uma fidelidade ao modelo ou aos dados etnográficos, sabe-se bem qual lugar deve, idealmente, o antropólogo ocupar. Não é possível ignorar os dados etnográficos que apresentam a “erudição iatmul”, o sistema de nomeação ligado à cosmologia totêmica, fulcrais para as performances naven. Se a teoria de Houseman e Severi é positiva ao fundar um conjunto de análises formais e práticas, assentadas na série de identificações e de relações do parentesco, por outro lado, a ausência do aspecto vertical constitui uma carência problemática – para sermos repetitivos, ainda mais quando uma teoria do simbolismo é pensada como resulta dos efeitos relacionais do parentesco. Para darmos um pequeno exemplo, não é possível ignorar o fato de que as crianças recebem nomes de ancestrais totêmicos maternos, em cerimônias naven, assim como a centralidade que os nomes têm na região do Sepik – fator este reconhecido por Houseman e Severi (1998: 51), entretanto sem tirar as devidas consequências destes dados etnográficos centrais.

Uma importante contribuição da dupla é a releitura dos dados etnográficos recentes que mostram a centralidade e a constante participação das mulheres nas cerimônias naven – algo ausente na obra de Bateson. É uma contribuição importante, mas, também, em outro sentido, já que possibilita desmontar o próprio modelo proposto, que, ao criticar as escolhas de Bateson, tenta ocultar suas próprias escolhas também devedoras de um silenciamento sobre aspectos etnográficos centrais. A participação das mulheres, por exemplo, nos contam os autores, é vigorosa nos casos em que a tia paterna (*yau*) atua como protagonista, ou nas cerimônias naven centradas na mãe do ego. O ponto não é o de uma grande disparidade entre os dados empíricos de Bateson e os trazidos à tona com as etnografias recentes, e sim o fato da *escolha* de Bateson em centrar o trabalho só na relação *laua-wau*. Como

mostrado pelos recentes trabalhos no Sepik, há várias performances naven com o tio materno e as esposas do irmão mais velho.

Na performance naven, em que a tia paterna (*yau*) é protagonista, é possível notar outras formas de travestismo e a presença de outras personagens ocupando o lugar central (ibidem: 60). Nestes rituais, observa-se uma relação de simetria interna, representada pelas duas figuras travestidas, a saber: o tio materno e a tia paterna. Este quadro coloca em cena a identificação da irmã do ego com suas tias paternas; apresenta também as relações *laua-wau*, necessariamente, implicadas pela relação particular entre o tio materno (*wau*) e a tia paterna (*yau*). Tal caso, como outras manifestações naven, engendra uma ligação entre campos de relações contrárias, i.e., mais um exemplo de condensação ritual. O que emerge é o fato de que a ação ritual, de modo progressivo, torna-se marcada por uma clara divisão entre o conjunto de parentes classificatórios. Esta informação sociológica implica no reconhecimento de que o papel da mulher não se constitui como um mero divertimento, ou algo de menor importância, já que, justamente, são elas que possibilitam a reorganização e a geração das relações rituais, por meio da divisão do parentesco. Houseman e Severi notam que a relação *laua-wau* é baseada em uma interconexão lógica, que é dada anteriormente entre dois confrontos: a saber, o do *laua-wau*, de um lado, e o do *wau-yau*, de outro. A presença de uma “justaposição conflituosa de dois laços específico-generalizados de filiação ligando o ego a dois conjuntos opostos de *ancestrais*” (ibidem: 65 – grifo nosso).

O mesmo padrão morfológico é possível notar, com nuances outras, nos casos da performance com os dançarinos mascarados e os nomes potencias a serem recebidos pelo ego, pelo sobrinho (*laua*). Calcados na interpretação do parentesco estendido, via ação ritual, e na importância do átomo do

parentesco, Houseman e Severi (querem) ecoam(r) uma canônica tese de Lévi-Strauss, na medida em que “a participação do *wau* no *naven* forma parte de um processo estrutural e coletivo cuja significado vai além dos laços de relações interindividuais” (ibidem: 83).

Contudo, pensando as consequências conceituais e interpretativas do próprio modelo, uma indagação importante emerge. Por que Houseman e Severi reconhecem a presença e a importância das mulheres, mas não a dos ancestrais – os mortos e as relações verticais do parentesco – que, embora mencionados e presentes na análise, não são tomados em todas as suas consequências na interpretação? Esta escolha, para citar a dupla contra ela mesma, traz consigo um silenciamento que restringe, consideravelmente, a “significância sociológica das cerimônias *naven*”. É necessário tomar mais a fundo, no modelo, as implicações relacionais verticais, caso se busque uma efetiva teoria sobre o simbolismo, através de uma espécie de máquina do parentesco – mas, ainda mais, caso não se queira ignorar o material etnográfico.

Tal crítica é possível ser mais clara, caso acompanhemos a interpretação que Houseman e Severi fazem das cerimônias *naven* que são centradas na figura da mãe do *laua*. Como mostrado pelas etnografias recentes, a mãe é uma figura fulcral para a eficácia dos *naven*. Nestes rituais, a dança da mãe, de uma ora para outra, torna-se abrupta, lasciva e frenética. Nas danças maternas, como Houseman e Severi bem reconhecem (1998: 123), há uma referência ao *simbolismo animal* e à *representação dos ancestrais totêmicos*, visto que “é através da dança da mãe que o ancestral totêmico aparece no *naven*” (ibidem). A dança combina, na figura da mãe, em sua imagem ritualizada, “a metamorfose animal” referenciada, também, a plantas e a uma sedução mítica incestuosa (ibidem: 125). A

figura da mãe revela a si, frente ao filho, a encarnação de um *ancestral* totêmico, através da ambiguidade entre o amor materno e a agressão sexual. A condensação ritual resultante é expressa, de modo mais claro, na afirmação ritual da mãe de três enunciados antinômicos, a saber:

“aqui está a vulva de onde você nasceu”;
“eu sou o ancestral”;
e, por fim, “olhe para mim! É isto que você é: o animal ancestral!”

Este ritual, dizem Houseman e Severi, reconstrói a origem do *laua* em torno de um simples fio: o vínculo que o liga à sua mãe, que é ela própria o ancestral mítico. Uma nova configuração emerge desta condensação ritual, que ultrapassa a configuração que Bateson traçou, ao limitar-se à relação *laua-wau*. Além do vínculo mãe-filho (que é cotidiano), invertido no rito por meio de uma apresentação ritual pública contraditória, há também o vínculo que liga o ancestral totêmico materno ao jovem *laua*, que carrega o seu nome. Portanto, este naven acaba por designar duas cerimônias, a um só tempo: o travestismo sexual e o travestismo totêmico, em que cada um refrata um único centro – a origem da criança. Cada extremo engendra duas metamorfoses, a do *wau*, como uma mulher descarada, e a da mãe, como um animal sedutor e devorador. Estas metamorfoses estão a serviço de uma série de identificações iatmul; a saber, entre: humano, sexualidade, origem social (conflito de dois grupos) e origem ancestral. É assim que a imagem ritual da mãe não passa de uma intrincada, para Houseman e Severi, superposição *sincrônica* de variadas imagens.

A questão latente que fica é por qual motivo há um atenuar da verticalidade do parentesco, expresso nos vínculos com a ancestralidade, em favor da lateralidade e do sincronismo? Como uma rápida inspeção nos permite ver, as identificações do ego com ancestrais são lidas, pelo modelo de Houseman e Severi, como uma dupla vinculação formal, dada

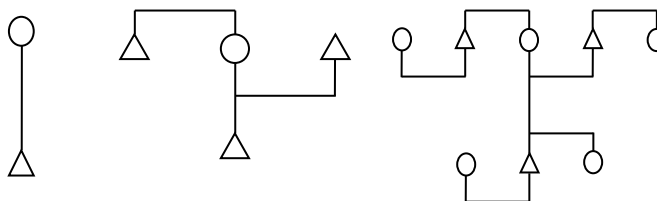
de modo sincrônico – a um só tempo, em condensação paradoxal, dizem os autores, há uma superposição de variadas imagens. Não há a admissão de qualquer *efeito de escala de tempo*, no modelo. Outra pergunta consequente, é por que o simbolismo latente (mitologia implícita), destas formas convencionadas – já que se fala de metamorfoses como ligadas a significados culturais anteriores à prática ritual em si –, é apresentado como se uma pura pragmática relacional, mas usado para defini-la? Ironicamente, o “naven da mãe” entendido como a grande lacuna do estudo monográfico de Bateson e uma grande contribuição do trabalho de Houseman e Severi, é também o que permite pensar outros caminhos para o modelo ritual dos autores; ou melhor dizendo, é o que permite traçar outros desenvolvimentos a partir das implicações que o próprio modelo acena, apenas, de modo embrionário.

Como se viu, o simbolismo na teoria é visto como aquilo que advém dos efeitos resultantes de uma específica condensação ritual, calcada no parentesco e na *família biológica*, dada em certa configuração relacional (ibidem: 64). Ora, se a expressão ritual do naven da mãe apresenta “duas formas de filiação ancestral”, estas formas necessitam ser desenvolvidas, em suas consequências, pelo modelo: as “identificações” verticais paradoxais condensadas. No naven, a identificação matrilinear e patrilinear, se tomarmos o encaminhamento proposto, obedece ao “princípio da caricatura recíproca”; uma série de identificações cumulativas que implica no reconhecimento do outro, parodística e ironicamente, de modo implícito. Se “através da performance ritual, o parentesco materno e o parentesco paterno são representados como indissociáveis” (ibidem: 65), é indissociável (também) tomar mais a sério a relação vertical implicada pelos dados etnográfico, já que se observa uma *associação mitológica com os seres e suas transformações ancestrais, expressos em vários*

componentes do mundo material e postos para trabalhar nas performances rituais. Aqui, lembremos Lévi-Strauss, está à espreita uma relação entre ritual e mitologia, em um “nível mais profundo”, que exige tomar a confusão contínua mais a sério.

Com isto não se faz necessária a proposição de uma leitura agnática do parentesco, tão contestada e de difícil aplicação ao contexto melanésio; mas, muito menos, faz-se necessária uma perspectiva cognática, como face oposta de uma mesma moeda. O ponto é antes o da identificação, para ficarmos com Bateson, na qual o que está em jogo é o fato de que o ego, no caso, o *laua*, recebe de seu pai um ou mais nomes ligados às figuras totêmicas do clã patrilinear do qual faz parte. Uma identificação que não traz consigo genealogias fortes, nem grupos corporados, mas somente a necessária – i.e., etnográfica – relação vertical do parentesco, expressa ritualmente nas cerimônias *naven* – como também ocorre nos casos do *naven da mãe*.

Os três modelos relacionais do *naven* (Houseman, Severi, 1998: 218). Cabe à interação específica direcionar a condensação ritual para uma das configurações relacionais. O primeiro é o modelo da ancestralidade, posto pelo *naven da mãe*; o terceiro é o *naven* do primeiro assassinato; o segundo é o modelo clássico, posto por Bateson, que reverbera o átomo de parentesco. Michael Houseman e Carlo Severi argumentam pela necessidade de pensar estas configurações como em um contínuo, cujos polos são, apenas, uma configuração específica, gerada pela condensação ritual, mas que remetem sempre ao modelo central, o do avunculato.



O sistema de nomeação, portanto, é básico, não só para as cerimônias naven, como também para o parentesco iatmul. A transmissão de nomes paternos é regida pelo princípio da *alternância entre gerações*, dentro de um sistema de *diferenciação segmentária*, em que o uso correto dos nomes é algo marcado e presente nas cerimônias naven⁴⁰. Portanto, levando a cabo as implicações do modelo de Houseman e Severi, a materialidade da ação ritual, a condensação ritual e a produção (efeito) simbólica são consequentes e ligadas com o sistema de nomeação iatmul – um sistema que, em termos etnográficos, é da ordem do parentesco, do ritual e do simbolismo (mitologia). Se Bateson ignora a presença incontestável e fundamental das mulheres nos rituais naven, Houseman e Severi ignoram a presença vertical e ancestral dos mortos: problema que se liga àquele outro, o da atribuição universal de um conteúdo semântico para as categorias consanguinidade e afinidade.

A diferença entre os dois conjuntos de nomes, o paterno e o materno, reside no fato de que o primeiro liga-se à vida cotidiana, e o último é a uma “relação especial com o outro mundo”. Noutros termos, os nomes paternos funcionam como marcadores que diferenciam macro grupos, ao passo que os maternos servem para identificações com o transcendente. Diz a dupla, vejamos bem, “as relações paterna e materna, mediadas pela atribuição de nomes totêmicos, referem a diferentes aspectos da pessoa” (ibidem: 68). As linhagens e os grupos

⁴⁰ O sistema de nomeação constitui uma das características mais salientes da monografia de Bateson, embora nem sempre tomado em todas as suas consequências. Fenômeno que, conforme mostram etnografias da região, é bem frequente no Sepik. Os atos de nomeações são correntes e constantes, entre os Iatmul, excetuando as cerimônias de *iniciação exclusiva* que independem, mas não por completo, do sistema de nomeação (Bateson, 1958: 228).

clânicos afirmam suas identidades uns contra os outros, através de nomes *ngwai* (ancestrais totêmicos paternos); em contrapartida às relações mediadas pelos nomes maternos, que reconhecimento a identidade dos outros como seres individuais. Vale também dizer que os nomes paternos estão sujeitos a disputas públicas, e os maternos, ao contrário, são usados em segredo (além de ecoar uma linguagem que é mais próxima à bruxaria).

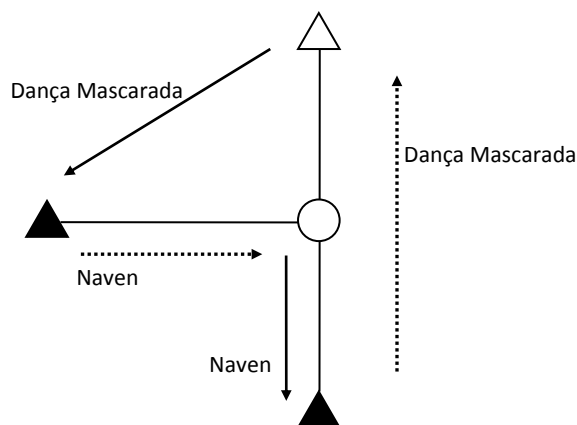
Não é possível ignorar a afirmação de Bateson, e também de Houseman e Severi, que, na organização social, o nome materno tem uma importância secundária, mas que, contudo, tem um papel fundamental na *atualização dela através dos rituais*, i.e., “o sistema paterno de classificação depende de sua perpetuação sobre relações maternas” (ibidem: 69). Assim, em fusões paradoxais, a preeminência das relações uterinas é torcida duplamente: de um lado, como sistema de nomeação, identifica o ancestral uterino que constitui a referência totêmica do *patri-clã* (embora o sobrinho carregue o nome público e a *máscara* paternos para a vida); de outro, expresso na dança mascarada do *naven*, são os descendentes uterinos que encorpam e dão vida às máscaras que representam as referências totêmicas dos seus tios maternos ⁴¹. Pelo sistema de nomeação, vertido em relações de identificação verticais, é que o *naven* envolve um travestismo sexual do *wau*, e que a dança mascarada envolve um travestismo totêmico do *laua* (ancestral, planta). Nestes casos, não se opera uma recíproca suposição dos sexos – modelo de condensação padrão do *naven* –, e sim uma lógica construída em *novos* termos, precisamente, com ancestrais totêmicos.

As relações uterinas duplamente torcidas. O que estes dados mostram – e pela descrição fornecida pelo modelo mesmo de Houseman e Severi – é a *impossibilidade de tomar*

⁴¹ Por exemplo, na dança, o *laua* diz para o *wau*, ‘eu sou você’.

unicamente o plano geracional do próprio ego, como a cena matriz das condensações rituais. Retornaremos a estas questões mais à frente, através dos materiais manambu (Harrison, 1990).

Para darmos mais exemplos etnográficos, a transmissão do conhecimento para o *laua* assume alta importância nos debates formais entre os Iatmul. É um conhecimento esotérico recebido pelo *laua* do *wau*, em cerimônias naven, que potencialmente pode representar um fator fundamental no estabelecimento e na manutenção de sua posição de prestígio-influência na aldeia. É uma modalidade do sistema de alianças, *afinidade* no curso geracional da vida do ego, operada pelo eixo vertical do parentesco e pelos rituais naven, *verticalidade* referida a um quadro mitológico e simbólico prévio através do sistema de nomeação.



Modelo Ancestral (Houseman, Severi, 1998: 71)

Presença de um travestismo ancestral do *laua*.

Dança mascarada / Naven da Mãe: estabelecimento de uma relação recíproca entre referências paternas e maternas.

Ausência do efeito de “escala de tempo” no modelo.

O que nos remete à centralidade que a morte assume na cosmologia do naven, assim como o fato de que ela pode ser

pensada como um tema oculto das cerimônias *naven*⁴². A mitologia *iatmul*, apresentada de modo sofisticado e rico por Houseman e Severi, pensa os humanos como resultados de uma diferenciação gradual, em que o crocodilo é o pai ancestral de todos humanos. Tudo que existe no mundo atual, não primevo, é visto em dualidades, devido à ambiguidade consequente da existência de dois sexos; contudo, a categoria dos ancestrais é uma espécie de terceiro termo, totem animal-planta, acima das diferenças diacríticas entre os sexos, na medida em que é sempre pensada como em movimento, capaz de engendrar uma “provisória cristalização da dualidade” (séries de termos opostos), uma metamorfose, no sexo ou nas espécies. Assim, leem Houseman e Severi, a metamorfose entre os *Iatmul* é sempre constituída de signos sobrepostos. Foi por meio de um processo longo, doloroso, que o mundo atual surgiu; uma etapa refletida do estado primevo, do estado da escuridão (pré-nascimento). Os ancestrais femininos são os mais importantes produtores, fornecedores, dos elementos da cultura, mas, também, são seres aproximados do canibalismo. Na mitologia, as mulheres sempre estão em guerra com os homens. O próprio corpo feminino é um órgão sexual concebido como uma “armadilha mortífera” para o homem (Houseman e Severi, 1998: 131).

É deste fundo que a transformação é pensada em dois níveis, pois sempre por detrás da animalidade, há a *ancestralidade*. É sintomático o fato de que é só traçando analogias com a mitologia *iatmul* que Houseman e Severi conseguem justificar a classificação da dança mascarada como um *naven* – só postulando na análise *uma primazia da mitologia implícita frente à materialidade das ações rituais*. Parece, pois, este ser o caso em que uma fração de elementos “simbólicos”,

⁴² A identificação, por exemplo, com a linhagem materna (o que Houseman e Severi querem resgatar) é, geralmente, mais ligada ao nascimento e à morte, ao início e ao fim da vida.

“significativos”, “semânticos” – ou melhor, elementos de uma “mitologia implícita” – no modelo, vem antes das ações executadas no ritual, assim como se vê uma preeminência das relações verticais do parentesco sobre as laterais. A mãe, como uma “transformação em duas fases”, parece transformar duas vezes *o modelo*: primeiro, ao apontar para um “significado” mítico anterior à ação ritual, segundo, ao clamar por tecer as identificações necessárias que os ancestrais colocam em cena, diacronicamente, ao traçar redes de relacionalidade verticais, através do sistema de nomeação iatmul.

Resumamos os dados etnográficos que baseiam a nossa crítica. Um dos traços diacríticos iatmul é o que Bateson chama de “estimulação cultural da memória” (1958: 222). Um ancião especialista, um homem iatmul erudito, traz consigo um saber que varia entre dez e vinte mil nomes e extensos totens fundamentais para as identificações e cismogêneses nas cerimônias *naven*. Nos debates, a pessoa erudita é estimada, já que o número de canções e nomes possuídos por um clã, acrescidos da habilidade de citá-los com detalhes, é uma das fontes de autoridade, poder e prestígio ⁴³. Os nomes são compostos por quatro a seis sílabas e, de modo preciso, referem-se detalhadamente ao conhecimento mitológico: portanto, “cada nome tem ao menos um *lastro de significado*” (ibidem: 222 – grifos nossos). Os nomes são agrupados em par, cada membro do par implica e agrupa seu contrário. A simples alteração de

⁴³ As casas cerimoniais são reservadas, em especial, para debates, no mais das vezes barulhentos, raivosos e irônicos, voltados para a resolução de injúrias, acusações de feitiçaria, para discussões sobre o sistema de nomeação. Além do prodigioso orgulho pessoal do sujeito iatmul, as casas cerimoniais também permitem notar o orgulho, que cada indivíduo tem, dos ancestrais clânicos, haja vista que o sistema totêmico permite, para cada membro, um conjunto de materiais para auto congratulação, afirma Bateson (Cf., Bateson, 1958: 127). A técnica do debate, por exemplo, sobre o estoque de nomes totêmicos, é vertida menos em um sistema mnemônico almanático, e mais em um “pensamento estético parental” propenso à visualidade. Nestas searas é que os mitos são postos em cena, entretanto não através de uma narrativa contínua, e sim como uma série de pequenos detalhes que servem como fios para cerzir as reivindicações, de cada grupo, por nomes totêmicos.

uma, ou mais, sílaba acarreta um novo significado, pois se conecta, necessariamente, a uma rede de associação – seja por contraste, seja por sinonímia, isto é, “uma progressiva alteração do significado pode ocorrer através de uma série de pares” (ibidem: 223). As técnicas mnemônicas, entre os Iatmul, estão ligadas ao sistema de nomeação. Cada série de nomes contém uma etiqueta de referência, que torna possível a memorização, seja através de um processo imaginativo, seja por meio de uma sequência de associação de palavras. Por exemplo, a ordem dos nomes é dada de modo sutil, e mesmo fraca, reconhece Bateson, contudo guarda, como característica formal forte, uma “variação contínua”. Bateson, portanto, afirma que estas técnicas não se assemelham a um processo mental como uma espécie de “rota da memória”, ao molde europeu, que traça um início originário como fonte do atual, não é um processo cronológico; antes, os Iatmul sentam, pensam e *produzem*, de tempo em tempo, um nome. A produção é realizada, geralmente, com o acréscimo de uma pergunta; característica que, conta Bateson, reflete o *ethos* monista dos Iatmul, i.e., toda geração de um novo nome é entendida e concebida como já dada no outrora.

Por fim, retomando a metáfora do esquadro. A inflação do termo simbólico é, talvez, ao lado da ressaca simbolista, uma das razões pela tirania da pragmática nas ciências humanas contemporâneas. O que talvez explique o fato de Houseman e Severi releverem o ideal da primazia das relações saussuriano, contudo, ao invés de adotarem a semiologia, tomam como paradigma as ciências cognitivas e o logicismo pragmático. O que, por outro lado, não os exime da falta de atenção dispensada a dados etnográficos iatmul, centrais não só para os próprios Iatmul como também para uma perspectiva que vise, através de um modelo mínimo, servir como um instrumento heurístico para se pensar os rituais em direito próprio.

Em Comparação... Três ou Mais Estórias

Central e muito sintomática é uma crítica de V Turner, que vai de encontro ao método e a algumas premissas do modelo de Houseman e Severi, que, ao seu modo, explicita o teor basal da divergência entre *pragmática* e *simbolismo*, como também o espírito do tempo da antropologia contemporânea. Em meio à defesa de ideias como “drama”, “liminaridade” e “caos frutífero”, para interpretar os rituais, Turner adverte pela necessidade de irmos contra a “navalha cognitiva de Occam”, na teoria antropológica (Turner, 1986: 42). A “navalha de Occam” caracteriza-se como uma petição metodológica, na filosofia e nas ciências, sobre a “necessidade de purificar a linguagem humana”, de reduzir os modelos analíticos às suas unidades mínimas. Segundo o postulado de Occam, que, não custa nada lembrarmos, é um princípio lógico, a explicação para qualquer fenômeno necessita ter só as premissas mínimas necessárias à explicação, retirando todas as demais; i.e., a presença de uma análise que carregue o menor número de conceitos e a menor quantidade de entidades possíveis (desnecessário lembrarmos as semelhanças com as perspectivas indutivo-lógicas de Leach, Houseman e Severi). Para Turner, entretanto, esta purificação da linguagem – abreviada em relações lógicas e práticas elementares – ao ser aplicada ao ritual faz um corte cego, já que reduz ao mínimo, justamente, o que é mais notório aos rituais: o construto de uma linguagem diferenciada, em sua prosódica, em sua poética, em sua estética peculiares.

Sem termos que levar a cabo a teoria do drama ritual de Turner, faz-se necessário atentarmos a esta recomendação do autor. Em especial, porque dela desprende um princípio metodológico contrastante, em diálogo como o de Houseman e Severi, vertido em um quadro comparativo-descritivo, antes que indutivo-lógico em busca de traços gerais. Em outras palavras,

sermos contra a “navalha de Occam” é, também, sermos a favor de uma antropologia pensada como uma empreitada de comparação transcultural.

Tomemos três vinhetas etnográficas, de modo a tirar implicações do modelo ritual de Houseman e Severi, a partir das duas críticas centrais feitas, nas páginas anteriores, ao simbolismo e à estética do parentesco horizontal da teoria. A primeira vinheta que vale tomarmos é o trabalho de Simon Harrison (1990), a respeito dos Manambu. Em especial, este estudo monográfico nos é útil devido às fortes analogias e trocas deste grupo com os Iatmul, assim como devido aos apontamentos analíticos, que desta conjuntura decorrem, muito afins a algumas críticas feitas por nós ao modelo de Houseman e Severi.

Os Manambu são um grupo da Papua Nova Guiné, vizinhos aos Iatmul, localizados a oeste do rio Sepik, falantes de uma língua da família *nou*. Conforme nos conta Harrison, trata-se de uma cultura e de uma língua bastante semelhante às dos Iatmul, na medida em que a região do Sepik constitui-se de uma paisagem social na qual se observa um intenso processo de trocas de objetos materiais, rituais, míticos e linguísticos. Os próprios Iatmul são vistos, por Harrison, como os principais grupos responsáveis pela difusão de uma “cosmologia no e do Sepik”, cuja consequência histórica é a constituição e a configuração atuais dos Manambu, apresentados, a nós leitores, como grupos cujo complexo mítico-cosmológico-social é um mosaico consequente de uma ampla “importação de elementos culturais” dos vizinhos Iatmul.

Os Manambu pensam todos os seres humanos como partilhando uma mesma matriz relacional mítica, ou mais precisamente compartilhando o “*seu* sistema clânico”. Este sistema é concebido como um sistema monista originário, de

puras semelhanças, a partir do qual os traços diacríticos emergiram (Harrison, 1990: 18). A divisão totêmica⁴⁴ é teorizada como uma propriedade inerente da sociedade humana, que, por esta razão, transcende todas as fronteiras culturais, todas as distinções linguísticas e tribais. Conforme mostra Harrison, este é um filosofema frequente e importante em toda a região do Sepik; uma premissa que concebe um fundo comum de estruturas totêmicas que provê a base para a comunicação e o comércio com a alteridade, i.e., as relações entre os outros grupos da região. Esta matriz é também expressa em termos históricos, visto que sempre houve contínuo comércio, como dito, de bens materiais e imateriais, entre os grupos vizinhos, estando os Iatmul entre um dos principais parceiros, assim como um dos principais inimigos. Os Manambu, por exemplo, em suas relações de trocas tensas com os Iatmul, não só importam e trocam bens materiais e imateriais, há também uma configuração relacional social na qual se teme, e muito, a feitiçaria dos Iatmul. O temor é resultado, entretanto, menos pelas relações forjadas em trocas específicas, e mais pelo fato de que boa parte da cosmologia e mitologia manambu configura-se como uma espécie de importação de vários elementos culturais dos Iatmul (ibidem: 20).

Para os Manambu, os seres humanos são aqueles que têm o rosto revelado, em contrapartida aos seres ancestrais, sejam masculinos ou femininos, que têm o rosto oculto. Os seres ancestrais não se mostram em suas formas reais, aos seres humanos, antes, eles só são visíveis em suas formas transfiguradas – é só no outro mundo, também recôndito, que os ancestrais apresentam-se em suas formas reais. Ver as coisas

⁴⁴ O totemismo, tal qual pensado na leitura de Harrison, não envolve uma divisão, paradigmática na teorização levi-straussiana, entre natureza e cultura (Harrison, 1990: 55). Antes, o totemismo, nas mãos de Harrison, i.e., para os Manambu, traz consigo a ideia de dois caminhos, expressos como a vigência de uma dualidade entre séries de grupos e séries de conjunto de nomes.

como elas realmente são, ver os ancestrais em suas formas não-transfiguradas, é algo extremamente perigoso, assim como algo temido, no sentido em que isto significa assumir o ponto de vista da morte, do outro mundo. O outro mundo é narrado, em diferentes versões míticas, com a ideia da existência de uma aldeia no outrora. Cada grupo traça sua descendência, afirmando a origem totêmica nesta aldeia primeva, como também concebe a morte como um retorno a ela. A comunidade atual e o outro mundo são coexistentes, portanto, pairando a diferença somente na forma, visível ou invisível, e para quem, vivos ou ancestrais, cada qual se apresenta. A aldeia mítica só é acessível para os mortos, os ancestrais, porque são hábeis em ter uma forma corpórea oculta compatível com aquele orbe, já que partilham a mesma estrutura.

Nos mitos, cada aldeia é dona de um conjunto de bens culturais. Assim, através dos mitos já se opera uma divisão dos grupos, no que tange à configuração ideal de seus patrimônios culturais, donde advém a necessidade social de fundar uma rede de relacionalidade, que seja capaz de suprir a insuficiência de recursos que cada grupo, por definição, traz consigo. E de suma importância é o fato de que não são os nomes que são secretos, *e sim as suas referências míticas*. Ou melhor dizendo, o que é recôndito é o vínculo que conecta um determinado nome a uma específica figura e estória míticas – é deste segredo que origina o poder.

As disputas dos nomes ancestrais totêmicos, uma espécie de obsessão do grupo estudado por Harrison, por exemplo, é um traço diacrítico que, em termos comparativos e históricos, é uma das mais importantes aquisições, em conjunto com o complexo ritual e cosmológico, a partir de trocas cerimônias com os Iatmul (ibidem: 23). Estes dados apresentados e analisados por Harrison são fundamentais para balizar, comparativamente, a

crítica referida em páginas anteriores sobre a pouca atenção dada por Houseman e Severi, às configurações verticais, vertidas no idioma da ancestralidade e no sistema de nomeação, que são centrais na região do Sepik – o que é, também, dizer sobre a importância destes traços para a configuração do quadro relacional específico das cerimônias naven.

Uma das principais motivações entre os Manambu, à semelhança com os Iatmul, é a preocupação com a *propriedade de nomes pessoais*. Segundo Harrison, há uma forte sensibilidade e atitude de posse, frente a diferentes elementos, como a casa, os nomes, as mitologias, as técnicas mágicas e os privilégios cerimoniais ⁴⁵. Não obstante este *ethos* geral, destaca-se o fato de que o patrimônio mais importante para um clã constitui-se dos nomes, no sentido em que, dentre outras coisas, representam a fonte dos poderes mágicos, assim como do acesso a terras e a produção de alimentos. Em termos cosmológicos, há um número fixo e limitado de nomes, que foi dado aos seres humanos no tempo primevo; i.e., os nomes são propriedades que não se tratam de uma criação humana,

⁴⁵ Em termos comparativos, a distinção entre modos de concepção de propriedade, de posse, assim como possíveis implicações para fenômenos rituais em dadas províncias etnográficas, é útil por apontar caminhos que problematizam alguns pressupostos arraigados. Por exemplo, o caso amazônico em comparação com o caso da filosofia *jus naturalista* euroamericana, cumpre este papel. Segundo Carlos Fausto (2008), todas as línguas amazônicas têm um termo, que é estável historicamente, para *posição* de controle, de proteção ou de posse. Diz o autor, “o mestre é a forma pela qual uma pluralidade aparece como singularidade para outros” (ibidem: 6). A ideia consequente é a de uma singularidade inclusiva, uma “pessoa magnificada”, cujo modelo ideal de maestria é representado na figura do jaguar. A ideia de sujeito de Locke constitui-se como um bom contraponto comparativo. Para Fausto, esta ideia funda uma *identidade em si*, que, ao seu modo, é tomada como a condição para se julgar. O sujeito é proprietário de seus atos, pelo fato de ser também dono do seu próprio corpo; a ação no mundo emerge como uma progressiva apropriação das coisas úteis. O mundo social é dividido entre proprietários, i.e., aqueles que têm excedente de agência, e não-proprietários (ibidem). A diferença entre as duas noções de posse e de pessoa, a ameríndia e a *jus naturalista*, radica-se no fato de que a “relação fundante”, no caso ameríndio, não é voltada à identidade, como é o caso da formulação lockeana. O que implica reconhecer que, em Locke, há uma noção de pessoa que também é distribuída, através da agência apropriativa do indivíduo no mundo, embora esta esteja a serviço da relação ideal e primeira envolta no primado da identidade.

porquanto são propriedades objetivas da ordem do mundo (argumento etnográfico idêntico ao apresentado por Bateson referindo-se aos Iatmul). O estoque finito e já definido gera, lê Harrison, numa potencialização, ontológica, da disputa entre os nomes.

Segundo a teoria nativa, o nome é o instrumento que permite marcar, diferenciar; é o último e eficaz recurso de distinção, dada a similaridade essencial entre os seres. O ato de nomear, *ritualmente*, uma pessoa, portanto, serve para criar uma conexão, que é intrínseca, entre *aquele que carrega* o nome e o *nome em si*. Neste sentido, o nome contém o espírito da pessoa, que, em uma dimensão compósita, acumula traços do ser ancestral (doador do nome) com os seus traços pessoais atuais. Contudo, vale ressaltar o fato de que, também, nomeiam-se cães, através de atos envoltos em algumas prescrições (Harrison, 1990: 61); ou seja, um dado que explicita a recusa de pensar um mundo de relações sociais regido pelo exclusivo caráter antropocêntrico – ou através do idioma, noutra nível de abstração, do *universalismo semântico* das noções de *consanguinidade* e *afinidade* que é central no modelo de Houseman e Severi.

Os nomes, como também os poderes mágicos, são entendidos como constituintes intrínsecas da pessoa. Portanto, o ato de nomear anexa biografias, além de funcionar e atuar como *valores* – signos com traços semânticos – que são prestigiados e que circulam nas configurações relacionais manambu. A consequência imediata deste quadro empírico é a dificuldade de estabelecer, nos rituais de nomeação, uma divisão *analítica* entre o que é tomado como material, ou da esfera das práticas, e o que é tomado como dotado de um conteúdo semântico, ou simbólico. O que, de outro modo, pode ser traduzido, em termos genéricos e algo ingênuos, na ideia de que o regime

cosmológico melanésio, como canonizado pela literatura antropológica clássica e contemporânea, dificulta qualquer divisão ontológica entre pessoas e objetos.

A homonímia, por exemplo, é pensada como uma forma de roubo, e a mera existência, *na mesma geração*, de indivíduos com o mesmo nome gera uma série de conflitos e acusações com proporções amplas. A instituição do xará só é tomada em seu direito próprio quando é referente a um ancestral, i.e., só se é xará de um morto e, neste sentido, todo sujeito tem um xará, porém localizado no outro mundo. Esta ideia é consequente de um dado etnográfico fundamental e geral, tanto para os Manambu quanto para os Iatmul: o partilhar de um nome com um ser que habita o outro mundo nada mais é do que ter uma relação que se assenta com seres (não só humanos) de *uma outra geração*. Mesmo não havendo profundidade genealógica das relações de parentesco na região do Sepik, no mais das vezes não ultrapassando três gerações, a questão premente é sempre o provocar de uma relação vertical, conjugada com a horizontal, do parentesco. Ser humano, entre os Manambu, i.e., também entre os Iatmul, é *ser conectado intergeracionalmente*. Um modo “sepik de identificação”, poder-se-ia, talvez, afirmar.

As etnografias recentes mostram que as disputas sobre a propriedade dos nomes ancestrais e os privilégios cerimoniais são fundamentais na vida política e ritual das aldeias Iatmul (ibidem: 202), como nas Manambu. Estes dados colocam como imperativo a necessidade de termos um olhar “para o contexto regional”, logo comparativo, antes que insular, via indução na construção de modelos mínimos, tal ou qual província como um quadro exemplar, transformada em princípios lógicos elegantes, para se pensar os rituais. Este insulamento só seria consequente se compatível com os quadros empíricos que, supostamente,

inspirariam o modelo – para repetirmos a crítica de Houseman e Severi a Bateson contra eles próprios.

Como dito, de modo semelhante aos Iatmul, o parentesco entre os Manambu é também vertido em uma curta memória genealógica, cuja profundidade não ultrapassa três gerações. Entretanto, antes de recusar o conceito de “descendência”, Harrison postula a necessidade de termos esta noção (não de modo hipostasiado), pois ela permitiria não perder uma informação etnográfica fundamental. Em diálogo com Vanvelsen, o “resgate” do conceito de descendência é menos filiado – trocadilho não gratuito – aos cânones da antropologia do parentesco britânico com seus grupos corporados⁴⁶, torna-se, antes, um método: um instrumento heurístico voltado para o entendimento do *efeito da escala de tempo* no processo do parentesco, nas condensações rituais. Porquanto, se há conflitos curtos em abundância, de pouca profundidade genealógica, entretanto, por outro lado, não é possível ignorar os que são transgeracionais e a presença das escalas verticais, não sincrônicas, nas relações de identificação entre os parentes.

Nos *rituais* de iniciação masculina é que há uma forte identificação com os espíritos ancestrais, pois são contextos em que, temporariamente, os homens tornam-se espíritos, ocupando lugares na genealogia. O poder mágico, o status, o poder de influência, em boa parte, é resultado de uma fórmula verbal, pois é ela que cria a capacidade de agência do indivíduo – “uma fala é na verdade uma pessoa construída artificialmente” (ibidem: 57). Esta construção, por sua vez, é montada na justaposição entre nomes, atributos e traços míticos. Assim, o acúmulo de conhecimento ritual é imbricado à noção de pessoa manambu,

⁴⁶ Vale notar que os ancestrais, na teoria do parentesco manambu, não são pontos de referência das segmentações, logo não há grupos corporados; há uma configuração relacional que é mais da ordem da colateralidade, do que da linearidade.

no sentido em que adiciona o espírito, ancestral, no ego, gerando, assim, um “self supra numérico”, “supra geracional”. Os espíritos não se interessam pelo que os homens sabem, só por suas ações, pois são constitutivas do ego; e sempre fica à tutela dos mais velhos os segredos mitológicos, o estoque de nomes, o cerne para as disputas e as práticas rituais nativas.

O que queremos destacar não é a ideia de descendência, na medida em que implica num conteúdo semântico universal a quadros relacionais que variam etnograficamente, e sim o citado “efeito da escala de tempo” – para tanto, tomamos a expressão “parentesco vertical” para referirmos a esta dimensão. O foco é sobre os modos de identificação horizontal, concomitantes com os de identificação vertical, visto que, etnograficamente, os nomes, i.e., as propriedades, constituem uma herança agnática, mas que também são bens culturais que podem ser obtidos através de vínculos avunculares (como nos casos de empréstimo de nome ao sobrinho através de um vínculo matrilinear com o tio materno). A escala temporal não exclui, portanto, a linha horizontal. Se há conexões entre senhoridade agnática, *status* ritual e acesso ao mito, há, por outro lado, o poder das alianças matrimoniais que constituem um importante veículo de transmissão do saber mítico, de nomes ⁴⁷.

O que os dados manambu parecem pôr em cena é uma configuração relacional, paradoxal, em que um possível simbolismo despreendido da “máquina de parentesco” – frase, até aqui, condizente com o modelo de Houseman e Severi – é resultado da necessária condensação de identificações *verticais* com *horizontais*, implicando um *efeito de escala de tempo* – o que, justamente, falta ao modelo. Fundem-se, portanto, quatro

⁴⁷ Conta-nos Harrison, o casamento é importante na sucessão dos líderes e nas estratégias para estender a influência, não importando o preço da noiva, e sim o fato de gerar alianças. E mais, o que é mais importante aos nossos propósitos, todo o casamento, por definição nativa uma forma lateral de recrutar membros, deve recapitular um outro casamento, *um que é mítico*.

elementos: o sistema de nomeação, a *memória*, a patrilinearidade e a matrifiliação; fusão, ao seu modo, que também apresenta como dado etnográfico a presença de elementos semânticos não só como efeitos, mas também como premissas. Comparativamente, talvez, um fator que explique a ausência do parentesco vertical, em seu direito, no modelo *naven* de Houseman e Severi, na medida em que, em um bom grau, resulta em uma refutação da teoria simbolista parental apresentada no mesmo, cuja crítica é desnecessário repetir ⁴⁸.

Desta crítica, queremos ressaltar que a ausência do que chamamos de parentesco vertical, em favor de um enfoque relacional – mesmo que o modelo, em termos lógicos, permita abordar a verticalidade do parentesco –, resulta em uma total esterilidade para enfocar a noção de hierarquia. Noção que, como queremos mostrar mais à frente, parece estar presente nos casos etnográficos aqui tratados. A escala de tempo, pois, coloca em cena ideias sobre e de “hierarquia”, aquém e além de uma teoria puramente relacional: ideias salientes caso enfoquemos os efeitos diacrônicos, em todos os seus traços (i.e., empíricos e teóricos).

Em termos de uma comparação transcultural, as consequências etnográficas – em especial, a escala de tempo destacada na análise de Harrison – apresentadas pelos dados *manambu* colocam em cena uma série de analogias com o material *iatmul* ⁴⁹. O que, em outro plano, não só explicita as

⁴⁸ O “*naven* da mãe”, de modo parelho, precisa ser analisado, sem ignorar a decalagem temporal, sem estipular a “identificação transcendente com o ancestral” de modo exclusivo sincrônico.

⁴⁹ É possível perceber uma longa reflexão de Severi sobre as formas da memória, em boa parte de sua obra. Algo que pode nuançar a crítica feita por nós sobre a ausência de um pensamento sobre a memória, na apreensão feita pelo autor do material *iatmul* (que, como vimos, é repleto de dados sobre a obsessão nativa pela erudição, pelo estoque de nomes e pelo parentesco vertical, todos necessariamente ligados às performances *naven*). A abordagem do autor funda-se em uma perspectiva voltada para a relação entre *memória*, *imagem* e *texto* (Severi, 2000). Severi propõe um conceito de memória que se equivalha a uma espécie de “arte do pensamento” (2007:

261), composta de traços ideativos e de uma imaginação mnemônico-poética. A memória não é unitária, afirma o autor, pois sempre contém materiais variados e, mesmo, contraditórios, ambíguos, duvidosos. É possível formalizar três tipos de relações mnemônicas, afirma Severi: o metonímico, que trabalha via codificação e evocação; o iconográfico que, em seus desideratos, opera via estipulação de uma ordem e uma saliência; e, por fim, o lógico, que se efetua através da potência e da expressividade. Como consequência direta, o autor, com propriedade, afirma que se faz necessário dividirmos, metodologicamente, ao menos duas formas de construção de memórias sociais. Uma que é composta através de uma série de histórias e estórias – o modelo euroamericano –, e outra que é uma *elaboração ritual* da memória – operada através de, a um só tempo, imagens e textos. Contudo, visando cobrir a pouca teorização antropológica sobre a segunda forma de construção da memória, o autor acaba por privilegiá-la de modo quase exclusivo. Esta escolha traz consigo duas consequências diretas. A primeira é a possibilidade de ter um aparato analítico mais potente para lidar com os dados etnográficos do autor, os traços mnemônicos indígenas, em especial, os dos Kuna (ibidem: 143). Assim, Severi visa clarificar a ideia segundo a qual, por exemplo, os dados ameríndios apresentam uma questão espinhosa para os analistas, a saber – o caráter artificial e frágil da divisão diferenciante entre *escritura* e *mnemotécnica* (Severi, 2009). A forma de mnemônica indígena passa longe desta distinção, na medida em que memória e signos gráficos são associados de modo mútuo. Uma arte da memória que nem é igual à escritura, nem à memória individual. Três operações ameríndias destacáveis, segundo o autor, são: a seleção de palavras a representar; a conseguinte construção de uma saliência visual; e, por fim, o estabelecimento de um espaço ordenado, capaz de possibilitar transformações via traços geométricos. As relações mnemônicas ameríndias, nas mãos de Severi, transformam-se em uma operação de ordem e de saliência, como vemos em sua interpretação sobre o material yekuana. O trabalho do Guss sobre os Yekuana, por exemplo, é tomado por Severi para explicitar, através de um caso exemplar, a peculiaridade da memória ameríndia. Entre os Yekuana, há uma memória visual, de suas mitologias, que repousa sobre uma iconografia específica e complexa – boa parte destes elementos é referenciada a um catálogo finito e bem identificado de nomes próprios (Severi, 2009: 471). É que “os pictogramas yekuana refletem um nível mais profundo do saber mítico” (ibidem: 472) – a saber, a oposição entre grupos de pessoas e de idade. A partir deste fundo, com traços mnemônicos, os Yekuana operam transformações geométricas, um jogo entre figura-fundo, que possibilita representar um ser específico, como também suas potenciais metamorfoses. Ou noutros termos, uma complexidade a partir de uma forma elementar. É deste modo que a mitologia é traduzida em termos visuais, por meio de uma realização de uma memória icônica das personagens, dos nomes, dos elementos míticos. Notadamente, é fácil aplicar ideias semelhantes, por exemplo, aos dados que Simon Harrison apresenta, como mostrado anteriormente. Contudo, a segunda consequência da opção teórica de Severi, por outro lado, como é possível notar, é o fato de que o *efeito da escala temporal* (o que nos mostram as etnografias), embora potencial no modelo, é subsumido através de uma conceitualização que o reduz a aspectos lógico-formais. A reflexão de Carlo Severi sobre as formas mnemônicas – pensadas como além da teoria ocidental sobre a memória –, é pouco útil para pensar a escala de tempo, presente nas relações verticais do parentesco, visto que é centrada, de modo exclusivo, em maquinismos formais como *metonímia*, *iconografia*, *parataxe* e *figura-fundo* (sincronismo *psicologia* da *Gestalt*). Se esta teoria da memória de Severi permite pensar atos de ritualização, não só como efeitos pragmáticos – tal como no modelo ritual proposto com Houseman –, já que funde *texto-mitologia-imagem*; parece, porém e por outro lado, continuar estéril para apreensão das decalagens temporais presentes em modos de identificação e de condensação ritual, para lembrarmos os dados de

dificuldades, antes apontadas, de se ignorar o sistema de nomeação e as identificações intergeracionais, entre os Iatmul, como também permitem, em potência, complexificar o elegante modelo de Houseman e Severi. Encontrando, portanto, um meio de pensar algumas relações entre mitologia e ritual (para lembramos de certas cabras) e alguns efeitos diacrônicos.

No espírito de uma comparação transcultural, outra micro vinheta que vale tomarmos é uma nota africanista, muito afim ao ambiente melanésio, apresentada por David Webster (2009), mesmo não contendo dados etnográficos sobre ritual. Em especial, é um trabalho útil, aos nossos propósitos aqui, por apresentar e interpretar um conjunto de dados etnográficos, vertidos no idioma do parentesco convergente com o espírito do tempo contemporâneo da antropologia, i.e., através de noções processuais. Não obstante, é útil e instigante, principalmente, visto que mostra a incontornável necessidade de não abandonar, por completo, os traços simbólico-semânticos mesmo em perspectivas pragmáticas.

O trabalho de Webster é sobre os Chope. Grupo localizado na bacia hidrográfica do rio Inharime, ao sul de Moçambique. Os Chope, idealmente, têm um sistema de parentesco agnático do tipo Omaha, contudo, a despeito da tendência africana muito popularizada nas teorias da filiação-descendência e dos grupos corporados, os Chope têm como um dos traços diacríticos uma tendência pragmática, no âmbito do parentesco, que se volta a um maquinário que tem como efeito o espalhar alianças matrimoniais, seguindo princípios de lateralidade ⁵⁰. Webster,

Harrison e Bateson. O modelo ritual de Houseman e Severi, poder-se-ia afirmar, permanece órfão de uma reflexão diacrônica, de uma apreensão do efeito da escala de tempo, mesmo se acrescentarmos os desenvolvimentos teóricos de Carlo Severi sobre as práticas mnemônicas, sobre a memória.

⁵⁰ Este quadro empírico faz com que Webster fique envolto em dilemas, algumas vezes muito retóricos, entre uma necessidade de justificar a sua filiação a uma espécie de antropologia africanista britânica e um desmonte dos pressupostos mais arraigados desta escola.

repetidamente, afirma que o “fenômeno chope” é um peculiar caso de parentesco africano, que está mais nos moldes de uma configuração de parentesco das terras altas da Nova Guiné (2009: 137), do que propriamente numa africanista. Como consequência, o autor busca uma análise, muito colada na etnografia, que tenta focar a terminologia do parentesco não só pelo lado passivo, mas também pelo poder produtivo que dela emana; como, por exemplo, ao atentar para a polissemia que determinados termos podem adquirir, engendrando alterações relacionais não previstas pela *doxa* do parentesco ideal (ibidem).

Os dados chope apresentam genealogias confusas que, no máximo, alcançam a terceira geração. Tal característica implica na ausência de grupos corpóreos, no sentido estrito da expressão, em um parentesco que é teoricamente patrilinear. A falta de profundidade vertical no parentesco é interpretada como uma espécie de parentesco plástico, cuja delimitação é sempre envolta em “alternativas de recrutamento e de alianças” à disposição do ego. Exemplar é a ausência de um conceito nativo para a ideia de “linhagem”; a ideia mais aproximada é expressa pelo termo *nyumba*, cuja tradução, flutuante, denota algo como “casa”, “palhoça”.

O caso chope envolve formas de bilateralidade, que apresentam uma configuração social na qual os parentes do pai e da mãe são igualmente importantes na vida dos indivíduos. O que se observa são regras flexíveis, uma ausência de descendência forte, pois o agnatismo está presente enquanto princípio ideal do parentesco, mas não a ponto de diminuir a proliferação de lateralidades, como: a bilateralidade, a contiguidade, a atribuição de nomes, a instituição de amizade especial, a matrilinearidade, a afinidade potencial, a instituição do xará. Assim, durante sua vida, o ego vê-se obrigado a

recrutar parentes não agnáticos ⁵¹. É possível perceber certa tendência pragmatista, entre os Choje, exposta de modo visceral na tendência cognática de recrutamento de membros, resultando em um parentesco que é horizontal e vertical: porquanto “o sistema de parentesco choje é multifacetado, contendo aspectos cognáticos, bilaterais e unilineares, bem como uma incidência na lateralidade. Contudo, não há dúvidas de que, acima de tudo, existe uma inclinação para a patrilinearidade” (Webster, 2009: 141). A pergunta central passa a ser, destarte, “quais são os parentes socialmente relevantes?”. Para respondê-la, advoga Webster, o analista só pode se valer de uma resposta “sociocultural”, i.e., faz-se necessário sair dos modelos lógicos de relação, na medida em que “é importante que identifiquemos e compreendamos as estruturas e *subestruturas* que subjazem aos sistemas ideais” (ibidem: 284 – grifos nossos). Se a análise formal é apropriada por fornecer modelos mínimos, diz o autor, contudo é incapaz, às vezes, de fornecer repostas a um arco considerável de questões etnográficas.

Não obstante, o que vale destacar, de modo excessivamente resumido, do caso choje é o termo, e fenômeno, *nfowetu*. Este é um termo, constantemente evocado em genealogias, que se assemelha com a ideia de irmão, embora haja outros termos específicos para denominar a relação entre germanos. Geralmente, é uma categoria usada para afirmar a ausência de diferenças de *status*, em especial, as de ordem geracional. Mais do que isto, *nfowetu* funciona ao modo de um significante flutuante, pois abriga uma grande extensão do significado, i.e., é um termo que traz consigo um potencial

⁵¹ Entretanto, não nos deixemos enganar, a moralidade é centrada no culto dos antepassados, vistos como “guardiões da moralidade pública” (ibidem: 323), que punem e premiam. E mais, para os fins que aqui importam, os “antepassados são reflexos espirituais de categorias sociais importantes” (ibidem: 334). Há um amplo leque de antepassados, mas não pensados como um corpo hierárquico de espíritos, tal qual uma linhagem ou clã com espessura temporal e piramidal.

flexível, que o estatuto e a análise formal não conseguem cobrir. Segundo Webster, *nfowetu* é um vocábulo cujo uso é dado de acordo com o estado atual de uma relação – é um recurso tático disponível aos sujeitos sociais. Seus significados e aplicações ultrapassam o sistema do parentesco, mesmo nele estando presente, pois é um termo, antes de tudo, de origem *zulu*, ou seja, uma noção *adotada* pelos Chope; portanto, semanticamente, é um termo que inclui a noção de contato (ibidem: 294).

A polissemia do *nfowetu* é plástica ao ponto de poder significar noções antinômicas entre si, como, por exemplo, designar um *inimigo* (ibidem: 295); pode ser usado para marcar aspectos negativos de uma relação, podendo denotar ideias como o “nosso estranho”, “nosso contrário” (ibidem: 297). Ambiguidade, potencial versatilidade, significados implícitos, de um termo que mistura significados morais do parentesco e das relações conjecturais e práticas. O que provoca reconhecer, na ambiguidade inerente que lhe acompanha, o fato de que “a relação”, designada pelo termo *nfowetu*, “pode ser amigável, mas cada uma das partes deve manter algum distanciamento” (ibidem). O centro da questão reside no fato de que se trata de um termo cujo uso é, em sua essência, *metafórico* – e não puramente indicial ou dêitico –, logo ligado a traços de conteúdo semântico, mesmo que ambíguo. Designar uma relação com outrem através da categoria *nfowetu* tem como efeito uma peculiar configuração relacional, visto que tem o poder de transformar “um estranho potencialmente prejudicial em um indivíduo inofensivo e, espera-se, amigável, pela aplicação criteriosa de uma relação de parentesco fictícia, que a partir de então é *simbolizada* pelo uso do termo de parentesco adequado” (ibidem: 300 – grifos nossos).

Grosso modo, o que o fenômeno *nfowetu*, que longe está de ser único, apresenta é uma qualidade linguística paradoxal em *temos semânticos*. Assim o é, porque por mais que se busque a necessária perspectiva pragmática, i.e., atenta aos usos ilocucionários do termo, esta se mostra insuficiente, incapaz de acompanhar as consequências relacionais e de parentesco que o termo pode engendrar. Ainda mais, é um caso que, como afirmado por Webster visando outros alvos, coloca uma fratura nos modelos analíticos formais, que, admite o autor, são fundamentais e úteis, para a descrição, ao fornecerem instrumentos com capacidade de generalização. Porém, são modelos que perdem, justamente, o arco variável, com traços semânticos, que certos tipos de categorias, como a *nfowetu*, ou a famosa *mana*, dispõem em cena. O que mostra o caso chope com sua constante ativação, ao nível do parentesco, das ambíguas denotações *nfowetu*, é a necessidade do modelo abarcar: uma análise que, ao lado dos parâmetros formais, seja apta a apreender o aspecto flutuante, em termos semânticos, de modos ambíguos de identificação. Como vimos, a pragmática necessita de ser completada – talvez, como veremos mais à frente, algo possível por meio de uma concepção poética da linguagem.

Algumas consequências do caso chope serão mais à frente retomadas, contudo, já vale frisarmos o tom. O termo *nfowetu*, flutuante, é uma “categoria prática” do parentesco, que, entretanto, coloca em cena uma qualidade linguística paradoxal em nível semântico (metafórico, i.e., não é só lógico-formal). Pensá-la, em direito próprio, implica tecer considerações sobre o “processo de significação”, ou para sermos mais diretos, realizar apontamentos em direção a uma poética, atenta às zonas ambíguas, paradoxais, em que a dicotomia entre *vazio significante* e *significado*, entre *senso* e *não-senso*, mais retalha os dados etnográficos do que os apreende. Qualidade, noutra

instância, que coloca um desafio interpretativo, uma precaução, ainda mais quando se quer um modelo analítico voltado aos rituais, cujos apontamentos sobre o simbolismo são feitos a partir de uma “estética do parentesco” pragmática, i.e., indicial e não-metafórica. *Nfowetu*, em seu timbre melanésio, sendo africano, dispõe uma possível leitura do “parentesco estendido”, cuja produção simbólica não é nem puro efeito das configurações relacionais entre os sujeitos, nem derivada da dualidade consanguíneo-afim.

Por fim, a última vinheta etnográfica, útil às discussões apontadas, é o estudo monográfico de Julien Bonhomme (2005). Um trabalho de diálogo frutífero, na medida em que pode ser lido como uma aplicação consequente do modelo de Houseman e Severi, ao privilegiar a pragmática em detrimento do simbolismo, ao buscar entender as configurações relacionais paradoxais condensadas na cena ritual. Diálogo comparativo proveitoso por outro motivo, também, já que os dados etnográficos apresentados por Bonhomme colocam em cena uma paisagem na qual o estatuto das representações, do simbolismo, nos rituais, bascula em, ao menos, duas direções. Vejamos a descrição drasticamente sintetizada a seguir.

O trabalho de Bonhomme é um estudo etnográfico centrado, em direito próprio, no ritual *bwete* de um grupo *membe*, do Gabão, África Ocidental. Segundo o autor, há duas modalidades do *bwete*. Uma é a do *bwete disumba*, que é um culto de linhagem dos ancestrais, executado de modo coletivo e quase obrigatoriamente. A segunda é o *bwete misoko*, um culto individual e circunstancial, que tem uma função de ordem terapêutica. A modalidade *misoko* é quase ausente na literatura africanista, o que justifica, aos olhos do autor, o enfoque de seu trabalho estar centrado nesta modalidade do ritual *bwete*. Embora menos presente nos estudos monográficos, o *misoko* é

mais difuso e presente do que o *disumba* pela África subsaariana, pois, dentre outras coisas, como dito, é individual, assim como não traz consigo uma identidade bem marcada. Neste sentido, o *misoko*, ao modo como o naven é para Houseman e Severi, surge como um caso exemplar e notável para entender as práticas rituais em sua materialidade própria.

A partir da definição do ritual dada por Houseman e Severi, Bonhomme afirma que todo ritual constitui de um “sistema específico de interações”. Portanto, o que faz o *bwete*, “a sessão divinatória, é instaurar [...] um quadro relacional singular” (Bonhomme, 2005: 94). É a partir deste postulado que o autor tece a tese segundo a qual as verdades enunciadas, de modo divinatório, residem no contexto relacional singular, e não em uma estrutura de adequação entre o discurso e a realidade, i.e., num conteúdo simbólico. A peculiaridade do *bwete*, ecoando um tom geral dos rituais, é que ele tem um estatuto simbólico ambíguo, indeterminado, paradoxal, idiossincrático, em que se observam menos conteúdos semânticos, e mais formas relacionais de interação. Segundo Bonhomme, o *bwete*, a partir das relações sociais já dadas, combina relações assimétricas entre os agentes, implicando variadas transformações, que ecoam uma interdependência entre os participantes; é um típico ritual que recompõe as relações contraditórias das pessoas. Definição e interpretação que poderiam figurar, sem aspas, no supracitado livro de Houseman e Severi (1998).

A categoria *Banzi* designa o noviço, mas também serve para denotar um espectro de sensações e qualidades tidas como malignas. O termo para não-iniciado, profano, é *etema*. Já o vocábulo *nganga* significa, dentre outras coisas, iniciado e *nyima*, por sua vez, é o termo para nomear aquele que é responsável pela iniciação de um *banzi*.

A figura do iniciado é tomada como uma forma de “enunciador complexo”, termo cunhado por Severi (2007), que, no rito, entra numa rede de agentividades que, nada mais é, do que uma armadilha relacional, ideia apreendida de A Gell (1998, 1999). Para Bonhomme, o que o *bwete* coloca em cena, através de seu enunciador complexo, não é uma armadilha cognitiva, e sim uma armadilha *relacional*: trata-se menos de uma crença em conteúdos e em declarações, e mais de uma dinâmica de ações e interações. Mesmo permeado por um ambiente de ampla ambiguidade, vínculos paradoxais, o ritual tenta estabelecer uma linha causal, entre uma intenção virtual e um mal efetivo, contudo, de modo irônico, o que o *bwete* afirma, em seus efeitos, diz Bonhomme, é uma “filosofia da impossibilidade” de estabelecer o caminho entre as causas e os efeitos.

A evocação ritual dos espíritos, no *bwete*, visa obter um acordo, não importando *o que* os espíritos respondem, e sim o fato de que *eles respondem*. Conforme a teoria e a prática nativas, após a ingestão do chá, o noviço passa a ver “a sua visão”, assim como é obrigado a falar a respeito dela. Trata-se de uma operação que pretende “ver o outro”, mas que não é da ordem de uma “identidade tautológica”, pois o que está em jogo é uma espécie de duplo do *iniciado*, em que se presentifica uma relação de identificação e de distinção com a imagem especular, centrada em um espírito ancestral, resulta da performance do *bwete* – i.e., em cena um “enunciador complexo”.

Um dado etnográfico fundamental é o fato de que sempre é o mal (a feitiçaria) o elemento que desencadeia uma iniciação ao *bwete*. O infortúnio é sempre uma cena relacional (Bonhomme, 2005: 45), que se remete ao parentesco e, de modo simultâneo, à feitiçaria. A cena iniciática permite ao *banzi*, transformado em *nganga*, manipular as relações nas quais está envolto. É desta maneira que se torna possível reverter a

feiticeira, na medida em que, através da ativação visionária operada pelo *bwete*, o quadro relacional das agências torna-se visível, explícito. É deste fundo que o ritual pretende realizar uma tripla modificação – a do ego, a do seu estado corpóreo e a de outrem. O *bwete* faz de todo infortúnio uma patologia relacional, que se liga a tensões da linhagem. Assim, a intervenção e a eficácia ritual têm como norte a manipulação simbólica, voltada ao agente feiticeiro responsável pelo mal (ibidem: 103). O que, em outros termos, é a tese de Lévi-Strauss sobre a eficácia simbólica, que torna pensável uma experiência afetiva. Porém, além disto, Bonhomme chama a atenção para o fato de que há o segredo; o que traz consigo um adendo à significação esotérica, e provoca uma torção analítica que, desde então, volta-se à “forma mínima de inteligibilidade [entendida como o lócus em] que repousa a eficácia destes tratamentos” (ibidem: 104). Uma forma de “materializar o agente do infortúnio”, trazer à visão e inverter a “carga agressiva da bruxaria”.

A iniciação ao *bwete* efetiva-se no campo *semântico da visão*, diz Bonhomme. Porém, os efeitos resultantes projetam uma aura que é marcada por dúvidas, melhor compreendida pela ideia de “armadilha paradoxal” – capturar o paciente profano dentro do *bwete*, ao contrário de impor certezas, o coloca no ambiente da ambivalência. O iniciado não se torna cético, nem convencido, mas sim, através de experiências imagéticas, ciente de uma rede de agentividades. Portanto, o *bwete misoko* é uma agência em forma de “interrogação”, no sentido em que instiga a ambiguidade e a incerteza. A própria linguagem tem uma voz flutuante e indeterminada, composta por uma série de decalagens entre o que é dito e o que é entendido. O *Bwete*

funciona, para Bonhomme, como uma “personagem flutuante”, que passa por todos os lugares, sem a nenhum deles se fixar ⁵².

O saber, que é secreto no ritual, não é caracterizado como corpo de conhecimento unificado, mas como uma forma de discurso, pensada tal qual uma máquina de interação. A transmissão do segredo, do saber ritual, está presente no percurso iniciático, contudo a ênfase é mais sobre a forma do saber e ao contexto do ensinamento, do que sobre o conteúdo semântico veiculado ⁵³. Os iniciados, ao *bwete*, são ignorantes sobre o que vem a ser e significar as ações rituais prescritas que executam, à medida que eles iniciam o percurso iniciático sem saber quais são os sentidos dos atos, assim como os executam,

⁵² Vale ressaltar que há, contudo, a presença de códigos semânticos anteriores à execução do ritual que são fundamentais para a construção do quadro relacional paradoxal do *bwete*. Quando o autor descreve os “códigos de maquiagem” e seus papéis na construção da cena ritual (Bonhomme, 2005: 63), torna-se difícil ignorar uma teorização do simbolismo, ou relegá-la apenas aos efeitos da ação pragmática ritual. Visto que os códigos de maquiagem fundam o papel e o quadro relacional para os espíritos. Para aumentar exemplos, a “dança da consulta” (ibidem: 67) é lida como uma espécie de signo divinatório que possui “uma significação precisa”, de acordo com a localização corporal: e mais, traz significados precisos para os iniciados, e outros, também, precisos e distintos para a plateia. Sinais corporais, interpreta Bonhomme, possuem um “código divinatório autêntico”, a “simetria corporal fornece a dicotomia organizadora. O código divinatório explora em efeito a correlação entre diferença sexual e lateralidade, *associação semântica que se reencontra dentro da maioria das línguas banto*: o lado direito é masculino, o esquerdo é feminino” (ibidem: 82 – grifos nossos). As dualidades fundantes do código divinatório, seguindo as informações de Bonhomme, são entre direita e esquerda, respectivamente, homem e mulher, que se ligam a outra dualidade, também respectiva, entre patrilinhagem e matrilinhagem. Há também esquemas analógicos variados, cujos efeitos ampliam, em infinidade, novas correspondências, a partir de divisões diacríticas simbólicas basais, como, masculino-feminino, noite-dia, floresta-aldeia (ibidem: 132).

⁵³ A transmissão do segredo, do conhecimento do *bwete*, traz consigo uma hierarquia, entre *profano* e iniciado; “o ensinamento iniciático do *Bwete* situa-se, portanto, em oposição a uma pedagogia humanista transmitindo um saber comum partilhado” (Bonhomme, 2005: 115). O saber iniciático é entendido como uma bricolagem, selvagem, “um agregado de discursos fragmentários desigualmente distribuídos entre os iniciados” (ibidem: 117). Um saber que é disputado, manipulado, como também um meio de comunicação com os ancestrais. A presença forte dos ancestrais coloca um paradoxo, em outra dimensão, “a inovação individual [que cabe a todo ritual *bwete*] procede, portanto, dos ancestrais” (ibidem: 118), do arauto da tradição, cuja paisagem é entendida, pelo antropólogo, como uma espécie de “tradição em perpétua transformação”.

em pormenores, sem qualquer desejo explícito de anexar um sentido às ações.

Noutros termos, há uma decalagem entre a performance do *bwete* e a sua exegese. Sua interpretação, segundo Bonhomme, é *ad hoc* e nunca resolvida – a manifestação da própria incompletude e incerteza. É deste fundo etnográfico que emerge a afirmação do autor de que, caso nos atenhamos à materialidade da ação ritual, durante a performance do *bwete*, não há qualquer *comunicação* contendo significado (ibidem: 109). Os nomes que são proferidos em cantos, por exemplo, não têm qualquer real compreensão para a maioria dos participantes e do público. Toda a performance é vertida menos no conteúdo, e mais na *forma* de atos verbais com uma estrutura prosódica distinta da cotidiana. Assim, com formas prosódicas peculiares, com traços formais e estilísticos distintos da fala corriqueira, não há a transmissão de uma mensagem inteiramente inteligível (ibidem: 110). É sempre um ato de fala envolvido em contexto, que, na pragmática ritual, representa uma transformação de uma fala cotidiana, através de uma construção verbal distinta.

O segredo do *bwete* tem uma “estrutura em abismo” (ibidem: 121); o que explica o motivo pelo qual sua exegese é interminável, já que se nutre de si mesma. O elemento central apresentado pelos dados etnográficos é o vínculo entre *morte* e *segredo* (ibidem: 124 e seg.). Vínculo que revela o princípio lógico de transmissão e circulação deste saber. Em uma formulação da cosmologia *membe*, o “segredo está sempre mais a fundo” (ibidem: 124). A estrutura recursiva do segredo é apresentada e teorizada em uma das versões do mito de origem *go ébano* (ibidem: 125): *o segredo mais fundo, este filosofema, é sempre a origem de algo*. O saber e conhecer alguma coisa, no mundo, é sempre um *exercício em tons genealógicos*, genéticos. Saber que é mítico, que projeta correspondências simbólicas, os

enigmas da origem. Uma espécie de multiplicação do estado primevo, a partir de uma “geratividade analógica” (ibidem: 136). É assim que, por exemplo, o saber iniciático coloca o ego dentro de um tipo específico de discurso – o discurso analógico auto referencial.

“O *Bwete* é o crânio” – este é o seu segredo mais fundo (ibidem: 191). A “cesta ritual”, produzida para o e no *bwete*, contém um crânio escondido em seu fundo, que deve ser, sempre, de um parente do iniciado. No ritual, há um tratamento, i.e., uma transformação do crânio em fetiche, que se realiza em três etapas distintas. Grosso modo, o percurso conta com uma travessia, em direção à floresta para recuperar os ossos de um ancestral, parente, no cemitério – a preferência é dada ao avô, ou ao tio materno, com um explícito privilégio à linha materna. Na noite quente, na floresta, o crânio recebe uma preparação para transformá-lo, torná-lo um *bwete*. O tratamento dado ao crânio é uma etapa fundamental, pois evita que o fetiche transforme-se em um “monstro devorador”. Uma maquiagem bem característica marca a singularidade desta etapa do percurso iniciático. A transformação ritual do crânio é a produção, ou a ativação, da relação de posse de um *mokuku*, um espírito pessoal⁵⁴. É quando se chega ao clímax do percurso ao *bwete*. O iniciado vê a morte que, em outra equação, nada mais é do que o seu *mokuku*, o seu ancestral, cujo nome necessita ser pronunciado ritualmente.

⁵⁴ Durante o ritual, observa-se o uso da exclamação *base* (Bonhomme, 2005: 48), por parte dos que assistem ao e o culto. Segundo Bonhomme, é um termo que se assemelha à interjeição ‘bravo!’, ou à assertiva ‘sim!’. O *base* sempre é dito coletivamente, visando o efeito de validar a visão. A lógica *base* coloca, assim, à mostra a relação de circularidade e inversão dos contextos comunicacionais e divinatórios iniciáticos, que o ritual *bwete* apresenta. Por exemplo, boa parte das falas enunciadas no *bwete* é pouco compreendida pelos participantes, assim as são pois elas são direcionadas aos ancestrais, para quem os cantos e falas são referidos, e não aos homens em vida (ibidem: 111). É de se notar, portanto, um desejo de transformar o morto em um ancestral, o que, por outro lado, coloca uma instigante ideia; a saber: “a família do *Bwete* repousa [...] sobre uma ancestralidade mais iniciática do que linhageira” (ibidem: 142).

A dissimulação do crânio no fundo do cesto é projetada de um modo que parte dele fique exposta à visão, ou na interessante formulação de Bonhomme, um “esconder o segredo dentro da exibição” (ibidem). O crânio é um ancestral direto do iniciado. Ver o fundo é ver a nudez, o sexo do *bwete*, mas de modo dissimulado, ambíguo. Portanto, não há qualquer determinação conceitual no *bwete*, e sim a efetivação de uma aura de indeterminação semântica e referencial. A significação, assim, torna-se menos abstrata e mais ostensiva, que se resume *ao método de fabricação do seu referente*, i.e., ao ato de dar visibilidade. A materialidade das práticas rituais redundante, dentre outras, em uma instigante ideia: para se falar do ritual, do *bwete*, tem que se *falar das etapas de sua fabricação*, do percurso iniciático, do ritual em seu direito próprio.

A iniciação e a exibição, importante ressaltar, são dois momentos separados, que implicam na disjunção ideal máxima entre os mesmos. É só a travessia que possibilita a determinação ostensiva do *bwete*; a travessia, o percurso ritual, é a experiência que coloca um termo às zonas ambíguas do percurso iniciático. O paradoxo do *bwete* é ligado à morte, a saber: não se pode atravessar o *bwete*, este é um ritual que merece ser visto e experienciado como “uma etapa”, pois atravessá-lo, em sua inteireza, é um ato equivalente à morte. Assim, em termos práticos, e semânticos de modo consequente, efetiva-se a impossibilidade de sua determinação completa. A morte é o nódulo do ritual – é o conhecimento do segredo, mas, ironicamente, também o motivo pelo qual sua divulgação é sempre incompleta e inconclusa (ibidem: 200).

A travessia do *bwete* é uma encenação em torno da morte, em que o vivo, vítima de um infortúnio outrora, passa para o lugar do morto. A compreensão do seu significado é dada na condição, na possibilidade, da incompreensão, já que ser

onisciente do segredo é estar no lugar do morto (ibidem: 201) – é estar na intermitência de ocupar, de modo paradoxal, o ponto de vista do morto, estando vivo. A atemorizante compreensão do iniciado: o cadáver ritual é seu ancestral, está aos seus olhos, em visibilidade clara na forma do fetiche dissimulado na cesta. O iniciado ocupa, e por isto teme, o lugar paradoxal, pois, ao ver seu próprio cadáver, antecipa sua própria morte, ao mesmo tempo em que identifica seus ancestrais. Em termos de conhecimento, “o lugar paradoxal da morte é portanto o lugar paradoxal do mestre, aquele que detém a verdade e a totalidade da tradição” (ibidem: 201) – diríamos nós, em tons dos mais subsaarianos, a seara da ancestralidade.

Portanto, ecoando o modelo ritual de Houseman e Severi, Bonhomme entende que o *bwete misoko* repousa na transformação de uma matriz de relações. Assim, “o *Bwete* não é nada mais do que uma figura do iniciado difratada e refletida dentro de todas as mediações rituais” (ibidem: 217). Reflexividade iniciática, que, ao invés de diminuir a ambiguidade, perpetua indefinidamente o paradoxo. O espelho conecta, asserta Bonhomme, silenciosamente, a *situação* da comunicação: a mentira.

Notória é a nuance que os dados do percurso iniciático ao *bwete* apresentam. Sem a necessidade de afirmarmos que Bonhomme acaba, sem querer de modo explícito, indo contra a sua filiação ao modelo de Houseman e Severi, vale tirarmos uma conclusão da nuance. Ao lado dos dados manambu e chope, o quadro trazido à tona por Bonhomme permite-nos encadear melhor alguns efeitos das críticas, por nós realizadas, ao modelo ritual de Houseman e Severi. O percurso iniciático ao *bwete*, em suas cenas de patologia relacional, apresenta um conjunto de ideias sobre o *processo de significação*, em que as zonas da ambiguidade, do paradoxo, são pensadas *não só* como efeitos de

um quadro relacional. Antes, são zonas pensadas como *travessia*, como o próprio processo (criação) de significação, ou nos termos de Bonhomme, o processo de determinação dos significados. Um processo que é da ordem da indeterminação, já que nunca transpõe a decalagem entre a prática e a exegese, já que nunca consegue por complexo determinar o conteúdo semântico, pois apresenta uma paisagem permeada pelos paradoxos. Contudo, um paradoxo pensado não só em termos formais (modelo Houseman e Severi), mas, necessariamente, com traços semânticos, trazidos à tona pela qualidade sensorial da morte (ancestralidade se quisermos), da caveira. Um caso agudo em mostrar, de cabeça pra baixo, o recalcitrante elo vigente entre mitologia (implicitamente explícita) e ritual, através de processos de significação.

O que, mais uma vez, fortalece, pela comparação, interstícios semânticos em conjunção com os pragmáticos. Não obstante, vale destacarmos, por fim, o fato de que os dados de Bonhomme apontam para um fenômeno, já muito destacado por J Goody, a saber: de que o significado nunca será encontrado na superfície de um ritual, pois a referência do signo é, necessariamente, escondida do agente, do ator (Goody, 1961: 152). Esta ideia traz consigo decorrências interessantes para o modelo ritual de Houseman e Severi, em especial, por aglutinar: o efeito da escala de tempo (memória), a flutuação e o processo de significação (parentesco e simbolismo). Fatores que, nos rituais, são vertidos em uma linguagem com estruturas prosódicas distintas, com léxicos esotéricos secretos, mas que, também, acenam para uma *poética* que urge pensarmos.

O eterno retorno (paradoxal): do cachimbo e da morte

As vinhetas etnográficas, que são muito díspares entre si, permitem colocar em perspectiva o modelo de Houseman e

Severi, mostrando o poder heurístico e interpretativo do mesmo, assim como algumas dificuldades decorrentes da aplicabilidade dos seus princípios gerais. Notadamente, ao tomarmos estas diferentes províncias etnográficas, optamos por inverter o princípio metodológico proposto pela dupla, através do desiderato de uma *antropologia que seja comparativa* para o ritual, ao invés de seguir o caminho metodológico indutivo, que, a partir de um caso exemplar, formula leis gerais sobre a qualidade intrínseca dos rituais. Ao procedermos assim, em alguma medida, estamos ecoando a já referida crítica de Victor Turner, contra um possível horizonte, na antropologia dos rituais, pautado por uma espécie de “navalha de Occam”. Ao invés de modelos mínimos, indutivos e com poder de generalização (em que a comparação é relegada a um plano secundário), o foco primeiro na comparação de estâncias etnográficas (no qual é a análise formal que passa ser uma etapa posterior e menos central), permite pensarmos o modelo ritual tal como um negativo em sentido fotográfico: i.e., um enfoque em que os contrastes entre “claro” e “escuro” são antagônicos aos “contrastos reais” do que foi fotografado, mas que revelam o mesmo objeto. Portanto, poder-se-ia afirmar que nossa opção visou a extração de um princípio metodológico, a partir do modelo housemanseveriano, que é empregado contra si mesmo. Parodiando Lévi-Strauss, uma extração que funcionou para atentar a um ambiente heurístico (o de Houseman e Severi) que é tomado como “bom para se pensar”, mais do que como “bom para se aplicar”.

Este “bom para se pensar”, como dito no início deste ensaio, porém, visa o esquadro, o espírito do tempo, da antropologia atual, ou mais precisamente uma reflexão sobre: o estatuto das representações, a definição de método e, por fim, uma revista em noções clássicas da antropologia – em especial, o simbolismo pensado através do idioma do parentesco.

Reflexões que são resultas de uma atenção mais detida aos rituais em seu direito próprio, e estas, vale dizermos, são muito devedoras do trabalho de Houseman e Severi. Portanto, as críticas realizadas aqui ao modelo dos autores necessitam ser entendidas como uma espécie de localização da teoria no âmbito geral do pensamento antropológico contemporâneo. Um colocar em perspectiva que, mesclado à escala de tempo do parentesco vertical, à flutuação semântico-pragmática e aos processos de significação em travessias iniciáticas, possibilita pensarmos a qualidade *sui generis* da linguagem nos rituais. A saber, uma potencial reflexão sobre a qualidade poética da linguagem com sua estrutura prosódica diferenciada, seu léxico esotérico recôndito e ambíguo, com seus processos e mídias semióticos variados. A linguagem: em seu uso especial.

S Tambiah (1985) tenta equacionar, através de materiais etnográficos das ilhas Trobriand, a importância do componente verbal nos atos mágicos e rituais. Em foco, o que o autor quer fundamentar é a tese segundo a qual o ato de dizer, em si mesmo, é um ritual. As palavras rituais não podem ser tratadas como uma categoria indiferenciada, não só porque têm uma prosódia distinta, mas também pelo fato de que a *eficácia* de boa parte dos rituais advém de um uso especial da linguagem, do componente verbal, por meio de uma mescla de traços estilísticos e semânticos. Os casos trobriand, analisados pelo autor, colocam como questão a dependência entre a estrutura semântica das palavras e a estrutura dos atos rituais. O que, nada mais é, do que um rephrasear, via etnografia, do postulado de Jakobson, a respeito das funções da comunicação verbal, cuja variedade coloca sérias dificuldades analíticas às perspectivas que navegam pela pura pragmática. Segundo Jakobson, há seis funções basais da linguagem, a saber: referencial, poética, fática, emotiva, conotativa, metalinguística. Mesmo os traços formais como o paralelismo, a recursividade, as torções analógicas e as

justaposições, dentre outros, que constituem usos não-semânticos da fala, só são efetivos dada a convencionalização mínima de fundo. Reconhecer tal característica é o mesmo que perceber a necessidade de unir *conceito e ação, palavra e escritura*. Se a perspectiva pragmática decreta, de modo direto ou não, a atrofia do significado, faz por meio da atribuição de qualidade universal a fenômenos que são contingentes – afirma Tambiah, é impossível pensar *todas* as formas rituais como estando, prioritariamente, na pragmática frente à semântica (Tambiah, 1985: 165). Uma simples coleta, comparativa, apresenta modos rituais cujos rastros simbólicos são postos em primeira cena; uma comparação transcultural evidencia que, ao lado das variadas formas estilísticas e infra linguísticas da fala, há também *múltiplas* mídias, *meios semióticos*, presentes nas performances rituais⁵⁵. Coisas postas pelos próprios dados iatmul, diríamos.

Uma reflexão análoga é desenvolvida por Carlo Severi (2007), destoante, só em partes, da que o autor desenvolveu em parceria com Michael Houseman. Visando entender o aspecto infra ou supra linguístico, Carlo Severi avança, mais

⁵⁵ Para Tambiah, a dificuldade de definir o que vem a ser um ritual necessita ser levada mais a sério, mas sem com isso ser tomada em uma definição restrita. Para o autor, o que importa é a “definição provisória”, para um uso específico e circunscrito, isto é, etnográfico, do ritual (1985: 125-126). Por exemplo, alguns traços, geralmente encontrados em rituais, combinam-se de diferentes modos em cada província etnográfica – o formalismo, os traços estereotipados, a condensação (fusão), os mecanismos de redundância, o uso de várias mídias, a veiculação de valores indiciais (incluindo os pragmáticos e os semânticos). Para Tambiah, faz-se necessária uma junção entre “cultura” e “análise formal”, na medida em que cosmologias têm suas formas específicas de classificação, seus conceitos, modos de relacionar, por exemplo, mitos, ritos e códigos legais. A integração dos dois polos é entendida como fundamental, assim como se revela na mutualidade. Por que certas formas comunicacionais, e não outras, são escolhidas em detrimentos de outras? Uma pergunta que sempre coloca em cena *uma resposta de ordem sociológica, de ordem simbólica, antes que pragmática ou lógica*. Envolve, pois, *concepção*. Talvez uma das razões pela dificuldade que a perspectiva pragmático-lógica de Houseman e Severi encontra para delimitar o simbolismo, através de uma teoria do parentesco estendido, em que há constantes pulos da ordem analítica lógica, para a sociológica, sem qualquer mediação, a não ser uma vaga analogia entre semelhantes maneiras de identificação (i.e., via petições de princípio de um cognitivismo).

detidamente, no entendimento dos aspectos da fala, cuja prosódia é diferenciada nas performances rituais⁵⁶. O psicanalista Gaetano Roi, com seus estudos sobre o autismo e a natureza diferenciada da comunicação, apresenta um conjunto de reflexões sobre a infra linguagem que é tomado, por Severi, como um paralelo formal aos aspectos linguísticos diferenciados do ritual; a saber: a partilha de uma estrutura comunicacional que é díspar, na qual o que importa, mais do que conteúdos semânticos, são as condições e os aspectos formais da enunciação (Severi, 2007: 243) – as condições de fala. A construção e a experiência de uma situação específica de comunicação, em que “o equilíbrio habitual entre o sentido e a forma sonora das palavras apresenta-se profundamente modificado” (ibidem: 244). O aspecto verbal, em rituais, parece querer evitar o “nível médio da comunicação linguística”, diz o autor, pois, de modo recorrente, é vertido por meio de elementos infra ou supra linguísticos, ou através de metáforas esotéricas cujo léxico especializado não é, de modo pleno, acessível e comunicável (como vimos em boa parte das vinhetas etnográficas apresentadas). Assim, as descobertas, a respeito dos elementos de enunciação, feitas pelas pesquisas de Roi, emergiram como semelhantes, em termos formais, ao problema xamânico da eficácia simbólica: i.e., à natureza prosódica e à força terapêutica dos rituais. Ambos os casos navegam pelo trabalho de deciframentos icônicos, de imagens sonoras que independem das significações estritas das palavras que as compõem (ibidem: 249).

É neste trabalho que Severi dá a devida atenção à linguagem poética, dentro das performances rituais (ibidem: 244). Esta teoria, que resumimos drasticamente aqui, visa tomar e pensar a ambiguidade com uma forma que lhe seja própria,

⁵⁶ Questão só apontada no modelo de Houseman e Severi, mais do que propriamente desenvolvida em suas implicações.

antes que partir em busca de representações simbólicas estáveis em um nível mais profundo. O foco é o entendimento de fenômenos, fórmulas verbais, modos de relações sociais, construtos imagéticos, que se fundam no agrupamento de condições contrárias, antinômicas, mas simultaneamente necessárias. Dialogando, em partes, com os estudos fonológicos de Jakobson (1976), o autor toma mais a sério o fato de que um puro aspecto sonoro pode emergir ressonando junto com o sentido. A correlação poética entre certa organização sonora, de um lado, e uma forma de construir a significação, de outro (Severi, 2007: 245). A partir deste enfoque, sons inarticulados, ou de baixo conteúdo semântico reconhecível, são entendidos como obedecendo a uma organização interna – uma (sub) estrutura formal que orienta as palavras, a glossolalia –, muitas vezes expressa através de traços estilísticos formais, tal qual a repetição regular, com alternâncias calculadas, de temas ou fórmulas. Se o som adquire uma dimensão autônoma é porquanto não configura uma dimensão caótica e desprovida de sentidos, pelo simples fato de não trazer consigo conteúdos semânticos claros; se é possível apreendê-lo, é porque configurações sonoras fazem-se presentes⁵⁷. Destarte, a

⁵⁷ Este quadro analítico é bem exposto em análises etnográficas de Carlo Severi. Por exemplo, segundo o autor (2007), o uso especial da linguagem, em contextos de enunciação ritual xamânica entre os ameríndios, é um meio de transformar o mundo exterior através de uma fórmula verbal reflexiva. O uso reflexivo da linguagem, por um enunciador complexo, introduz um paradoxo temporal, no tempo da ação, que passa a tomar o *presente* e o *passado* em um simultâneo uso. Este paradoxo espaço-temporal, no mais das vezes, é alcançado através do uso reflexivo da fala, como a recursividade, a citação em estrutura de abismos em que a fala é empregada na forma de outro falante da fala: um traço formal e performático em que emerge a enunciação somente como uma enunciação da enunciação, cuja qualidade mais palpável é o mínimo de transporte semântico para os que acompanham a performance ritual. Para Severi, este é um ato que visa engendrar de “criaturas quiméricas” em estado de transformação, é, neste sentido, que o “enunciador complexo” é sempre, no mínimo, dois: um ser duplo que jamais é ele mesmo. O modo como a linguagem é usada transforma, via performance ritual, as representações usuais dispostas no cotidiano. O que, em outros termos, denota uma perspectiva analítica que localiza, nas searas rituais, um lugar em que se *constrói um universo próprio de verdade* (Severi, 2004: 830).

comunicação passa a ser pensada como infra linguística (ibidem: 246-247).

Não obstante, a poética de Severi, atenta aos aspectos infra ou supra linguísticos presentes nas práticas rituais, em atos enunciativos, permanece preocupada, de modo exclusivo, com os estrados abaixo do significado. Ou seja, não se detém em alguns desenvolvimentos importantes da teoria poética de Jakobson. Para além de diálogos com a psicanálise, contudo, é também preciso pensar a prosódia ritual *dentro da* própria linguagem, em termos de uma poética, que vai além da dicotomia entre *vazio significante* e *significado*. Porquanto, retomando a assertiva de Tambiah, a prosódia e o léxico esotérico especializados dos rituais valem-se de diferentes mídias, diferentes instrumentos semiológicos que não se resumem a processos tais quais metonímia, indicialidade e parataxe, os únicos privilegiados por Severi. Clarifiquemos esta crítica retomando a releitura crítica de Benveniste (1976), sobre a arbitrariedade do signo linguístico – o desejo de uma poética para além do idioma dualista saussuriano.

Segundo Saussure, a união de um conceito com uma imagem acústica é o que constitui a unidade linguística – o signo é sempre “uma coisa dupla, constituída da união de dois termos” (Saussure, 2000: 79). O signo é arbitrário, nesta interpretação, visto que o laço que une o *significante* e o *significado* é imotivado; i.e., a ideia de “mar”, seu conceito, não está enraizada na sequência acústica “m-a-r”; já que esta noção pode ser expressa de diferentes maneiras – “sea”, “mer”–, o *significante* é imotivado frente ao *significado*. O que há, como vínculo, é a condicionante do hábito coletivo, a convenção, a fixação por regras sociais. Para Benveniste, entretanto, a relação entre o *significante* e o *significado* é *necessária*, não arbitrária, porquanto, na consciência do falante, o conceito ‘X’ é idêntico ao conjunto fônico ‘X’: juntos eles “foram impressos na

consciência do falante” (Benveniste, 1976). O significante e o significado são consubstanciais: “o significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante” (Benveniste, 1976: 56). Assim, o “domínio do arbitrário fica relegado *para fora* da compreensão do signo linguístico” (ibidem: 57 – grifo nosso), no sentido em que o que é arbitrário é o fato de que um signo (ao invés de outro) se aplica a um determinado elemento (e não a outro), e não a relação significante-significado. É por pensar em um elemento real, concreto, substancial, que o linguista pode julgar signos, como o de “mar”, como arbitrários, já que variáveis em suas manifestações discretas, nas línguas. Aleatória é a forma como o vínculo, entre significante e significado, efetiva-se em diferentes conjunturas, i.e., a “forma cultural” que associa o termo ao representado.

Como podemos notar, a teorização sobre a poética de Carlo Severi é calcada e derivada da noção de signo arbitrário, tal como ela foi formulada por Saussure. Assim o é, porque Severi, mesmo atento aos traços peculiares da linguagem ritual, às condições de enunciação, aos aspectos fonológicos, não abandona o pressuposto de que há um abismo, um vazio lógico inacessível, entre os polos do não-senso e do significado. O que resulta, aos olhos do autor, em uma atenção a aspectos fonológicos como se somente ligados à antessala do significado. O analista, dos rituais, dos fenômenos de enunciação xamânica, por exemplo, através de uma análise pragmático-formal, de uma poética, acessa *ou* os aspectos infra linguísticos *ou* os seus efeitos simbólicos resultos das ações executadas: *ou* se está no reino do não-senso *ou* no do significado. O estrado que se encontra entre estes dois extremos é ignorado, mesmo na teoria poética de Severi, cuja consequência é a não atenção aos movimentos, às zonas ambíguas não discretas, inerentes ao processo de significação – o que, por exemplo, os dados do

bwete mostram na busca irrefreável de sua determinação conceitual. A ambiguidade, como vimos na teoria do autor, só é plenamente reconhecida através de um formalismo lógico – o paradoxo –, nunca como uma ambiguidade do e no processo de significação –paradoxos e antinomias também semânticos. Por fim, Carlo Severi, diríamos nós por ora, esboça uma teoria da poética que, tal como Saussure, ignora o fato de que entre o significante e o significado há um vínculo necessário, mesmo que arbitrário, para lembramos Benveniste; ao assim proceder, perpetua uma dicotomia que deixa para fora da linguagem o essencial da função poética, os processos de significação. (O que, com fins etnográficos, pode fornecer um olhar mais claro sobre as *ironias* e os *deboches* envolvidos nas cerimônias naven).

Um “etnocentrismo” que ecoa o conceito de escritura, como diria Derrida, um logocentrismo típico da metafísica da escritura fonética, em que é atribuída ao logos a origem da verdade. Carlo Severi, assim como sua parceria com Houseman, querendo não ecoar este etnocentrismo, não consegue desvincular-se, mesmo que às avessas, da premissa que afirma uma proximidade absoluta de voz e do significado – como se o viger de uma outra prosódia, por si, implicasse em paisagens de significados mancos, um estrado abaixo do significado. Como se entre *significante* e *significado*, o princípio que regeria suas possíveis relações fosse o exclusivo da “proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido” (2004: 14). Desde Peirce, a teoria semiótica aponta para o fato de que é impossível ignorar a qualidade dos signos, que são e estão, de modo irreduzível, na condição de um *vir-a-ser*, i.e., são processuais, antes que portadores de referências e conteúdos semânticos estáveis (ibidem). Signos estão em processo de significação, no jogo nunca concluído entre discreto e contínuo.

O não semântico explícito dos rituais, portanto e todavia, com uma poética propriamente da linguagem, é possível ser casado com mitologias implícitas e explícitas, como querem algumas manifestações etnográficas (os sistemas de nomeação do Sepik, p.ex.). Tendo em mente os apontamentos já expostas através das vinhetas etnográficas, é possível determo-nos em uma poética, que toma a ambiguidade, também, semântica em direito próprio: aquém e além do dualismo pouco produtivo *vazio-significado*. Jakobson, em *Six leçons sur le son et le sens* (1976), afirma que um mínimo fônico pode transmitir uma rica marca discreta, assim como um opulento conteúdo conceitual, emotivo e estético. Tomando a distinção, e os desenvolvimentos daí resultantes, entre o conceito de “fonema” e o de “traço fonológico”, esta afirmação torna-se plena de consequências. O traço fonológico é definido como *entidade que não é por si significativa* – é a *unidade última* reduzida discreta. O fonema, também uma unidade mínima discreta, embora não última, de semelhante maneira não é significativo por si mesmo; não obstante, e contrastivamente com o traço, aquele sempre está relacionado ao significado: i.e., o fonema é a condição para a produção do significado, embora não carregue em si um significado isoladamente. Insistindo sobre a importância dos traços, a perspectiva fonética de Jakobson sinaliza para o salto em relação à descoberta de unidades últimas, que necessitou estourar a entidade fonema em todos os seus traços distintivos. Uma espécie de abertura epistemológica em direção ao *traço*. Diferente do segmento – qualquer som presente em uma língua, a sonoridade material –, o traço é balizado por diversos parâmetros – intensidade, alongamentos, anasalamentos, por fim, *gestos articulatórios* –, a partir dos quais a “teoria dos traços” visa trabalhar para captar a riqueza dos jogos relacionais entre os traços linguísticos vigentes nas línguas. É neste bojo que a diferença, entre o conceito de traço e de fonema, ganha

um contorno mais explícito e cujas implicações são mais ricas: os traços são relacionais, nunca estão sós, são sempre combinados em jogos fônicos que marcam e combinam discretudes, sem carregarem consigo significados, já que quase contínuos; ao passo que, de modo diverso, o fonema está, se efetiva, em uma primeira instância, sozinho, e auxilia na constituição de um significado, mesmo não sendo em si, i.e., isoladamente, significativo.

No estouro do fonema, ou seja, na conceptualização do traço, a fonética e, por conseguinte, a linguística alcançaram um instrumental capaz de matizar, assim como destacar a natureza característica da unidade distintiva fonêmica: sua relação na *construção do significado* sem carregar em si algo que seja significativo, *porém sem pressupor uma dicotomia pensada como resulta do buraco lógico vigente entre não-senso e significado* (a teoria saussuriana, refletida, em todos os parâmetros nas teorias de Houseman e Severi). Parafraseando Jakobson, um mínimo fônico pode transmitir uma rica marca discreta – traço –, pode transmitir conteúdos conceituais, emotivos ou estéticos, no jogo constitutivo – fonema.

As consequências deste ponto podem ser traduzidas como uma necessidade de atentarmos à “função poética da linguagem”, de buscarmos os “infinitesimais do verbo poético”, para usar as célebres expressões de Jakobson. Arte verbal é um processo de significação, haja vista que a “indefinição e [o] poder criativo afiguram-se como inteiramente interconectados” (Jakobson, 1970: 17); o que também poderia ser uma citação refraseada de dados *bwete* ou da categoria *nfowetu* chope. Este princípio é presente nos rituais, nos traços prosódicos da enunciação, em que é possível notar modos de operação em que, como na poesia, “a similaridade se superpõe à contiguidade e, assim, ‘a equivalência é promovida a princípio constitutivo da sequência’” (ibidem: 72). Muito destes efeitos, da linguagem

poética, são alcançados pela gramática, i.e., por elementos formais, que se relacionam com os lexicais. Como um princípio metodológico, diz Jakobson, “qualquer que seja a relação hierárquica entre todos esses sistemas e, em particular, entre a linguagem e outras esferas de signos, o estudo comparado da língua e de todos os outros conjuntos de signos [...] deve ser ativado manifestamente” (1985: 151).

Não se pode condenar algum tipo de signo ao ostracismo. Se a poesia romântica é da ordem preferencial da metáfora, o realismo, por outro lado, é da metonímia – surpreendentes correspondências com as perspectivas antropológicas divididas entre o pragmatismo e o simbolismo, na escolha “ideológica” de elementos semióticos preferenciais. Reconhecer o paradoxo, os elementos infra linguísticos de atos de enunciação, portanto e entretanto, significa perceber que a “supremacia da função poética sobre a função referencial *não oblitera a referência (o modo denotativo)*, mas antes a torna ambígua” (ibidem – grifo nosso). Ora,

“a ambiguidade é uma propriedade intrínseca de toda mensagem centrada sobre si mesma, é enfim um corolário obrigatório da poesia” (Jakobson, 1963: 238),

o corolário obrigatório da linguagem ritual, diríamos nós, por ora ⁵⁸. Faz-se necessário, portanto, diferenciar a “produção de signos” e a mera “apresentação semiótica”, uma diferenciação ausente no modelo de Houseman e Severi, como

⁵⁸ Para Jakobson, os rituais sempre contêm falas e elementos paronímicos, corporais, i.e., a vigência de informações que jamais serão verbalizadas, somente palpáveis pela materialidade da ação. Contudo, “esta tradição semiótica é sempre dependente, pelo menos de um padrão verbal emoldurante que passa entre gerações” (1970: 27). Ora, “qualquer comunicação humana de mensagens não verbais pressupõe um circuito de mensagens verbais, sem implicação inversa” (ibidem: 21). Assim o é, porque todo código verbal tem a qualidade de ser conversível, compreende um conjunto de subcódigos distintos. Por isso, em termos analíticos, é preciso ter uma “visão dinâmica de um código diversificado, conversível, com respeito às diferentes funções da linguagem aos fatores tempo e espaço, ambos excluídos da concepção saussuriana do sistema linguístico” (ibidem: 28), como também da abordagem ritualística de Houseman e Severi.

também na definição poética do último (novamente, os rastros de Saussure).

Os rituais trazem consigo zonas ambíguas, não exclusivas a um único jogo de linguagem, processos de significação flutuantes, para lembrarmos do exemplo chope⁵⁹. Tomar seus aspectos infra linguísticos nos termos de uma poética, por outro lado, revela que nem sempre a ideia de não-comunicabilidade é rentável. Entre o vazio e o cheio, entre o senso e o não senso, há todo um estrado, muito bem captado pelas poéticas, como as marubo (Cesarino, 2008), em termos etnográficos e teóricos. É que, entretanto, o paradoxo, tomado em termos semânticos, e não só lógicos, expõe, em brincadeiras ou em axiomas filosóficos, a radical impossibilidade da existência de significados unívocos, ou para dizer em outra linguagem, a precariedade de toda e qualquer identificação – determinação do *bwete* em travessias iniciáticas. No estatuto ambíguo que a representação assume, contudo, é difícil excluir, por completo, o horizonte que ela projeta, já que

“admitir, por fim, o vazio contido na linguagem implica por certo sua indagação permanente *e não o descanso* de quem sabe de antemão o que significa árvore, pedra, amor” (Costa Lima, 2000: 252 – grifos nossos).

A instabilidade semântica, típica aos rituais, requer a exploração do vazio, o que não se traduz como uma forma de evitá-lo no jogo com o significado. Diante da não clareza das mensagens da linguagem, usada em rituais, Houseman e Severi

⁵⁹ Vale ressaltar que Severi também dedicou uma análise sobre conceitos com “conteúdos semânticos duvidosos”, como as ideias de alma (ameríndia), mana, dentre outros, que são conceitos “cercados de incerteza”. Para Severi, para entender estes conceitos flutuantes é preciso traçar uma rede de ideias, a partir da reconstituição das condições *pragmáticas* que definem os jogos de linguagem, nos quais tais conceitos são usados. Não obstante, não há uma ponderação do autor mais detida sobre a qualidade “duvidosa”, dúbia, de tais classes de conceitos, em termos semânticos (Severi, 2007) – novamente, ao buscar dar conta das condições nas quais os termos são utilizados, pouca atenção é dada à função poética da linguagem, entendida para além dos polos do signo *vazio* e do signo *significado*.

parecem ecoar um quadro bem semelhante a uma paisagem pós-moderna, na qual se observou uma tendência “de a concentração na linguagem haver-se feito em um sentido decisivamente imanente, sem atenção ao sujeito, i.e., descartando-se quer a sua intencionalidade, quer a sua contextualidade, e sem atenção às suas múltiplas, variáveis e não objetivas representações” (Costa Lima, 2000: 153). O que pedimos, por aqui, é por um modelo que seja capaz de contemplar outros usos da linguagem, outras formas poéticas, que não os de um simbolismo lógico, envolto em uma concepção euroamericana, que pensa a poética como mero jogo entre os polos do vazio conceitual e do significado. As margens dos rituais, aqui, para lembrar o escritor Guimarães Rosa, são propostas serem terceiras, i.e., poéticas ⁶⁰.

Todo este rol de questões e dados etnográficos apresentados neste ensaio, reconhecemos que algo excessivo, faz lembrar a elegante análise de Michel Foucault (1988), sobre o quadro de Magritte “Ceci n’est pas une pipe” ⁶¹. De modo evocativo, Magritte e Foucault mostram como a divisão estrita entre vazio-significante e significado-pleno expõe as fraturas de nossas suposições super simplificadas, quando saímos do universo das correspondências analógicas, semelhanças. As implicações, que se desprendem da análise foucaultiana, fornecem-nos uma boa síntese das discussões aqui

⁶⁰ Como réplica, poderia ser objetado contra nossa crítica o fato de que Carlo Severi (2007) toma de empréstimo a ideia de Gombrich de “ilusão perspectiva”, para falar da poética da enunciação, a saber, o jogo entre o cheio (a familiaridade) e o vazio (as sequências incompreensíveis). O que responderia uma de nossas objeções. Nesta teoria, a ideia de espaço vazio emerge em meio ao fluxo das representações enunciadas; é dele, o vazio, que nasceria o trabalho ativo de completá-lo, uma ilusão perspectiva orientada. Contudo, na repetitiva filiação pragmatista, o símbolo é entendido como um produto, um efeito de produção ritual – tese que é semelhante à traçada em seu trabalho com Houseman, mesmo estando mais atenta às formas da linguagem, é uma teoria voltada, novamente, em uma primeira visada, para o abaixo do significado.

⁶¹ Devido à péssima qualidade gráfica que qualquer reprodução teria nestas páginas, remetemos o leitor, caso lhe falhe a memória, ou não conheça o referido quadro de Magritte, aos dois sítios na internet indicados nas referências bibliográficas. Além do *Ceci n’est pas une pipe*, vale também, para os mesmos fins, o quadro *Le clef des songes*, do mesmo autor.

encaminhadas, a partir da proposição de uma análise sobre algumas consequências que o princípio metodológico, de Houseman e Severi, apresenta para a teoria antropológica em geral. E mais, em brincadeiras e provocações, são encaminhamentos que projetam uma poética que está, ainda, porvir no modelo ritual.

Grosso modo, a pergunta imediata que vem à mente do expectador ao deparar-se com o quadro de Magritte é: “a que se refere a frase escrita?”. Interrogação que a representação plástica dispõe, problematizando o estatuto da representação, ou para dizer o mesmo em outros termos, o que vem a ser o signo linguístico, a escritura, a linguagem, o fonetismo, o ato de referenciar. O ponto de vista do expectador sempre será o da dúvida, oriunda, em precisão, da simples oposição, disposta no quadro, entre “a flutuação não localizada do cachimbo do alto e a estabilidade do de baixo” (Foucault, 1988: 15). Como em outras obras de Magritte, o desconcertante é a associação inevitável do texto com o desenho, antes mesmo de se questionar sobre o estatuto da representação. É a construção surrealista que coloca, como incomodo epistêmico, a *impossibilidade de definir* qual é o plano base para dizer se a afirmativa é verdadeira, falsa ou contraditória: a determinação vacila. Onde Foucault desenvolve uma reflexão sobre a qualidade dúbia do “caligrama”, sempre expressa, simultaneamente, em termos estilístico-formais e semântico-significativos. Para o autor, o caligrama tem um tríplice papel: ele compensa o alfabeto, repete ideias sem o recurso da retórica e, por fim, prende “as coisas na armadilha da dupla grafia”. O ato que aproxima o texto e a figura, que alfabetiza o ideograma, que povoa a cena com letras descontínuas: assim, “faz falar o mutismo das linhas interrompidas” (ibidem: 22).

Seguindo a lei da forma simultânea, opera-se uma redução do fonetismo, *mas só por um instante*, para completar os contornos ambíguos do que está representado, fazendo “do desenho o fino envoltório que é necessário transpassar para seguir, de palavra em palavra, o esvaziamento do seu intestino” (ibidem: 22). Transformam-se letras em traços lineares que podem preencher o espaço iconográfica e alfabeticamente; letras que basculam o conteúdo, em favor de um funcionamento tal qual sinais que se desenrolam através do “encadeamento único de uma substância sonora” (Ibidem). Se as palavras são desenhadas, no jogo simultâneo do paradoxo, o cachimbo, por sua vez, é composto, na pintura de Magritte, por caracteres micro gráficos. Efeito alcançado com uma singular inserção do elemento do incômodo: a legenda, com uma função outra do que a tradicional – mais do que ser um acompanhamento informativo, é um comentário crítico que visa pôr em questão o estatuto do que fora representado. O ponto é que “o caligrama não *diz* e não *representa* nunca no mesmo momento; essa mesma coisa que se vê e se lê é matada na visão, mascarada na leitura” (ibidem: 27). Um jogo paradoxal entre as afirmativas, que ora parece propor “não dizer ainda”, ora “não mais representar” (ibidem: 28), por meio da série de cruzamentos, entre figura e texto. Ora, “no total, aparece facilmente que o enunciado de Magritte é negado pela imediata e recíproca dependência do desenho do cachimbo e do texto por meio do qual se pode nomear esse mesmo cachimbo” (ibidem: 31).

Na pequena análise de Foucault (1998: 39), o autor chama atenção aos dois princípios básicos que sedimentaram as empresas da pintura ocidental entres os séculos V até XX. A saber: a separação entre a representação plástica – *princípio da semelhança* – e a referência linguística – que exclui o primado da semelhança, pois opera a partir do *princípio da diferença*. Dois princípios que, historicamente, foram segregados ou, o que

reflete o mesmo, um subordinado a outro, através de uma ordenação hierárquica. Magritte e Klee, por exemplo, são tomados por Foucault, como exceções, no sentido em que colocam o “cruzamento num mesmo tecido do sistema de representação por semelhança e da referência pelos signos” (ibidem: 41) ⁶².

“Isto não é um cachimbo” é um ato, poderíamos afirmar noutra escala, um ato poético-plástico, que visa apagar uma velha oposição – denominada por Foucault como “oposição da civilização alfabética” –, a saber: aquele entre mostrar e nomear; figurar e dizer; imitar e significar; significante e significado; princípio da semelhança e princípio da diferença. O quadro de Magritte é duas vezes paradoxal, pois “empreende nomear o que, evidentemente, não tem necessidade de sê-lo (a forma é por demais conhecida, a palavra, por demais familiar). E eis que, no momento em que ia dar o nome, o faz negando que seja ele” (ibidem: 26). Há a um só tempo: imagem, texto, semelhança, diferença, afirmação, negação. Assim o é, pois, de modo ambíguo, a forma visível é cavada pela escrita, uma presença estranha, imóvel sem nome, só perceptível na rede de significados, antinômicos, que a batizam. Portanto, o ponto central passa a ser uma ideia nada simples: a possibilidade de pensar o paradoxo para além do formalismo lógico, como o veiculado no modelo de Houseman e Severi, preso à concepção saussuriana da arbitrariedade do signo. Não obstante, o paradoxo pode ser tomado em termos *semânticos*, esfera dos significados, sem com isto, também, resumir-se ao modelo semântico-cognitivo (tal qual o de Sperber e Boyer, já mencionado em páginas anteriores, criticado por Houseman e Severi), já que antes é visto como *um processo de significação*

⁶² Aqui, poder-se-ia afirmar, as premissas que postulam uma divisão entre imagem e linguagem, como as de Severi (2007: 319), radicada na incapacidade da primeira em fazer uma “proposição linguística negativa”, são colocadas em perspectiva.

(como os percursos ao *bwete*). Uma possibilidade de pensar o paradoxo, em termos semânticos e formais, como um “duplo alçapão” (Foucault, 1988: 23).

Ao modo das cenas rituais – ambíguas, prosódicas, com segredos – há uma aura na qual se vê um movimento em direção ao choque, uma fuga do automatismo, no qual é possível ver “o surdo trabalho das palavras” (ibidem: 42): um acenar ao contínuo aquém, além e com o discreto. Palavras que não são puramente semânticas, mas, também, longe estão de serem a-semânticas, dada uma estrutura prosódica outra, ou um conjunto de léxicos esotéricos não partilhados por uma comunidade ampla de falantes. “*Isto não é um cachimbo*, era a incisão do discurso na forma das coisas, era seu poder ambíguo de negar e de desdobrar: *A arte da conversa é a gravitação autônoma das coisas que formam suas próprias palavras na indiferença dos homens, impondo a eles, sem mesmo que eles o saibam, em sua tagarelice cotidiana*” (ibidem: 49).

É assim que: o mutismo pode compor um significado, que designa as imagens (conteúdos) mais fugidias, *nfowetu*; as palavras podem emergir como manchas, já que procedem via dissociação. O cachimbo e o texto são jogados um contra o outro e, portanto, o princípio não é mais *o indicador*, pois há jogos de transferências, analisa Foucault, que correm, que proliferam, que propagam. Ou, em termos da teoria do ritual, uma possibilidade de fugir da associação, não escrutinizada, entre vazio semântico e significado, senso e não senso, muito devedora de uma concepção simplista da arbitrariedade do signo linguístico (Benveniste, 1976).

Uma poética, por fim, no sentido jakobsoniano. Fora da metafísica da escritura fonética, pois, é possível tecer uma atenção mais localizada às formas poéticas que empregam modelos radicados no entremeio dos polos do significante e do

significado, como aquele dos rituais e das mitologias implícitas apresentado por Lévi-Strauss na *História de Lince* – mas em direito próprio, o “meio fluido onde as ideias claras e distintas e as regras da vida social se dissolvem”. Tal como a materialidade da ação ritual, faz-se necessário pensar as zonas do ambíguo em direito não só estilístico-formal, mas, propriamente, poético, i.e., *também* semântico. Gramática e léxico.

O que nos remete à resposta de Magritte, ao trabalho de Foucault,

Existe, há algum tempo, uma curiosa primazia conferida ao ‘invisível’ através de uma literatura confusa, *cujo interesse desaparece se se observa que o visível pode ser escondido, mas que o invisível não esconde nada*: pode ser conhecido ou ignorado, sem mais. Não cabe conferir ao invisível mais importância do que o visível, ou inversamente. O que não ‘falta’ importância é ao mistério evocado de fato pelo visível e pelo invisível, e que pode ser evocado de direito pelo pensamento que une as ‘coisas’ na ordem que o mistério evoca. (Magritte, apud Foucault, 1988: 82-83 – grifos nossos).

Um filosofema que muito poderia ser apresentado como se um motivo cosmológico *membe*. Muitas vezes esta primazia a um polo, esquecendo todo o entremeio vigente aquém e além dos extremos, está presente através de uma versão, sem inspeção crítica, do dualismo significante-significado popularizado por Saussure. Visível, invisível. Contudo, por outro lado, há a linguagem da caveira – ancestral-naven, *bwete, nfowetu* – e seu incomparável poder: o que nos traz para o centro da cena, (ritual?), em que o esquadro atual da antropologia, sendo pragmático, é simbolista. *O segredo ritual – bwete e alhures –, como vimos, é o que dispara o processo de significação, é o que confere à linguagem sua prosódia e seu léxico distintos do cotidiano*. E assim, também, a morte retoma, em termos etnográficos, sob a ressaca simbolista que certo esquadro pragmático tentou sepultar, um direito próprio aos atos de simbolização: as verticalidades temporais *iatmul-manambu*, o segredo (in)determinado *membe*, o parentesco pragmático-

semântico na simbologia *nfowetu*. De modelos mínimos não se faz uma antropologia comparativa transcultural, ao menos não sem antes lidarmos com o eterno retorno do cachimbo. O jogo de contração e expansão entre pragmática e simbolismo.

Um acenar para *outra* poética que afirma não ser isto um cachimbo, justamente, quando quer, via paradoxos, o denotar.

Bibliografia

- BATESON, Gregory. (1958). *Naven*. California: Stanford university press.
- BENJAMIN, Walter (1987) *Obras Escolhidas: Rua de Mão Única*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BENVENISTE, Émile. (1976) *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Cia Nacional, EDUSP.
- BONHOMME, Julien. (2005). *Le miroir et Le crâne. Parcours initiatique du Bwete Misoko (Gabon)*. Paris: CNRS Editions.
- CESARINO, Pedro de Niemeyer. (2008) *Oniska: a poética da morte e do mundo entre os Marubo da Amazônia Ocidental*. Rio de Janeiro: Tese, PPGAS-UFRJ.
- COSTA LIMA, Luiz. (2000) *Mímesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DERRIDA, Jacques. (2002) *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (2004) *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- FAUSTO, Carlos. (2008) "Donos demais: maestria e domínio na Amazônia". *Mana*, 14(2): pp 329-366.
- FOUCAULT, Michel. (1988) *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GELL, Alfred. (1988) "Technology and Magic". *Anthopology Today*. 4(2): 6-10.
- _____ (1998) *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press.
- _____ (1999) *The Art of Anthropology: Essays and Diagrams*. London: The Athlone Press.
- GOODY, Jack. (1961). "Religion and Ritual: the definitional problem". In: *The British journal of sociology*. (12-1).
- _____ (1977). "Against 'Ritual': Loosely Structured Thoughts on a Loosely Defined Topic". *Secular Ritual*. S. Moore and B. Myerhoff. Assen, Van Gorcum.
- _____. (1977b) *The domestication of the savage mind. Themes in the social sciences*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- GUSS, David. (1990) *To weave and sing: art, symbol, and narrative in the South American rain Forest*. Berkeley: University of California Press.
- HARRISON, Simon (1990). *Stealing people's names: history and politics in a Sepik River cosmology*. New York: Cambridge university press.
- HOUSEMAN, Michael & SEVERI, Carlo. (1998). *Naven or the other self. A relational approach to ritual action*. Boston: Brill.
- HOUSEMAN, Michael. (2005.) "The Red and the Black: A practical experiment for thinking about ritual". In: D. Handelman and G. Lindquist, *Ritual in its Own Right*. Berghahn. Pp. 75-97.
- ITEANU, Andre. (2005). "Partial Discontinuity: The Mark of Ritual". In: D. Handelman and G. Lindquist, *Ritual in its Own Right*. Berghahn. Pp. 98-115.
- JAKOBSON, Roman. (1963). *Essais de Linguistique Générale*. Paris, Minuit.
- _____ (1969) *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Ed Cultrix.
- _____ (1970) *lingüística, poética e cinema*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1976) *Six leçons sur le son et le sens*. Paris: Minuit.

- _____ (1979) "O que é a Poesia?" In: *Círculo Lingüístico de Praga: Estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo.
- _____ (1981) *Selected Writings III*. The Hague: Mouton.
- _____ (1985) *Diálogos*. São Paulo: Ed Cultrix.
- KANT, Immanuel. (1983) *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1993) *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KAPFERER, Bruce. (2005). "Ritual Dynamics and Virtual Practice: Beyond Representation and Meaning". In: D. Handelman and G. Lindquist, *Ritual in its Own Right*. Berghahn. Pp. 35-44.
- MONOD-BECQUELIN, Aurore. & ERIKSON, Philippe. (2000) *Les rituels du dialogue: promenades ethnolinguistiques en terres amerindiennes*. Recherches Thématiques, 6. Nanterre: Société d'ethnologie.
- LEACH. E.R. (1974) *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ ((1995). *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1971) *L'Homme Nu*. Paris: Plon.
- _____ (1976) *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____ (1993) *História de Lince*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- MANN, Thomas. (2000). *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ORTNER, Sherry B. (1984) "Theory in Anthropology Since the Sixties". *Comparative Studies in Society and History* 26 (1): 126-66.
- PRADO JÚNIOR, Bento. (2000) *Alguns Ensaios. Filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2004) *Erro, ilusão, loucura*. São Paulo: Ed 34.
- RAPPOPORT, Roy. (1979). "The obvious aspects of ritual". *Ecology, Meaning, and Religion*. Berkeley, CA: North Atlantic.
- RICHARDS, I. A. (1936) *The philosophy of rhetoric*. London, New York: Oxford University Press.
- SAPIR, E. (1969) *A Linguagem*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SAUSSURE, Ferdinand (2000) *Cursos de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SCHNEIDER, David M. (1968) *American Kinship: A Cultural Account*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall
- _____ (1972). "What is kinship all about?". In R. Parkin & L. Stone (orgs.), *Kinship and family: an anthropological reader*. Oxford: Blackwell.
- SCHREMPP, Gregory. (1992). *Magic Arrows*. Madison: The Univ. Wisconsin Press.
- SEVERI, Carlo. (1993) "Talking about souls: the pragmatic construction of meaning in Cuna ritual language". In: BOYER, Pascal. *Cognitive aspects of religious symbolism*. NY: Cambridge University Press.
- _____ (2000) "Cosmologia, Crise e Paradoxo. Da Imagem de Homens e Mulheres Brancos na Tradição Xamânica Kuna". *Mana: Estudos de Antropologia* 6 (1).
- _____ (2004). "Capturing imagination: a cognitive approach to cultural complexity. In *Royal Anthropological Institute*. (10). Pp 815-838.

_____ (2007). *Le principe de la chimère : Une anthropologie de la mémoire*. Aesthetica, Paris: ENS-MQB.

_____ (2009). “L’univers des arts de la mémoire. Athropologie d’un artefact mental”. *Annales HSS*. Nº2, pp, 463-493.

STRATHERN, Marilyn. (2005) *Kinship, law and the unexpected: relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge University Press.

TAMBIAH, Stanley. (1985). *Culture, Thought, and Social Action. An Anthropological perspective*. London: Havard University Press.

TURNER, Victor. (1974). *O processo ritual. Estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Ed Vozes.

_____ (1986). “Dewey, Dilthey, and Drama: an Essay in the Anthropology of Experience”. In *The Anthropology of Experience*. Illinois: University of Illinois Press.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002). *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.

_____ (2002b) “The gift and the given: three nano-essays on kinship and magic”. In S. Bamford & J. Leach (orgs.), *Genealogy beyond kinship: sequence, transmission, and essence in ethnography and social theory*. Oxford: Berghahn.

_____ (2007) “Filiação Intensiva e Aliança Demoníaca”. *Novos Estudos*. n77.

WEBSTER, David. (2009). *A sociedade Chope. Indivíduo e Aliança no Sul de Moçambique*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

Referências René Magritte:

http://www.beyeler.com/fondation/e/html_11sonderaus/23magritte/01_startseite.htm

<http://www.magritte.be/>

Palavras-chave:

Poética, Naven,
Antropologia do
Ritual

Resumo: Este artigo discute o recorrente imbróglio entre “simbolismo” e “pragmática”, na teoria antropológica. A partir do ritual Naven (Iatmul), comparado com outros registros etnográficos, e do escrutínio de um modelo lógico-teórico para os rituais (Severi e Houseman), é proposto um horizonte alternativo, voltado para a poética, a partir do qual se sugere a necessidade de um olhar mais detido sobre os pressupostos envolvidos nas noções de “linguagem”, “símbolo”, “performance”, “expressão” e “imagem”.

Keywords:

Poetics, Naven,
Anthropology of
Ritual

ABSTRACT: This essay discusses the appellant imbroglio between "symbolism" and "pragmatic" in general anthropological theory. From the Naven (a Iatmul ritual), compared to other ethnographic records, and from the scrutiny of a logical-theoretical model for the rituals (Severi and Houseman), we proposed an different background, toward the poetic, from which it is suggested the need for a closer look at the assumptions wrapped up in notions like "language", "symbol", "performance", "expression" and "image".

Recebido para publicação em abril/2015. Aceito em outubro/2015

O estrangeiro/imigrante na modernidade: horizonte de tensões externas e internas. Síntese de algumas concepções de Simmel, Elias/Scotson e Freud.

João Carlos Tedesco

Graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - 1998), especialista em economia. Professor titular da UPF, nas áreas de Ciências Sociais e no Mestrado e Doutorado em História.

Todas as sociedades produzem estrangeiros, mas
cada uma os produz de modo particular. (Bauman)

Introdução

No início do capitalismo moderno, vários autores discutiram a figura do estrangeiro, todos tendo como pano de fundo a sociedade ocidental, o capitalismo em última análise, seus elementos constituintes, sua dinâmica evolutiva e conflituosa em termos de aceitação e convivência social. O *Outro*, o imigrante, interno à sociedade europeia e norte-

O estrangeiro/imigrante na modernidade

americana, em geral, mais desenvolvidas, passou a ser objeto do campo sociológico na passagem do século XIX para o XX, até meados desse último quando o capitalismo se consolida nesses espaços. As intensas migrações de população em direção aos grandes centros industriais das primeiras décadas do século XX chamavam a atenção de estudiosos das ciências sociais.

A antropologia, a sociologia, a economia, a demografia e a psicologia se encarregam na empreitada de compreender o estrangeiro, o estranho que vive “entre, por meio de, e, em nós” (MEO, 2007). Transformações imensas na estrutura econômica e política aconteciam na Europa na virada do século, frutos da industrialização crescente, da infra-estrutura de transportes, dos impérios financeiros, das múltiplas identidades que se entrecruzavam, revelando um *mundo em movimento* e, as ciências sociais buscavam dar uma contribuição.

Queremos, nesse sintético artigo⁶³, reconstituir algumas ideias e correntes do pensamento crítico moderno em torno da figura do estrangeiro, em geral, correlacionado e identificado ao imigrante. A intenção é agregar conceitos, mostrar as bases analíticas de um *corpus* de análise social e, também, demonstrar que é em torno de representações e imaginários construídos na História que os grupos humanos vão formando suas concepções, deliberações, aceitações e processos de convivência social. Ou seja, representações sentidas, vividas, em geral, em situação conflituosa, em torno do estrangeiro têm uma longa história. A idéia é mostrar, também, que não obstante, mais de um século ter já se passado, poucas alterações aconteceram nessa realidade, aliás, ao contrário, ao que nos parece, temos cada vez mais dificuldade de conviver e de aceitar os que “são de fora”.

⁶³ Desenvolvemos algumas reflexões sobre a figura do estrangeiro em vários autores, dentre eles os propostos aqui nesse breve artigo, bem como de Alfred Schutz, Park e Merton, Sombart e Bauman. Ver TEDESCO, J. C. *Estrangeiros, extra-comunitários e transnacionais*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

O estrangeiro/imigrante na modernidade

Dividimos o texto em três partes: primeiramente uma discussão sobre o estrangeiro (de Georg Simmel) centrada na crítica da cultura moderna, da constituição da metrópole e o dinamismo do dinheiro como expressão da modernidade; Norbert Elias e Scotson seguem a linha dos processos sociais de construção social da marginalidade, que vão além de fenômenos raciais, de classe, de etnia, mas envoltos em múltiplos outros fatores; os autores falam de um estrangeiro moderno, fruto da mobilidade social, de um estranho no sentido espacial e cultural. Seguimos nessa dimensão, buscando na contribuição da psicanálise freudiana, também uma crítica à modernidade, a qual a figura do estrangeiro também é central, ou seja, personagem esse que agrega um conjunto de sentimentos expressos no racismo, nos preconceitos que o alimentam. O também demonstra processos culturais produzidos na sociedade capitalista e que se alimentam de mecanismos repressivos e de subalternização sócio-cultural; é o mal-estar que a civilização moderna produziu e que tem dificuldade de superação. Enfim, buscaremos mostrar, com uma breve síntese desses três autores, que o estrangeiro na sociedade moderna continua a ser um sujeito que não lhe é permitida a adaptação e o bem-estar, continuando a produzir incertezas, (in)diferenças, políticas de exclusão e controles; um estranho, visto como sem identidade (ou identidade múltipla, não definida, própria da pós-modernidade) e promotor do perigo social, cultural e, em última instância, civilizatório.

Um sujeito ambivalente: o olhar de Georg Simmel.

Começamos com um autor que problematizou a *figura* do estrangeiro num ensaio curto, de não mais que 10 páginas, presente no conjunto de um livro consagrado à sociologia. No entanto, aspectos em torno dessa *figura* perpassam toda a sua

O estrangeiro/imigrante na modernidade

obra e em especial nas circunstâncias em que o autor desenvolve uma contundente crítica à cultura moderna.

O autor escreveu o ensaio sobre o estrangeiro por volta de 1908; foi um dos primeiros teóricos preocupados com as *formas sociais* que a metrópole moderna produzia. O centro de sua análise é a cidade grande, é a Berlim que se modernizava, atraía, diferenciava e crescia sob a égide do capitalismo e de sua dinâmica mercantil, em especial, guiada pela lógica do dinheiro, pela intensa migração e pelas inovações tecnológicas. O autor cita exemplos de judeus, comerciantes, profissionais liberais, dentre outros, inseridos em várias sociedades, como os ditos “estrangeiros”.⁶⁴ A questão do estrangeiro revela o olhar sensível e fino de Simmel ao mundo em *movimento* com a modernidade, com o capitalismo ganhando corpo, com o metropolitismo padronizando a vida urbana, massificando ações, gostos e consciências, com as reações dos indivíduos, sua resignação e contraposição (WAIZBORT, 2000).

No referido ensaio, o autor define o lugar singular do estrangeiro no espaço físico, no campo social e simbólico. O estrangeiro participa e provoca um cenário que une dimensões contrárias: pertencimento e ruptura, alteridade e desejo de participar, distanciamento e proximidade, socialização e dessocialização (RAPHAEL, 1986, p. 257); um sujeito ambivalente, próprio da modernidade, que provoca mobilidade na fixidez e, ao mesmo tempo, distância e proximidade sem ser ou querer ser um pertencente da/na cultura e sociedade hospedante. Por isso que o estrangeiro, nesse sentido, é um sujeito-síntese (como o é a modernidade), uma *configuração* entre familiaridade e estranhamento, emoção/afetividade e indiferença, engajamento e liberdade, suspeição e perigo; é um *recém-chegado* e que terá de definir sua situação/localização e

⁶⁴ Desenvolvemos aspectos do pensamento de Simmel com relação à modernidade em TEDESCO, J. C. *Georg Simmel e as sociabilidades do moderno: uma introdução*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

O estrangeiro/imigrante na modernidade

representação no mundo; alguém que tem grande tendência de permanecer nas *margens*, uma vez que seu mundo natural é outro e a sociedade de acolhimento não consegue lhe assegurar inclusão, mas que atrai e está no centro das atenções (TEIXEIRA, 2000).

Para Simmel, o estrangeiro guarda para si elementos de indiferença e envolvimento. Pertencer ao grupo não significa ser considerado como parte integrante (POLLINI; SCIDÀ, 2002). O conflito é constitutivo da relação com o estrangeiro; é a mola que movimenta e sustenta a existência social; é um elemento ativo e ambivalente de socialidade, em especial em sociedades que ganham feições multiculturais (SIMMEL, 1977). O estrangeiro é alguém portador de uma diversidade cultural, que está numa posição externa e marginal em relação aos elementos centrais da comunidade de destino, mas produz uma função positiva: sua presença reforça os vínculos internos à comunidade (cria genericamente uma cultura, um pertencimento, um “nós” e um “eles”), sua identidade define seus confins. Por isso que os seus processos de exclusão definem o seu grau de inclusão. “Em nível individual, a relação com o estrangeiro suscita, contemporaneamente, fascínio e medo da diversidade, atração pela novidade e temor pela instabilidade e a precariedade que o novo pode provocar” (PERRONE, 2005, p. 54).

O estrangeiro também está exposto ao risco econômico, no mercado de trabalho, na lógica do dinheiro; é o que não tem vínculos, é móvel e imprime relações ocasionais, objetivas; não possui vínculos afetivos, parentais, nem redes sociais, isso pode lhe conferir liberdade, objetividade e exposição aos limites, à fragilidade e aos riscos. É aquele cidadão “que não é daqui e está ali”; é um sujeito da unidade, da distância e da proximidade; representa a mobilidade que nos intriga e pode nos invejar; é uma “não-relação” (não se conhece e não se reconhece, está no espaço de outrem, está perto e longe), sua

O estrangeiro/imigrante na modernidade

presença reafirma nossa singularidade e diferença, bem como, e em razão disso, os processos de exclusão e marginalização social (WAIZBORT, 2000).

O estrangeiro está na correlação com o imigrante, está na dimensão da aventura; é aquele que extrapola o seu contexto, o que já viveu, afasta-se, desloca-se, sai da segurança e a cruza com a insegurança, passa do calculável ao incalculável, aposta no destino, em algo que não lhe transmite segurança imediata, afronta-o, permite viver a intensidade do suspense, é a vida que se realiza para além do premeditado e das causalidades. O imigrante é esse sujeito que deixa pra trás muita coisa, os seus, as certezas construídas até então, projeta-se e desloca-se em múltiplos âmbitos, não apenas o físico, mas objetiva retornar, aproximar-se mais por meio do distanciamento, para sentir-se e subjetivar-se; corre riscos, incorpora situações desfavoráveis, afasta-se do real, intenciona congelá-lo para melhor tê-lo posteriormente (SIQUEIRA, 2009).

O estrangeiro é objeto e causa de mudanças sociais, por isso sua dimensão de proximidade e distância, ou melhor, síntese de opostos que podem se complementar, sintetizar-se e unificar-se.

A unificação de proximidade e distância envolvida em toda a relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro. [...]; a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade, está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação (SIMMEL, 1983, p. 182).

Enfim, de uma forma sintética, Simmel faz do estrangeiro um sujeito produtor de conflitos, pois pode fazer o grupo pensar que sua identidade é mais fluída e menos coesa e tenaz, mais livre, pode alterar as substâncias que davam a idéia do “estar seguro em casa”; expressa um sujeito com um olhar afastado, com liberdade de juízo, imparcial e objetivo e que pode produzir

O estrangeiro/imigrante na modernidade

estrangeirice no grupo de inserção. Para Simmel, a experiência do estrangeiro é produto de um horizonte relacional, historicamente situada no cenário da modernidade envolto num sistema de significados reflexo da cultura que a referencia; é uma figuração sociológica de algo em relação e de representação do outro (o outro, o de fora, o estranho, o bárbaro, o extra-comunitário, o nômade, o cigano...) (TODOROV, 1991), construção relacional e conceitual que se alterou historicamente e continua se modificando em razão das condições socioeconômicas, políticas e identitárias da sociedade. A modernidade será o epifenômeno integrador desse processo por carregar e problematizar elementos centrais como tradição/ inovação, mobilidade/fronteiras, identidades, direitos, liberdade, uso do dinheiro etc. (SIMMEL, 1987). Simmel diz que “a distância no interior da relação significa que o próximo está distante, mas a própria alteridade significa que o distante está próximo” (JOSEPH, 1985, p. 39); encontra-se no horizonte da ambivalência, pois pode tornar-se uma figura central, estimulante e reflexiva das ligações sociais e, também, suspeito e hostilizado; necessidade e risco/ atração/ repulsão compõem sua performance e estatuto simbólico na sociedade bem como os referenciais que tensionam sua presença (TEIXEIRA, 2000). O estrangeiro é uma categoria de regulação social e de negação da individualidade, expressa o contraditório e a ambivalência no/do meio societal.

A contínua preocupação com os “de fora”: Norbert Elias e Scotson.

O cenário de análise dos mesmos é uma nova zona industrial (vilarejo de cerca cinco mil habitantes) denominada ficticiamente de Winston Parva, no Midlands, na Inglaterra, em meados dos anos 1950, a qual se processava historicamente com profundas fraturas em seu interior (duas de zonas operárias e

O estrangeiro/imigrante na modernidade

uma de pequenos burgueses) devido às dinâmicas de desenvolvimento e progresso que se evidenciavam. Uma das zonas operárias era composta já por três gerações, a outra era mais recente (primeira metade do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, atraída pelo espaço de trabalho na indústria bélica instalada). Espaços variados vão construindo a noção de *velhos e novos residentes*, não obstante, ambos os grupos não se diferenciarem nos âmbitos religiosos, de classe e nacionalidade. A duração de tempo de residência será fator de determinação da lógica da superioridade e inferioridade.

Os autores analisam uma série de elementos como hierarquia social, auto-imagem, estigmatização, orgulho/poder, medo, pertencimento grupal, tradição cultural, temporalidade de existência, anomia (tensão entre grupos “nômicos” e anômicos), estilo de vida, homogeneidade, coesão e solidariedade social entre grupos, submissão e conformidade, prestígio, relações de poder no cotidiano, imagens e símbolos de superioridade, depreciação e inferiorização de outras camadas, imagens estereotipadas e estigmatizadas etc., as quais vão reconfigurando os velhos e novos habitantes do lugar, definindo quem é do local e quem é de fora (estrangeiro) (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19).

O grupo estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo de contato social não profissional com seus próprios; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os sujeitos de transgressão (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

A pesquisa dos autores adentra para inúmeros processos e dimensões da vida econômica, social, da urbanização, das intersubjetividades envolvidas (PERRONE, 2005). Nos conflitos em questão, os estrangeiros são vistos como potenciais concorrentes no mercado de trabalho, além disso, vizinhança, convivência, tradições, contatos, redes sociais, usos e costumes,

O estrangeiro/imigrante na modernidade

enfim, códigos não escritos, reproduzidos como “espírito comum” e que unia as famílias dos estabelecidos estavam em perigo. O grande desafio desse grupo, portanto, era dificultar a presença de desconhecidos que se avizinhavam fisicamente e em termos de objetivos de vida principalmente no campo do trabalho.

Abrir mão do prestígio conquistado pelo tempo de permanência no local, da configuração habitativa, da imagem coletiva do grupo, de seu percurso histórico e cultural no referido território, era pedir demais! O estrangeiro desse cenário amedrontava porque era a expressão e a imagem do próprio grupo estabelecido, porém, décadas anteriores, de uma representação negativa.

A existência de um grupo de *outsiders* que não partilha do reservatório de lembranças comuns nem tampouco, ao que parece, das mesmas normas de respeitabilidade do grupo estabelecido age como um fator de irritação; é percebida pelos membros desse grupo como um ataque a sua imagem e a seu ideal de nós. A rejeição e estigmatização dos *outsiders* constituem seu contra-ataque (PERRONE, 2005, p. 21).

O grupo estabelecido lança mão de sua identidade cultural de “radicados”, que os faz se considerar melhor que os externos. Fatores como coesão, historicidade e pertencimento cultural da zona mais antiga vão produzir estruturas coletivas de exclusão do grupo mais novo em diversos âmbitos sociais (direção de clubes, associação religiosas, assistenciais etc.).

As realidades que (dis) posicionam os grupos são configuradas no agir social, as estratégias acionadas vão refletir processos de grupos, “carisma de grupo” (COTESTA, 2002). O *carisma de grupo* expresso pela zona operária mais antiga se fundamenta na própria socialidade construída no decorrer do tempo e se manifesta em processos simbólicos de normatização social, regras, estilos e códigos morais difusos no grupo. Os autores mostram que o processo de valorização de um grupo e a

O estrangeiro/imigrante na modernidade

desvalorização de outro é parte integrante de um único mecanismo simbólico: o intercâmbio e a coesão de códigos culturais.

No caso de diferenciais de poder muito grande e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos outsiders são comumente tidos como sujos e quase inumanos. [...]. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 40).

Imagens e estereótipos auxiliam na produção de elementos de valorização de um e estigmatização de outros e, também, para a incorporação da identidade negativizada pelo grupo inferiorizado (desqualificação), dificultando a esse adotar estratégias de contraposição. Valores da tradição, das velhas famílias da zona mais antiga, foram se desenvolvendo no interior do grupo como importantes; violar esses valores poderia gerar cólera, hostilidade e desprezo. No convívio, as diferenças passaram a ser demarcadas, configurações de relações vão produzir situações de competição, conflito, diferenciações e, talvez, com o tempo, também processos de acomodação.

O novo chegado não é marginal enquanto se encontra em um outro lugar, mas porque naquele local se encontra um grupo social constituído com suas regras, os seus códigos, a suas distribuição de poder, que não abre as portas aos outros, mas atua ativamente para mantê-los à margem da sociedade. Assim se compreende melhor como o estrangeiro deve permanecer marginal na sociedade que vive e trabalha (COTESTA, 2002, p. 38).

Os autores nos permitem ver como os grupos se pensam, voltam-se pra si mesmos, se auto-representam. Estratégias de dominação dos que se auto consideram “os melhores”, a construção simbólica da auto-imagem de grupos, como “indivíduos superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores (MEO, 2007). A

O estrangeiro/imigrante na modernidade

importância do alto grau de coesão de famílias que se conheciam de longa data caracterizando um carisma de grupo, controles sociais, sentimento de superioridade social. Está presente nesse processo uma espécie de sócio-dinâmica da estigmatização resultante em relação aos recém-chegados como arma para manter a superioridade social de um grupo.

Os autores deixam claro que o dito “carisma de grupo” se constrói pela coesão, sujeição de condutas a padrões específicos de controle dos afetos (COTESTA, 2002).

O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso [...] estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhe são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo (ELIAS; SCOTSON, 2004, p. 48).

Esse processo implica em uma lógica rígida de afetos, vigilância em relação à busca de mérito, sacrifício e submissão às normas grupais, profunda consciência de pertencimento grupal, processos sociais de desqualificação dos outros grupos considerados anômicos, que desrespeitam as normas e tabus coletivos, produzem e disseminam doenças, são indisciplinados, desordeiros, ignorantes, imorais, sujos, inumanos, ruins e barulhentos. É necessário produzir insultos, envergonhamento, marginalização, tratamento com frieza, exclusão em cargos de representação social, estereótipos, para servir de instrumentos de poder e de produção de representações sociais negativadas. Nesse sentido, surge e é produzida uma “hierarquia classificatória” (ELIAS; SCOTSON, 2004, p. 166) dos grupos, das famílias e da ordem de status de uma comunidade e que influencia a vida cotidiana comunitária. A construção da identidade do grupo dos mais “antigos” passa a ser fundamental para expressar a importância dos mesmos e legitimar a exclusão dos novos chegados. A legitimidade da noção de “velhas famílias” se dá, também, pelo horizonte das “famílias conhecidas” em sua localidade e que se conhecem há várias

O estrangeiro/imigrante na modernidade

gerações; significa que quem pertencer a uma família antiga, segundo os autores,

não apenas tem pais, avós e bisavós como todo o mundo, mas que seus pais, avós e bisavós são conhecidos em sua comunidade, em seu meio social e são geralmente conhecidos como pessoas de bem que aderem ao código social aceito desse meio (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 171).

Nesse horizonte migratório, os autores percebem os mecanismos de inclusão/exclusão que se configuram nas relações entre radicados e externos, vistos também como expressão de processos mais amplos das sociedades, as suas diferenciações internas, tradições, valores e estruturas internas, competições, lutas internas, antipatias, interdependências, redes de famílias e seus recursos, considerados legitimadores de poder e de proteção sócio-cultural e espacial (ELIAS; SCOTSON, 2004). São esses mecanismos de exclusão e estratégias de diferenciação que fazem com que, através da chegada dos novos moradores, os estabelecidos adquiram prestígio e honorabilidade; submeter, envergonhar, desprezar e difamar transfere poder e superioridade aos outros. O poder de estigmatizar reforça a dominação e a superioridade do grupo estabelecido; é importante criar contrapontos para se legitimar no espaço e nas relações sociais (MEO, 2007).

Os autores mostram como o “externo” é uma relação social, é uma construção social, produto sócio-espacial; no caso específico, uma categoria social *perigosa*, considerada anômica, invasora de um espaço já ocupado, reservado a um determinado grupo em sua evolução dinâmica; é um outro dentro de um “nós”/grupo e a estranheza co-habitando e gerando obstáculos, inquietudes, ânsia e preocupação a uma condição de bem-estar geral (BAUMAN, 2002).

Enfim, os autores nos oferecem com uma excelente reflexão sobre a socialização/sociabilidade na modernidade, baseada na velocidade de ambas (como suas marcas), uma

O estrangeiro/imigrante na modernidade

sociedade industrial que andava rápido e uma sócio-cultura que, de certa forma, não a acompanhava, estratégias de proteção e de enfrentamento, bem como relações e tensões sociais na promoção da inserção e convivência entre grupos na sociedade atual.

O estrangeiro e a psicanálise: o *outro* como necessidade de auto-afirmação, projeção e negação do sujeito.

Freud, em seu magnífico texto sobre “O mal-estar na civilização” (FREUD, 1997), bem como outros de seus escritos de psicanálise e suas inúmeras correspondências, revelou e desenvolveu a categoria do estrangeiro. O autor busca compreender as formas e manifestações dos próprios sentimentos, das externalidades do subjetivo singular e como essas são incorporadas ou evitadas em determinados espaços sociais.

Freud viu que há uma permanência, na modernidade, quase como uma marca, do horror ao estrangeiro. Como judeu e migrante que era, sentiu na pele esse processo, esse horror ao estrangeiro que está no fundo do homem e se reproduz nas relações sociais, criando formatos culturais, situações de estranheza ao que não é similar e é difícil assimilar e assumir (KOLTAI, 2005). Freud falou muito sobre civilização e cultura moderna do ponto de vista da psicanálise; o “mal-estar”, no plano coletivo, é o resultado da ambivalência dos sujeitos em relação àquilo que os humaniza ou desumaniza (FREUD, 1976).

A teoria psicanalítica nos mostra que o mais próximo e íntimo é justamente o que nos é mais longínquo, estranho e inacessível (na análise da *psicopatologia da vida cotidiana*, o autor desenvolve isso muito bem), é o que nos provoca maior alienação no sentido de estranheza e marginalidade. Buscamos

O estrangeiro/imigrante na modernidade

no estrangeiro uma explicação e um culpado pelos nossos limites diz Freud (1997), colocamos no outro o próprio inaceitável (CEREJIDO, 2008). “O estrangeiro, diz o senso comum, é o Outro. Outro que se afirma em muitos sentidos: outro país, outro lugar, outra língua, outro modo de estar na vida, de fruir, de gozar” (SOUZA, 1998, p. 155).

Para a psicanálise, o estrangeiro é o eu paradoxal, diferente de si mesmo, o que vai por outra direção, não segue a norma, que não tem fronteiras, que é estranho para os outros e, por isso, para si mesmo; é o que inquieta e problematiza o que estava ou era por demais familiar e/ou aparentemente conhecido, o que balança a aparente firmeza da *casa*.

Freud é claro no texto “*o mal estar...*” que modernidade no mesmo momento em que descobriu a alteridade, a rejeitou e/ou a dificultou, tornando-a problemática no meio social. Mas, ao mesmo tempo, revelou que somos estrangeiros para nós mesmos, pois habitam dentro de nós dimensões de alteridade que não conhecemos, estranhezas dentro de nosso próprio *ninho* (KRISTEVA, 1994). Buscamos eliminar a estranheza no estrangeiro, pois ele contém a alteridade que nos ameaça, antes mesmo que a reconheçamos como própria, como nossa mesmo. Por isso, sentimentos e práticas de separação, apagamento do *outro* e a intolerância, como se os “descobertos”, os estranhos e estrangeiros, não conseguissem responder às prescrições do tempo da modernidade (KOLTAI, 2005).

Para Freud, a dinâmica social é um encontro trágico, obriga-nos a compreender que os outros existem não como objetos possíveis de nossa satisfação, mas como sujeitos de seus desejos. O *outro* é sempre suspeito, quer nos invadir, introduzir-se em nosso interior, usufruir-nos, tornar-nos culpados, provocar-nos a vergonha, a dúvida (KOLTAI, 2005, p. 37). Por isso que estrangeiros são os que permanecem fora do grupo, significa automaticamente segregação (em latim *segregare*,

O estrangeiro/imigrante na modernidade

“separar do rebanho”), negar a própria condição humana ao *outro* (KOLTAI, 1998). Nessa dimensão, rejeitando o estrangeiro, estamos seguros de não sermos contaminados por ele, de nos identificarmos com sua identidade e nem sermos auto questionado; “o estrangeiro faz mal àquele que recusa a interrogação, pois justamente, o papel do outro em sua pura alteridade, do estrangeiro, é sempre questionar nossas certezas” (ENRIQUEZ, 1998, p. 40).

O estrangeiro, para o autor do *Mal-estar...*, está na relação com a dimensão do gozo, do prazer no desprazer. O estrangeiro é esse representante do gozo (KOLTAI, 2005), de um gozo que, em vez de fascinar, amedronta, como algo desagradável e que merece estar distante, para isso se deprecia, fragiliza e não tolera o Outro, o sujeito do gozo, o diferente; evita-se o gozo do outro afastando-o, desqualificando-o. O racismo e o ódio pelo estrangeiro andam juntos, alimentam-se como traços da sociedade humana, como expressão de que não podemos nos constituir sem excluir, desvalorizar, quando não odiar o outro (KRISTEVA, 1994). Desses elementos e concepções, constituem-se na modernidade, valores sociais, concepções sobre a alteridade, as diferenças, de bom e de mau, de negação e/ou inferiorização do outro, tensões de convivência, intolerância e dificuldade de reconhecimento (ARENDDT, 1989).

Freud desenvolve a idéia de que a fraternidade está fundada na segregação, o amor do semelhante, no ódio ao diferente. O estrangeiro ocupará o lugar daquele que não merece o meu amor; dualismo pulsional que faz com que o desejo de destruição seja frequentemente erotizada, aliando-se à sexualidade (KOLTAI, 2005). A lógica da segregação se produz nessa dimensão. “Nesse jogo entre Eros e Tanatos, para escapar à autodestruição, o indivíduo é levado a destruir o outro, ainda que sua necessidade de amor contrarie essa pulsão” (KOLTAI, 2000, p. 39 e 40). Freud (1976) problematiza e questiona o

O estrangeiro/imigrante na modernidade

axioma religioso do “amarás teu próximo como a ti mesmo”; além de estranhar esse mandamento, se pergunta “quem é esse próximo a quem devo amar como a mim mesmo?” Na psicanálise, o fundamento do amor, do amar-se é o narcisismo, é o amar-se a partir ou com o amor dos outros; melhor seria, diz Freud, “amar o teu próximo como este te ama”.

A psicanálise rompeu com o reino do racionalismo ao identificar o lugar e os efeitos do outro dentro de nós (ENRIQUEZ, 1998). Freud demonstrou que o outro é estrangeiro e íntimo ao mesmo tempo, pois sua presença não passa despercebida, está na consciência da minha identidade, produz-se como alteridade (FERREIRA, 2005, p. 155); daí advém a noção de intruso personificado no imigrante como alguém que vem romper com o familiar, o assentado, a tranquilidade; o eu que, em sua presença, refuta a alteridade. É por isso que a segregação está sempre próxima do gozo, do “além do princípio do prazer” de que fala Freud; esse nos inquieta no Outro, no diferente, na forma diferente da felicidade do outro (KOLTAI, 2008). O estrangeiro é o estranho que nos habita e que pouco sabemos; é o nosso inconsciente (FREUD, 1987). No encontro do estrangeiro/imigrante com seu hospedeiro há resistência para a alteridade do outro, pois implicaria em sair de si, abrir-se à nova cultura. Kristeva (1994, p. 68) indaga se, frente a presente integração econômica e política da globalização, “poderemos viver subjetivamente e próximos com os outros, viver os outros, sem nos fecharmos, mas sem nivelamento?” Diz a autora que a mudança na condição de estrangeiro implica refletir sobre a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade.

Diz o pensador que:

não é tão fácil aos homens abandonar a satisfação dessa inclinação para a agressão. Sem ela, eles não se sentem confortáveis. As vantagens que um grupo cultural, comparativamente pequeno, oferece, concedendo a esse instinto um escoadouro sob a forma de hostilidade contra

O estrangeiro/imigrante na modernidade

intrusos, não é nada desprezível. É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade. [...]. O natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. A agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de “consciência”, está pronta para por em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos (FREUD, 1997, p. 71,81 e 83).

Enfim, podemos dizer que expor-se, exteriorizar-se é, ao mesmo tempo, estranhar-se e ser estranhado (KRISTEVA, 1994). Ao aproximar-se do Outro, o estranhamento se produz. Tentar fugir ao que não nos é familiar é uma estratégia comum. “O estrangeiro vive neste espaço de transição. A transitoriedade dificultará a adaptação e a organização da vida: trabalho, moradia, relações sociais e afetivas, tudo terá contornos imprecisos e frágeis” (KOLTAI, 2005, p. 180). Por isso, o migrante, em geral, projeta sempre em retornar ao seu espaço de origem. A provisoriedade justifica muitas coisas, mas não lhe faz bem, é produtora de conflitos, tensões, temores e transição. A alteração desse quadro de conflitos acontecerá com o tempo, quando houver uma maior identificação e assimilação no espaço que até então o hospedou. Para Freud, a modernidade, ao centrar o horizonte da razão, produziu a des-razão, um “mal-estar”, uma impotência para enfrentar o diferente, o que se apresenta como estranho e que balança nossa prévia segurança. O estrangeiro é esse ícone do conflito.



O mundo moderno tem dificuldade de conviver com o estrangeiro; a globalização intensificou o processo de mobilidade e a realidade de resistência ao estrangeiro também.

A ilustração revela os conflitos cotidianos existentes no Sul da Itália, em 2010, em que milhares de imigrantes saíram às ruas protestando pelos maus tratos e pelas condições precárias de vida. Ilustração de Tony Vece, EFE.

Fonte: *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 12 de Janeiro de 2010, p. 30.

Enfim, o estrangeiro/imigrante e a anti-razão da modernidade

Bauman (1999), em correspondência com autores vistos até então e incorporando a modernidade no contexto da globalização, fala que o estrangeiro continua sendo um sujeito não adaptado ao mapa cognitivo da sociedade atual e tende a oferecer obstáculos à realização de uma condição de bem-estar, disseminando incertezas e, nesse sentido, em termos de ações, políticas nacionalistas e racistas tendem a afastar grupos estrangeiros, como sempre aconteceu em vários períodos históricos, porém, com um agravante: o período atual vende a imagem e a simbologia de um mundo único, de fronteiras abertas e deslizantes, do multiculturalismo como valor social. O autor mostra que o mundo atual continua, paradoxalmente, alimentando diferenças e/ou indiferenças lingüísticas, culturais, de cidadania, exclusões e controles. Os estrangeiros se tornam discretos e apenas percebidos, estranhados e/ou (in)diferentes, sujeitos sem razão, são, em muitos aspectos, a justificativa das

O estrangeiro/imigrante na modernidade

muitas incertezas sociais e que a própria modernidade produziu (BAUMAN, 2002).

Nesse contexto, continua a existir a profunda e difundida correlação entre imigrante estrangeiro e perigo, quando não acrescido da imagem entre terrorismo e imigração. O imigrante visto como causa de insegurança. O 11 de Setembro nos EUA, com os conhecidos atentados às torres gêmeas, reforçou e/ou legitimou essa representação. O estrangeiro/imigrante passou por redefinições em sua aceitação e inserção nas sociedades nacionais, em particular nos Estados Unidos da “era Bush”. Produziu-se, com isso, uma *indústria do medo* expressa midiaticamente e por ações de gestão e controle do Estado nos espaços de destino dos fluxos em nível mundial, a qual se alimenta da construção simbólica do inimigo. Na Europa, por exemplo, a categoria de extra-comunitário serviu para implementar ações políticas e para produzir um “nós” e um outro, produzir alteridades, sujeitos *de fora*. Essa realidade cultural e burocrática tende a produzir distância social, abstrações, bloqueio da comunicação e desumanização.

O estrangeiro, como vimos pelos autores sinteticamente analisados, está na dimensão da diversidade e, essa, tornou-se também um problema político, social e cultural; expressa a crise da modernidade principalmente no que tange ao horizonte identitário, tão caro à modernidade principalmente em seus aspectos ligados ao igualitarismo, universalismo, assimilacionismo, no conhecimento recíproco, da tolerância e da razão.

Autores colocam que o racismo e nacionalismo lutaram contra o estrangeiro e sua assimilação. O europeísmo, ou o ocidentalismo etnocentrista produziu uma luta pela originalidade e diferença cultural. O estado-nação produziu, jurídica e politicamente, a figura do *nacional* e, por conseqüência, a do estrangeiro e do “de fora”. No entanto, produziu, também,

O estrangeiro/imigrante na modernidade

valores característicos da modernidade como tecnologia, industrialização e racionalidade econômica. A não-inserção a esse processo significou atraso, privação e penalização, atribuídos e imputados a nações e a pessoas comumente as que passam a fazer parte da categoria de *estrangeiros* (SPM, 1998). As legislações e as medidas restritivas à imigração tendem ser mais eficazes em produzir representações sociais contra os imigrantes no interior das sociedades hospedeiras e torná-los inferiorizados e potencialmente criminosos (MARTINE, 2005). Nesse sentido, Bauman (1999) conseguiu apreender essa nova realidade social definindo-a, aos moldes dos críticos da modernidade, como a da “sociedade da incerteza”, das “vulnerabilidades de grupos sociais na atualidade”. Nessa sociedade, os imigrantes e as minorias étnicas expressam e são vistas, em geral, como as grandes responsáveis pelas mazelas e rupturas da coesão e integração social; seriam a causa da precarização social que caracteriza o dito pós-fordismo nas economias desenvolvidas e a exclusão social nas sociedades empobrecidas.

Nesse mundo mais *aberto*, institui-se uma luta também mais aberta entre nações, culturas, religiões, raças; definem-se quem/quais são “moralmente superiores”, quem pertence ao “eixo do mal”, ao “exército do mal”. O discurso xenófobo alimenta ações e batalhas políticas contra direitos sociais, políticos e de cidadania aos imigrantes e a alguns em especial como os muçulmanos e ciganos; os imigrantes se tornam mais sujeitos a defender-se do que defendidos pela esfera pública (CORTE, 2002).

Segundo Simmel (1987), a solidariedade que unia o indivíduo à sociedade e ao seu grupo de pertencimento na sociedade tradicional, com a economia monetária e o desenvolvimento da técnica, principalmente nas metrópoles modernas, rompeu-se, porém, produziu, de um lado, liberdade

O estrangeiro/imigrante na modernidade

pessoal, por outro lado, a dependência, sendo que essa aumenta e se alimenta reciprocamente com o distanciamento da subjetividade (SOUZA; OELZE, 1998). A modernidade redefine tempos e espaços; ambos envoltos na noção de movimento e indefinição. Proximidade e distância no espaço vão auxiliar na diferenciação dos conteúdos e sujeitos no meio social. Estranheza e/ou intimidade são fatores espaço-psicológicos e relacionais; aproximar pode significar afastar (MEO, 2007). O aumento da proximidade revela e produz a estranheza e, ao mesmo tempo, a distância.

O racismo, como vimos na análise baseada em Freud, envolve distinção, desejo de dominação, hierarquização, superioridade/inferiorização e os inferiorizáveis; é uma dimensão que envolve raças, eugenia (boa descendência, “de origem”), pertencimentos genéricos e falaciosos que deixa ambos (imigrantes e autóctones) ancorados à uma história, a um futuro, a um passado fora do lugar (como vistos em Elias e Scotson). Esse processo, em suas concepções políticas e culturais, faz do país de destino dos imigrantes uma instância de auto-defesa, de necessidade de gestar a dita “emergência imigratória”, de combater o tráfico de imigrantes, à emigração clandestina, às ameaças (de potenciais invasores, de terroristas), uma espécie de cirurgia social que separe pessoas e grupos sociais, tolerância zero aos inimigos da civilidade. Estratégias de dominação dos que se auto consideram “os melhores”, a construção simbólica da auto-imagem de grupos, como “indivíduos superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores. Politicização e policização são, também, suas características comuns. As migrações passam a ter um papel contraditório e antagonista com respeito à nova ordem mundial (HARRIS, 2000). Em alguns países de destino dos fluxos (Itália e Espanha em

O estrangeiro/imigrante na modernidade

especial), o *welfare* cedeu espaço para o *warfare*. A criação das ditas *politiche di stop* e de estados de exceção, em que prevalece uma guerra declarada ao fenômeno imigratório, revelam as contradições das políticas e do desenvolvimento do capitalismo, as quais fazem com que os pobres que sobram da grande parte do mundo pobre (novo *exército de reserva*) enriqueçam e sustentam as partes ricas e os ricos dos países de atração dos imigrantes (BAUMAN, 1999).

Porém, movimentos de resistência e recuperação de autonomia, de diferença, de tentativa de salvaguardar valores operam dentro e fora da modernidade europeizante. O *villagio globale* torna inevitável o desenvolvimento de processos pedagógicos educativos sensíveis às diversas culturas, um encontro com a diversidade não só em relação ao estrangeiro, o imigrante, mas que se ambienta num campo bem mais amplo. Falar em diversidade hoje deve necessariamente compreender um horizonte amplo em termos de estrutura social, de intercultura e suas manifestações (língua, símbolos, ritos, tradições...), das formas variadas de racismo (cultural, de classe, de diferenças...). “A evolução em direção a uma civilização planetária respeitosa e promotora da diferenças é um problema de natureza educativa nova que saiba integrar cada sujeito no mundo multicultural, sem anular as peculiaridades de cada um” (DUSI, 2000, p. 50).

A imigração e sua associação com a figura social do estrangeiro, desse modo, apresentam-se como um processo, como um fenômeno não-estático (SPM, 1998), construído socialmente por meio de interações entre grupos e forças sociais; apresentam-se também como conexão entre níveis micro e macro da produção dos fenômenos sociais e dos processos que fazem a mediação entre aspectos estruturais e ações individuais.

O estrangeiro/imigrante na modernidade



Foto: Agência Reuters/Robert A. Reed - 10.4.2006

Manifestação de imigrantes em frente da Casa Branca – Washington -, em protesto contra as políticas de imigração implementadas pelo governo Bush. O descontentamento dos imigrantes é um dado geral em vários países de maior fluxo, principalmente em torno do reconhecimento jurídico e da cidadania social. Fonte da ilustração: Agência Reuters/Robert A. Reed, 10/04/2006, apud *Revista Estudos Avançados*. São Paulo/USP, n. 57, p. 11, 2006.

Bibliografia

- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Z. *Dentro la globalizzazione. Le conseguenze sulle persone*. Roma-Bari, Laterza, 1999.
- BAUMAN, Z. *La società dell'incerteza*. Bologna: Il Mulino, 1999.
- BAUMAN, Z. *Modernità liquida*. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- CEREJIDO, F. B. O olhar sobre o estrangeiro. In: *Ide. Revista de Psicanálise e Cultura*. São Paulo, 31 (47), p. 61-65, 2008.
- CORTE, M. *Stranieri e mass media. Stampa, immigrazione e pedagogia interculturale*. Padova: Cedam, 2002.
- COTESTA, V. *Lo straniero*. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- DUSI, P. *Flussi migratori e problematiche di vita sociale*. Verso una pedagogia dell'intercultural. Milano: Vita e Pensiero, 2000.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Strategie dell'esclusione*. Bologna: Il Mulino, 2004.
- ENRIQUEZ, E. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998, p. 37-60.
- FERREIRA, A. P. A psicanálise no terreno do outro. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 155-161.
- FREUD, S. "O estranho" [1919]. *Obras Completas*. V. XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. *Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- HARRIS, N. *I nuovi intoccabili. Perché abbiamo bisogno degli immigrati*. Milano: Il Saggiatore, 2000.
- JOSEPH, I. *Le passant considérable*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.
- KOLTAI, C. A segregação, uma questão para o analista. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998, p. 105-111.
- KOLTAI, C. Migração e racismo: um sintoma social. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 175-181.
- KOLTAI, C. *Psicanálise e política. O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.
- KOLTAI, C. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. In: *Ide. Revista de Psicanálise e Cultura*. São Paulo: 31 (47), p. 66-69, 2008.
- KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no séc. XXI. In: *Travessias na de\$ordem global*. São Paulo: Paulinas, p. 37-75, 2005.
- MEO, M. *Lo straneiro inventato*. Riflessioni sociologiche sull'alterità. Milano: Franco Angeli, 2007.
- PERRONE, L. *Da straniero a clandestino*. Napoli: Liguori, 2005.
- POLLINI, G.; SCIDÀ, G. *Sociologia delle migrazioni e della società multiétnica*. Milano: Franco Angeli, 2002.
- RAPHAEL, F. "L'étranger" de Georg Simmel. In: WATIER, P. (Sous la direction de). *Georg Simmel. La sociologie et l'expérience du monde moderne*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986, p. 257-279.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SIMMEL, G. *Philosophie de l'argent*. Paris: PUF, 1987.
- SIMMEL, G. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Madrid: Castilla, 1977.
- SIQUEIRA, S. *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.
- SOUZA, J. ; OELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998.
- SOUZA, N. S. O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAL, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998, p. 155-163.
- SPM. VÁRIOS AUTORES. *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TEDESCO, J. C. *Estrangeiros, extra-comunitários e transnacionais*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.
- TEDESCO, J. C. *Georg Simmel e as sociabilidades do moderno: uma introdução*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.
- TEIXEIRA, C. C. (Org.). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- TODOROV, T. *Noi e gli altri*. Torino: Einaudi, 1991.
- WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

Palavras-chave:

Estrangeiro,
modernidade,
imigração, estigmas
sociais.

Resumo: O artigo analisa, através de revisão de literatura, concepções de alguns autores (Simmel, Elias/Scotson e Freud) sobre a noção de estrangeiro na modernidade; analisa e correlaciona a referida noção ao seu contexto histórico, problematizando suas concepções o referenciando-as com representações e estigmas sociais. O artigo localiza aspectos do atual do fenômeno das migrações internacionais na Europa mostrando com essa figura do estrangeiro continua sendo problemática e um grande desafio para a convivência social contemporânea.

Keywords :

Foreing;
modernity;
immigrations;
social stigmas.

ABSTRACT: The article analyzes, throughout the revision of literature conceptions of some authors (Simmel, Elias/Scotson and Freud) about the relation of the foreing in the modernity; analyzes and relates this fact to its historical context. Making these conceptions a problem or refering them with representation and social stigmas. This article finds actual aspects of event of the international migrations in europe, showing with this figure of foreing is still a problem and a big challenge for the contemporary social living.

Entre a República e a Poliarquia: uma análise comparada do pensamento de Madison e Dahl⁶⁵

José Alexandre da Silva Junior e Ranulfo Paranhos

Professores do Instituto de Ciências Sociais (UFAL). Doutores em
Ciência Política (UFPE).

Gabriel Augusto Miranda Setti

Professor do Instituto de Ciências Sociais (UFAL), Doutor em
Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB)

Dalson Britto Figueiredo Filho

Professor do Departamento de Ciência Política (UFPE), Doutor em
Ciência Política (UFPE).

Willber Nascimento

Mestrando em Ciência Política e bolsista CNPq (UFPE), Graduado
em Ciências Sociais (UFAL).

Lucas Emanuel Silva

Graduando em Ciência Política (UFPE).

Introdução

O pensamento filosófico-político clássico influenciou a formação e o desenvolvimento da teoria política contemporânea. Muitos dos problemas que preocupavam Platão e Aristóteles podem ser encontrados em formas de projetos de lei dentro das comissões no Congresso Nacional. A representação, por exemplo, está presente

⁶⁵ Esse artigo é uma versão modificada e ampliada de um trabalho publicado na *Revista Em Tese*, Vol, 14, 2014.

no pensamento de Rousseau e Stuart Mill e continua sendo um dos temas mais debatidos pela Ciência Política contemporânea. É impossível estimar em que medida a influência dos clássicos se processou de forma direta ou indireta. Todavia, é impossível negá-la.

Nestes termos, esse artigo sistematiza alguns conceitos do pensamento de James Madison e Robert Dahl em perspectiva comparada. Especificamente, o foco repousa sobre as noções madisonianas de facções, separação de poderes e república, bem como sobre o conceito de poliarquia elaborado por Dahl.

O referido desenho de pesquisa está dividido em cinco seções. A próxima parte discute a noção madisoniana de *facção*. Depois disso, o objetivo é analisar o conceito de *separação de poderes*. A terceira seção discute as noções de *república* e *poliarquia* a partir de Madison e Dahl, respectivamente. Na quarta parte operacionalizamos os dados empíricos referentes à poliarquia no mundo, América Latina e Brasil. A última apresenta nossas principais conclusões.

O pluralismo e as facções em Madison

De acordo com Dahl (1956), os escritos de Madison influenciaram não só o desenvolvimento da democracia, mas também a difusão do pluralismo como ideal nos Estados Unidos. Dahl, citado por Bobbio (1994), argumenta que o pluralismo pode ser definido da seguinte forma:

Em lugar de um centro singular de poder soberano, devem existir muitos centros, mas nenhum deles deve ou pode ser inteiramente soberano. Na perspectiva do pluralismo norte-americano, o único soberano legítimo é o povo, mas o povo não deve nunca ser um soberano absoluto (...). A teoria e a prática do pluralismo norte-americano tendem a afirmar que a existência de uma multiplicidade de centros do poder, sem que nenhum deles seja inteiramente soberano, ajuda a controlar o poder e a assegurar o consentimento de todos para a solução pacífica dos conflitos (BOBBIO, 1994: 15).

A dispersão do poder assume um papel central no conceito de pluralismo. Antagonicamente à posição hobbesiana de poder centralizado e absoluto, o pluralismo apenas é possível se o poder for compartilhado. Dessa maneira, como os diferentes grupos competem entre si, o regime torna-se equilibrado, já que nenhum deles consegue se tornar dominante. Para os propósitos deste artigo, é interessante analisar o conceito de pluralismo em relação ao conceito de facção. Para Madison (2003),

Entendo por facção uma reunião de cidadãos, quer formem a maioria ou a minoria do todo, uma vez que sejam unidos e dirigidos pelo impulso de uma paixão ou interesse contrário aos direitos dos outros cidadãos, ou ao interesse constante e geral da sociedade (MADISON, 2003: 60).

Ou seja, facção é um determinado agrupamento de indivíduos, que ora constitua minoria ora maioria, que aja no sentido de suprimir os direitos naturais de qualquer parte da coletividade. Tecnicamente, é improvável que a maioria dos cidadãos aja no sentido de ameaçar a promoção dos direitos da maioria dos indivíduos. Isso porque, logicamente, a maioria não pode oprimir a si própria. Todavia, nada impede que a maioria aja deliberadamente no intuito de oprimir os direitos da minoria. Por exemplo, algumas pesquisas de opinião indicam que a maior parte da população brasileira é favorável a redução da maioridade penal⁶⁶. No entanto, a eventual modificação da lei seria aplicada a uma minoria, que são exatamente os jovens infratores.

Por outro lado, uma minoria organizada pode tentar suprimir os direitos naturais da maioria e/ou promover políticas com benefícios concentrados para grupos específicos. Esse comportamento pode ser observado quando o *lobby* de

⁶⁶ Ver <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-apoiam-reducao-da-idade-penal-c8e24o0vlosyway5n00aryvi>

Entre a República e a Poliarquia

um determinado segmento procura influenciar as decisões governamentais (*rent creation*) e/ou evitar desfavores políticos (*rent extraction*)⁶⁷. De acordo com Dahl (1956), Madison estava mais preocupado com a tirania da maioria do que no contrário.

Para federalistas como Madison e Hamilton, a democracia antiga não possuía mecanismos que defendessem a propriedade das minorias. Portanto, um dos papéis da República era garantir a propriedade a partir da construção de mecanismos institucionais que impedissem que uma maioria sobrepujasse os direitos políticos e econômicos das minorias (VITULLO, 2009). Para Dahl (1990) a preocupação de Madison em relação a maioria foi posta em “xeque” a partir dos elitistas. Ao contrário do que pensava John Stuart Mill, Tocqueville, Madison e Hamilton, quem governa, na prática, é sempre uma elite⁶⁸ independente do regime político.

De acordo com o próprio Madison, um dos principais objetivos do governo republicano é minimizar a influência das facções. Existem duas formas de evitar os efeitos negativos gerados pelo comportamento faccioso: “ou prevenir-lhe as causas, ou corrigir-lhe os efeitos” (MADISON, 2003: 60). Para combater as causas da facção, Madison sugere limitar a liberdade individual. Todavia, esse remédio “é pior do que o mal” (MADISON, 2003: 60). Seguindo a lógica madisoniana, a liberdade não pode ser suprimida com o objetivo de evitar o comportamento faccioso.

No que diz respeito em impor ou até mesmo incentivar que todos os cidadãos compartilhem as mesmas opiniões, paixões e interesses, Madison considera essa opção

⁶⁷ Ver Stigler (1971) e McChesney (1997).

⁶⁸ Para maiores interessados nesse argumento, ver Dahl (1990). Acerca das elites políticas ver os capítulos concernentes à Mosca, Pareto e Michels *in* Souza (1954). Para um comentário acerca do pensamento desses três ver Perissinoto (2009).

impraticável. Defende justamente o oposto: a pluralidade de opiniões e a heterogeneidade de paixões. E esses elementos apenas podem florescer em terras livres.

Em síntese, não é possível eliminar as causas das facções. Nas palavras de Madison: “concluamos que não é possível prevenir todas as causas de facções e que não resta outro remédio que corrigir-lhes os efeitos” (MADISON, 2003: 63). Nesse sentido, o autor defende a formação de um governo capaz de diminuir o efeito nocivo do “espírito faccionista”. Essa construção vai depender em larga medida do desenho institucional, ou seja, das regras de procedimentos que regulam a ação política estratégica. Esse é um dos legados mais importantes deixados pelos Federalistas: instituições importam⁶⁹.

Ratificando essa visão, Dahl (1956) argumenta que uma das proposições fundamentais do pensamento madisoniano pode ser sintetizada na seguinte hipótese: “na ausência de controles externos, qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos, tiranizará os demais” (DAHL, 1956: 14). Logo, a separação dos poderes é vital para evitar a própria dissolução dos controles externos, o que por sua vez é um fator decisivo para que nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos tire os seus semelhantes.

Tiraniam e Separação dos poderes

Para compreender porque a grande maioria dos governos representativos adota um arranjo institucional que separa os poderes, é necessário entender a origem desse princípio. Historicamente, a preocupação com a divisão dos poderes

⁶⁹ Outro componente central para evitar o comportamento faccioso é a extensão territorial da república. Isso porque um grande território comportaria uma maior quantidade de diferentes interesses, dificultando assim, a aglutinação de interesses comuns de caráter opressivo.

Entre a República e a Poliarquia

remonta à Grécia antiga e tinha como principal objetivo evitar a tirania. Para Aristóteles:

Os vários grupos ou classes sociais participam do exercício do poder político, ou aquela em que o exercício da soberania ou o governo, em vez de estar nas mãos de uma única parte constitutiva da sociedade, é comum a todas. Contrapõem-se-lhe, portando, as constituições puras em que apenas um grupo ou classe social detém o poder político (*apud* PIÇARRA, 1989, 32-33).

Locke também refletiu sobre a importância da separação dos poderes. Inegavelmente, para Locke, o Legislativo é o poder supremo.

A concepção lockeana, todavia, pressupõe que independentemente da forma de governo e do desenho institucional, a principal finalidade de qualquer governo é garantir a preservação da propriedade. De acordo Madison, o governo não foi menos instituído para defender a pessoa dos cidadãos do que para defender a sua propriedade, e, portanto, uma e outra coisa devem ser igualmente representadas por aqueles que exercem as funções do governo. Logo, a separação dos poderes deverá ser elaborada tendo como principal meta conservar a propriedade. Aqui é possível identificar a relação mais íntima dos Federalistas com o liberalismo. O objetivo final é implementar um governo limitado que garanta efetivamente o livre desenvolvimento das faculdades mentais e econômicas dos indivíduos.

É possível identificar dois critérios para separar os poderes no pensamento de Madison: (1) a natureza humana e (2) a natureza da função. A natureza humana tende a abusar do poder e uma forma de evitar esses abusos é a separação dos poderes. Dessa maneira, é preciso compartilhar o poder no sentido de enfraquecê-lo. Uma concepção defendida por Hamilton e compartilhada por Madison é a de que os homens

Entre a República e a Poliarquia

são “ambiciosos, vingativos e rapaces”. Pensar de modo diferente, “seria ignorar o curso uniforme dos acontecimentos humanos e desafiar a experiência acumulada ao longo dos séculos” (*in*: Os clássicos da Política, 2006: 249). Assim sendo, os mecanismos de controle serão elaborados no sentido de controlar a propensão humana ao abuso do poder.

No que diz respeito à natureza da função, Madison considera que a separação de poderes é um elemento essencial à liberdade, argumentando que se a Constituição tentar promover ou até mesmo favorecer, direta ou indiretamente, o acúmulo de poder, ela deve ser sumariamente rejeitada.

Para Madison,

para manter a separação dos poderes, que todos assentam ser essencial à manutenção da liberdade, é de toda necessidade que cada um deles tenha uma vontade própria; e, por consequência, que seja organizado de tal modo, que aqueles que o exercitam tenham a menor influência possível na nomeação dos depositários dos outros poderes (...) é necessário que as nomeações para as supremas magistraturas legislativas saiam do povo, que é a fonte primitiva de toda a autoridade, por meio de canais que não tenham entre si a mínima comunicação (MADISON, 2003: 317).

Para Dahl (1956), Madison estava muito preocupado com a possibilidade da tirania ser exercida pelo Legislativo. De acordo com Madison, não se exige a separação absoluta dos poderes como mecanismo para evitar a tirania. Ele exemplifica com a carta constitucional de *New Hampshire* para ilustrar o seu argumento de que não há uma separação total dos poderes. O problema, segundo Madison, é de o poder exercer completamente ou demasiadamente as funções do outro. Em outras palavras, deve-se procurar evitar não o contato entre os poderes, mas a ingerência sistemática de um poder sobre as atribuições do outro.

No entanto, é a aversão à tirania legislativa que ocupa maior atenção de Madison. Dessa forma, a ideia era consolidar a separação dos poderes que pudesse minimizar a supremacia

do Legislativo frente aos demais poderes. O objetivo é conferir mais equilíbrio à relação entre os poderes, almejando o fortalecimento do Executivo. É possível identificar nos próprios artigos dos Federalistas uma tendência ao enfraquecimento do Legislativo em detrimento do fortalecimento do Executivo.

Para Madison, o problema é que, nos governos republicanos, o poder legislativo tende necessariamente a predominar, e não é possível dar a cada um dos outros poderes meios suficientes para a sua própria defesa. O único recurso consiste em dividir a legislatura em muitas frações e em desligá-las uma das outras, já pela diferente maneira de elegê-las, já pela diversidade de seus princípios de ação, tanto quanto o permite a natureza das suas funções comuns e a dependência comum com que elas se acham da sociedade. Mas este mesmo meio ainda não basta para evitar todo o perigo das usurpações. Se o excesso de influência do corpo legislativo exige que ele seja assim dividido, a fraqueza do poder executivo, pela sua parte, pede que seja fortificado. O veto absoluto é, a primeira vista, a arma mais natural que pode dar-se ao poder executivo para que se defenda: mas o uso que ele pode fazer dela pode ser perigoso e mesmo insuficiente (MADISON, 2003: 318/319).

Claramente, para que o controle mútuo seja efetivamente exercido é necessário o contato entre os poderes, e não seu isolamento. É justamente isso que Madison defende: um poder com capacidade de fiscalizar o outro, evitando a concentração plena de poderes na mesma mão. Dada a dupla tendência à usurpação e à expansão que o poder possui, não é suficiente apenas prescrever constitucionalmente os seus limites.

É necessário colocar “a ambição contra a ambição” e atrelar os interesses humanos às obrigações dos cargos governamentais, de modo que não haja transgressão sem

Entre a República e a Poliarquia

punição. Em suma, a “rivalidade de interesses” é o segredo de todos os negócios humanos, privados ou públicos. E essa rivalidade se demonstra especialmente importante durante a distribuição do poder, quando a principal meta é garantir que o mesmo (o poder), seja amplamente compartilhado, de tal modo que um possa exercer controle sobre o outro: “que o interesse privado de cada indivíduo seja uma sentinela dos direitos públicos” (MADISON, 2003: 318).

Por fim, é possível afirmar que Locke, Montesquieu e os Federalistas são importantes referências no que diz respeito à separação de poderes. Cada um deles, com suas particularidades e inseridos em diferentes contextos históricos, refletiram sobre um problema que além de ocupar a atenção da Ciência Política contemporânea é absolutamente importante para compreender como funciona grande parte dos sistemas políticos atuais.

Democracia: República e Poliarquia

No contexto histórico em que Madison estava inserido, Dahl (1956) argumenta que a definição de democracia se aproximava muito mais de um igualitarismo radical e/ou da noção de democracia direta do que qualquer outra coisa. Dessa forma, Madison se opunha claramente à implementação de uma forma de governo que se identificasse com esses conceitos. Por exemplo, para Madison, o espírito faccionista é inerente ao governo democrático (democracia direta grega). Para Madison,

é impossível ler a história das pequenas repúblicas da Grécia e da Itália sem sentir horror ou aversão diante das confusões que continuamente as agitavam e da rápida sucessão de revoluções através das quais se mantinham em um estado de constante oscilação entre os extremos da tirania e da anarquia. Quando ocorriam períodos ocasionais de tranquilidade, apenas serviam como contrastes de curta duração das violentas tempestades que se sucediam (*in*: Os clássicos da Política, 2006: 249).

De acordo com Dahl (1956), a noção de república desenvolvida por Madison se aproxima fortemente da noção mais contemporânea de democracia representativa. Dentro do pensamento madisoniano, uma república é um governo em que: “todos os poderes procedem direta ou indiretamente do povo e cujos administradores não gozam senão de poder temporário cada, a árbitro do povo ou enquanto bem se portarem” (MADISON, 2003: 237).

Madison considera o governo republicano como a única alternativa possível para os desejos de uma nação livre. Ele apresenta exemplos históricos de outros países que não podem ser efetivamente considerados governos republicanos já que não conservam os princípios, a essência de tal regime. Não basta ser um governo republicano de direito, é necessário sê-lo de fato. Em síntese, Madison afirma que todos esses exemplos (...) mostram a extrema inexatidão com que a palavra república tem sido empregada nas discussões políticas (MADISON, 2003: 237). Analiticamente, Madison distingue o conceito de república da noção de democracia a partir de dois pontos centrais: (1) a república apresenta maior extensão territorial e maior quantidade de cidadãos. Esse é um dos maiores problemas da democracia antiga segundo Dahl (2001). (2) Como se dá a delegação de poderes. Para Madison essa segunda característica aumenta o espírito público e garante que as decisões tomadas sejam as melhores para o bem da nação.

Segundo Vitullo (2009), Hamilton também defendia essa distinção entre república e democracia. Ele observa que a superioridade da república se tornava mais marcante principalmente pelo fato de que o poder político se realizava por meio da representação, evitando assim os grandes problemas oriundos da realização de assembleias.

Por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, Madison defende que “num tal governo é mais possível que a

vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo próprio povo” (MADISON, 2003: 64). Com efeito, algum crítico poderia argumentar que Madison, ao considerar que os representantes representarão os interesses de seus representados mais fielmente do que eles próprios, não considera o risco de desvio de representação. Todavia, esse argumento não se sustenta. Isso porque o próprio Madison reconhece que em alguns casos (...) homens de caráter faccioso, cheios de prejuízos, filhos de circunstâncias locais e de projetos sinistros, por intriga, por corrupção e por outros meios ainda, obter os votos do povo e atraiçoar-lhe depois os interesses. Reduz-se, pois, a questão em saber se a grandeza ou pequenez das repúblicas é mais favorável à eleição dos melhores defensores do bem público: duas considerações sem resposta fazem que a decisão seja a favor da primeira (MADISON, 2003: 64).

Ao se comparar a definição de república de Madison e o conceito de Poliarquia de Dahl (1970), algum analista poderia argumentar que o segundo incorpora, com mais sofisticação e refinamento, as propriedades do primeiro. Para Dahl (1971), as “poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 1971: 32).

As poliarquias são sistemas em que a escolha dos representantes é feita pelo povo e sua rotatividade é definida constitucionalmente. As regras do jogo são formuladas de tal sorte que o poder deriva do povo, os árbitros do poder são escolhidos pelo povo e possuem mandatos temporalmente regulados. Nesse sentido, é possível afirmar que quando Madison analisa em que medida o plano da Convenção reflete ou não os princípios republicanos ele estabelece, ainda que de

Entre a República e a Poliarquia

forma primitiva, a base dos eixos para se pensar a poliarquia de Dahl (inclusividade e contestação pública).

Outro ponto que aproxima esses autores é o esforço teórico comum no sentido de separar o que é uma verdadeira república de sua versão “pirata”. Madison se preocupou em distinguir o conceito de república da noção de democracia direta. Dahl, por sua vez, abandonou o conceito de democracia em função da noção de poliarquia. Inegavelmente, o conceito de democracia é um dos termos mais polissêmicos da teoria política (democracia direta, representativa, deliberativa, participativa, elitista, de alta intensidade, minimalista/procedimental, entre outros). Nesse sentido, tanto Madison quanto Dahl oferecem importantes ferramentas analíticas para se pensar mais sistematicamente a democracia. Para operacionalizar o conceito de poliarquia, Dahl (1971) identifica oito características institucionais. O quadro 1 apresenta essas informações.

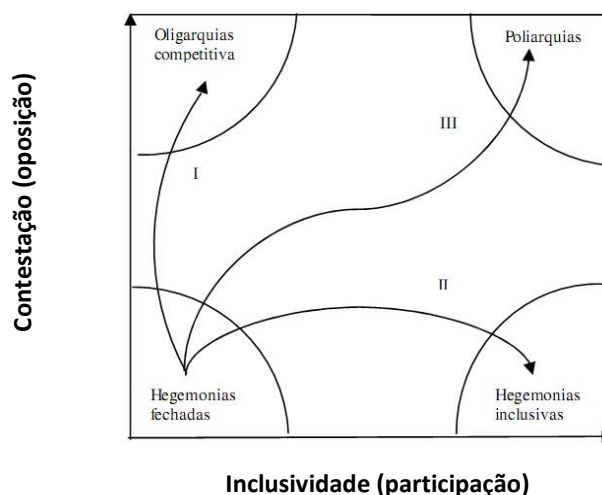
Quadro 1: Requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas

	São necessárias as seguintes garantias institucionais
I. Formular preferências	1. Liberdade de formar e aderir a organizações;
II. Exprimir preferências	2. Liberdade de expressão;
III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo	3. Direito de voto;
	4. Elegibilidade para cargos públicos;
	5. Direito de líderes políticos disputarem apoio;
	6. Fontes alternativas de informação;
	7. Eleições livres e idôneas;
	8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

Fonte: reproduzido pelos autores a partir de Dahl (1971).

Essas oito garantias são reduzidas a duas dimensões: (1) contestação e (2) inclusividade. Quanto maior for o grau de contestação política e inclusividade mais próximo o regime encontra-se da poliarquia. A figura 1 abaixo ilustra as dimensões da poliarquia.

Figura 1: Dimensões da Poliarquia



Fonte: Dahl (1971)

Na terminologia de Dahl, nos regimes classificados como Hegemonias fechadas, tanto a inclusividade quanto a contestação são fracamente desenvolvidas. Os regimes que apresentam alta inclusividade, mas que ainda não desenvolveram um sistema de competição e institucionalização das regras do jogo, são definidos como Hegemonias inclusivas. Os regimes que apresentam alta contestação mas que ainda não permitem a participação popular no processo de seleção dos representantes podem ser caracterizados, segundo Dahl, como Oligarquias competitivas. Finalmente, sistemas fortemente liberalizados e inclusivos são denominados de poliarquias. A poliarquia é, nesse sentido, um sistema de governo mais democrático. Na visão de Madison, por sua vez, quanto maior for o sufrágio (inclusividade) maior será o descolamento dos

representantes frente aos interesses particulares dos representados. No original

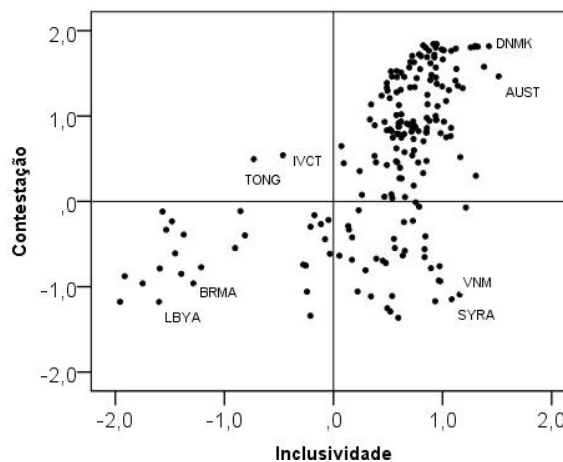
Como cada representante será escolhido por um número maior de cidadãos nas grandes do que nas pequenas repúblicas, será mais difícil para os candidatos sem méritos utilizar com êxito artifícios desonestos, que tantas vezes têm dado a vitória nas eleições; e os sufrágios do povo, sendo mais livres, terão maior probabilidade de se concentrarem sobre pessoas que possuam méritos mais atraentes e personalidades mais firmes e propagadoras (MADISON, 2003: 65).

O sistema representativo, ao se tornar gradativamente mais inclusivo e institucionalizado, passa a ser, dentro dessa visão, fortemente responsivo em relação às demandas dos cidadãos, agora eleitores. De forma geral, portanto, fica evidente que a um dos principais objetivos perseguidos pelos Federalistas é implementar um sistema amplamente representativo que seja capaz de selecionar os indivíduos mais aptos a resistir às paixões desordenadas e aos equívocos que podem tomar conta do povo. Claramente, o representante não é, e não deve ser, uma marionete do povo, segundo os Federalistas.

Dahl em Dados

Empiricamente, uma das mais bem sucedidas tentativas de operacionalizar o conceito de Poliarquia foi implementada por Coopedge, Alvarez e Maldonado (2008). Os autores utilizaram um modelo de análise de componentes principais para reduzir diferentes medidas de democracia as duas dimensões propostas por Dahl: contestação e inclusividade. Essa seção reproduz esses dados com ênfase na variação dessas dimensões na América Latina e no Brasil. O gráfico 1 ilustra a posição dos países segundo as dimensões de poliarquia.

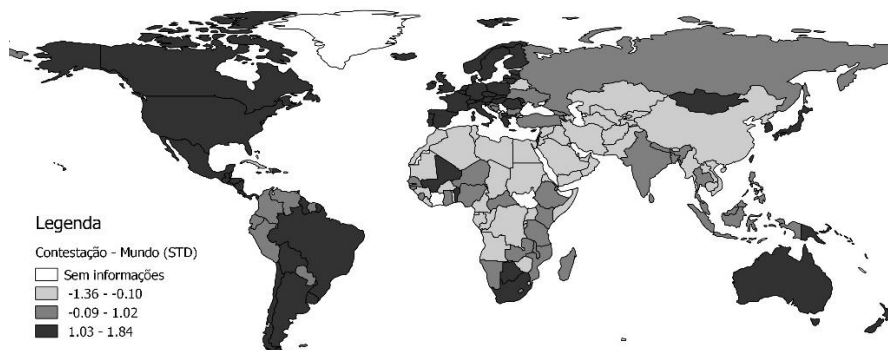
Gráfico 1. Países segundo as dimensões da poliarquia



Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

As linhas traçadas no ponto zero em cada eixo representa as médias de cada dimensão. Líbia e Myanmar podem ser considerados hegemônias fechadas enquanto Dinamarca e Austrália figuram como poliarquias. Síria e Vietnã encontram-se mais próximos da posição de hegemônias inclusivas. A correlação entre as dimensões é de 0,549 (p-valor <0,000 ; n = 192). Os mapas 1 e 2 ilustram a variação da contestação e inclusividade no mundo em 2000.

Mapas 1: Contestação no mundo (2000).

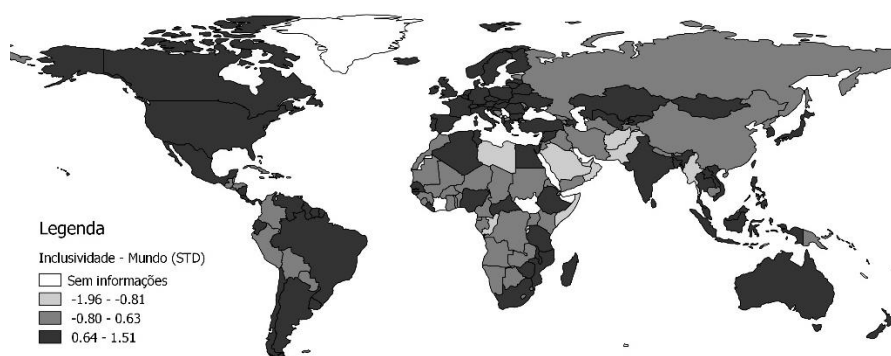


Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

Entre a República e a Poliarquia

Quanto mais escura a tonalidade, maior a contestação esperada no país analisado. As cores mais claras indicam ausência de dados ou baixo nível contestação, ou seja, baixa capacidade de se fazer oposição política.

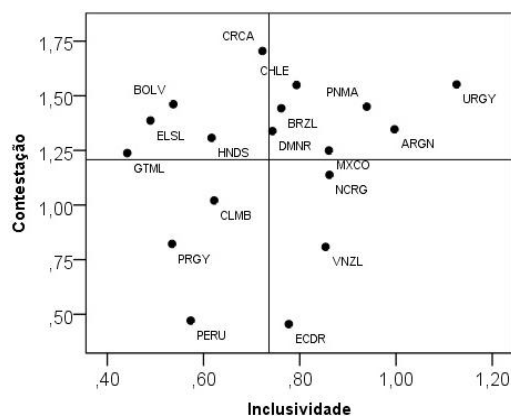
Mapas 2: Inclusividade no mundo (2000).



Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

O mapa 2 segue a mesma lógica de tonalidade de cores para compreensão do grau de inclusividade política. A seguir, o gráfico 2 apresenta a dispersão de países segundo contestação e inclusividade para a América Latina.

Gráfico 2: Países da América Latina segundo as dimensões da poliarquia

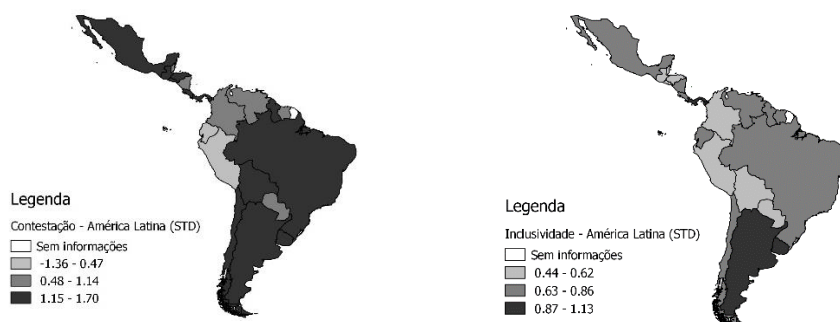


Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

Entre a República e a Poliarquia

Ao se considerar apenas os países da América Latina, observa-se uma correlação de 0,229 (p-valor = 0,361; n = 18). A média da contestação é de 1,21 enquanto a média da inclusividade é de 0,74. Argentina, Brasil e Chile estão mais próximos da poliarquia. Os mapas 3 e 4 ilustram a variação da contestação e inclusividade para a América Latina no ano 2000.

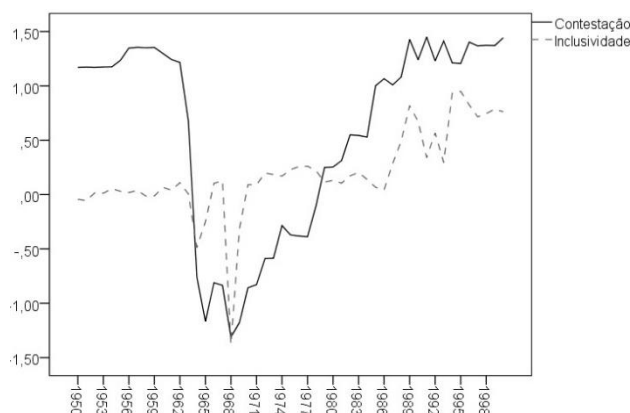
Mapas 3 e 4. Contestação Inclusividade na América Latina (2000).



Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

Por fim, é possível analisar como essas dimensões variam no Brasil. Os gráficos 3 e 4 ilustram essas informações.

Gráficos 3: Contestação e inclusividade no Brasil (1950-2000).

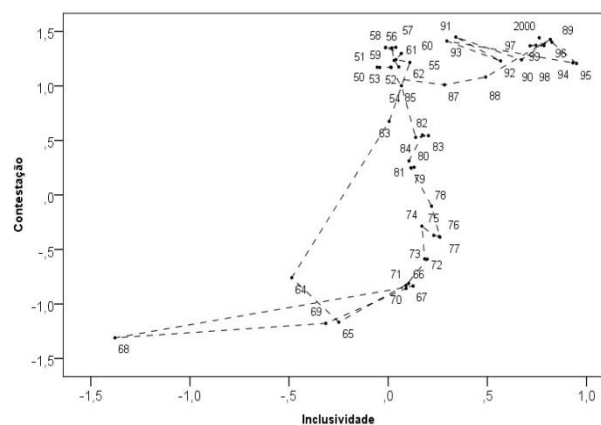


Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

Entre a República e a Poliarquia

No início da série (1950), a contestação aparece maior do que a inclusividade no Brasil. Em 1964 observa-se uma queda abrupta nos níveis de contestação, isso quer dizer que o indicador captou o retrocesso institucional provocado pelo golpe de estado. Depois disso, verifica-se uma clara tendência democrática, já que ambos os indicadores aumentam ao longo do tempo. O gráfico 4 reproduz essa informação a partir de uma análise de trajetória.

Gráficos 4: Série histórica da contestação e inclusividade no Brasil (1950-2000).



Fonte: elaboração dos autores a partir de Coppedge (2000).

Novamente é possível observar a ruptura institucional provocada pelo golpe de 1964. Os níveis de contestação e inclusividade atingiram o limite mínimo em 1968, ano da adoção do AI-5, a maior expressão marcante da ditadura militar no país. Mais uma vez ganha força a confiabilidade dos dados, o que por sua vez ajuda a melhor compreender a importância das dimensões da poliarquia propostas por Dahl.

Considerações Finais

Esse artigo discutiu os conceitos de *facções*, *separação de poderes* e *república* na obra de James Madison, em comparação com a noção de *poliarquia* de Robert Dahl. O

Entre a República e a Poliarquia

foco foi desenvolver uma perspectiva analítica comparada entre os dois autores e, sempre que possível, estabelecer analogias com outros autores como Locke e Montesquieu. A análise defende que o pensamento político contemporâneo é fortemente influenciado por noções clássicas de democracia.

Ainda que seja impossível mensurar com precisão o quanto conceitos da teoria política clássica influenciaram a teoria política contemporânea, não podemos relegar os autores clássicos ao segundo plano. A contribuição clássica permite que a teoria política contemporânea seja capaz de tentar oferecer explicações mais robustas às novas e velhas questões enfrentadas pela disciplina.

Bibliografia

- ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: MartinsFontes, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10. ed. Tradução de SérgioBath. Brasília: UnB, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2a ed. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis S. de. *Do espírito das leis*. 2 a ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- Welffort, Francisco. *Os Clássicos da Política*. Editora Ática, 2006.
- ROUSSEAU, Jean.-Jaques. *Contrato social*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978a.
- MANIN, Bernard. "As metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 29, ano 10, outubro 1995.
- DAHL, Robert. *A Preface to Democratic Theory*, Chicago, University of Chicago Press, 1956.
- DAHL, Robert. *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven, Yale University Press, 1971.
- DAHL, Robert. Um prefácio à democracia econômica. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. O federalista. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003.
- McCHESNEY, F. (1997). *Money for nothing: politicians, rent extraction, and political extortion*. Cambridge: Harvard University Press.
- MOSCA, Gaetano. "A Classe Dirigente". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.
- MICHELS, Robert. "A Lei de Ferro da Oligarquia". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.
- MICHELS, Robert. "A Base Conservadora da Organização". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.
- PARETO, Vilfredo. "As Elites e o uso da Força na Sociedade". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.
- PERISSINOTTO, Renato. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex, 2009.
- PIÇARRA, Nuno. *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução*. Coimbra: Coimbra, 1989, 2009.
- STIGLER, G. J. (1971). The theory of economic regulation. *Bell Journal of Economic and Management Science*, New York, v. 2, n. 1, p. 1-21, Spring.
- VITULLO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 271-301.
- WEFFORT, F. C. (Org.). *Os clássicos da política*. Vol. 1. 11ª ed. – São Paulo: Editora Ática, 1999.

Palavras-chave:

Poliarquia; separação de poderes; facção; República

Resumo: O objetivo desse trabalho é estabelecer a relação entre as teorias políticas clássicas e contemporâneas a respeito do conceito de democracia e poder. Metodologicamente analisamos alguns conceitos elaborados por James Madison e Robert Dahl. De maneira mais específica, esse trabalho lida com as noções madisonianas de *facção*, *separação de poderes* e *república* e sobre o conceito de *poliarquia* proposto por Dahl. Descreve a contínua influência de alguns aspectos próprios da teoria política clássica na forma como a teoria política contemporânea lida com o tema. Conclui-se que a contribuição dos autores clássicos permite que a teoria política contemporânea seja capaz de tentar oferecer explicações mais robustas aos “novos” problemas enfrentados pela disciplina.

Keywords:

Polyarchy; separation of powers; faction; Republic.

ABSTRACT: The aim of this study is to establish the relationship between the classical and contemporary political theories regarding the concept of democracy and power. Methodologically, we analyze some concepts developed by James Madison and Robert Dahl. More specifically, this paper deals with the Madisonian notions of faction, separation of powers and republic and the concept of polyarchy proposed by Dahl. We describe the continuing influence of some specific aspects of classical political theory in the way contemporary political theory deals with the issue. It is concluded that the contribution of classical authors allows the contemporary political theory be able to try to provide more robust explanations to the "new" problems facing by the discipline.

// Mesa Redonda

Visões Políticas das Crises

Mesa Redonda com professores de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Promovida pelo Centro de Humanidades da UFC em 28 de março de 2016.

Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC);

Professor Dr. Valmir Lopes de Lima(UFC);

Professor Dr. Josênio Parente Camelo (UECE).

Mediadora: Professora Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (UFC).

Abertura

Danyelle Nilin Gonçalves

A ideia desta Mesa Redonda foi entender um pouco – se é que é possível – este momento que estamos vivendo. É obrigação profissional do cientista social tentar entender e explicar minimamente o que acontece. A gente sabe que está – sempre está – no calor do momento, mas é necessário que todos alunos, todos professores, enfim, a sociedade brasileira, queiram entender este processo que vem acontecendo, principalmente, desde 2015, e está aí, nas manchetes de jornais a todo momento. Nunca se falou tanto em política, este é um lado muito positivo.

Agora, nos restaurantes, nos corredores da faculdade, nos ambientes de trabalho, as pessoas estão falando alguma coisa sobre a política, emitindo alguma opinião sobre o momento político. Esse é um lado bom, mas também tem alguns lados problemáticos que iremos tentar discutir nesta mesa. É uma ideia do Centro de Humanidades que possamos ter esses momentos de modo periódico. Ter momentos em que os cursos de Graduação e os especialistas possam explicar, apresentar seus trabalhos, suas reflexões sobre a conjuntura de temas específicos.

O Ajuste Brasileiro e Três Eixos Estruturais

Alba Pinho

Inicialmente, eu quero dizer da minha satisfação de estar aqui nesta mesa, neste debate, em que vamos ter a oportunidade de observar visões distintas e plurais sobre a crise que estamos a viver neste país. E acho uma bela iniciativa do Centro de Humanidades. Acho que a Universidade, neste momento, precisa urgentemente estar presente numa reflexão crítica, e vejo que não há momento melhor para este debate de "Visões Políticas da Crise". Também quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de partilhar com companheiros, com professores, com alunos e pesquisadores.

"Visões Políticas da Crise". A temática nos interpela à leitura crítica das crises: a crise política, a crise econômica, a crise institucional – que marcam a vida brasileira nos últimos 15 meses. Se pensarmos bem, todo o ano de 2015, o primeiro trimestre de 2016, acirrando-se brutalmente em fevereiro e março de 2016, compõem um período em que o país vive tempos decisivos, cujas escolhas que vamos fazer – nós estamos a fazer nestes tempos – condicionarão o rumo do Brasil por

anos, ou mesmo décadas. Em verdade, costumo dizer que estamos diante de um jogo de xadrez da crise brasileira: um jogo complexo, enigmático, difícil, a exigir lucidez e a exigir o exercício da crítica, colocando um desafio analítico, urgente e inadiável para as Ciências Sociais. Eu comungo com Marilena Chauí – que tenho lido muito, ultimamente, inclusive uma entrevista que ela concedeu à *Revista Cult*, em fevereiro de 2016 – que hoje, no Brasil, nós padecemos da ausência de pensamento crítico sobre a crise e os rumos do país. E essa ausência tanto se identifica no campo da direita como no campo da esquerda. Precisamos de pensamento crítico, pois há uma ausência.

No meu entendimento, pensar criticamente a crise brasileira exige considerar três eixos chaves, que nos levam a reflexões estruturais, mas que abrem vias fecundas, investigativas, de debate, para o desvendamento histórico, conjuntural e decisivo. Primeiro eixo: Os rumos da economia e da política no Brasil contemporâneo, nos últimos 25 anos, nos percursos da experiência de ajuste do país ao capitalismo financeirizado, considerando o que se pode denominar de “os diferentes ciclos do ajuste brasileiro” – tema que tenho investigado bastante –, de 1990 a 2016; desde o Governo Collor, passando pelo Governo FHC e culminando nos governos petistas. Então, o primeiro eixo, ao meu ver, é termos presente, para poder entender essa crise, os rumos da economia e da política que foram assumidos pelo Brasil nesses últimos 25 anos. O segundo eixo é importantíssimo: é impossível entender a crise sem considerar as configurações geopolíticas mundiais do século XXI, no contexto da crise do capital, com destaque à posição da China em relação à América Latina e, particularmente, no tocante ao Brasil. Também é considerável, na segunda década do século XXI, a tendência assustadora de fortalecimento e expressão das forças conservadoras e de direita

na América Latina, vinculado aos interesses do grande capital e alinhadas aos Estados Unidos. Na primeira década do século XXI, tivemos aquilo que chamamos de “virada à esquerda”, com governos progressistas, respaldados em movimentos sociais. E hoje, na segunda década do século XXI, nós estamos tendo essa guinada de tendência assustadora, de fortalecimento e expressão das forças conservadoras. E isso é um fator a considerar, quando pensamos criticamente a crise brasileira. Por fim, o terceiro eixo seria compreender, ter clareza, da natureza e da gravidade dos processos políticos que atentam contra a democracia no Brasil; com a avaliação do que está em jogo, para além da espetacularização da crise. Intelectuais e artistas do recentemente criado Fórum 21 – como Luiz Gonzaga Belluzo, Maria Victoria Benevides, Fábio Konder Comparato, Leda Maria Paulani, André Singer, Rosa Maria Marques, Fernando Morais – sustentam que a democracia está por um fio, conclamando a organização e a resistência nas ruas. Boaventura de Sousa Santos – que ao meu ver é um intelectual do mundo e profundamente vinculado às questões da América Latina e do Brasil – em um recente artigo analisa que a democracia no Brasil está à beira do caos e alerta, inclusive, para os perigos do que chama “a desordem jurídica”, produzida no atual cenário pelo sistema judicial brasileiro que tem, justamente, a seu cargo, a defesa e a garantia da ordem jurídica.

Esses três eixos – à saber, 1) os rumos da economia e da política no Brasil contemporâneo; 2) as configurações geopolíticas mundiais no século XXI; e 3) a natureza e a gravidade dos processos políticos que atentam contra a democracia no Brasil – constituem uma agenda de análise a aprofundar que, nesta mesa de debates, pelo tempo das intervenções, não é possível fazer uma apreciação detalhada. Assim, na busca de circunscrever a visão da crise que compartilho com analistas e militantes no campo das esquerdas,

vou limitar-me a pontuações no âmbito desses três eixos, buscando provocar o debate aqui e em outros espaços. Senão vejamos: começemos pensando economia e política no Brasil contemporâneo, pelo próprio modelo de ajuste brasileiro que foi construído ao longo dos últimos 25 anos e que está a revelar o seu esgotamento como uma dimensão fundante da crise em meio a um contexto de política de austeridade que o sistema do capital impõe ao mundo inteiro. Esse modelo de ajuste brasileiro está se esgotando como única via para a crise.

Mas qual é esse modelo de ajuste brasileiro que está a esgotar-se? É esta a primeira questão. De fato, o ajuste brasileiro assume um modelo rentista-extrativista, ou seja, o país constitui-se uma plataforma de acumulação financeira, garantindo ganhos inigualáveis, mediante elevação das taxas de juros; e ao mesmo tempo, se submete à expropriação das riquezas minerais e agrícolas no circuito do extrativismo intensivo. Daí configurar esse modelo como rentista-extrativista. É um modelo que reforça a dependência estrutural brasileira, configurando uma dependência redobrada, no dizer de Leda Paulani. De fato, a crise do capital que se manifesta em 2008/2009 nos Estados Unidos e na Europa não chega de imediato ao Brasil, e um dos elementos estratégicos que amortecem os impactos da crise entre nós, na primeira década do século XXI, são as relações comerciais com a China, dentro desse modelo rentista-extrativista. O país exporta *commodities* e compra produtos industrializados chineses. Desse modo, o país avança na reprimarização da sua pauta de exportações a depender dos fluxos, inclusive, de expansão da economia chinesa. Em um contexto internacional favorável, sobretudo no cenário pós-crise 2008 – precisamente nos governos Lula – o Brasil, dentro do padrão de ajuste vigente, consegue desenvolver *commodities*, plataforma de apuração financeira, dentro de um contexto favorável. O Brasil consegue desenvolver o então denominado

"modelo brasileiro com inclusão", com alterações, inclusive, no perfil distributivo no país, mediante as políticas de enfrentamento à pobreza, desde a elevação do salário mínimo, FIES, Bolsa Família... Efetivam-se processos seletivos de inclusão parcial das massas, com acesso a níveis básicos de consumo, o que desagrade profundamente as elites e isso hoje vem à tona. A rigor, o crescimento brasileiro, esse crescimento que se propagou e se propaga, está ancorado no consumo do mercado interno e alavancado no extrativismo, em um arranjo arriscado e essencialmente instável.

O primeiro governo Dilma Rousseff tenta efetivar inflexões desse modelo, a desenvolver um híbrido arranjo de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo, ousando empreender por curto tempo uma guinada progressista na política econômica: a questão dos bancos, da baixa da taxa SELIC.... Esse primeiro governo Dilma, dentro desse híbrido de política de arranjo e neodesenvolvimentismo, ousa empreender por curto tempo uma guinada progressista na política econômica, que faz a presidenta ser odiada pelo mercado financeiro. De fato, foram tomadas medidas que contrariavam interesses diretos, imediatos, do capital financeiro. Não interesses fundamentais – porque nós continuávamos com o modelo de ajuste rentista-extrativista – mas contrariava interesses imediatos do capital financeiro. Desde a segunda década do século XXI, o contexto geopolítico vem mudando. A economia chinesa sofre desaceleração e começa a trilhar os caminhos de sua primeira crise capitalista macroeconômica. A crise do capital também é chinesa. E isso vai efetivar alterações geopolíticas com repercussões diretas no modelo de ajuste brasileiro que está baseado no extrativismo intensivo como alternativa de inserção, dependendo do capitalismo globalizado. Com o esgotamento do padrão rentista-extrativista de ajuste à crise do capital, essa crise chega à América Latina e chega ao

Brasil, contribuindo para desestruturar esse modelo de crescimento com inclusão. Encerra-se, de fato, um ciclo de crescimento. Assim, em um contexto externo desfavorável, os impasses e dilemas do modelo brasileiro persistem e agravam-se, fazendo emergir a crise.

As eleições presidenciais de 2014 evidenciam uma polarização da sociedade. As oposições não acatam a derrota e continuam a disputa. De fato, 2014 não terminou. Ele continua em 2015, 2016... E já estamos antecipando 2018. A crise brasileira explode em 2015 com sensíveis expressões na vida da população: estagnação do crescimento, inflação, desemprego... A grande mídia continua a desenvolver o que Leda Paulani denominou de "terrorismo midiático", construindo uma cultura de crise, com a difusão reiterada de que o país está em caos, satanizando o governo e o PT. A crise econômica, de fato, é um chão muito favorável para a disseminação do conservadorismo – que é marca da sociedade brasileira. A expectativa de setores progressistas que apoiaram a eleição de Dilma Rousseff é que houvesse um enfrentamento da crise à esquerda – inclusive eu li vários artigos à época. Leda Paulani, Marilena Chauí, tantos outros intelectuais, professores, artistas, assinaram apoio à candidatura de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Havia uma expectativa de setores progressistas, que apoiaram a sua eleição, de que houvesse um enfrentamento da crise à esquerda.

Em verdade, Dilma Rousseff inicia o seu segundo governo com o que, à época, foi denominado de "ajuste à direita". Significando o quê esse "ajusta à direita"? A ortodoxia das políticas de ajustes. Nós das Ciências Sociais da UFC, inclusive, fizemos duas mesas redondas sobre o tema à época. A gente discutiu profundamente essa questão em 2015. Esse "ajuste à direita" significando a ortodoxia das políticas de ajuste. Prioriza-se a rentabilidade financeira, o ajuste a qualquer custo. Acontece que se vivencia uma crise de hegemonia no cenário

nacional. O quê acontece? Os movimentos sociais, os setores da esquerda, não se expressam publicamente, de modo contundente, quanto aos rumos assumidos pelo segundo governo Dilma Rousseff. As forças progressistas não conseguem barrar o ajuste à direita. E, nesse contexto de crise, vai se consolidando a articulação das elites brasileiras, alicerçadas na grande mídia que vai atuando para gerar instabilidade política com incessante trabalho para derrubar o governo Dilma. O sistema financeiro, as grandes corporações, o empresariado, não querem mais nem o PT nem Dilma no governo. Essa oposição explícita, difundida na mídia amplamente, envolve também afastar por todos os meios a possibilidade da candidatura de Lula em 2018. É uma onda conservadora que quer, a todo custo, forjar a ideia de que todas as aflições que o país vive nos percursos da crise serão resolvidas com a saída da presidenta Dilma por quaisquer meios, criando-se, inclusive, uma situação de impeachment sem base legal, em um movimento que começou logo depois de sua tomada de posse. Por isso que a gente diz "2014 não terminou. Ele continua em 2015, em 2016, e já antecipamos 2018". Em verdade, as elites econômicas e as forças políticas a elas vinculadas que não se conformaram com a perda das eleições em 2014, em um contexto global de crise do capital, sentiram-se fortemente ameaçadas por mais 4 anos sem controlar diretamente a parte dos recursos do país vinculada ao Estado. O que está em disputa é o controle da política econômica. Numa variação das relações de força, três grandes fatores jogam a favor da articulação orgânica das elites vinculadas ao capital. Quais seriam esses três fatores que jogam a favor da articulação orgânica das elites vinculadas ao capital, do bloco conservador?

Primeiro fator: a dramática descaracterização do PT como partido democrático de esquerda. O PT, uma vez no poder, desconsiderou a lição histórica de que o capital só confia nos seus para governar e que nunca é grato nem reconhecido a

quem, não sendo o seu, lhe faz concessões e favores. O PT, assumindo o poder, desconheceu essa lição histórica. Segundo elemento que joga a favor do bloco conservador: a própria crise econômica e o férreo controle que sobre ela tem o capital financeiro. A hipertrofia dos mercados financeiros não permite o crescimento econômico. Não podemos querer crescimento econômico porque a própria crise, a hipertrofia do mercado, não permite crescimento econômico e exige políticas de alteridade a penalizar a população. Então, esse é um segundo elemento que joga a favor do bloco conservador. E, finalmente, um terceiro elemento que a gente não pode esquecer – eu disse que temos que considerar profundamente as configurações geopolíticas – é o fato do imperialismo norte-americano estar de volta à América Latina com o avanço das forças conservadoras a substituir modelos progressistas. É emblemático o caso da Argentina.

No cenário da crise, abre-se na vida brasileira uma verdadeira cruzada moral contra a corrupção, desvirtuando, politizando e espetacularizando a Operação Lava-Jato, transformada no centro da vida política brasileira. As denúncias de corrupção são eminentemente seletivas, pois ignoram o político de partido da oposição, esmerando-se na implicação de líderes do PT. A partidarização de segmento do judiciário é explícita, reiterada, ferindo princípios republicanos previstos na Constituição de 1988. De fato, o sistema judicial, como alerta Boaventura de Sousa Santos, transforma-se num perigoso fator de desordem jurídica, e política também. Senão vejamos: medidas judiciais flagrantemente ilegais e inconstitucionais. A seletividade grosseira do zelo perceptório. A promiscuidade aberrante com a mídia a serviço das elites conservadoras. O hiperativismo judicial, aparentemente anárquico, traduzido, por exemplo, em 27 liminares, visando o mesmo ato político. A Operação Lava-Jato número 24 explicitou claramente tudo isso. Tal quadro conforma uma situação de caos judicial que acentua

a insegurança jurídica, aprofunda a polarização social-política e põe a própria democracia à beira do caos. Em verdade, uma articulação orgânica dos setores dominantes, com atuação decisiva da grande mídia, orquestra um abominável desenho estratégico em várias frentes que ameaça a democracia, os direitos e as liberdades, duramente conquistados na vida brasileira.

À semelhança de outras situações históricas que redundaram na emergência de uma solução fascista – se pensarmos na Alemanha, em outros momentos da vida mundial e o próprio Brasil na Ditadura Militar –, busca-se, atualmente, um culpado, aponta-se um responsável, mobiliza as massas para execrá-lo, ativando ódio e preconceitos. Hoje, na crise brasileira, o bode expiatório se chama Dilma, Lula, PT ou mesmo as esquerdas. Assim, vemos crescer a cada dia o ódio social, com expressões de intolerância fascista, sempre incitado e alimentado pela grande mídia que explicitamente manipula informações na difusão de um pensamento único. Assistimos e temos vários exemplos de reiteradas investidas de verdadeiras milícias raivosas a atentar contra direitos civis e contra direitos políticos – atentado às casas de políticos profissionais e coisas do gênero. O autoritarismo e as múltiplas formas de violência da sociedade brasileira expressam-se sem reservas e isso é muito perigoso e muito sério. Analistas preconizam a atualidade de Hannah Arendt na análise dos processos sociais descritos em *As origens do totalitarismo*. É esse, inclusive, o título da matéria da *Revista Carta Capital*, que sugiro leitura, em sua edição especial da crise, que já está nas bancas: é datada de 30 de março de 2016, inclusive tem uma das matérias com o título “A atualidade de Hannah Arendt” em que analisa vários elementos sobre essa questão do golpe e tudo mais. Nesse contexto, acirra-se a crise política; e a disputa das forças sociais está literalmente nas ruas. Está em curso um golpe contra a democracia brasileira. É

fundamental compreender, então, a natureza deste golpe. Não é um golpe com canhões. Cogita-se um novo modelo inédito de golpe de Estado: um golpe jurídico-policial-midiático. Eu acho importante discutirmos a natureza desse golpe de Estado. A parcialidade repugnante da grande mídia, consignada de forma emblemática na Rede Globo, e os métodos arbitrários do ativismo judicial a comprometer o princípio democrático, atingiram um ponto de saturação catalisando a indignação cívica de juristas, de intelectuais, de artistas, e impulsionando segmentos da classe média democrática – que estava no sofá vivendo suas desilusões – a irem para o embate na luta contra o golpe, na defesa da democracia. Atos pela legalidade democrática eclodem em diferentes espaços e se espalham pelo Brasil afora. Líderes mundiais, presidentes progressistas da América Latina e parte da mídia internacional denunciam o golpe jurídico-midiático em curso. O embate está nas ruas e o peso das manifestações pela democracia também se faz sentir. Um exemplo cabal: o 18 de março e a preparação do 31 de março. Segmentos do próprio judiciário, a exemplo do ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), reagem no sentido de barrar o ativismo judicial arbitrário e espetacularizado a comprometer princípios democráticos. De fato, uma tarefa urgente é a de salvar o judiciário brasileiro do abismo que está a entrar. O momento histórico é decisivo a exigir a ação política urgente, inadiável, na defesa da democracia brasileira. O momento, a meu ver, é de organizar e fazer valer a resistência.

A Necessidade de um Pacto Civilizatório

Josênio Parente

Eu gostei muito da apresentação da Alba, que fez uma análise mais global do processo, não só local, mas internacional. Vou

me ater a um problema desses que ela citou, que é o problema político. Possivelmente, o problema econômico tem a ver com a crise política. E dentro da crise, vou focar a questão da representação, que considero um ponto nevrálgico que não é interesse dos deputados – quem quer perder a mordomia de ser financiado etc.? – porque mudar esse modelo é algo que, de certa forma, vai mudar também o quadro. Então, iniciaria mostrando um pouco da democracia e da democracia brasileira. A democracia, para não ser muito longo, gostaria de dizer que é um sistema político que só existe numa sociedade competitiva, sobretudo de mercado, em potencial estado de guerra civil. Porque, na realidade, o mercado quebra a vida comunitária. Sei que existe aqui na UFC um grupo que estuda as mulheres. Na semana passada, participei de uma banca de Mestrado de uma delegada de mulheres que, entre muitas coisas, falou algo que mostra como o mercado quebra, inclusive, a vida familiar. Ela disse que – nas pesquisas que fez – a violência contra a mulher é maior quando a mulher ganha dinheiro e o homem também. Quer dizer, na realidade, quando não existia sociedade de mercado, a vida era comunitária, a mulher era submissa, não se rebelava. A vida comunitária se realiza dessa forma tradicional. Então, primeiramente, a mulher ganha com a democracia, mas culturalmente é um baque. É um choque à vida comunitária típica do brasileiro. Porque a democracia só existe nesse potencial de cidadão, pessoas ligadas ao consumo, que têm interesses divergentes e que, na realidade, precisam de uma ética; porque a ética religiosa – tanto a cristã, a muçulmana ou a judia – não mais correspondem a essa expectativa, pois na sociedade de mercado se perde o temor de deus, que era a força que garantia o seguimento das leis, não é? Então, na democracia, você precisa criar um novo soberano que rege; e este soberano precisa ter as suas leis também. Logicamente, superando o povo. Quer dizer, o povo se expressa, como diz Rousseau, pela vontade geral, e essa vontade geral passa a ser a orientação ética

que precisam ter esses poderes para criar essas condições. Então, a divisão de poderes entre legislativo, executivo e judiciário é um processo lento dentro da democracia; e recente até. O judiciário começa, sobretudo, a partir da importância daquela revolução conservadora, o federalismo. O Boaventura de Sousa Santos – que tem um artigo que senti a influencia na apresentação da Alba, inclusive naquela crítica ao PT que é dele também – fala que o judiciário é uma coisa recente, do século XX. Quer dizer, a força que o judiciário tem é a partir da ONU (Organização das Nações Unidas). Então, é um processo em expansão e o Brasil também é um processo novo. Se a gente lê o Oliveira Viana, que morreu em 1951, naquele livro *Instituições Políticas Brasileiras*, diz claramente que o Brasil não precisa de legislativo, de executivo ou judiciário. Por que que diz isso? Porque a grande maioria da população brasileira é de vida comunitária; e a vida comunitária não precisa da ética liberal democrática. Então, nesse sentido, o nosso Hobbes – o Oliveira Viana – propunha uma ditadura preocupada em criar consumidores, porque é só no consumo que vai se criar uma sociedade “interesseira” em que o critério de estratificação social não é mais a honra, não é mais a família: passa a ser a posse de bens. Então, se introduz o valor da igualdade e da liberdade, que são valores da sociedade burguesa.

Essa introdução rápida foi para dizer que a nossa democracia é muito recente, e a Alba destacou muito bem, nós temos 25, 30 anos de democracia, eu diria. Uma geração. Essa geração que está nas cadeiras do curso de Ciências Sociais é que não percebeu o Brasil de antes. A democracia brasileira começa a se consolidar quando são introduzidos os elementos do mercado, que é a competição. A introdução da competição inicia exatamente com os governos que são eleitos pelo povo pós-redemocratização. Começa com Collor, que introduziu a competição no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro ao abrir

as importações. Ele pagou um preço: o impeachment do Collor dá a impressão para as elites que é fácil dar o impeachment no presidencialismo e, no nosso caso, um presidencialismo de coalizão. Não é fácil, porque a primeira tentativa de impeachment foi com Getúlio Vargas, quando ele criou os atores da sociedade moderna: a burguesia nacional e todo um processo de consumo, embora ainda muito de leve. Mas é aí que se criou a oposição do sistema financeiro que está representado na UDN (União Democrática Nacional), com os donos de banco etc. Por isso, tentaram dar um impeachment, mas não deu certo. Vargas se suicidou para tentar dar um golpe nas pessoas. Foi "uma mão pelo Brasil". Isso adiou 1964 por 10 anos: uma década.

Então, quer dizer, tentaram dar ao Collor uma impressão de que nós temos facilidade de dar o impeachment no presidencialismo. Por quê? Por que quem apoiou Collor? A mídia e sobretudo o setor empresarial. Mas esse setor empresarial rompeu exatamente quando Collor quebrou esse "Bolsa Família" que o Getúlio deu para criar o ator moderno, a nossa burguesia, que é a reserva de mercado, chamado nacional-desenvolvimentismo. E esse ator exatamente sentiu quebrar, digamos assim, aquilo que lhe dava mais lucro fácil. O empresário teve que melhorar os produtos por causa das importações. De modo geral, o produto brasileiro era muito ruim: você comprava uma televisão, naquela época, ligava o aparelho e ficava com o botão na mão. Quer dizer, era preciso trocar, fazer manutenção. O Collor disse que nossos carros eram carroças, os humoristas diziam que nossos computadores não tinham memória: tinham vaga lembrança. Tudo isso é fruto da ausência de competição, um elemento dinâmico do mercado e que melhora a mercadoria – e às vezes até baixa o preço também –, mas introduz um jogo de quebra das relações comunitárias, produz o egoísmo. Se um tem maior inclusão social, o outro vai

ser mais concentrado, e cada vez mais você vai percebendo a sociedade dividida, mas civilizadamente. Forma-se o pacto civilizatório, que seriam as leis e o respeito às leis. Porque, na realidade, no fundo, a tendência de cada setor em conflito é passar por cima e medir força. A radicalização do sistema é um fato.

A tentativa de tirar o Lula do poder já vem de longe: com um ano e meio de eleição, já se quis quebrar o governo, quando o vinculou no mesmo esquema de Collor: a corrupção, por meio do que foi o Mensalão. Mas não pegou o Lula, pelo contrário: pegou o anti-Lula dentro do PT. O que é que chamo de anti-Lula? É o PT paulista, aquele PT que ia discutir quem é que ia ser o presidente depois do Lula etc. Esse pessoal que foi pego no Mensalão deixou o Lula acima do PT, aumentando os partidos da base aliada. Quer dizer, dentro de um esquema criativo, você tem também esse esquema do PT que a Operação Lava-Jato quis apresentar.

Mas esse é o esquema do nosso modelo de presidencialismo de coalizão. Não conseguiram tirar Lula, Fernando Henrique, Itamar Franco. Com Dilma foi uma exceção. E o Collor foi outra exceção, porque não teve apoio nenhum. A Dilma está tendo apoio. A primeira briga é no Congresso, por exemplo, com os deputados. Então, quer dizer, não é saber se a pedalada fiscal é legal ou ilegal: é o número de votos, é um jogo jurídico. Agora, a Alba lembrou de um artigo do Boaventura, eu acho que vale à pena ler um parágrafo. Ele diz assim:

Contando com a cultura Jurídica conservadora dominante nos sistemas judiciais, nas faculdades de Direito e no país em geral e com uma arma mediática de alta potência e precisão, o bloco conservador tudo fez para desvirtuar a Operação Lava-Jato [que, na verdade, foi uma operação muito importante para saber que quem não cumpre a lei da vontade geral deve ser punido com a lei] desvirtuando a Operação Lava-Jato dos seus objetivos judiciais em si mesmos fundamentais para o aprofundamento democrático e convertendo numa operação de extermínio político.

Isso é o que está atrapalhando um pouco a Lava Jato, deixando de ser uma operação que vai garantir justiça, em nome da ética, que era a esperança, para ser apenas de um partido ou para uma pessoa, às vezes.

O desvirtuamento consistiu em manter a fachada institucional da Operação Lava Jato, mas alterando profundamente a estrutura funcional que a animava por via da sobreposição da lógica política à lógica judicial. Enquanto a lógica judicial se apresenta na coerência entre meios e fins ditada pelas regras processuais e as garantias constitucionais; a lógica política, quando animada pela pulsão antidemocrática, subordina os fins aos meios, e é pelo grau dessa subordinação que define a sua eficácia.

O grupo do Lula diz que a saída é uma eleição. É do que estamos diante. Muito claramente foi dada a pergunta. A Odebrecht pode ter jogado no ventilador um modelo que temos, o judiciário, o Ministério Público, os políticos, 26 partidos – todos recebendo financiamento ilegal, propinas. Então, quem é que escapa? Tem um argumento antropológico: quando a coisa é comum, é normal, não é mais crime. O jurídico vê pelo lado da lei: se é lei, então, vamos punir todo mundo. É uma questão realmente complicada: entra o argumento antropológico, entra o argumento político. Vai haver um acordo? Que tipo de acordo? Vamos, de agora em diante, assumir que estamos num país moderno, que precisamos garantir que a nossa representação política de fato represente a sociedade civil; e não represente 500 empresários para criar deputados que não têm compromisso com nada. Então, a sociedade civil pode fazer o que quiser, pode votar nisso, naquilo... É por isso que, na realidade, nossa reforma política teve dois pontos que são importantes, e agora um terceiro recente. O primeiro ponto foi a responsabilidade fiscal, exatamente para acabar com o patrimonialismo, que é um

traço tradicional. Weber já mostrou que isso era comum na Alemanha tradicional etc. Outro foi exatamente uma interpretação do judiciário dentro da Constituinte dizendo que o dono do mandato é o partido. Isso já foi uma coisa importante, mas, de repente, se viu que, passado um mês, pode mudar o que quiser. E aí vem a proibição do financiamento privado. Esses três pontos já são reformas muito significativas. Mas, de qualquer maneira, a nossa tradição de financiamento privado está em céu aberto, a população está vendo a estrutura e não a aparência, os políticos falando da aparência... Aqueles políticos que falavam em ética, em combate à corrupção, de repente estão lá na lista dos que receberam propina, também.

Temos que resolver esse dilema para resolver o problema da economia. Aquela crise que a Alba comentou que passou o ano de 2014, 2015 e chega em 2016, deve continuar em 2017. Então, o impeachment no modelo do presidencialismo... O Collor, não é um exemplo, o Collor é uma exceção que confirma a regra. É exatamente esse dilema que temos que ver como é que resolve: como é que se pega uma sociedade radicalizada e cria um pacto civilizatório?

Uma Revolução Puritana

Valmir Lopes

É bom termos este debate. No ano passado, fizemos dois debates nas Ciências Sociais, como a Alba mencionou, e vou lembrar, rapidamente, o que ocorreu. O primeiro debate ocorreu exatamente em agosto [de 2015], no auge do que imaginávamos ser o auge da crise – nem sequer imaginaríamos que o auge da crise estaria bem distante. E terminamos aquele debate fazendo um balanço do que se tinha como alternativa. Havia certo consenso – estou fazendo um resumo, obviamente, um pouco traíndo algumas opiniões de colegas que aqui estiveram – que o

governo da Dilma tinha se esgotado. Essa é uma constatação. Ressaltou-se muito o estelionato eleitoral, que teria provocado o desgaste enorme na base de sustentação do governo. As opções, mesmo realizadas pela própria presidente no seu segundo mandato, em vez de ter realizado o programa que foi vencedor nas urnas, realizam outro programa, um programa da oposição. Isso complica, obviamente, sua base de sustentação. É uma situação muito complicada para o governo: vinha perdendo a base de sustentação, e na época, esta era a minha fala final: tínhamos três alternativas. Lembrei, então, o que Fernando Henrique Cardoso tinha escrito havia pouco tempo e colocava, me parece, de forma bastante lúcida, as três alternativas que estavam à disposição para a saída da crise naquele momento – que não era nem de perto o que estamos vivendo neste momento, mas apenas indícios do que poderíamos vivenciar hoje. As alternativas estavam postas: temos o recurso do impeachment, pelo presidencialismo. Este é um recurso propriamente constitucional, uma alternativa para desbloquear o sistema. Tem que ter governo. Na impossibilidade de se ter governo, tem o recurso constitucional do impeachment. Havia outro recurso que era aquele sendo tentado no Supremo Tribunal Federal: a cassação da chapa Dilma-Michel Temer. E havia a terceira alternativa, que ficamos esperando, que é de a presidente conseguir juntar seus aliados e apresentar de forma muito clara, muito precisa, um programa para atravessar o momento de dificuldade. Era essencial, nesse caso, fazer a autocrítica do governo que tinha desenvolvido anteriormente, reconhecer que teve erro na gestão do PT. Sabemos em alguns momentos fazer a autocrítica, mas como sempre os petistas são muito curiosos quando a fazem: parecem reconhecer, mas você nota que, no fundo, não estão reconhecendo. Mas ainda havia, digamos assim, capital político para atravessar aquele período. Veio um período de mais tranquilidade. A convenção do PMBD, que estava sendo marcada para novembro. Todos imaginávamos

que uma retomada do projeto de construção ocorreria pós-convenção do PMDB. O que foi que ocorreu? Não houve, foi adiado.

Na realização de nosso segundo debate, com os professores Jawdat Abu-El-Haj, Estevão Arcanjo e eu mesmo, nos centramos mais, basicamente, na crise de hegemonia. Na verdade, estamos vendo o nascimento de algo que ainda não se configura; e algo antigo que está morrendo. Então, não há força ainda ou capacidade para dirigir esse conflito que estamos vivendo. O professor Jawdat defendeu a tese de que existe, na verdade, uma crise do presidencialismo de coalizão.

No mesmo instante, me posicionei. Acho que a nossa crise não é de inviabilização do presidencialismo de coalizão. Isso tenho como sendo um equívoco. Não há também uma crise de hegemonia – me perdoem aqueles que são meus alunos e que já me ouviram falar da escolha racional, do individualismo, da teoria da ação. Acho que essas categorias são puramente verbais: não conseguem expressar puramente o que estamos passando. Estamos passando, muito provavelmente, por uma enorme transformação. Eu seria audacioso ao ponto de dizer que estamos passando por uma revolução: uma revolução de puritanos. Qual é o problema? O problema é que é uma novidade. É uma enorme novidade o que estamos assistindo. A Alba retorna a 2014. Eu tomo como base 2013. É lá que está o ponto: 2013 não acabou. 2013 trouxe para a cena política brasileira e para a estabilização do sistema político forças que até então estavam fora do sistema. Vieram para a rua e não voltaram e isso desestabilizou por completo o sistema político.

Lembremos que parte do sistema político brasileiro contempla a inexistência de partidos: os partidos no Brasil são partidos cartoriais, têm realidade apenas legalmente. Uma das grandes funções dos partidos é organizar a opinião pública. Quem é que organiza opinião pública hoje no Brasil? A grande

mídia. Acusar a rede Globo de ser parte, de ser partidária, não tem o menor sentido, é chover no molhado. É isso mesmo. O sistema político brasileiro vem hoje muito provavelmente sendo ocupado por um partido político que é a mídia. Não estou falando de um veículo só. Acho que nunca tivemos, na história política brasileira, a totalidade dos meios de comunicação contrária ao governo. Nós temos, neste momento, uma rebelião dos segmentos de classe média: parte da sociedade civil se rebela contra o governo. É chato, é muito triste, quando estamos do lado do governo. É muito triste, eu entendo. Mas a notícia é essa, é a rebelião de elementos da sociedade civil contra o seu governo. Criminalizar a mídia não ajuda a entender nada do que está se passando. O que está se passando é uma revolução puritana em que se teve um ativismo judiciário começado lá atrás. No início dos anos 2000, quando fiz minha tese de doutorado analisando a Câmara de Vereadores e trajetórias de políticas municipais, não assisti a nenhuma decisão realizada em plenário da Câmara Municipal de Fortaleza – que foi meu objeto de estudo – em que as forças de oposição perdessem e reconhecessem que tinham perdido. Ou seja, todos os recursos legais tinham sido esgotados nos seus atores autorizados. A sessão era de manhã; sabe para onde a oposição – formada então por PT, PCdoB e PSB – ia à tarde? Para o Ministério Público! Após todas as decisões que se tinham no Plenário, à tarde já se sabia qual era o roteiro: o Ministério Público, ou seja, o ativismo no judiciário, Alba. Ele foi iniciado lá atrás e nós somos vítimas dele exatamente agora. Eis aí um problema. Os elementos que temos neste momento são os que foram criados lá atrás; e falam de um golpe discernido. O golpe discernido foi criado lá atrás. Estamos exatamente no efeito dele; e é basicamente o seguinte: o ativismo. O enorme ativismo do judiciário não é novidade na tradição política brasileira. Não há consenso na sociedade brasileira sobre que tipo de sociedade queremos, que tipo de modelo de desenvolvimento queremos, ou se vocês quiserem, a

única razão que tem – que todo mundo concorda – é que cada um quer o seu, e pronto! E que, se possível, alguém pague a conta. Nesse modelo, toda e qualquer reforma recente que tivemos, todos os avanços que tivemos na sociedade brasileira, nessa mais de uma década, foram realizados via ativismo do judiciário. Foram peças fundamentais para a alteração desse marco. Dentro do Congresso, as reformas propostas com a representação da cidadania não passaram. Você tem disputas, interesses que são difíceis de superar. Foi o judiciário que destravou, então. Se falarmos em conquistas do Direito Civil, aplaudam o judiciário. O mesmo judiciário que, agora, está sendo atacado.

Temos outra grande novidade. Temo que os fenômenos que experimentamos na contemporaneidade desaconselhem que a gente os analise a partir de categorias muito antigas, mofadas, oriundas diretamente do século XIX. Elas não nos ajudam mais. A revolução a que estamos assistindo nesse momento é, provavelmente, uma revolução contra a política. Quando se tenta, por exemplo, politizar o judiciário, quando se tenta politizar as decisões do juiz Sérgio Moro e tudo mais, tudo isso é o uso de uma velha linguagem para dar conta do que está ocorrendo. É uma velha linguagem de que todo mundo está agindo politicamente. Não! A transformação a que estamos assistindo neste momento está vindo pelo alto, como sempre foi. Alguém, por exemplo, é capaz de dizer que, de fato, a corrupção não é um problema para a sociedade brasileira? Você atacar hoje, neste momento, neste instante, por exemplo, a Operação Lava Jato, é se colocar do lado das forças que não querem o combate à corrupção. É isso. O problema hoje é a natureza da Lava Jato. É uma lástima o que assisto na universidade, me perdoem, mas uma pequena confidência: eu não sei se a gente ganha montando comitê de recrutamento para defesa do governo na universidade. O meu sentimento é que a gente não ganha.

Esse comitê de recrutamento pode ser feito na sociedade civil – os espaços de liberdade de atuação da sociedade civil estão dados. Podemos perfeitamente, cada um de nós, individualmente, participarmos de todos esses atos. Não parece que a gente ganha transformando a instituição universidade num comitê de recrutamento de novos membros para a batalha. A gente ganha é exatamente discutindo na universidade, como estamos fazendo agora. Então, estamos perdendo, muito provavelmente – e eu estou falando das Ciências Sociais de forma geral no Brasil – um momento fabuloso de análise, porque estamos tomando partido. Estamos perdendo a riqueza de análise dos fenômenos pelo qual estamos passando neste momento.

Um elemento importante é o elemento da Lava Jato, que em outro momento será discutido. O Brasil nunca viveu, na sua história republicana, um momento tão dramático. O momento mais terrível que a sociedade brasileira viveu foi no início do Segundo Império, um momento de completa confusão: ninguém se entendia, todo mundo se batia com todo mundo. O Segundo Império veio, estabilizou; e aí vamos ter um Período Republicano. No início também houve certa confusão, mas asseguramos alguma continuidade. Neste momento, entretanto, temos a conjugação de dois elementos que são cruciais: uma crise econômica brutal e uma crise política igualmente brutal. Nas mesas que realizamos no ano passado, imaginava-se o seguinte: bom, a crise econômica pode reduzir, a gente vai conseguir sair dessa e, de repente, a crise política vai reduzindo. É verdade, sim. Não havia, entretanto, no horizonte, nada que indicasse que a crise econômica diminuiria, pelo contrário: só se agrava. Os índices mais graves da crise econômica são os de desemprego e inflação. O índice de arrecadação do Governo Federal baixou, o Rio de Janeiro não terá dinheiro para pagar a folha de pagamento do funcionalismo público estadual. O Rio

Grande do Sul já teve problema dessa natureza, e parcelou salários. Isto é problema real.

Para mim é absolutamente surreal discutir se "é golpe" ou "não é golpe". Grande coisa! Isso resolve alguma coisa? Se tem um instrumento na Constituição chamado impeachment, particularmente, não julgo que seja golpe. Se é crime ou não crime, são os legisladores que a população escolheu que têm que tipificar. Algo me diz, muito provavelmente, que é provável que as pedaladas fiscais sejam consideradas crimes, é muito provável. O argumento que o governo utiliza é de que todo mundo, desde o governo de D. João VI, fez pedalada. O problema é que D. João VI não teve um processo de impeachment. Então, no processo de impeachment, o que todos os outros fizeram ficou no passado. Este, neste caso aqui, "isto que a senhora fez", será tipificado como crime. "E como crime, então, a senhora será, então, impeachmada". A opção que está sendo posta neste momento é o Michel Temer, que já apresentou o programa dele. Hoje, estão refinando mais ainda o programa. O programa já é "anti" tudo isso que a gente viu até então sendo praticado no Brasil. É um choque de liberalismo radical, nem o PSDB chegaria a ser tão radical como este. O programa do PMDB é um programa de desvinculação de verba – que é crucial para você enfrentar esse momento de crise – corte drástico em qualquer tipo de benefício social, vários programas sociais serão imediatamente afetados. Como os apoiadores do governo Dilma reagirão frente a este governo novo? Imagino que imediatamente se colocarão na oposição. E aí, temos instabilidade política.

Uma incógnita se dá em relação à Operação Lava Jato. Todo e qualquer governo que nesse momento tente, de alguma forma, controlar essa operação, tenho a impressão que será rechaçado. É por isso que a minha imaginação está focada no que estou chamando de "revolução puritana", porque é de lá que

está vindo a força que está desestabilizando o sistema. Porque internamente, por exemplo, esses atores já teriam chegado a um acordo se a questão fosse só política. Eles só não chegam a um acordo porque se tem uma força que está desestabilizando o sistema; e é essa força, inclusive, que vai determinar a natureza do governo. Numa situação desse tipo, o governo imediatamente a se constituir agora será o de Michel Temer. Com esse programa que tem, reforça mais as bases para a luta. Não terá, no entanto, nenhum controle, nenhuma possibilidade de controle para abafar a Lava Jato. Terá um problema grave. O governo teria que compor um Ministério dos mais limpos que a República já teve, porque senão fica exatamente sujeito a esse movimento. Num quadro desses, só vislumbro mais dificuldades para a gente. No aspecto imediato, temos um arrefecimento da crise econômica. Criaram-se outros marcos para discutir o problema econômico que aparecem no problema político com a movimentação. A outra proposta, de antecipação de intenções, acho uma temeridade. O quadro é de acirramento, de radicalização de membros da sociedade civil; e me parece que uma eleição só continuaria este caldo de confusões a que estamos assistindo. Então, não me parece que uma eleição antecipada, por exemplo, daria folga às dificuldades que já temos. O ano de 2016 já está perdido do ponto de vista econômico. A grande questão agora é se 2017 também está comprometido. Em parte, então, se realizássemos uma eleição em 2017, um grande acordão, teríamos, mais uma vez, 2017 também indo para o espaço. Assim, teríamos um país com quase 4 anos de recessão. Nunca tivemos isso na história da economia brasileira.

Teríamos outra alternativa, que seria um governo de união nacional, um governo tampão. Um governo, estou imaginando, com o que temos na sociedade, com o que nos restou ainda, de homens públicos com a moralidade privada.

Este governo teria como única e exclusiva função atravessar este período de crise. Veja lá que é muito parecido com o governo do Temer, mas o problema do governo Temer é que já nasce com o estigma de ter sido fruto do impeachment. O governo de transição é um governo em que todos participam, todas as forças participam, um acordo mínimo sobre o que é necessário fazer para atravessarmos esses 2 anos ou mais. Um governo que estabeleça claramente um programa para sociedade, que diga a real natureza das nossas dificuldades. E a real dificuldade das nossas dificuldades é de natureza fiscal. Dito de outra forma, o Estado gastou mais do que o que é capaz de arrecadar. É simples assim. Ou, se você quiser, o governo deu bolsa demais e agora não tem dinheiro para arcar com o pagamento dessas bolsas. "Ah, mas eu tenho a minha bolsa, eu vou querer a minha bolsa". Bom, eis aí o problema.

Alba Pinho: E os empresários?

Valmir Lopes: Os empresários simplesmente não estão propondo diminuir ao máximo sua atividade porque não querem mais bancar essa transferência de renda. O grau de déficit público federal hoje é enorme, então, algum tipo de imposto será criado. Por exemplo, se perguntarem minha preferência, prefiro sim um imposto do tipo CPMF temporariamente. Deixando muito claro que é um imposto emergencial, que só terá este período de existência e acabou. Não seria autorizado nenhuma esperteza do governo seguinte com maioria absoluta que queira constituir ou dar prolongamento a este imposto. Algum tipo de elevação de carga tributária me parece que será necessário. E aí você pode dizer "ah, mas o empresariado, o quê que importa?". O empresariado é quem cria riqueza neste país, esqueceram?

Professora Sulamita Vieira: E quem trabalha?

Valmir Lopes: Sim, quem cria a riqueza é quem determina hoje, por exemplo, se o capital vai investir ou não. Minha colega

Alba e meus colegas gostam muito de colocar a economia brasileira e a política brasileira em conexão com o cenário internacional, mas não precisa disso: é só pegar as ações que foram praticadas ao longo desses anos e aí, num ensaio das tentativas de um novo modelo de desenvolvimento econômico, temos o resultado neste momento. O presidencialismo brasileiro é um presidencialismo muito particular: o executivo tem o poder, mas o legislativo também tem muito poder. No Congresso houve uma partilha de poder com o executivo. O executivo só funciona através de base de sustentação parlamentar, e – ao que tudo indica – os parlamentares não estão dispostos neste momento a colaborar com o executivo. Numa situação desse tipo sabe para o quê nós caminhamos? Caminhamos para uma paralisia de decisão, fenômeno parecido ao que ocorreu em 1964 com o Jango (João Goulart), o governo vai paralisar, não consegue implementar absolutamente nada. Esse é um quadro que temos hoje. Podemos usar muita imaginação, muito desejo para defender, mas podemos começar a usar a imaginação para pensarmos como sair deste enorme problema que estamos vivenciando.

Debate

Danyelle Nilin

Bom, como temos visões muito diferentes do mesmo processo, vamos ter um debate acalorado, inclusive entre os membros da mesa... E o interessante, a delícia das Ciências Sociais, é exatamente isso: permitir múltiplas visões sobre o mesmo processo. Torna nossa profissão muito instigante. Então, vamos abrir para o público colocar questões.

Sulamita Vieira: Não tenho propriamente uma pergunta, tenho algumas observações. Em primeiro lugar, acho também, como

os colegas da mesa, que tem sido muito importante a promoção desses debates. É uma coisa de fato necessária em um curso de Ciências Sociais. Aí já começo com a primeira observação. Ao pensar uma crise assim, achei muito importante o que fizeram a Alba e o Josênio porque tomaram o conjunto, quer dizer, pensaram do ponto de vista estrutural. Se entendi bem, Valmir, na sua apresentação, você parece que só vê a crise como resultante de um lado, que é o lado das falha do PT. Eu não me esqueço, nunca vou me esquecer, por exemplo, de quando o vice-candidato do PSDB na última eleição, diante da derrota, disse: "não vamos pedir impeachment dela agora. Vamos sangrá-la até o fim". Quero fazer essa observação para confrontar o que o Valmir pergunta: "Dilma tem condição de governar?!" Em que momento ela não teve uma oposição do lado impedindo de tomar muitas iniciativas? Se a gente pensar que essa mídia tem sido imparcial... para mim, não tem nem por onde... Se a gente pensar que ela é imparcial, não tem por onde começar a conversa.

Monalisa Lopes: Eu quero colocar uma pergunta conceitual. Acho que o Valmir aponta um cenário que às vezes é sedutor: não tem saída, esse governo não consegue fazer nada. A Sula acabou de dizer, tem uma oposição muito obstrutiva, que o governo coloca um monte de pauta boa, mas nada sai do lugar. Então, é muito sedutor, quando nada sai do lugar, que alguma coisa saia. E parece que colocar o impeachment ou cassar a chapa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é muito, porque vai ter uma saída. Quer dizer, nós sabemos para onde: a ponte para o abismo do Temer está clara. Mas a minha pergunta é assim: do ponto de vista conceitual, é possível pensar no presidencialismo – ainda que de coalizão – em que o governo que não sai do lugar vai ser destituído? No parlamentarismo é assim: não tem apoio, não tem suporte, destitui. Mas, no presidencialismo, é possível pensar a destituição de um

presidente porque não tem apoio, porque não consegue governar? Não tem crime e a Constituição é clara: o impeachment é quando tem crime.

Marcos Paulo: Eu tenho uma pergunta geral para mesa porque gostei muito de todas as exposições, inclusive a do Valmir, diametralmente oposta ao que eu penso, mas acho que todas foram muito boas, considerando as diversas perspectivas. Eu queria provocar o Valmir: ele chama atenção para a crise fiscal, mas o segmento mais irresponsável contemporaneamente do ponto de vista fiscal é a oposição (do governo Dilma). A oposição tem aprovado coisas que aumentam despesa, sem oferecer a receita. Você pode até dizer "ah, o PT agora se ferrou porque votou contra a Lei de Aceleração Fiscal, mas os 8 anos do Lula foram bastante responsáveis e o tempo em que o PT era oposição não conseguiu aprovar, digamos assim, gastos sem oferecer a fonte no tempo que o Fernando Henrique governava". Embora, vamos lembrar que o Fernando Henrique sangrou nos últimos 4 anos. Dos 3 últimos presidentes que o Brasil teve, somente um encerrou mandato melhor do que começou: Lula. O Fernando Henrique terminou mal, a Dilma... E o Lula não: o Lula terminou bem. Você tem uma chave de leitura, que é essa dos puritanos. Falando nisso: as igrejas evangélicas no Brasil tem um trabalho de base iniciado ali pelos anos 1930 e 1940 – aprofundado a partir dos anos 1950 – que foi fundamental para o processo de ocupação da Amazônia e do Centro-oeste. Foi uma decisão dos militares, eles preferiram levar evangélicos para as terras sem homens. Era uma decisão deles que fazia parte de um processo de americanização do Brasil, afastamento do Brasil–Europa. E esse trabalho de base tem hoje um resultado: todos são voltados a um sucesso individual, todos investiram profundamente na era dos concursos. As instituições estão todas abarrotadas desse pensamento, essas pessoas já chegam prontas, o Sérgio Moro era da igreja Batista e o Deltan Dallagnol é da

Presbiteriana. O Dallagnol viaja o país convidado pelas igrejas para fazer uma discussão sobre essa cruzada ética de limpeza do país. E estamos todos pressionados por um tipo de urgência que não existe na sociedade e na política brasileira. O Brasil não tem esse sentido de urgência, não tem. Nós estamos com a inflação abaixo dos 15% acumulados nos últimos 12 meses, o desemprego não chegou a 10%. O Fernando Henrique terminou o mandato dele como um candidato ultracompetitivo, com um desemprego de 14%. Esse sentido de urgência não existe. Mas esse sentido de urgência é parte da leitura neo-judaica do evangelho. E hoje a sociedade brasileira tem mais de 30% de evangélicos confessionais, fora os influenciáveis – porque você tem setores católicos que podem ser dirigidos por esse grupo. Eu queria perguntar a vocês como é que, nessa alteração da base religiosa da sociedade brasileira, isso influencia na desestabilização. Porque a saída do Brasil de um catolicismo muito latino-americano, muito misturado, aberto ao sincretismo e ao fechamento nesse neo-judaísmo, como é que isso se influencia a ponto de não ser dirigido? Porque é dessa tradição religiosa que vem a recusa do líder. Mataram um cidadão 2000 anos atrás porque ele recusou líderes, e isso é neo-judaísmo, certo? Então quando você vê que o Aécio Neves é expulso da manifestação, é por que eles recusam líderes. Existe uma alteração na base da sociedade brasileira que dificulta qualquer representação, certo?

Harlon Romariz: Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer a iniciativa pela mesa, acho também interessante, essa iniciativa de debates. E é sempre interessante o Valmir no final, porque é a cereja do bolo. É sempre o que dá mais ânimo para o debate. Eu vou falar um pouco em cima da fala do Valmir e pegar também o gancho da questão dos puritanos, porque você colocou: tem essa ideia de que está havendo uma revolução puritana de alguma forma. E de que essa força tem um caráter político-

jurídico, está desestabilizando tanto o governo como também está desestabilizando a política, seria essa a sua ideia?

Valmir Lopes: Exatamente.

Harlon Romariz: Bom, em parte eu concordo que existe realmente alguma força que está desestabilizando a política e o governo. O governo, tanto os aspectos da pequena política, vamos dizer assim, como esses aspectos maiores, estão desestabilizando a política. E também concordo (com o pensamento) de que, por exemplo, se um governo entrasse com "Uma Ponte Para O Futuro" – aquele documento horrível do PMDB – e assumir, as reações populares também vão ser maiores em médio prazo, porque acaba com gastos obrigatórios para a saúde e educação e mexe na previdência, mexe nos programas sociais... A médio prazo, isso vai ter uma reação. Então, o governo Temer a médio prazo também vai criar desestabilidade política. Eu vi recentemente uma economista muito interessante - e eu não sou muito da perspectiva dela - que falou que os investidores já estão começando a repensar o apoio a uma solução anti-Dilma, ou seja, não estão mais tão confiantes de que tirar a Dilma do governo foi o caminho mais seguro. Ou seja, a Lava Jato parece que adquiriu uma dinâmica própria que vai afetar para além do PT. O problema é justamente aí. Eu espero, ou esperaria, que a Lava Jato pudesse ter uma dinâmica para além do anti-petismo, mas, por exemplo, quando eu vejo a reação da classe média que vai para as ruas não contra os 200 políticos lá da Lava Jato, não vai contra o Eduardo Cunha, que já é réu no processo do Supremo, que não vai à rua contra todos esses casos de corrupção que estão por aí aflorando; mas vão à rua só por causa do PT; será que essa força é realmente uma força de moral ou é uma força anti-petista que se mascara de moralismo? Eu acho que existe, sim, uma espécie de puritanismo, uma moral que quer resolver o problema da corrupção, mas também esse é um discurso contra a corrupção

travestido de um interesse político. E aí lembro que o Jessé Souza colocou numa entrevista que deu recentemente: não existe ninguém acima do bem e do mal. Nem o juiz batista ou os evangélicos, ninguém está acima do bem e do mal numa sociedade de mercado, numa sociedade diferenciada, numa sociedade onde a gente não tem mais essa coesão social como nas sociedades antigas tradicionais. Então fico me perguntando se essa força, que a gente pensa que é uma força moral, uma força puritana, na verdade não é uma força política se utilizando de um discurso ético. Uma outra questão: as soluções que a gente tem atualmente são uma continuidade do governo Dilma... E também o Temer está sendo investigado, a cassação no TSE pode continuar, até onde eu sei. Então, você tem uma situação de instabilidade política e a Marina Silva também vai ter esses problemas de governabilidade. O que eu vejo é que, em todos esses cenários, o povo, desculpa a palavra, “vai se lascar”, não é? A população vai continuar sofrendo, os índices de desemprego sem melhoras, a questão da inflação também... E como nosso colega colocou ali, o Márcio, crise econômica também não é sinônimo de desestabilidade política completa, por que os Estados Unidos passaram por um período de recessão. Portugal e Espanha são mais citados do que qualquer outra coisa em relação a desemprego e inflação e estão se mantendo politicamente. Então, essa crise econômica não justificaria a crise política, que é um ponto também interessante. Só para retomar, como é que a gente pode pensar, realmente, em que circunstâncias se deram esse cenário de crise, onde todas as alternativas também são problemáticas? Como foi possível isso acontecer? Não acho que a crise econômica seja a resposta para essa pergunta e aí fica o debate. Obrigado.

Cleiton: Bom dia. Eu quero parabenizar a mesa pela discussão e sair um pouco desse sectarismo da conjuntura. Eu acredito em tentar ultrapassar um pouco isso e pensar elementos mais

estruturais da política brasileira. E eu queria trazer alguns pontos que me chamaram atenção e que acho que precisam de esclarecimentos das falas dos professores. Primeiro, da Alba. Quando ela fala que o bloco conservador, a articulação direita que traz de volta o imperialismo americano. Como assim? Que imperialismo é esse? Que novo imperialismo é esse? Como é que isso se relaciona com a lógica dessa crise que a gente está discutindo aqui? Para o Josênio, já que ele falou de democracia e representação: a gente não tocou aqui mas, querendo ou não, a gente tem uma eleição, a gente tem uma eleição municipal e a gente tem novas regras. Como é que, na sua visão, vai ser esse xadrez político sem o financiamento de empresas? A gente vê a importância desses grandes conglomerados empresariais, como serão, por exemplo, as eleições nas capitais – que são eleições costumeiramente caras – sem o aporte financeiro dessas grandes empresas? E para o Valmir, quando ele fala dessa construção do crescente consenso pelo impeachment, que papel teria o PSDB nessa opção Michel Temer? Será que esse modelo também não causaria uma grande instabilidade política? Por que da mesma forma que, quando a gente fala que 2014 não acabou... não sei se foi você ou foi a Alba quem falou...

Valmir Lopes: Na verdade, 2013 não acabou.

Cleiton: É, 2013. De 2013 para cá, então, da mesma forma que a gente tem um grupo muito forte na sociedade descontente com o resultado de 2014, outro grande grupo também, muito importante, muito significativo, vai se sentir deslegitimado com esse tipo de articulação. Como você vê nesse futuro, conjecturando novamente, a caracterização do PT?

Maria: Bom dia a todos e a todas. Primeiro eu gostaria de parabenizar ao Departamento, ao curso de Ciências Sociais pela iniciativa, a gente precisa de muito debate nesse momento. E parabenizar a Alba. Quero dizer que eu me identifico com a

análise que ela fez, e busco explicações para a crise nas questões econômicas. Quero dizer para o Valmir que discordo dele em vários sentidos. Quero dizer que ele me provocou: eu estava ali, sentada, tranquila, quando o Valmir provoca a gente, não é? Isso é bom, também. Ele diz que não, que nós muitas vezes somos pautados nas análises de teorias do século XIX. Eu volto a dizer para você: eu acho que está atualíssimo, viu? Marx, o velho, nunca esteve tão atual, a começar quando – como a Alba mostrou aqui para gente – você vê essa crise estrutural no capitalismo, que, repito, está no mundo desde 2008, intensa, e que chegou aqui ao Brasil. Esses dias eu escutei o Carlos Bresser-Pereira falando no “Sem Censura” que não é uma piada da esquerda, Valmir. Ele fez uma análise muito importante sobre a questão da crise estrutural do capital e sobre o governo Lula, as opções da economia, e depois como ficaram com Dilma. Eu achei bastante interessante, porque a gente vai ver lá que as nossas teorias do marxismo do século XVIII estão muito vivas e muito atuais. Eu acho que eu concordo com o Valmir quando ele fala dessa emergência de novos atores e discordo das motivações, porque esses novos atores que emergem na cena não emergem do nada, não são só motivações puritanas, morais ou religiosas. Aliás, são muito misturados. E concordo quando ele fala no sentido de uma ascensão de ideias conservadoras no Brasil – não só no Brasil, no mundo, não é? E penso que nessa divisão toda, a gente não vê só questões do lado do moralismo, da religião: são questões também de classe social. Voltemos ao bom e velho Marx. Luta de classes, inclusive luta de ideias e a mídia. O Valmir falou aqui: “não vamos brigar com a mídia”, mas a gente reconhece que ela tem um lado, que é o lado dos setores dominantes, dos setores dominantes politicamente também. Eu acho que essa mídia tem uma grande influência sobre as pessoas, sobre o que elas pensam. Você tem uma Rede Globo e as demais todas com uma mesma pauta, todas as horas do dia. Eu acho que isso tem uma grande influência. A gente

não pode negar que tenha. O Professor Josênio falou sobre a questão da democracia burguesa e a gente sabe todos os limites que tem esse tipo de democracia; mas nós estamos aqui a defendê-la porque antes essa democracia burguesa do que um golpe, uma ditadura. Acho que as colegas aqui não viveram uma ditadura, a gente viveu. Alguns viveram por mais tempo, eu, na minha juventude, entrei no movimento estudantil no momento da Ditadura. O Valmir fez Movimento Estudantil – ele fez, viu? – na época da Ditadura e era uma coisa terrível. Então, a gente defende essa democracia, mesmo com todos os seus limites. E, nesse sentido, Valmir, a Dilma foi eleita dentro da regra do jogo democrático, por oponentes que estão aí querendo tirá-la, mas que também se submeteram às mesmas regras. Então, concordo com o Josênio: o impeachment seria uma exceção, não há motivação, seria uma questão somente política. E os motivos colocados aqui, a desaprovação popular, a insatisfação, mesmo a crise, não são, dentro de uma democracia burguesa, condições normais de pressão e temperatura para se tirar um presidente.

Danyelle Nilin: Agora, vou passar para a mesa, ela vai fazer algumas considerações, e já respondendo também as questões que foram postas, certo? Depois a gente abre outra rodada. A gente está aqui para analisar, ou a gente já vai sair daqui com um pacote?

Alba Pinho: Bem, eu acho, de fato, que, na mesa, foram configuradas – sobretudo se nós fizemos um contraponto da minha fala e dos outros com a fala do Valmir – leituras radicalmente diferentes da crise em curso. Inclusive no modo de pensar. Acho que nós temos, dentro das Ciências Sociais, que ter muita clareza dos modos de pensar, como é que nós pensamos essa vida social. Vocês veem que, no começo da minha fala, retomei três grandes eixos sem os quais, ao meu ver, não se pode pensar essa crise. Acho que não podemos ficar no espetáculo da crise; acho que temos que ver os atores em cena,

mas esses atores em cena estão dentro de uma sociedade, dentro de uma estrutura. E aí retomo a Maria, a Sula... Seria impossível pensar a crise sem pensar as dimensões estruturais da sociedade brasileira. E aí retomo também a polêmica com o Valmir, por quem tenho grande carinho e respeito e também sei que ele tem por mim, então a gente pode discutir, divergir, radicalmente, acho que isso chama-se democracia, onde as posições diferentes podem ser expressas e defendidas, é disso que nós precisamos e que está nos faltando. Acho que não podemos trabalhar algumas categorias de forma congeladas. As categorias são elementos para a gente pensar, mas vejo que a gente não pode pensar esse mundo em que vivemos sem pensar o capitalismo. Estamos numa sociedade capitalista. A questão de classes permanece, composição de direitos orgânicos – vocês viram que ao longo de toda a minha fala fui trazendo elementos desse teor. Então, a questão de forças sociais... não podemos discutir esses atores sem discutir forças sociais, interesses em jogo, interesses do capital, crise, contexto de crise, crise estrutural do capital, relações geopolíticas... Não estamos isolados do mundo, estamos dentro do mundo vivendo esse processo de mundialização do capital. Então, por exemplo, quando digo que não podemos entender a crise que estamos a viver na América Latina e no Brasil, sem pensar a posição da China – porque temos que entender, inclusive, essa relação, com esse império chinês, esse império capitalista chinês que é extremamente selvagem, inclusive. E aí em relação à pergunta que ele me fez sobre os Estados Unidos, não podemos esquecer que o Brasil está dentro da América Latina e que a América Latina está vivendo um momento de guinada à direita, de forças conservadoras, forças conservadoras. Não é à toa que os presidentes progressistas estão se pronunciando, o presidente do Uruguai, vários deles estão se colocando, e o quê que isso significa em termos de Brasil? O que acontecer no Brasil tem repercussão muito grande na América Latina, e, na América

Latina, hoje, estamos tendo toda uma volta de um conservadorismo, uma força de direita, interesses muito alinhados aos Estados Unidos. Se você pensar, por exemplo, a situação da Argentina. Quando digo que temos um novo imperialismo americano, é que a gente não pode esquecer esses elementos, gente. Não podemos pensar os atores fora desse mundo, fora disso. E onde é que fica nossa imaginação sociológica? Onde é que fica nossa capacidade de pensar os percursos, os fatos da vida dentro da conjectura? Vejo que não podemos entender essa crise sem pensar as forças sociais em conflitos, sem pensar as forças sociais em disputas, interesses sociais em conflito. O interesse do capital está em jogo, uma condução da política econômica está em jogo, o processo de extrativismo, Pré-Sal, Petrobrás...

E aí eu quero colocar o caso da mídia. Evidentemente que a mídia teria a obrigação, a função social, de informar. Evidentemente que nunca seria uma coisa imparcial, mas pelo menos uma coisa que você pudesse mostrar lados. Eu era uma assídua telespectadora da *Globo News*. Hoje, não assisto um programa da *Globo News*, nem *Painel*... Porque só é um único pensamento, uma única leitura. Agora há pouco, o Josênio se reportou ao *Painel*: todas as pessoas que estavam no *Painel* são pessoas a favor do impeachment. Porque que não chama aqueles analistas colocando os diferentes lados? Essa é uma função social da mídia, temos uma mídia absolutamente, escandalosamente, apropriada dos interesses do capital e aí faço minhas as palavras do debate que tivemos lá no Auditório Rachel de Queiroz, da Psicologia, com o Professor Nilton Albuquerque, quando ele diz que nós temos a volta do recalcado. Estamos, também enquanto esquerda, enquanto PT, pagando pelos erros que cometemos, porque que – em determinado momento – o PT, estando no poder, não criou o sistema de comunicação público em que nós pudéssemos ter

uma difusão? Não: ele apostou e investiu na Globo, e aí se esquece que essas articulações – Florestan Fernandes dá aulas e lições, as composições com a direita, as composições com o capital – são muito transitórias. Evidentemente que os governos petistas desenvolveram processos de ajuste. Em nenhum momento, se colocaram contra os interesses do capital, então, estão dentro desse processo de ajuste. Mas, nesse momento, os próprios seguimentos do capital financeiros das grandes corporações não querem a continuidade do PT, não querem a continuidade da luta, porque é muito perigoso nesse contexto de crise ficar mais 4 anos sem estar na intervenção direta dos recursos que estão postos. Eu fico assim muito estarecida quando vejo essa discussão política só nos atores, como se esses atores não tivessem interesses, não estivessem vinculados a determinadas forças sociais. Por exemplo, aí voltando à história: nunca tivemos um Congresso tão conservador, tão radicalmente conservador, e aí é que entro, Marcos Paulo, com a história das religiões, do pentecostalismo, que vai se expressar num neoconservadorismo. Nós temos, nesse país, hoje, um neoconservadorismo muito forte. Por exemplo, o que está em jogo nesse golpe... Que eu digo que é golpe, porque o impeachment apesar de estar dentro das regras democráticas, não tem base legal – grande parte dos juristas que estão comprometidos com a democracia mostram que não há elementos legais para o impeachment. E aí lembro também aquilo que a Sula colocou aqui – e que Boaventura de Sousa Santos, nesse artigo a que me referi, coloca: esse impeachment foi colocado logo após a própria posse da Dilma; e aí vem o vice da candidatura perdedora dizendo que “nós não a queremos, que nós queremos sangrar a presidenta até ela...”. Quer dizer, deixá-la, postá-la de joelhos, sem ter alternativas. Então, acho que é fundamental a gente perceber que essa democracia está sob ameaça, está por um fio, e quando tivemos ameaças à nossa democracia, aos nossos direitos civis, aos nossos direitos

políticos – quem viveu a ruptura do processo democrático, quem viveu a Ditadura, sabe o que é isso, essa liberdade de cátedra... Eu não sei o que é que vamos ter de fato nesse país, onde não se respeita direitos, onde aquele que pensa diferente de você tem que ser apedrejado, onde uma médica se nega a atender uma criança por que a mãe está vestindo uma camisa vermelha, onde o arcebispo de São Paulo é agredido porque a pessoa grita que não quer elementos comunistas na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Enfim, temos um ódio social muito forte que precisamos analisar, gente: expressões fascistas! Não acho que haja nenhuma revolução puritana, acho que tem um conservadorismo que se acirra, inclusive, em questões referentes às lutas LGBT, às mulheres. Toda essa Bancada Evangélica no Congresso Nacional é essencialmente neoconservadora, um conservadorismo estreito. Claro que temos que apurar a corrupção, mas temos que apurar em relação a todos os políticos, e o que estamos vivendo é uma partidarização, é uma seletividade, é uma deformação da própria Operação Lava Jato, porque você penaliza um único partido. Então, isso não é possível. Na Itália, se dizia que a Operação Mãos Limpas, que atingiu a todos os políticos dos diferentes partidos, que é uma república do juiz. E o Boaventura diz que, aqui, estamos tendo uma Operação Lava Jato da forma como está sendo conduzida... Não é que não se apure a corrupção: a corrupção que é uma marca estrutural dessa sociedade tem que ser apurada em todos os políticos Ninguém está acima da lei, inclusive o Sérgio Moro, que desrespeita flagrantemente a lei. Então, o ativismo judicial que estamos a colocar existe e é legítimo. O que estamos falando é de um ativismo que é movido por interesses externos, movido por uma questão partidária, movido por um interesse de classe, que é um objetivo de criminalizar de uma forma peremptória determinados políticos.

Então, nesse sentido, é que precisamos fazer uma análise que dê conta das dimensões estruturais para entender o momento conjectural. Acho que não dá para ficar só nessa análise rasa de ator, de atores, enfim. O quê que aconteceu com o governo Dilma? Ele foi inviabilizado. Primeiro, houve erros da Dilma quando faz um ajuste à direita. Ela assume, numa tentativa de dar conta da crise, que se esperava a crise chegando à América Latina, que estava chegando ao Brasil, porque há um esgotamento do modelo. Isso a gente não pode esquecer. O modelo de ajuste que a gente vê há 25 anos – em que somos dados à forma de acumulação financeira, pagando juros altíssimos, pelo qual nós temos uma reprimarização da pauta de exportações, em que estamos sendo produtores de *commodities*, reforçando o extrativismo intensivo – esse modelo está esgotado. Porque na própria China – a crise chega a China – há uma recessão chegando e o preço dos *commodities* cai. Então, isso está na base das dificuldades que enfrentou o governo Dilma Rousseff e, que não foi discutido o processo eleitoral – e deveria ter sido discutido. Assim, a crise emerge, e quando emerge, a Dilma Rousseff faz um ajuste à direita e não à esquerda. O que aconteceu? Os movimentos, as forças de esquerda, os setores progressistas não foram para a rua cobrar da Presidente uma mudança de perspectiva política, uma mudança de agenda diferente da que apoiamos para ser eleita. O que acontece? Há uma composição orgânica de setores do capital. Por que que as manifestações na Avenida Paulista se dão em frente à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)? O quê que isso significa? Por que a gente se nega a essas análises? E acho que há um deslocamento de um ciclo de conhecimento que não é tirando Dilma, não é botando Temer, nem fazendo governo tampão, a meu ver, que a gente vai enfrentar isso. Precisamos discutir democraticamente quais são os rumos da economia desse país. Para onde é que vamos,

quando esse modelo se esgotou? Esse modelo de ajuste ao capital. São coisas que a gente tem que considerar, ao meu ver.

Acho que não podemos ficar na periferia das discussões. Trouxe aqui analistas que estão nessa perspectiva, o Fórum 21. Economistas como o Belluzo, Maria, Leila Paullane e tantos outros: esgotou-se o modelo de crescimento. Esgotou-se. Então, não há milagre. Nós temos que repensar rumos, não são as figuras, simplesmente. Quando o Valmir pergunta "Dilma Rousseff tem condições de continuar a governar na situação de crise?". Faço outra pergunta: qualquer governo! Como é que vai enfrentar a crise de um modelo, o esgotamento de um modelo que está em curso? Não se pode discutir política desvinculada da questão econômica. Acho que é uma articulação orgânica entre a economia, a política e a democracia. Acho que não podemos perder de vista isso. A democracia está ameaçada. Por isso, o que se critica no judiciário é essa partidarização: é você tomar medidas arbitrárias. Por que na Operação Lava Jato 24 houve essa condução coercitiva do Lula, se ele nunca tinha se negado a dar informações? Por quê? Por que que o juiz Sérgio Moro se coloca acima do bem e do mal? E ele passa a ser uma figura que parece satisfazer o desejo dessas massas movidas pelo ódio que quer um líder... Quando você pensa numa manifestação em que Aécio e Alckmin foram vaiados, quem é que estava à frente? Bolsonaro, estava Feliciano, estava todo o pensamento conservador... E aí são direitos sociais, direitos civis, direitos políticos que estão em jogo. É um golpe, é um golpe jurídico porque o segmento judiciário está rasgando a Constituição, desconsiderando princípios primários de direitos democráticos.

Ao mesmo tempo, a grande mídia está criando um terrorismo, e concordo, Marcos Paulo, que há um terrorismo midiático, sempre essa ideia de que o Brasil está à beira do caos, sempre. Quer dizer, você começa com Ana Maria Braga e vai terminar no *Jornal da Globo*, é a mesma pauta com diferentes

configurações. Se você pega o *Programa do Faustão*, se você pega aquele outro do sábado – o Luciano Huck – todos eles só fazem isso: dizer que o país está se acabando. Não tem mais nada, não tem mais pedra sobre pedra. Aí vamos analisar os índices de inflação, vamos analisar os índices de desemprego dentro de uma conjuntura mundial em que o crescimento econômico não está se fazendo, está sendo impedido; e as políticas de alteridade estão sendo postas ao mundo inteiro. Então, como discutir a crise brasileira esquecendo tudo isso? Essa é a minha visão da crise. E é essa que quero compartilhar e quero ouvir e quero debater. A Operação Mãos Limpas foi pra todos; por que essa aqui é só pra alguns? Então, há um aparelhamento dessa Operação Lava Jato. É uma espetacularização, porque tudo aquilo é imediatamente avisado à Globo. Estão lá televisionando aquilo que está acontecendo, todas as decisões judiciais se transformam em espetáculo. O que é isso? O que isso significa?

Nós temos que avançar nesse debate. E aí o Valmir insiste – e eu também acho que é importante – em a gente discutir cenários. Acho que podemos discutir cenários, mas discutir os interesses sociais que estão em jogo. Discutir o que é que realmente está aí, quem são esses atores, o que representam, o que realmente significam, o que significa um governo Temer, que está sendo pensado com super, super, super-neoliberalismo. Vão desmontar todos os programas sociais, o que isso significa? E, no Brasil, acho que há uma crise fiscal e os governos petistas cometeram sérios erros por não fazerem as reformas estruturais que deveriam ter sido feitas, como reformas fiscais, reformas políticas... Porque o que está aí não é reforma política, reforma agrária. Nada disso foi feito, nada disso foi encaminhado. Os nossos erros hoje estão se voltando contra nós, nesse momento. Estava lendo a Raquel Monique – *A crise para além do espetáculo* – e dizia que via com muita preocupação esse

cenário que estamos vivendo, muito próximo à Alemanha dos anos 1930. Você busca um culpado, você busca um bode expiatório... E as massas com ódio, não é? Antigamente, marcava-se com a cruz a questão dos judeus; hoje, você coloca o endereço do filho do Teori Zavascki. Por quê? O que que significa isso, essa intransigência fascista? Essa é uma questão que temos que analisar como cientistas sociais. Acho que temos uma grande e ampla agenda de debates e se faz urgente ocuparmos esses auditórios constantemente. É muito interessante, é fundamental essa iniciativa que não é só do Departamento de Ciências Sociais, é do Centro de Humanidades. Está na hora de a gente aprender a fazer a grande política. Não acho que na Universidade vamos fazer comitês para defender o governo, não é isso. E as pessoas que estavam na manifestação do dia 18 de março, o grande contingente, não defendiam acriticamente o governo Dilma. Não tenho uma visão acrítica dos governos petistas. Acho que temos que discutir os erros que cometemos, quando falo de uma descaracterização do PT como partido de massa. Isso inclusive nos fragiliza, num contexto de crise e num contexto em que você tem uma retomada de um alinhamento aos Estados Unidos na América Latina, que a gente não pode deixar de considerar.

Josênio Parente: Eu gostaria de dizer só duas coisas com relação à fala do Valmir. Primeiro, quando ele fala da mídia, de ter que ter uma função parcial, com função a um partido. Exatamente por que não temos partidos. Quer dizer, a sociedade civil não se sente representada por quase nenhum partido. Você vê que quase nenhum partido pode escapar. Mesmo assim, esses dois, PT e PSDB... Tradicionalmente era assim: o empresariado paulista tentou migrar do PSDB para o PMDB fazendo aquele projeto que o Valmir comentou aqui, da flexibilização de todas essas coisas que são liberais. Mas acontece que o PSDB não é um partido nacional: é federativo, é estadual. Então, outro

detalhe importante que o Valmir fala é sobre a questão dos cenários, como já me havia dito antes de começar a mesa. Ele gostou da fala do Delfin Netto quando disse “se alguém ousar dizer cenário para o Brasil hoje é louco”. Então, de repente, o Valmir enlouqueceu.

Valmir Lopes: Estou prevendo, estou prevendo...

Josênio Parente: Então é sobre esse cenário que quero comentar também. A Sulamita fez suas manifestações e as observações foram muito ricas. Dentro das intervenções aprendi muito. Gosto dessas coisas porque aprendo mais, também. E aí gostaria de dizer que sobre esses cenários que, se o problema é governabilidade e se os partidos seriam o instrumento dessa governabilidade, qual é a possibilidade de o Presidente da Câmara, por exemplo, chegar com milhões na bolsa e comprar cento e poucos votos na Câmara? Dominou. Quer dizer, acabou com toda a governabilidade da presidência, por um processo de vingança, projeto de poder, porque não venceu nas urnas. Toda essa condição que é pessoal, de trair o projeto nacional, se conserva numa ingovernabilidade. Os partidos não têm representação e vão seguir à caneta o que você chamou “toma lá, dá cá”. Outra coisa que gostaria de trazer é quando ele lembrou que a crise está na Rede Globo. Quem assiste à Rede Globo está com indigestão. Os empresários que assistem a programas econômicos, se não tiverem almoçado, é melhor não almoçar, não é?

Mas a Sulamita levantou uma questão que acho que vale à pena a gente dizer. A questão estrutural considero ser importante, e *O Capital*, de Marx, é estrutural: é um texto estrutural onde pega o Adam Smith e esmiúça, fazendo uma análise, aproveitando o que é possível e tentando mudar a perspectiva de que o capitalismo, vamos dizer, concentra riqueza se você deixar o mercado livre. Há uma mudança ideológica. Se um autor é

clássico, é por que – vamos usar uma palavra mais comum – ele sacou elementos que continuam, que preservam-se com o tempo. As mudanças culturais que acontecem não eliminam essas questões estruturais.

Por isso que tem processo histórico muito significativo de contorção de uma ética liberal que não terminou. Hoje temos fatos novos como a internet, redes sociais etc., que têm mudado um pouco a questão da democracia. Tivemos a nossa Primavera Árabe, como Alba falou também. Primavera Árabe, não! Primavera da América Latina. Foi exatamente naquele momento que entraram governos de inclusão social. Por quê? Porque houve uma Guerra Fria que desapareceu com a queda do Muro de Berlim. Não havia mais necessidade de proteger os governos mais conservadores da América Latina que concentravam rendas e protegiam as elites para que não houvesse uma massificação delas. Uma política de massa poderia levar para uma simpatia com a União Soviética. Isso desapareceu. Basta lembrar, na Venezuela, quando houve uma tentativa de golpe, as elites ainda estavam pensando que eram protegidas pelos Estados Unidos.

Agora, temos o Boaventura de Sousa Santos, que diz uma coisa que a Alba não quis dizer para deixar para mim, que é o seguinte: os Estados Unidos não estão mais fazendo a sua dominação pela guerra, pela intervenção direta. É pelo sistema, sobretudo do judiciário. Então, o judiciário é um instrumento que os Estados Unidos têm, porque os Estados Unidos não estão satisfeitos com o Brasil nessa mudança no Mercosul, sobretudo com sua aproximação com a China, que a Alba falou muito bem. Há um conflito constante entre Estados Unidos e China que ainda não se expressou na sua forma mais clara; e aí o Brasil, inclusive, reconheceu a China como sociedade de mercado – que não é – e isso favoreceu a China. E depois, como Boaventura escreve, a gente vai ter o Barack Obama visitando a Argentina, que vai ter um governo voltado para essa sociedade

liberal. Na realidade, não é mais aquela Guerra Fria, intervenção imperialista: é um imperialismo de uma forma dupla.

Sobre as eleições, gostaria de dizer que essa questão já iria mudar um pouco, porque algumas coisas, o financiamento, já é uma mudança significativa. Mas é interessante a gente observar – e é um desafio, eu diria – os cenários. Saber como, digamos assim, essa questão vai ser uma luta para saber quem vai preservar a fidelidade que o PT tem, de um terço do eleitorado desde que o Lula se candidatou até hoje. Agora vamos ver essa dinâmica, sobretudo como vai ser essa construção de partidos – porque nós não estamos precisando de partidos. No parlamentarismo e no presidencialismo, não importa se não houver partido, você tem questões muito sérias. No caso do parlamentarismo, a saída era imediata, porque você preservava. O presidencialismo requer uma simpatia com o Congresso: você não pode perder a base aliada. Fica difícil de engatar os planos. Mas, de qualquer maneira, a crise existe, mas de forma menor.

Valmir Lopes: A primeira coisa: a questão dos estudantes. Na verdade, vocês têm aqui duas abordagens de forma muito clara. Nós temos uma abordagem de natureza estruturalista – que tenta vincular eventos que ocorrem em determinadas circunstâncias com eventos que estão fora, montando um esquema analítico que leva em consideração aspectos mais estruturais, totalidades... são várias categorias que podem ser usadas. A outra é que você dá um corte circunstancial, aproxima, isso é, os fenômenos que são analisados ali são fenômenos de decisão, são atores que estão se movimentando. Não nos interessa, a partir dessa análise, o que eles representam: eles não são sintomas de nada. Eles são eles: são pessoas que estão postas ali, se movimentam num determinado cenário, numa determinada conjuntura, e aí em função dessa movimentação, portanto dessa decisão, que os fenômenos ocorrem. Dessa forma, crises não são crises do senhor capitalismo, não são crises do senhor capital,

mas são crises de decisão, de erros cometidos por pessoas que desejam obter determinada coisa e que não obtém.

Existe um fenômeno. Primeiro, a ideia que estamos em curso, de revolução. Vocês podem caracterizar de natureza conservadora, acho que ainda é muito cedo para se falar, mas certamente é uma transformação muito significativa. E eu diria, quando utilizei o termo “revolução puritana”, para usar a interpretação dos eventos atuais, não é exatamente minha, é do Werneck Viana, um cientista político da PUC do Rio de Janeiro. E eu diria que tem um componente a mais. Por exemplo, o Josênio e a Alba interpretam o judiciário brasileiro e a movimentação que existe no judiciário hoje como se fosse um sintoma, como se fosse um reflexo de algo que está passando fora daqui. O que ocorre com o judiciário brasileiro, o que ocorreu com o Estado brasileiro nessa última década? Tivemos uma abertura enorme de determinadas instituições. Basicamente, estamos falando de Ministério Público e Polícia Federal. O Estado se aparelhou de uma forma intensa nunca vista antes neste país, como muitos gostam de dizer. Só que o Estado passou a ser muito mais institucionalizado. Nessa institucionalização, você tem um problema, para alguns. Na verdade não tem que ser visto como um problema. O que ocorreu: recrutamento de filhos de classe média que estudaram, estudaram muito, e passaram nesses concursos muito competitivos. Essas pessoas, se alguém aqui já teve algum contato com alguém do Ministério Público, vai ter a seguinte caracterização: são pessoas jovens. Eles não têm, vamos dizer assim, nenhum traquejo, nenhum interesse com a política partidária... O único critério de decisão deles é a lei. Não conhecem outro critério. O que ocorre? Os agentes políticos reais do sistema político brasileiro sempre funcionaram na lei; e uma adaptação da lei. Significa: você tem que lidar com os atores reais, e esses atores reais envergam, vez por outra, a lei. O

que significa dizer que uma dose muito considerável – às vezes aumentava muito, às vezes diminuía – da corrupção era necessária para que o sistema político brasileiro funcionasse. Sempre funcionou com essa dose. Qual é a novidade agora? O Ministério Público não é aparelho do Estado, não é defensor do governo. É, supostamente, uma instituição, feita pós-1988, de defesa da sociedade contra o governo e, eventualmente, contra algumas ações praticadas dentro do próprio Estado. É uma instituição muito particular. Esta instituição está sendo comandada hoje por esses rapazes. A orientação deles é única e exclusivamente a lei. Estamos no palco tradicional, dispostos, por exemplo, a entrar em negociação, como já disse várias vezes. Se essa crise fosse uma crise de natureza estritamente política, se resolveria através de acordos entre os atores políticos. Ela não chega ao seu fim porque tem essa força que está de fora e atua desestabilizando o sistema. É o império da lei. Esse é que é o problema, é o império da lei que agora está sendo usado "contra o meu governo, com que eu simpatizo". Temos que lidar com o seguinte: qual a dose de corrupção que a sociedade brasileira aceita que componha o seu sistema político para ele funcionar? Essa é a questão que vamos ter que nos deparar. Se ela volta ao seu patamar anterior, o clientelismo volta, os segmentos voltam, tudo volta à sua normalidade. Esse é o problema, esse é um debate que a gente precisa fazer mais adiante. Agora, percebam bem, nós temos visões muito diferentes porque partimos de pressupostos muito diferentes.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dGHuAHznqeE>

//Resenha

Impasses da democracia no Brasil

De: Leonardo Avritzer

Impasses da democracia no Brasil.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Por: Cleyton Monte

Doutorando em Sociologia (UFC). Pesquisador do LEPEN (Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia). Professor da Faculdade Cearense.

Reconhecido por estudar as experiências de democracia participativa, o cientista político e professor da UFMG Leonardo Avritzer, presença marcante em fóruns, jornais e movimentos sociais, lançou *os impasses da democracia no Brasil*. A escolha do título já informa sobre o teor da obra. Escrita ao longo de 2015, o autor se propõe a refletir sobre o turbilhão de fenômenos políticos que ocorreram no período. Ao analisar a conjuntura, Avritzer vai além do imediatismo do noticiário e das polêmicas entre direita e esquerda, identificando os principais eixos da atual crise política: os limites do presidencialismo de coalizão e da participação política, os paradoxos do combate à corrupção, a

perda de status das camadas médias e o novo papel do Poder Judiciário na política.

Logo na introdução, lembra que a democracia brasileira, se comparada ao período anterior (1946-1964), nunca esteve tão forte. Do ponto de vista procedimental, conseguiu aprovar importantes medidas que ajudaram a estabilizar a economia num primeiro momento e, em seguida, contribuíram para redução significativa da pobreza. Entretanto, o cientista político chama atenção para os limites e custos do presidencialismo de coalizão: “a crescente fragmentação partidária; a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e a propensão à corrupção” (p. 11). Esse contexto ficaria evidente na profusão de ministros e ministérios desde a redemocratização, refletindo sobre a percepção da corrupção e servindo de combustão para as manifestações que ocorrem desde 2013.

Após uma vitória por margem reduzida no segundo turno nas eleições de 2014, Dilma Rousseff passou a enfrentar um Congresso Nacional ainda mais hostil e de feições conservadoras (o mesmo que aprovou a redução da maioria penal e a autorização do financiamento de empresas a partidos políticos). As dificuldades incluíam dialogar com uma oposição que votava tudo contra o governo e organizar a própria base aliada para aprovar medidas do ajuste econômico. O PMDB, principal partido da base aliada mostrava-se reticente, situação que só piorou com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Ao longo da obra, Avritzer afirmará que as causas desse entrave possuem uma natureza estrutural.

O capítulo um trata de esmiuçar aquilo que o autor acredita ser o maior problema enfrentado pelo presidencialismo de coalizão: a perda de legitimidade do processo decisório em

relação à opinião pública. Não por acaso é o eixo mais debatido ao longo do livro. Para o estudioso, o arranjo, ao mesmo tempo em que se tornou uma solução para o presidente que não conseguia uma maioria parlamentar nas eleições, dificultou a ampliação de uma agenda progressista no Brasil. O cenário se agravou a partir de 2013, quando o PMDB assumiu a “hegemonia do sistema política do país” (p. 30).

Na primeira gestão de Lula, as pastas da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Cidades não entraram no loteamento de cargos, tão característico das coalizões, sendo as que produziram os resultados mais coerentes, sendo o Programa Bolsa Família o exemplo mais exitoso. Esse quadro foi mudando paulatinamente, principalmente após o escândalo do “mensalão”, levando o PMDB a condição de parceiro estratégico, contando com seis pastas no segundo governo Dilma. O autor enfatiza que a abertura de espaços para partidos reconhecidamente clientelistas (PMDB, PR, PTB e PP) ocuparem cargos no alto escalão, notadamente em importantes estatais como a Petrobrás, marcaram a crise do presidencialismo; reconhecendo que as mesmas siglas, incluindo nesse arranjo o PT, cobriam porcentagens sobre grandes contratos realizados com as maiores empreiteiras do país

No segundo capítulo, o autor apresenta o percurso da participação social na redemocratização, destacando seus limites. Avritzer argumenta que o país conseguiu construir instituições participativas nas áreas da saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social. Essas experiências se aprofundaram no decorrer dos governos petistas. Contudo, esses movimentos ocorreram, sobretudo, nas grandes cidades, não englobaram temas importantes como a integração racial e a segurança pública, além de não terem sido introduzidos na área de infraestrutura, alvo dos maiores investimentos com o PAC

(Programa de Aceleração do Crescimento) e principal foco da corrupção.

O capítulo três se dedica a compreender as manifestações que se iniciaram em 2013. Para Avritzer, esse fenômeno marcou a ruptura entre o campo político e a participação social e externou conflitos entre os movimentos sociais e o PT, especialmente os ambientalistas e indigenistas. Nessa linha, os manifestantes conseguiram usar com eficácia as redes sociais, desbloqueando o controle da imprensa tradicional e produzindo uma movimentação nacional. Algumas inovações são destacadas. Analisando o perfil dos manifestantes, o autor chama atenção para a presença da classe média e grupos escolarizados nesses atos. Apesar da multiplicidade de questões, os temas debatidos foram sendo alterados. Inicialmente voltados para a melhoria dos serviços públicos, deslocaram-se nos anos seguintes para a crítica ao governo Dilma e ao PT, como responsáveis diretos pela corrupção no país, aproximando diferentes grupos de oposição.

No capítulo quatro, Avritzer destaca a corrupção e sua relação com a democracia. A partir de pesquisas coordenadas pelo autor, demonstra que a cultura política começou a ser alterada lentamente nos últimos anos, uma vez que a população passou a se posicionar contra a prática corrupta. Ao longo do capítulo há uma exposição pormenorizada do fortalecimento, realizada pelos governos petistas, de instituições como o TCU (Tribunal de Contas da União), CGU (Controladoria Geral da União) e PF (Polícia Federal), responsáveis pela investigação de grandes escândalos políticos. Há também uma crítica à imprensa, que, segundo Avritzer, responsabilizou o PT pelos casos de corrupção (dando pouca atenção às denúncias envolvendo outros partidos), repercutindo fortemente sobre a classe média da região sudeste, que acompanhou o desenrolar desses escândalos.

O objeto do quinto capítulo é compreender a movimentação da classe média na contemporaneidade. Nele Avitser traça os posicionamentos desse grupo ao longo da história do Brasil, atrelando-o a criação do PT. O principal argumento do autor é que houve um divórcio entre o partido e importantes atores da classe média. Com a queda acentuada da pobreza e a constituição de uma classe média baixa, ocorreu uma acentuada mobilidade no mercado de trabalho, inflação no setor de serviços, explosão no preço da alimentação, aumento na competição por vagas no ensino superior e congestionamento dos planos de saúde. Esse grupo que, segundo Avritzer, foi perdendo status, passou a se distanciar do PT e se posicionar contra o governo.

Na conclusão, o cientista político prolonga o debate sobre os pontos levantados ao longo do texto, principalmente: os impactos da Operação Lava Jato e o ativismo do Judiciário, a força de Eduardo Cunha e a quebra da hegemonia do PT sobre o campo participativo. Apresenta uma crítica ferrenha ao Poder Legislativo, atribuindo-a uma feição conservadora pós-2014. O autor afirma que há uma nova direita no país: intolerante, conservadora e assumindo uma pauta abertamente antidemocrática, com segmentos defendendo uma maior presença dos movimentos religiosos no Estado e o retorno da ditadura militar. Assim, Avritzer destaca a importância do retorno ao progressismo social, que marcou a democracia brasileira nas últimas décadas, principalmente a movimentação da classe média.

Percebe-se que a obra se propõe a ser muito mais um ponto de partida do que de chegada. Não aprofunda alguns temas sugeridos pelo autor, tais como: o ativismo do Judiciário e os novos modelos de participação social. Consegue produzir uma importante avaliação dos dilemas enfrentados pelo PT. Sua maior contribuição reside na reflexão sobre as fragilidades do

Impasses da democracia no Brasil

presidencialismo de coalizão. Após a publicação do livro, o processo de impeachment da presidenta Dilma foi aprovado na Câmara dos Deputados, a crise econômica se ampliou, Eduardo Cunha foi afastado do cargo e Michel Temer, já ocupando a presidência da República, passou a liderar uma nova coalizão política no país, com a participação ativa do PSDB. Entretanto, as páginas de Avritzer, mesmo necessitando de maior aprofundamento, não perderam a relevância, pois os impasses da democracia brasileira continuam, uma vez que suas raízes são estruturais e precisam ser mais bem compreendidas.

**// Instruções aos
autores**

A REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC ESTÁ ABERTA A CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DE:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não- cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do Dossiê temático pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado. Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado

o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer conflito de interesses de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar proveito direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de coautorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise. Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser

enviados pelo autor através do e-mail rcs@ufc.br, em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas. A página inicial deve indicar: título do artigo; nome do(s) autor(es); resumo (até dez linhas), abstract, palavras-chave e keywords (no máximo 05). O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões. Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico. Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los. As notas (numeradas) e a bibliografia, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto. O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas. Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

As citações que não ultrapassem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto. As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36). Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b). Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve

ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p. 33-37) afirma que... Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

FORMATO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987. Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome et al. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990. Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo. Exemplo: MATOS, Olgária. *Desejos de evidência, desejo de vidência*: Walter Benjamin, in: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês

abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado. Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (site) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

EXEMPLOS

Livro

BALZAC, Honoré. A mulher de trinta anos. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. Rev. Bras. Ci. Soc*., São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

* **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. O Povo online, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal opovo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011. * Com o autor BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. O povo online, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal opovo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

// Errata

- Até o dia 16/01/2017 (13 dias após a publicação do volume 48, número 2, da Revista de Ciências Sociais – UFC) a coautora do artigo “Boa gestão e políticas públicas municipais”, Livia Maria Ferreira da Silva, era apresentada erroneamente como graduada em Direito e em Pedagogia, especialista em relações interpessoais na escola e construção da autonomia moral, mestre em Educação pela UNICAMP, e doutora em Educação pela mesma universidade, com estágio sanduíche na *Harvard Graduate School of Education*. Identificado o equívoco, este periódico traz, na versão a partir do dia 17/01/2017, a correta identificação da pesquisadora: graduada em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

- Até o dia 06/03/2017, (57 dias após a publicação deste), esta edição era erroneamente identificada como sendo o volume 48, número 2, da Revista de Ciências Sociais – UFC. Na verdade, esta edição deve ser identificada como o volume 47, número 2, da RCS-UFC.